

ابن مروان IBN MARUÂN

Revista Cultural do Concelho de Marvão



nº 7 • Dezembro de 1997

Director: Jorge Oliveira
Presidente do Conselho de Redacção: José
Luís Murta Ruivo (Vereador da Cultura)
Conselho de Redacção:
António Moura Andrade
Carlos A. L. Abafa
Carmen Balesteros
Eliseu Dias da Silva
Emília Machado
Emília Silva
Felicidade Tavares
João Vidal
Jorge Oliveira
José Caldeira Martins
Manuela Andrade
Edição e Propriedade: Câmara Municipal de
Marvão - 7330 Marvão
Projecto Gráfico e Edição Electrónica:
Bonelis, Comunicação Visual, Ida —
Portalegre
Na capa — Techo do fresco da Igreja de Stª
Maria de Marvão — Actual Museu Municip-
al —, representando S. Bartolomeu
ladeado por Stª Madalena e por Stª
Margarida.
Impressão: Colibri Artes Gráficas, Ida

Tiragem: 1200 exemplares
Depósito Legal nº 73235/93
ISSN: 0872 - 1017

Colaboraram neste número: Ana Peixoto,
António Moura Andrade, Carlos A. L. Abafa,
Carmen Balesteros, Egídio Jesus, Francisco
Henriques, Henrique Videira, Irina Calado,
João Caninas, Joaquim Casa Nova, Jorge
Gouveia, Jorge Oliveira, José Dinis Murta,
Juan Xavier Enriquez Navascués, Luís
Quitéria, Manuel Baiôa, Manuel Ramiro
Salgueiro, Maria de Jesús Carrasco Martins,
Maria Olívia Diniz Sampaio, Mário Elias,
Miguel Batista, Nuno Saraiva, Sandra Abafa,
Sónia Reis, Sónia Sofia, Victor Pereira.

gente nossa

- 295** MARTINS BARATA, PINTOR ALENTEJANO
Mário Elias

tempo de escrita e grafismos

- 301** NOBRE E REAL VILA DE MARVÃO
Maria Olívia Diniz Sampaio
- 302** PAISAGEM
Maria Olívia Diniz Sampaio
- 303** A MARVÃO
Joaquim Casa Nova
- 306** AMMAIA — UMA VERSÃO GRÁFICA
Grafismos de Egídio Jesus, Irina Calado, Luís Quitéria, Miguel Batista,
Nuno Saraiva, Vítor Pereira, Sónia Reis e Sónia Sofia

memórias

- 325** S. MARCOS NA RELIGIOSIDADE DUM POVO
Carlos Abafa

Os artigos assinados são da inteira
responsabilidade dos seus autores.

A Direcção da Revista não se
compromete com a publicação dos artigos
não solicitados.

Solicita-se permuta. On prie
l'exchange.
Exchange wanted.
Tauschverkehr erwünscht.

7 editorial

temas

- 11** CASTELO DE VIDE E MARVÃO NUM MANUSCRITO ANÓNIMO DO SÉCULO XVIII
Jorge de Oliveira
- 19** ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS RELACIONADOS COM O CASTANHEIRO E COM A CASTANHA NO CONCELHO DE MARVÃO
Henrique Videira
- 53** UM PEDIR-CHUVA NA FREGUESIA DO SALVADOR
Manuel Ramiro Salgueiro
- 137** ARROLAMENTO DOS BENS DAS IGREJAS DO CONCELHO DE MARVÃO EM 1911
Jorge de Oliveira

vária

- 165** MARCAS DE SIMBOLOGIA RELIGIOSA JUDAICA E CRISTÃ EM OMBREIRAS DE PORTA — III — (Novos elementos)
Carmen Balesteros
- 183** O CASTELO DE RÓDÃO E A CAPELA DA SENHORA DO CASTELO (VILA VELHA DE RÓDÃO)
João Caninas, Francisco Henriques e Jorge Gouveia
- 205** ELITES POLÍTICAS LOCAIS FACE AO "28 DE MAIO". O CASO DE PORTALEGRE
Manuel Baião
- 219** UM PASSEIO À SENHORA DA GRAÇA (NISA)
José Dinis Murta
- 247** INTERVENCIONES EN LOS DÓLMENES DE VALENCIA DE ALCÁNTARA
Maria Jesús Carrasco Martins e Juan Xavier Enriquez Navascués
- 265** A LAPA DOS GAVIÕES — ARRONCHES
Ana Peixoto

Chegámos ao número sete da Ibn Maruán.

Sete anos se cumpriram sobre o primeiro número desta revista. Sete, o eterno número simbólico. Sete o número da paragem, “Durante seis anos semearás o teu campo; durante seis anos podarás a tua vinha e recolherás os produtos dela. Mas no sétimo ano a terra terá seu repouso sabático...”, assim se diz na Bíblia. Mas na Ibn Maruán ainda não é tempo de parar. Na Ibn Maruán ainda não é tempo de repousar. Muito ainda há para fazer. Muito ainda há para semear. Neste campo o fruto é colhido a cada momento de leitura. O tempo cultural não se rege pelos tempos bíblicos. Enquanto houver sementes com capacidade germinativa não poderemos parar. Enquanto as colaborações forem chegando temos a obrigação de as semear. É esse, aqui, o nosso papel. Amanhar a terra para que a semente, um dia, ou em cada dia dê o seu fruto. Não necessitamos de esperar pelo sétimo ano. Logo no primeiro a Ibn Maruán deu frutos. O melhor fruto para qualquer linha editorial é verificar que o que se produziu se esgotou. Esgotaram-se, de facto, todos os números, mas a semente ficou. Novos colaboradores foram chegando. Os que conosco se aventuraram no primeiro número conosco continuaram. O número sete da Ibn Maruán prova, claramente, que a semente pegou. O nº1 terminava na página 145. O número sete ultrapassa as trezentas páginas. Sinal claro que a aposta inicial foi conseguida. Por todos é hoje reconhecido que, na verdade, havia espaço para a Ibn. Havia espaço para esta iniciativa, como haverá para outras, neste, ou noutros locais. A prová-lo verifique-se a outra iniciativa editorial da Câmara Municipal de Marvão. Refiro-me ao “Para o Município. Boletim Informativo da Câmara Municipal de Marvão”. Com uma edição de quinhentos exemplares e destinado, prioritariamente, a informar o município das realizações e deliberações camarárias, guardou, desde o primeiro número um pequeno espaço à cultura. Com agrado registo que esse espaço tem vindo a aumentar, esperando que se torne num forte e saudável concorrente da sua irmã Ibn Maruán.

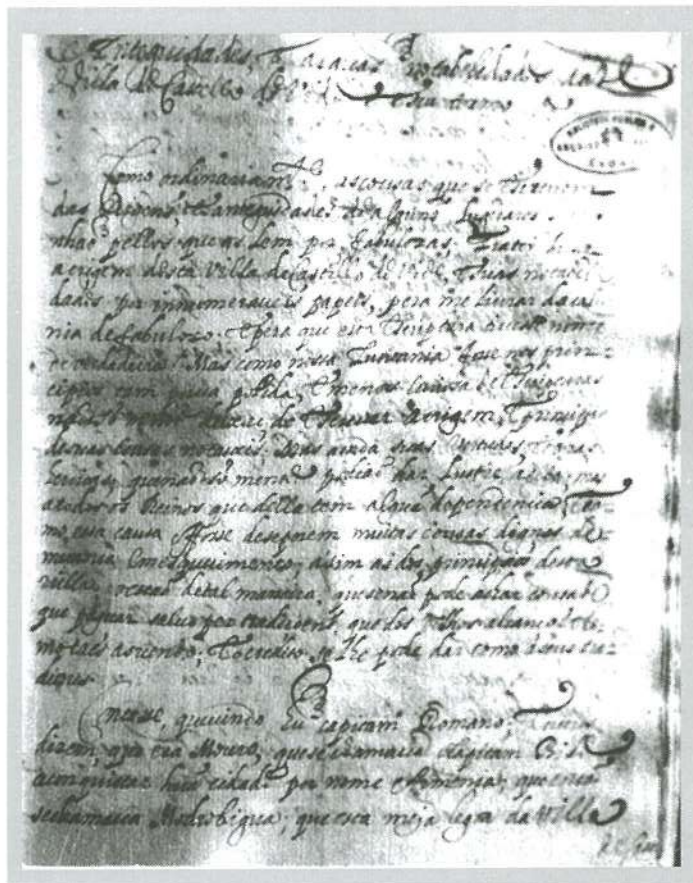
Em breve sairá um número especial da Ibn. Sempre que se justifique e que para tal haja meios estará este espaço aberto a outros números especiais. A estudos de carácter monográfico que sobre a região se produzam e que por si só enformem o corpo que consideramos razoável estaremos disponíveis para a sua publicação.

Jorge de Oliveira



CASTELO DE VIDE E MARVÃO NUM MANUSCRITO ANÓNIMO DO SÉCULO XVIII

Jorge de Oliveira



Há já alguns anos fomos alertados pelo nosso

Colega Dr. José Olívio da Silva Caeiro para existência na Biblioteca Pública de Évora de um manuscrito que descrevia Castelo de Vide e igualmente fazia referências à Cidade Romana de Ammaia e a Marvão. Com relativa facilidade encontramos o referido manuscrito na inesgotável fonte de informação que é a “Sala dos Cimélios” daquela biblioteca. Pela forma como se encontra preservado e pelo tipo de letra, parece já não se tratar do documento original, mas de uma cópia elaborada posteriormente. Embora não se encontre assinado, nem datado, nem incluído na correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Bispo de Beja e posteriormente

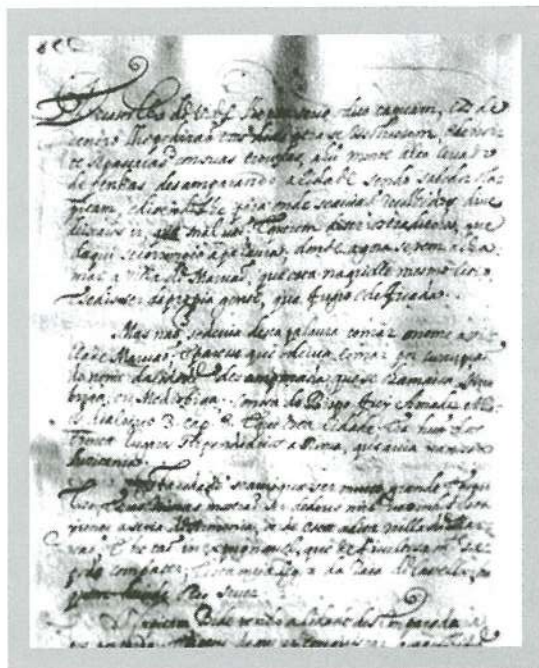
Arcebispo de Évora, poderá, sobretudo pela forma como se encontra redigido, corresponder a uma das muitas permutas epistolares trocadas entre aquele erudito prelado e algum clérigo, de letra grossa, de Castelo de Vide. Basta uma simples leitura por algumas das cartas dirigidas a Fr. Manuel do Cenáculo para encontramos algumas semelhanças com o documento agora em apreciação. Outra hipótese poderá ser colocada. A forma como se encontra elaborada a descrição de Castelo de Vide e especialmente o parágrafo introdutório, não se afasta, igualmente, das descrições feitas pelos párocos nas célebres Memórias Paroquiais. Embora desconheçamos o autor e data da sua redacção, pela letra e pelas informações que contém, poderemos posicionar a elaboração deste interessante documento na segunda metade do século

XVIII. Não deixa de ser perturbadora a forma como o autor do texto descreve as relações existentes entre as gentes de Castelo de Vide e os vizinhos castelhanos, onde os episódios de fronteira são bem evidenciados. Igualmente bem evidenciada é a amenidade do clima e paisagem que claramente se opõe ao tratamento dado pelos castelovidenses dessa época aos do lado de lá da raia. Algum fundamento terá a expressão que um actual filho adoptivo de Castelo de Vide nos ensinou sobre esta vila: “Castelo de Vide é uma colmeia muito bonita mas com abelhas muito perigosas”. Seguramente essa era a opinião dos castelhanos que acabaram os seus dias nas covas que os de Castelo de Vide abriram nas suas casas, como nos relata este documento intitulado “Antiguidades e algumas notabilidades da Villa de Castelo de Vide e seu Termo” e que se guarda na Biblioteca Pública de Évora com a cota: Cod CIV/1-4 d.afl 278.

Pela importância que assume para a História do Nordeste Alentejano paremos, perfeitamente justificável a publicação deste interessante documento. Transcreve-se integralmente o manuscrito, sem qualquer correcção de texto, ou desdobração de abreviaturas.

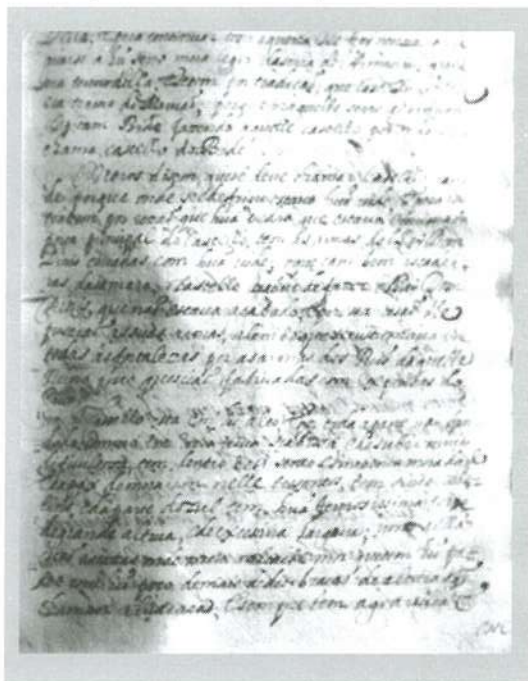
“ANTEGUIDADES E ALGUNS NOTABILIDADES DA VILLA DE CASTELO DE VIDE E SEU TERMO

Como ordinariam-te, as cousas que se escrevem das origens, e aanteguidade de alguns Lugares se tenham pellos que as tem por fabulosas; Tratei buscar origem desta Villa de Castello de Vide, e suas notabilidades por innumeraveis papeis, pera me liuar da calunia de fabulozo; e



pera que esta escriptura tivesse nome de verdadeira. Mas como nossa Lusitania fosse nos principios tam pouco pulida, e menos curiosa de escripturas não só menos deixou de escrever a origem, e principio de suas cousas notaveis; mas ainda suas vertudes, e obras escritas; que não somente podião dar Lustre a ella; mas a todos os Reinos que della tem alguma dependencia, como essa causa fosse de se porem muitas cousas dignas de memoria com esquecimento; assim as dos principios desta villa; estão detal maneira, que senão pode achar cousa de que pegar salvo per tradiçoens, que dos velhos alcanço e como taes as vendo; o credito se lhes pode dar como à seus tradições.

Contasse que vindo hu capitam Romano; outros dizem, que era Mouro, que se chamava o Capitam Bide acunquistar hua cidade per nome Arme-



nia; que então se chamava Medrobigua; que esta meia legua da Villa de Castello de Vide lhe pos serco o dito capitam, e os de dentro lhe pedirão tres dias pera se resolverem e de noite se passarão com suas trouxas, a hu monte alto cercado de penhas desamparando a cidade sendo sabedor o Capitam, e dizendo lhe pera onde seavião recolhidos disse deixaios ir, que mal vão; querem dizer os traditores, que daqui se corrompeo a palavra; donde agora se vem a chamar a Villa de Marvão, que esta naquelle mesmo sitio, e se disser da propria gente, que fugio edificada.

Mas não sedevia desta palavra tomar o nome a villa de Marvão; e parese que o devia tomar por currupção do nome da Cidade desamparada, que se chamava Mirobriga; ou Medrobriga; Consta do Bispo frey Amador Araes dialogo.3. cap.8. que esta cidade, era hu'a dos trinta lugares stipendiários a Roma, que auia na nossa Lusitania.

Esta cidade seavirigua ser muito grande e populosa; e suas ruinas mostrão ser de dous mil vezinhos esta junto a serra de Armenia, onde esta adita villa de Marvão; e he tão inexpugnavel, que dificultosamente se pode combater; estameya legua da Raia de castella; ha quem deuide o Rio Seuer.

O Capitam Bide vendo a Cidade desamparada apos por terra; e hateve de querer conquistar aos acolhidos aserra mas não opode fazer pella fragozidade della; e pera continuar com aguerra lhe foi necessario chegarse a hu serro meia legua da serra de Armenia, que era termo de Marvão; porque naquelle serro acedeficou o Capitam Bide fazendo aquelle castello, por onde se chama castello do Bide.

Outros disem, que se deue chamar Castello da vide porque onde seedificou estaua hua vide, e pera isso trazem per rezão que hua pedra que estava emcima da porta principal do Castello, tem as armas del Rey Dom Dinis cerradas com hua uide; e que tam bem as cadeiras da camara; o Castello acabou de fazer El Rey Dom Dinis, que não estava acabado, e peressa rezão lhe puserão as suas armas, alem de que secustumava em todas as fortalezas por as armas dos Reis daquelle Reino posto quesção fabricadas com expensos do Povo.

Castello esta em hu alto, e por toda aparte vay fundado muro em rocha viva scabrosa, edesubir muito difficultosa, tem dentro de si sento e sincoenta miradores ecapax demorarem nelle trezentos, tem sinco rebelins, edaparte dozul tem hua fermosissima torre de grande altura, ede excessima Largura; junto aella estão as cazas onde mora o alcaide mor quetem hu pateo tem hu pozo demais de des braças de altura aq chamam aluacara, e sempretremagua viva.

Este castello pella parte dosul tem muralhas em barbacans.

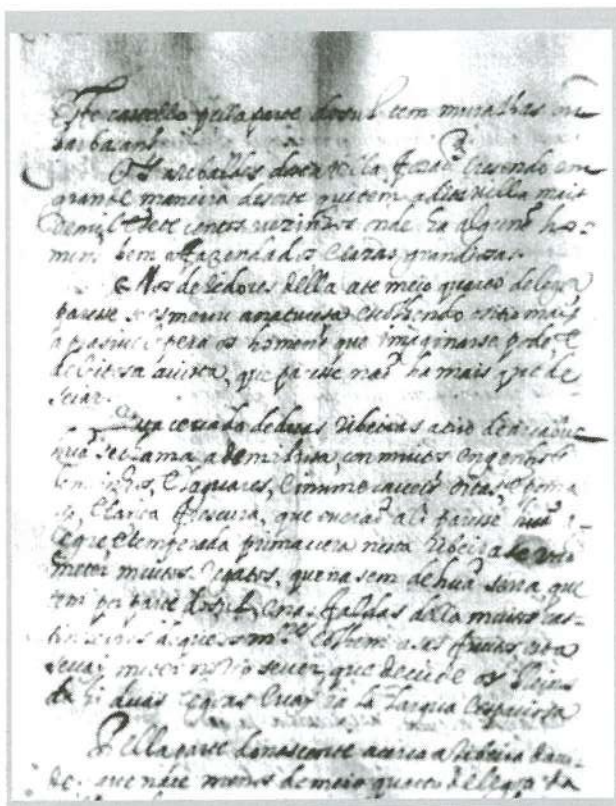
Os arebaldes desta villa forão crescendo em grnde maneira desorte que tem adita villa mais de mil setecentos vezinhos onde ha alguns homens bem afazendados ecazas grandiozas.

Nos deredores della ate meio quarto delegua parece seesmeriu anaturesa escolhendo ositio mais apprasivel pera os homens que imaginarse pode, e deleitosa avista, que parese não ha mais que de seiar.

Esta cercada de duas ribeiras atiro de arcabuz hua sechama

ademilrisa, con muitos engenhos demoinhos, e lagares, einumeraveis ortas, epomares, etanta frescura, que overão ali parese hua alegre, etemperada primavera nesta ribeirase vão meter muitos regatos, que nasem de hua serra, que tem per parte do Sul, enas faldas della muitos castiheiros de que os m.ores colhem os fruitos, esta seuay meter norio seuer, que deuide os Reinos da hi duas leguas evay já la Largura eespaciosa.

Pellaparte donascente acerca aribeira auide; que nace menos de meio quarto delegoa da villa, eloguo movem moinhos epizoens que ha infinitos, ebens, enelle estão os tres do Conde de Armamar, sobre quem sefas tanta força, e ha per ella



abaixo muitas ortas, pumares, quintas, etam alegreavista esta ribeira como aquella.

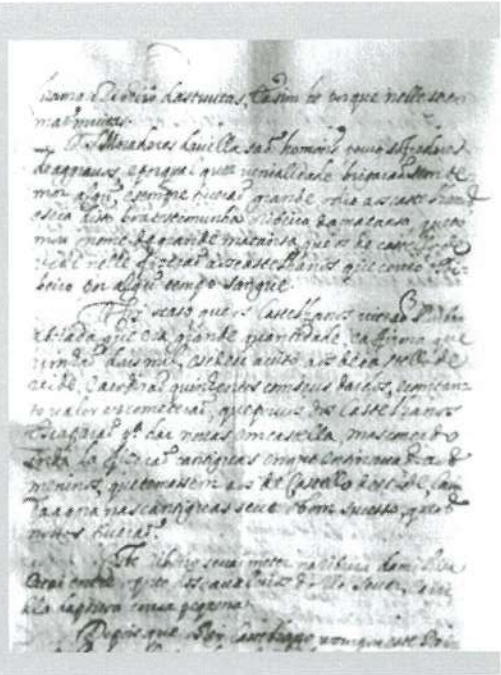
Nesse mesmo circuito, que tenho dito secontão trezentas e tantas fontes, de claras ebelissimas agoas excelentes nosabor, everdadeiramente parese que decada pee decastinho nasce hua fonte, e hu regato.

Esta avilla legoa emeia daraia decastella que confina com avilladevalensa de castella eos deuide orio seuer, quenão he demuita agua; mas passa por partes tam fundas, eentre serros tam escabrozos, que do termo davilla de castello deuide athee onde semete noteio não tem mais que tres partes por onde sepassequer seia deverão, quer seinverno. Asaber opee dos caualeiros, eo porto defirreira, eode Montaluão.

Este causapavor onde este Rio nasce, que he junto aserra da Armenia

acima iuncada, que com huns quatro ousinco olhos dagoa, que saem sefas logo hua ribeira tam grande que ahu tiro de pera est. logo hu pisão e da hy athee ondesemete noteio são inumeraveis os Moinhos epizoens, esepesca nelle muito peixe, emuitas truitas, egostozas, edeveser isto porqueselhevey meter hu regatinho, que se chama oRibeiro dastruitas, easim he porque nellesetomão muitas.

Os Moradores dauillaso homens pouco soffredores de agravos, eperqualquer venilidade brigavão semtemor algu, esempre tiuerão grande odio aoscastelhanos eseia disto boates-temunha oribeiro damatansa, quetomou onome dagrande matansa que os de castellode vide nelle fizerão aos castelhanos que correo o Ribeiro per algu tempo sangue.



E foy o caso que os Castelhanos uirão roubar aboiada que era grande quantidade, e affirma que vinhão dous mil, esedeu auiso aos decastello de Vide, e acodirão quinhentos com seus dardos, e com tanto valor os cometerão, que poucos dos Castelhanos escaparão pa dar nouas em castella, mas medo inda la fizerão cantigas enque ensinão aos meninos, que temessem aos de Castello de Vide, e ainda agora nas cantigas se ve obem secesso, que os nossos tiuerão.

Este ribeiro seuai meter naribeira damilrisa euai entre o porto dos caualeiros do Rio Seuer. e auilla dapoua cousa pequena.

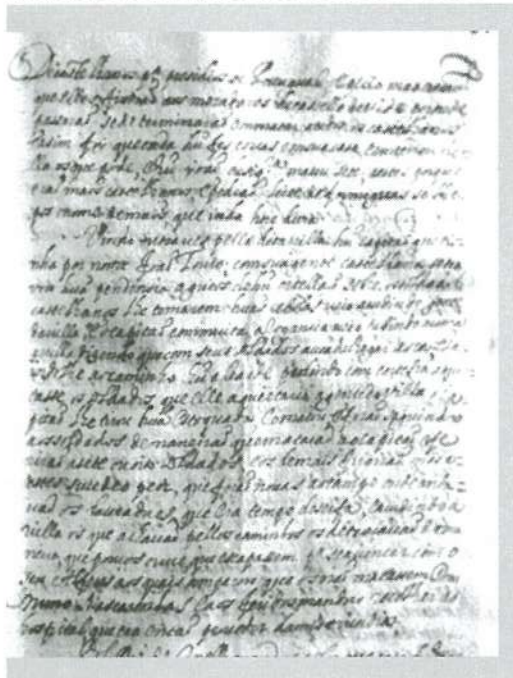
Depois que o Rey Castelhanos usurpou este Reino de Portugal; mandou alguas bandeiras de castelhanos pa presidios de Portugal; e pello mau tratam.to que elles fiserão aos moradores decastello deuide peronde passarão sedeterminarão

emmattar atodos os castelhanos easim foy que cada hu fes couas em suacasa e enterrou nella os que pode, e hu João desig.ra matou sete; a estes porque erão maos castelhanos, e pedião Leite de formiguas selhe pos onome demaas, que inda hoie dura.

Vindo outraues pella ditauilla hu capitão que tinha per nome João Touro; consuagente castelhana setravou hua pendensia agritos de hu ortellão sobre ossoldados castelhanos lhe tomarem huas cebolas ueio acudindo gente auilla e capitão commuita arogansia ueio subindo acima auilla dizendo que com seuss soldados auide chegar arco; e saindo lhe aoca-minhohu alcaide perdindo com cortesia aquietasse os soldados que elle aquietaria agente auilla o capitão lhe tirou hua estoquada, e matou, e forão seguindo aos soldados demaneira quematarão a capitão e ferirão a sete ou oito soldados, aos demais fugirão mas a estes succedeo peor, que forão nouas a campo onde andauão os lauradores, que era tempo deseifa, samhindo a villa os que acharão pellos caminhos os destroçarão demaneira, que poucos ouue, que escapassem pasesiuntar com o seu Alferes aos quais amparou que os não matassem Dom Nuno Mascarenhas e aos feridos mandou recolher ao hospital, que era então provedor damisericordia.

El Rey de Castella mandou sobre este caso hua pesquisador atirar de uassa mas agente da Villa não culpou apessoa alguma em particular, mas desião que castello deuide fizera aquelle delicto.

Pouco tempo passou que não uiessem tan bem pella cidade de Portalegre muitas companhias decastelhanos, os quais determinarão ir acastello deuide,



auingar amoral dos castelhanos senegarão denoute e de dia estando aparelhados com grandes animos pa. sedefenfer, e ofender, oque-sabendo os castelhanos deestirão desuapretenção.

Consta pello livro dotombo daquella villa queaiurisdissão della foy dada a hu guoncallomendes por s.or Rey Dom João oprimeiro, e per ella ser dacoroa comprou o ditos.or aiurisdissão eatornou acoroa.

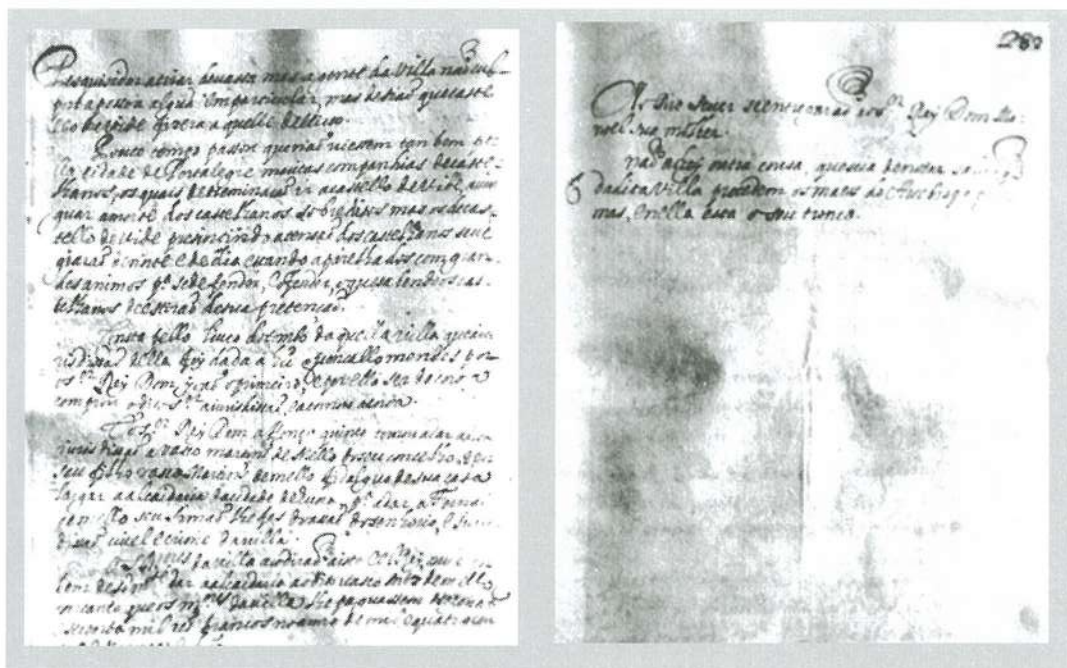
Eos.or Rey Dom Affonso quinto tornou adar adita iurisdissão aVasco martins de Mello doseu concelho, e per seu filho vasco Martins demello fidalguo desua casa Largar aalcaidaria dacidade deEuora, pa. adar a Fernão de Mello seu Irmão Ihe

fes doassão dosenhorio, e jurisdissão ciuel e crime dauilla.

Os M.ores dauilla acodirão aisto eel Rey, ouue por bem deso'mto. dar aalcaidaria ao dito uasco miz demello contando que os m.ores dauilla lhe pagassem trezentos esecenta mil res francos noanno de mil e quatrocentos e secenta e hu.

No Rio Seuer seentregarão ao s.or Rey Dom Manoel sua molher.

Não achey outra cousa, que seia denotar saluo, q. daditavilla procedem os matos do Arcebispo primas, enella esta o seu tronco."



ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS RELACIONADOS COM O CASTANHEIRO E COM A CASTANHA, NO CONCELHO DE MARVÃO

Henrique Videira



INTRODUÇÃO

É usual e legítimo que cada um de nós, em determinados momentos da nossa caminhada por este mundo, sintamos um chamamento que nos impele a procurar a divulgação e a valorização de acontecimentos, objectos, monumentos ou sítios ligados às nossas raízes. As reminiscências que ficaram da infância e da juventude afloram à nossa mente, assumindo uma nitidez impressionante e é um desfilar de recordações de uma época, que importa registar para dar conhecimento aos vindouros, preservando aquilo que constitui a nossa memória colectiva e integra o que habitualmente se designa por património cultural.

No caso concreto que pretendemos abordar — Artes e Ofícios Tradicionais relacionados com o castanheiro e com a castanha, no concelho de Marvão — parecendo à primeira vista tratar-se de uma abordagem do património etnográfico, não deixa de estar presente o património ambiental.

Com frequência se aborda o património arquitectónico e arqueológico, mas é mais raro o estudo e divulgação do artesanato, vulgarmente ignorado porque classificado de arte menor. Não é esse o nosso entendimento. Efectivamente, o artesanato de castanho constitui um manancial de estudo bastante rico, que nos propomos abordar. Neste trabalho, porém, conferimos maior detalhe ao estudo da cestaria de castanho, a que associamos os bordados tradicionais com



Cesta de castanho



utilização de casca de castanha e a produção de licor de castanha, desempenhando os dois últimos um papel de complementariedade. Em qualquer dos casos, a matéria-prima utilizada é originária da região e a sua transformação artesanal traz ao concelho uma mais-valia que irá ter reflexos na melhoria das condições de vida de um sector da população do concelho. Refira-se a este propósito o exemplo dos espanhóis que, na vizinha região da Estremadura, aproveitam a bolota — um abundante produto autóctone — para o fabrico de licor, que vendem em embalagens (garrafas) com rótulos próprios e que

utilizam outros produtos regionais (rolhas de cortiça).

O objectivo central deste trabalho pretende constituir um contributo para preservar, divulgar e rendibilizar este Património Cultural da região de Marvão, através de acções que contribuam para revitalizar a cestaria de castanho, associando-a à confecção de bordados tradicionais com utilização de casca de castanha e à produção de licor de castanha. A formação de novos artesãos por forma a dar continuidade à transmissão deste saber-fazer implica também a formação de artesãos existentes por forma a melhorar a sua organização, levando-os a encontrar padrões adaptados à procura e novas formas de aquisição de matéria-prima e de comercialização dos produtos, nomeadamente através da criação de lojas tradicionais. Sensibilizar as escolas do concelho para esta arte tradicional, através da introdução curricular desta temática e promoção da sua divulgação, bem como agentes culturais e os empresários locais, constitui um objectivo fundamental. Proceder à recolha de documentos, artefactos e instrumentos para constituição de um pólo museológico é uma tarefa que constitui uma forma real de preservação da nossa memória colectiva.

Marvão é sede de um concelho com múltiplas e diversificadas potencialidades turísticas, umas abundantemente publicitadas e conhecidas, outras que só agora começam a surgir, é tempo de recuperar o *produto cultural* que, devidamente dimensionado, convenientemente divulgado e eficazmente gerido, pode vir a constituir uma *actividade económica local de futuro* por um lado e, por outro,

contribuir para a preservação de um património tradicional, que as novas tecnologias e materiais mais acessíveis, a falta de formação e de novos artesãos e uma certa cristalização e resistência à mudança dos idosos artesãos existentes, atiraram para o baú do esquecimento.

O próprio Plano de Desenvolvimento Regional (P.D.R.) para 1994-1999 preconiza a intervenção na área do artesanato, através de acções que visam a formação e a criação de postos de trabalho e o escoamento dos respectivos produtos, "acções-piloto de revitalização do comércio retalhista tradicional e das pequenas oficinas tradicionais em alguns centros históricos", bem como a "promoção da interacção das artes e ofícios tradicionais e da agricultura"¹.

Mais recentemente o Decreto-lei nº 34/95, de 11 de Fevereiro, ao lançar o Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local, vem reafirmar "a vontade política de agir sobre a realidade local, contribuindo para uma nova dinâmica do mercado interno, assente na valorização das potencialidades locais e na diversidade cultural, a qual visa a criação de postos de trabalho, fixação das populações, a promoção do ambiente e a melhoria da qualidade de vida"².

No âmbito da nossa actividade profissional foi esquematizado um projecto para o concelho que consiste na criação de um Centro de Artes e Ofícios Tradicionais, constituído por várias oficinas, entre as quais uma de cestaria, outra de bordados com casca de castanha e outra de produção de licor de castanha, por uma "loja tradicional", para além da formação de artesãos e da organização e produção de literatura relativa às diversas artes e ofícios tradicionais.

Sendo o autor do presente trabalho natural do sítio de Abegoa, concelho de Marvão, pretende por esta forma fornecer um contributo para a divulgação de artes e ofícios tradicionais que marcaram a sua infância e juventude, quando era possível observar toda a encosta Norte da Serra de Marvão coberta de castinçais, assistir ao corte e acompanhar os artistas na preparação da madeira, na produção de canastras, cestos e outros utensílios, destinados quer a acomodar produtos regionais quer como objectos de utilização doméstica.

O presente trabalho insere-se na avaliação da disciplina de Gestão e Conservação do Património, do Curso de Estudos Superiores Especializados em Educação Comunitária e Preservação do Património Cultural e Ambiental, a decorrer na Escola Superior de Educação de Portalegre, ficando disponível para, futuramente, ser divulgado. Não constitui um ponto de chegada, mas um ponto de partida e um contributo para a preservação e divulgação de uma vertente do Património Cultural do concelho de Marvão.

Por último, uma referência às metodologias utilizadas na elaboração do presente trabalho. Para além do aprofundamento bibliográfico e da análise documental, foram elaborados e aplicados questionários que visam, por um lado, o levantamento dos artesãos, do seu artesanato, formas de organização e perspectivas; e, por outro lado, obter de actores locais com responsabilidades nas áreas autárquica, cultural e empresarial, informação sobre a situação actual deste tipo de artesanato e das suas perspectivas futuras. Paralelamente efectuem-se entrevistas audio para complemento dos

inquéritos escritos, onde perpassam algumas histórias de vida destes depositários de um saber-fazer que urge preservar. Simultaneamente, foram contactadas diversas entidades públicas e privadas, com o objectivo de fazer o levantamento dos seus projectos e tipos de apoio ao artesanato, bem como a disponibilidade de cada um para

colaboração num projecto integrado de apoio ao artesanato de castanho, no concelho de Marvão.

A leitura do poema de Fernando Pessoa que se segue, ajudará a perceber melhor as motivações que nos nortearam na escolha do tema³.

*O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia,*

*O Tejo tem grandes navios
E navega nele ainda,
Para aqueles que vêm em tudo o que lá não está,*

*O Tejo desce de Espanha
E o Tejo entra no mar em Portugal.
Toda a gente sabe isso.
Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia
E para onde ele vai
E donde ele vem.
E por isso, porque pertence a menos gente,
É mais livre e maior o rio da minha aldeia.*

*Pelo Tejo vai-se para o Mundo.
Para além do Tejo há a América
E a fortuna daqueles que a encontram.
Ninguém nunca pensou no que há para além
Do rio da minha aldeia.
O rio da minha aldeia não faz pensar em nada.
Quem está ao pé dele está só ao pé dele.*

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

1.1 A região

O concelho de Marvão está inserido na massa montanhosa da Serra de S. Mamede que é formada por granitos de idades diferenciadas, considerados dos mais antigos granitos portugueses. Ao longo do maciço montanhoso, observam-se cristas quartzíticas, cuja forma resultou de importantes acidentes morfológicos.

A conjugação da altitude da Serra de S. Mamede com os diferentes substratos rochosos e as variedades climáticas (desde o mais húmido a norte, até ao mais seco a sul, passando pelos microclimas), torna possível a existência de uma flora e vegetação diversas que se conjugam nos mais diversos *habitats*. De entre o estrato

arbóreo com características atlânticas, encontram-se o carvalho negral e o castanheiro, com características mediterrânicas encontram-se o sobreiro e a azinheira.

O concelho de Marvão integra, em parte a área de paisagem protegida que constitui o Parque Natural da Serra de S. Mamede, possuindo uma área aproximada de 155 Km², organizada em quatro freguesias onde residem cerca de 4400 pessoas.

O resto de povoados como Vidais e Crença ou de necrópoles megalíticas como as das Castelhanas, Ribeiro do Lobo e Pombais, atestam a presença no período pré-histórico de comunidades que habitavam o concelho. Remontam ainda a esta época os menires da Água de Cuba e dos Pombais.



Canastra de castanho

O domínio romano deixou marcas bem visíveis na várzea do Rio Sever, com destaque para as ruínas da cidade de Amaia, nos campos de Aramenha.

A vila de Marvão, situada a mais de 800 metros de altitude, com os seus espaços fortificados, por seu lado, atesta a presença moura na região e os acontecimentos que ditaram o período da reconquista e das guerras com Castela, encerrando na sua extensa muralha uma povoação constituída por construções brancas, onde se destacam as cantarias góticas e as varandas em ferro forjado.

A actividade económica dominante no concelho é a agricultura, apesar dos solos pobres. Porém, o turismo, mercê do património cultural existente, da beleza das paisagens, da hospitalidade das

gentes e da riqueza da culinária reúne condições para o desenvolvimento das vertentes de turismo cultural e de turismo ambiental, assim como da vertente turismo em espaço rural.

Às potencialidades referidas junta-se uma localização privilegiada, com proximidade de Espanha a que nos ligam boas acessibilidades.

1.2 A introdução do castanheiro em Portugal

O *castanheiro* é uma árvore da família das *Fagácias*, da sub-família *Castaneoideas* e do género *Castanea*. Os povoamentos de castanheiro em Portugal são constituídos pela espécie *Castanea sativa*. Esta é uma árvore de folha caduca,



Covas para enterrar madeira

que pode atingir mais de um milhar de anos e cujo fruto é a castanha. A frutificação passa a ser um fenómeno regular após os 20 anos, mantendo-se uma produção elevada até aos 600 anos, ou mais. Existem dois tipos de castanheiro — o bravo e o manso — de acordo com o tipo de exploração e a forma de regeneração. Os povoamentos de castanheiros mansos são denominados *soutos* e são orientados para a produção de castanhas, enquanto que, os povoamentos de castanheiro bravo — *castiçais* — são vocacionados para a produção de madeira⁴.

Existem algumas teorias sobre a origem do castanheiro em Portugal, sem que nenhuma delas seja consensual. Há os que acreditam que esta árvore tem uma origem exótica na Península, defendendo

a sua proveniência da região mediterrânica através dos romanos e aqueles que defendem que o castanheiro foi trazido do Oriente, provavelmente da Ásia Menor.

Outra teoria resulta de estudos efectuados na região da Serra da Estrela de pólen fossilizado de castanheiro, datados pelo método de radiocarbono, cujos resultados indicam que já existiam castanheiros nos solos portugueses no período paleolítico, cerca de 8000 anos a.c., sendo a Península Ibérica incluída na área original do castanheiro⁵.

A este propósito, como afirma o Prof. Doutor Jorge Oliveira “Primitiva Bueno Ramires refere que em 1980 foram afectuadas análises polínicas que permitem identificar pólen com datações aproximadas ao 3^o milénio a.C., na região de S. Tiago de Alcântara⁶, o que confirma



Cozedura da madeira

ser a existência do castanheiro na Península Ibérica, anterior aos romanos (cerca de 2000 anos a.c.).

1.3 A importância da castanha na alimentação

Tradicionalmente, a castanha desempenhou um papel muito importante na alimentação das populações rurais das zonas de distribuição geográfica do castanheiro, sendo um dos produtos agrícolas mais consumidos até ao aparecimento da batata. Muito rica do ponto de vista energético, a castanha contém hidratos de carbono e vitaminas C e B.

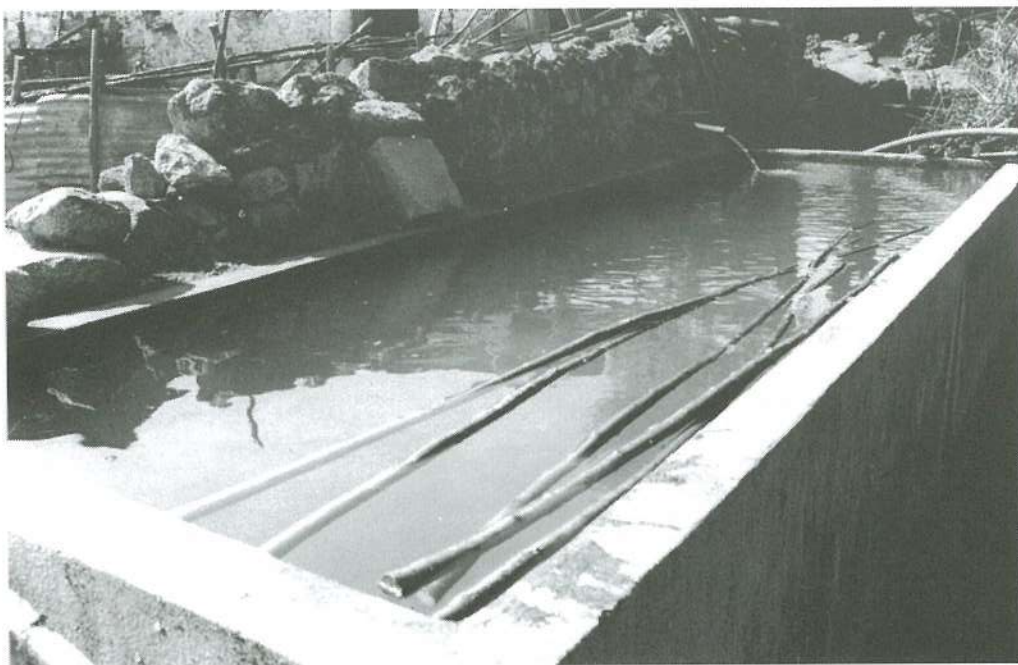
Noutros tempos, nas regiões norte e centro de Portugal, a alimentação era baseada quase exclusivamente, no pão,

carne, leite e legumes, e complementada pela castanha. Para o consumo deste fruto apresentavam-se várias opções: castanha crua, cozida, assada ou pilada.

Acrescentando-se ainda, a transformação da castanha em farinha, para o fabrico de pães ou sopas, não será difícil quantificar a sua importância e valor alimentar.

1.4 Os souts e os castiçais

A espécie *Castanea sativa* pode ser encontrada em diferentes sistemas agro-florestais que, dependendo do tipo (bravo ou manso), se designam por souts ou castiçais. Ambas as formas nascem do fruto (a castanha) observando-se a diferenciação cerca dos 3-4 anos de vida, quando para obter um castanheiro manso é necessário proceder à enxertia de um bravo⁷. Alguns autores, defendem que a



Madeira cozida conservada em água

necessidade de intensificar a produção e a especialização da cultura do castanheiro, conduzirá à adopção de diferentes formas de cultura: pomares de castanha (arboricultura frutícola), matas de castanheiros, e castinçais de alto fuste e talhadia (arboricultura de lenho)⁸.

1.5 O aparecimento do artesanato relacionado com o castanheiro e com a castanha

A cestaria, é uma conjugação de entrançados e entrelaçados, sendo considerada a primeira manifestação segura de uma tecnologia com alguma complexidade, que responde às necessidades do homem, constituindo um espelho da sua íntima relação com o

ambiente. A origem da cestaria está ligada à vida doméstica rural, como forma de armazenamento e transporte dos frutos e resguardo das utilidades da casa⁹.

A cestaria compreende a fabricação de utensílios com fibras de origem vegetal.

Num sentido mais restrito a cestaria compreende a técnica de fabricação de cestos ou vasilhas, sendo de dois tipos fundamentais:

Tipo entrelaçado que engloba os géneros cruzado, encanado, enrolado e torcido, conforme a maneira de dispor as fibras e o tipo de espiral com ou sem armadura de sustentação¹⁰.

O entrelaçamento de fibras de maior calibre para fabrico de cestos, é considerado, em termos de características



Lavrar a madeira



Em cima: Correia; em baixo: Fase inicial da execução de uma peça

elementares da técnica, idêntico à tecelagem. Contudo, existem diferenças significativas na forma, no uso, no aspecto exterior e nas próprias matérias-primas. A diferença entre as matérias levou à distinção entre cestaria e tecelagem uma vez que na primeira os materiais são suficientemente rígidos e dispensam apoio, enquanto que a tecelagem implica o esticamento do material num caixilho.

A origem do artesanato relacionado com o castanheiro não é consensual e não pode sê-lo sem o conhecimento preciso da origem do próprio castanheiro. Contudo, no que respeita às técnicas de cestaria relacionadas com outros materiais é conhecida a elevada dispersão geográfica de diferentes peças. Como

exemplo de técnica especial de cestaria refira-se o quadriculado de três elementos intermediário entre a cestaria de camadas sobrepostas e a cestaria tecida, encontrado na América tropical e em todo o domínio de influência chinesa. Na cestaria espiralada realçam-se os grupos pré-artesanais da Oceania, da África, Alasca ou América e na cestaria de hastes tecidas, os casos de povos da Malásia, China e Japão¹¹.

Tudo indica que o incremento do artesanato de castanho, em especial a cestaria, pode ter surgido na região nos intervalos das lutas com os povos invasores, em períodos propícios ao cultivo das terras e a que correspondia um aumento de produção, com a conseqüente



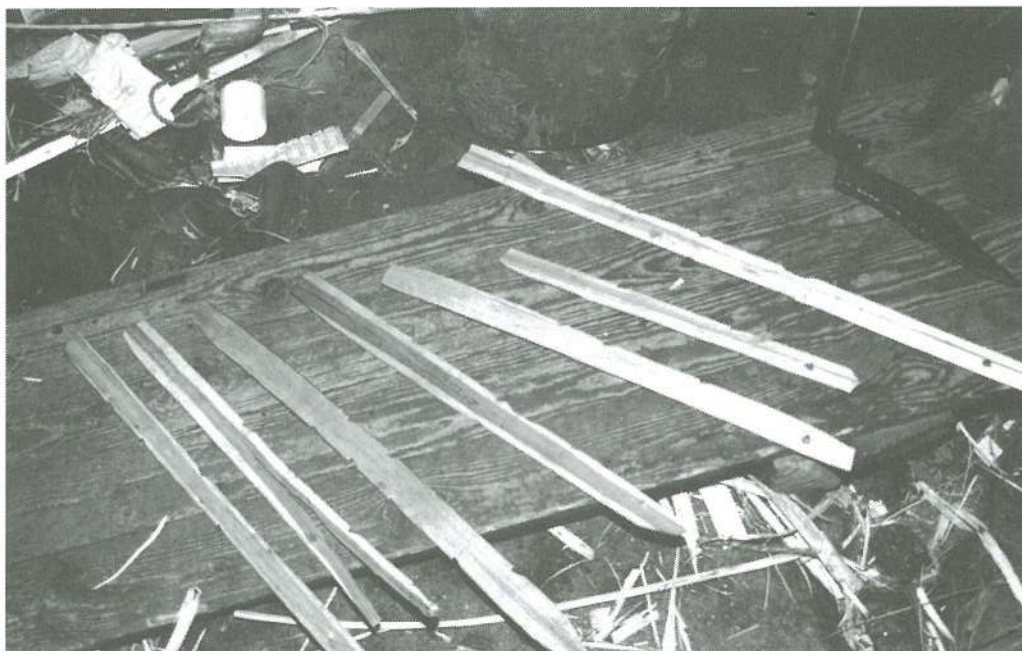
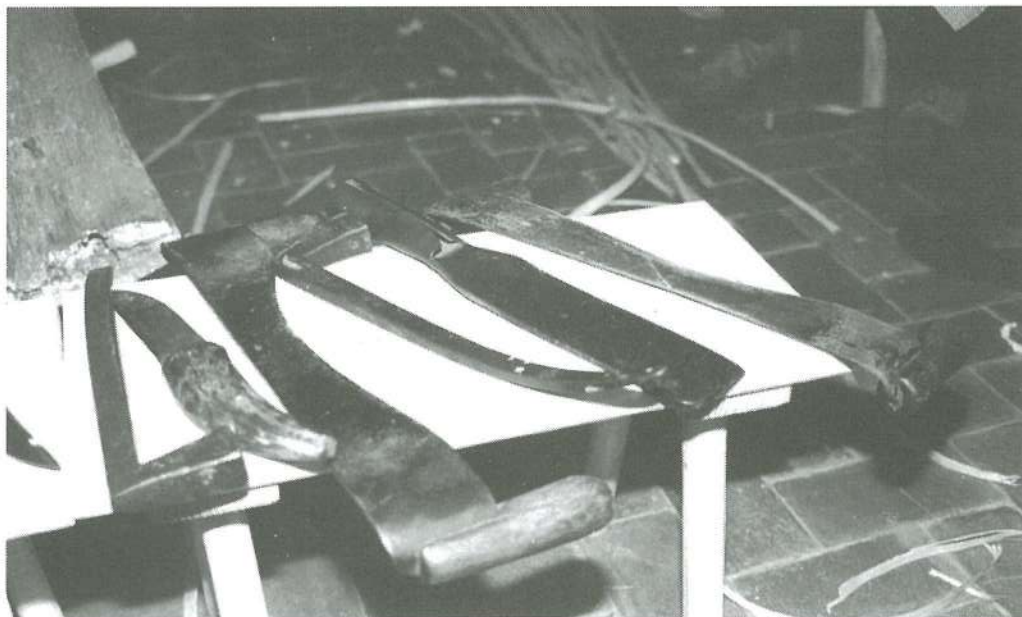
Fase inicial da execução de uma peça



Fase inicial da execução de uma peça



Em cima: Fase inicial da execução de uma peça; em baixo: Cavalo



Em cima: Instrumentos, da esquerda para a direita — faca de mão (parcial); faca de mão; faca de lavrar; martelo; podão direito e faca de lavrar; em baixo: Bitolas (medidas)

necessidade de transportar os produtos agrícolas.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

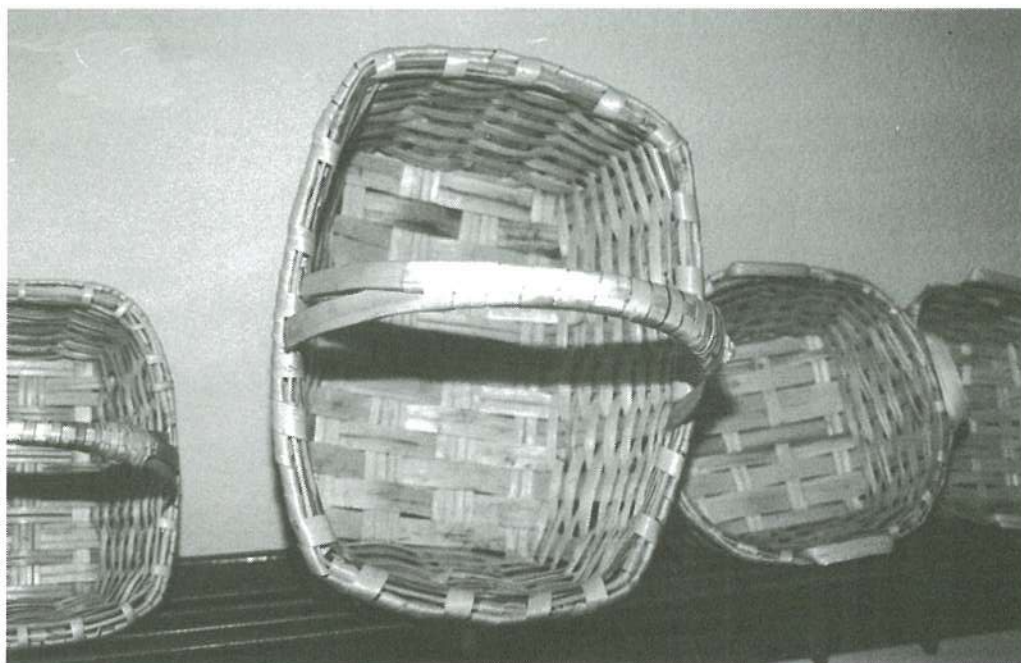
Ao abordar o tema das artes e ofícios tradicionais relacionados com o castanheiro e a castanha, é importante lembrar alguns conceitos gerais e características principais associadas ao artesanato, ao artesão e ao castanheiro.

O artesanato não encerra em si uma definição objectiva e formal, existindo várias interpretações, como resultado do seu carácter abrangente. Contudo, aceita-se como fundamental da actividade artesanal, a transformação de matérias-

-primas em objectos, com recurso a um saber-fazer tradicional, no qual se conjugam o conhecimento empírico, a competência, a habilidade, a mestria e o sentido estético¹².

O artesão possui este saber-fazer e transmite aos seus produtos o seu cunho pessoal, permitindo a identificação de diferentes estilos e expressões culturais dentro da mesma forma de artesanato.

De acordo com a legislação portuguesa, Portaria nº1099/80 de 29 de Dezembro, “considera-se artesão o trabalhador que, isoladamente, em unidade de tipo familiar ou associado, transforma matérias-primas e produz ou repara objectos, ao qual se exige um certo sentido estético e habilidade ou perícia



Cestas de 4 asas

manual, podendo, no entanto, usar máquinas como auxiliares de trabalho, e cuja intervenção pessoal, dominando todas as fases do processo produtivo, constitui factor predominante no mesmo, ao contrário do que se passa na actividade industrial ou de produção em série”¹³.

As matérias-primas principais utilizadas pelos artesãos ligados a artes e ofícios tradicionais, identificadas neste trabalho, são o castanheiro e a castanha.

No concelho de Marvão, a existência de castanheiros e de castinçais, como já foi dito, perde-se no imemorial dos tempos.

Mas constituirá o artesanato e, nomeadamente, a cestaria de castanho, património cultural?

A expressão património cultural abrange um conjunto de situações praticamente ilimitadas. Com efeito, é hoje usual dizer que tudo é *cultural*. Constitui património cultural “o conjunto de objectos executados em pedra, em madeira, em ferro, em tecido, em tela, em betão, em vidro, em faiança em muitos outros materias e que, dotados de valor formal, cromático, plástico, compositivo, técnico ou iconográfico, constituem, além disso, testemunhos da vida colectiva do povo português ao longo de séculos através de um itinerário por vezes muito difícil”¹⁴.

O património cultural não se restringe ao conjunto de monumentos arquitectónicos, podendo ser definido de acordo com critérios mais latos que incluam os costumes ligados às fainas produtivas, os instrumentos de trabalho, e as múltiplas manifestações culturais e artísticas. Este conceito está dependente daquilo que se entende por cultura, distinguindo-se dela por especificar elementos, objectos ou

formas que possuem um significado e consideração particular.

A cultura é entendida como um “conjunto de modelos comportamentais, de usos e costumes, de instrumentos e de objectos, usados por uma população geralmente confinada a um espaço geográfico definido”¹⁵.

É usual, para facilitar a compreensão, classificar a cultura como cultura erudita e cultura popular. Da cultura erudita fariam parte as “artes nobres”, nomeadamente a pintura, a escultura, a arquitectura urbana, a música, a dança, o teatro e o cinema. À cultura popular, que para muitos é sinónimo de fácil, vulgar, inferior ou até mesmo ordinário e para outros, pelo contrário, é tudo aquilo que corre entre o povo, de forma viva, funcional, fazendo parte das suas necessidades diárias, aliado ao trabalho, à festa e ao lazer, constituindo manifestações de alegria e de dor, de crenças, de necessidades colectivas, ligadas à faina diária, pertenceriam as “artes menores” onde podemos incluir os usos e costumes sociais, as tradições sociais e religiosas, as superstições e crenças, a medicina popular, as práticas mágicas e bruxaria, as danças e jogos populares, a culinária, o artesanato e objectos de uso diário, os trajes populares, etc.

O património cultural distingue-se por especificar numa determinada cultura alguns elementos, alguns objectivos e algumas formas consideradas particularmente significativas, recebendo por isso uma consideração especial.

A cestaria do castanho, designadamente as cestas e canastras, constituem peças do património cultural de Marvão, não só pelo seu valor artístico, mas porque



Canastras

nos explicam uma forma de trabalho existente no concelho em determinado período, e à qual estão associadas outras formas locais contemporâneas ligadas à castanha e ao castanheiro. O valor das cestas e canastras como peças patrimoniais estão na sua capacidade de testemunho de elementos simbólicos, de instrumentos pedagógicos. É uma forma de cultura, porque se baseia numa

realidade precisa e concreta, resultante de um processo histórico e os seus elementos têm relações múltiplas e explicam-se e completam-se uns aos outros. A coerência interna da cultura como um todo é apenas relativa, na medida em que não é fixa nem imóvel, mas constitui uma realidade dinâmica.

Resumindo, poderemos entender a cultura como um “conjunto de modelos de comportamentos, de usos e costumes, de instrumentos e objectos, usados por uma população, geralmente confinada num espaço geográfico definido”.¹⁶

A cultura e o património cultural marcam a identidade de um povo. Para evitar que esta identidade se perca, considerando a vulnerabilidade e mutabilidade a que está sujeita, é necessário promover a defesa e preservação do património cultural. Não restando dúvidas que o artesanato do castanho é um valor cultural que faz parte do património cultural dos marvanenses, é importante encontrar formas para a sua preservação.

De um modo geral, para preservar um determinado património cultural, é usual seguir um percurso que passa por promover e divulgar o conhecimento desse património, pela promoção do seu uso e por uma acção de educação e promoção da consciência e utilização desse património.¹⁷ De uma forma mais simples dizemos que a preservação do património cultural passa pelas seguintes iniciativas:

- Sensibilizar a população;
- Preservar por reanimação;
- Implicar a escola;
- Promover o turismo local;
- Proteger as artes e ofícios tradicionais;
- Criar museus locais;
- Congregar esforços.

3. MATÉRIAS-PRIMAS, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS

Como foi referido quando abordámos o objecto de estudo deste trabalho, as matérias primas a utilizar são, fundamentalmente, as varas de castanho e a castanha, conforme passamos a descrever para cada uma das vertentes consideradas.

3.1 Cestaria de castanho

3.1.1 Matéria-prima

- Varas de castanho bravo;



Quadro em casca de castanha emoldurado

Preparação da madeira:

- A madeira é cortada entre os meses de Dezembro e Março;
- A madeira é seleccionada segundo o comprimento e a grossura.
- É enterrada para se conservar verde (até Setembro);
- Vai-se desenterrando à medida que faz falta;
- É cozida ao lume para largar a pele;
- Racha-se ao meio e fica branquinha;
- Não se pode trabalhar seca porque se parte;
- A madeira para os cestos tem que ter entre 4 e 6 anos;
- Se for cozida logo após o corte, é metida num tanque com água, não necessitando de ser enterrada;
- Pode ser cortada pelo próprio artesão ou por pessoas especializadas.

3.1.2 Técnicas

- Esgalhar (limpar os esgalhos da vara);
- Lavrar (preparar a madeira);
- Costeado (madeira utilizada na parte lateral e do fundo do cesto);
- Travamento (madeira utilizada na vertical do cesto);
- Tirar correia (preparar fitas finas para debruar);
- Sequência de execução de uma peça.

3.1.3 Instrumentos

- Cavalo (banco para lavar a madeira);
- Podão torto (utilizado para cortar a madeira nos castiçais);
- Podão direito (para esgalhar e abrir a madeira);
- Facas de lavar;
- Martelo;
- Medidas (bitolas).

3.1.4 Nome das peças mais comuns executadas pelos artesãos

- Cestas;
- Cestas de quatro asas (para as mulheres levarem o almoço aos maridos que trabalhavam nas caleiras ou no campo);
- Cesto redondo sem asas (para costura);
- Canastras;
- Jigo (cesta para lavar o peixe — tinha 8 buracos no fundo);
- Traineira (cesta sem asas — utilizada na faina piscatória);
- Cesto de pilar castanhas;
- Balsa (cesto para transportar furões);
- Enxugador (armação para pôr por cima das braseiras de picão para enxugar a roupa no Inverno.

3.2 Bordados com casca de castanha.

3.2.1 Matéria-prima

- Casca de castanha;
- Tecido;
- Linhas (filosel).

3.2.2 Técnicas

- Faz-se o desenho em papel vegetal;
- Efectua-se o decalque;
- Contorna-se com ponto pé de flor, com fio filosel castanho, com nós torcidos;
- A casca da castanha é molhada (para ser moldável sem partir);
- Faz-se um molde com a casca da castanha;
- A flor faz-se com o avesso da casca da castanha;

- As pétalas fazem-se com a parte da frente da casca da castanha;
- Faz-se o desenho no tecido;
- O tecido é posto num bastidor;
- A casca da castanha é fixa com pontos, após ter sido cortada pelo molde que está no tecido;
- Depois de feito é entrelaçado e emoldurado.

3.2.3 Instrumentos

- Bastidor;
- Tesoura;
- Agulhas;
- Papel vegetal para moldes.

3.2.4 Origem das peças

- O modelo foi copiado dum quadro muito antigo da família da D. Júlia Sequeira (Porto da Espada);
- O original levava uma moldura de forma oval com um laço feito com ponto espinha, na parte superior, onde era colocada uma fotografia de família.

3.3 Licor de castanha

3.3.1 Matéria-prima

- Castanha seca (pilada);
- Aguardente pura.

Nota: Há quem utilize também a castanha verde em infusão com aguardente, sendo posteriormente fervida com açúcar e finalmente filtrada.

3.3.2 Técnica

- A castanha pilada é escolhida e limpa com panos secos, sem ser lavada;
- Coloca-se num recipiente de boca larga;



Flores com casca de castanha.

- Deixa-se ficar em infusão, durante 90 dias;
- O recipiente tem de ficar meio de castanhas e cheio de aguardente. A castanha cresce (aumenta de volume para o dobro ou triplo);
- A aguardente tira todas as propriedades da castanha;
- O molho conseguido é o "espírito" do licor;
- Ao fim de 90 dias põe-se a castanha a escorrer para sair todo o líquido;

Fundamental:

- Não lavar a castanha;
- Ser limpa com um pano;
- Manter em infusão durante 90 dias;

Deve ser destemperada, a dobro ou triplo, para ficar da cor do whisky, podendo de 5 litros fazerem-se 10 ou 15 litros.

3.3.3 Instrumentos

- Cesto de pilar;
- Recipiente em vidro (de boca larga).

3.4 Oficinas de Cestaria

Dos contactos mantidos com os artesãos de cestaria de castanho que ainda desenvolvem uma actividade regular, constatámos que as suas oficinas podem, elas próprias, constituir um importante manancial de estudo.

Com efeito, verificámos que todas estão separadas da residência do artesão. Num caso situa-se na cave térrea da própria residência. Nas outras situações, situam-se em locais separados da habitação, a distância variável, tendo em comum a instalação em pisos térreos.

O chão é atapetado com aparas provenientes do lavar da madeira e de restos não utilizados. Pelo tecto pendem résteas de cebolas e de alhos e maçarocas de milho que dão ao local uma dimensão essencialmente rural. É ainda vulgar guardar-se nas oficinas outros instrumentos relacionados com actividades agrícolas, a que todos os artesãos normalmente estão ligados. No próprio compartimento, ou noutra ao lado, vão-se amontoando os cestos e as canastras já prontos, acondicionados de forma característica, e bem assim a própria matéria-prima pronta a ser utilizada. Cá fora, próximo da oficina fica, por vezes, o tanque para conservar a madeira que vai ser utilizada a curto prazo, não sem que antes passe pelo lume onde é 'encozida' em chaminés próprias constituídas por

pedras colocadas ao ar livre. Não muito distante podem observar-se, pequenas covas onde é 'embacelada' a madeira, isto é enterrada, onde fica guardada até Setembro ou Outubro.

4. A SITUAÇÃO DO ARTESANATO NA ACTUALIDADE

4.1 Metodologias utilizadas na investigação

O trabalho de investigação levado a efeito teve como objectivo fundamental fazer o ponto da situação do artesanato do castanho, no concelho de Marvão, e sensibilizar quer os artesãos, quer alguns actores locais, para procurar soluções conducentes à revitalização deste saber-fazer.

Desde o início que nos norteámos por algumas orientações do professor José Mariano Gago. Para este investigador, com efeito, "*...valorizar a realidade popular como objecto de cultura é acima de tudo pesquisá-la e enriquecê-la.*

...A riqueza de sugestões que um tema enraizado em práticas populares abre, não se refere apenas à dinâmica de recolhas populares, de estudos diversos, de consulta de livros, de pessoas e instituições, à produção de formas tangíveis de expressão duma cultura que se descobre e enriquece, jornais, exposições, teatros, filmes. Assume ainda um outro papel, que é o da acção transformadora das pessoas sobre a sua própria comunidade, o desenvolvimento de iniciativas populares que modifiquem

concretamente práticas sociais e instituições, técnicas e processos de trabalho"⁸.

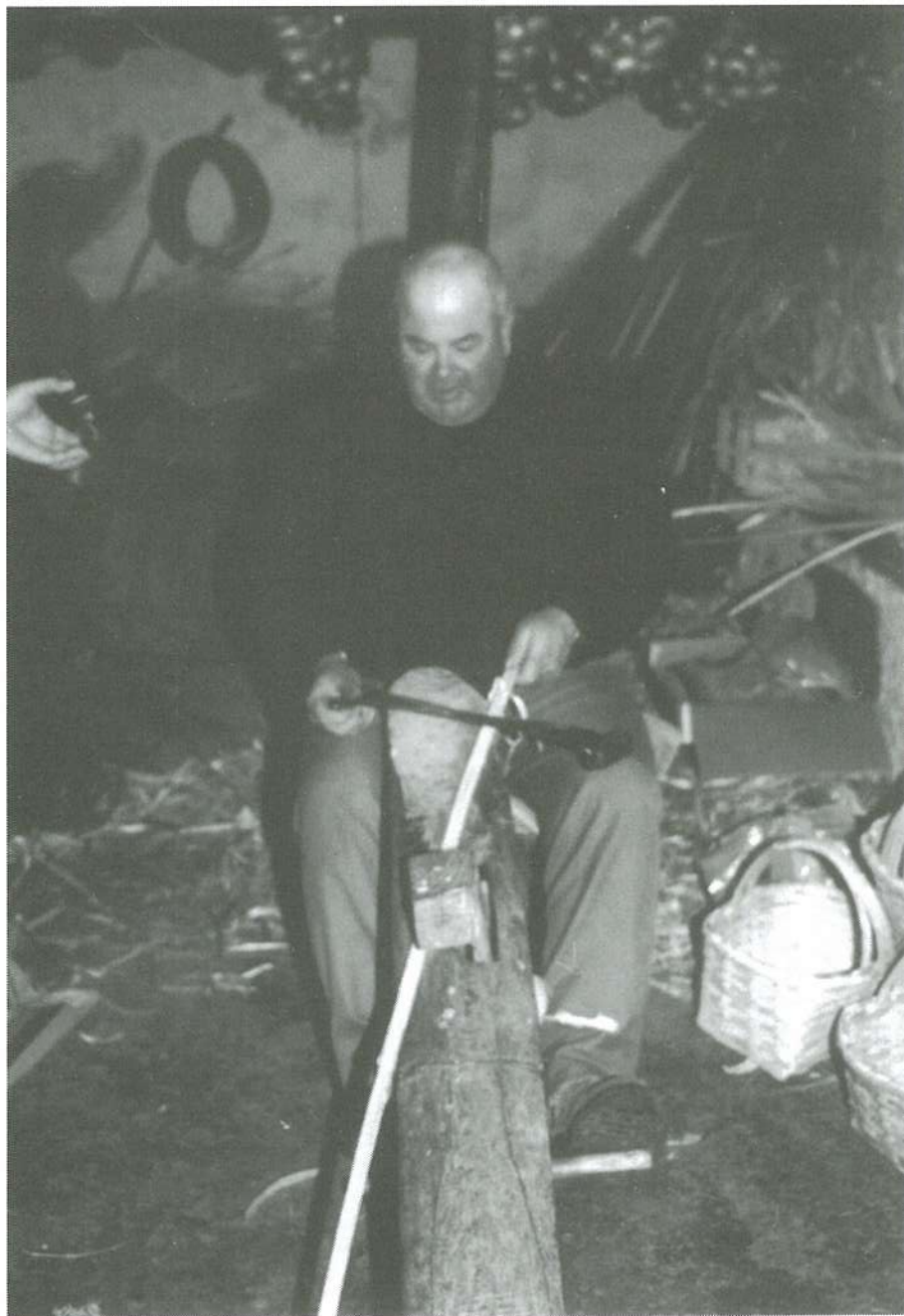
A pesquisa bibliográfica, a análise documental, o trabalho de campo (levantamento de artesãos, registo de histórias de vida, observação participante, inquérito e actores locais), o tratamento de dados recolhidos, constituíram a base da nossa investigação.

4.2 Instrumentos utilizados

Procedemos à elaboração de uma ficha de identificação dos artesãos, do seu artesanato, formas de organização, dificuldades sentidas, necessidades de formação, transmissão do saber-fazer e perspectivas.

O preenchimento das fichas através referenciadas foi complementado com a gravação áudio de aspectos significativos, que constituem registos de histórias de vida de alguns artesãos.

Outro instrumento que utilizamos, constitui um inquérito por questionário, destinado a actores locais, que considerámos representativos, como sejam autarcas, professores, agentes culturais, empresários turísticos e comerciantes locais, com o objectivo de inferir da sua consciência da realidade actual deste tipo de artesanato e da sua sensibilidade e empenho na procura de soluções para o futuro.



Artesão na sua oficina de cestaria.

4.3 Tratamento, análise de dados e conclusões (Levantamento de artesãos)

| Idade | Habilit. | Outra Actividade | Tipo de trabalho | Regime de trabalho | Regime de exploração | Instalações | Objectivo prod. |
|-----------------------------------|-------------------------|----------------------|--------------------------------|-------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| 51 | 4ª classe | Guarda Noct. | Total. Manual | Individual | P/conta própria | Próprias | Utilitário/Decorativo/Lazer |
| 65 | 4ª classe | Agricultor | Total. Manual | Ind./collect. (7) | P/conta própria | Próprias | Utilitário |
| 53 | 4ª classe | Comerciante | Total. Manual | Individual | P/conta própria | Próprias | Utilitário |
| 56 | | Não tem | Total. Manual | Individual | P/conta própria | Próprias | Utilitário |
| 75 | N/S ler, escrever | Reformado | Total. Manual | Individual | P/conta própria | Próprias | Decorativo/Lazer |
| Artesão • Bordados | | | | | | | |
| 43 | 2º ciclo | Doméstica | Total. Manual | Individual | P/conta própria | Próprias | Decorativo/Lazer |
| 54 | 2º ciclo | Enc. Centro Idosos | Total. Manual | Individual | P/conta própria | Próprias | Decorativo/Lazer |
| 58 | 6º ano | Auxiliar Educ. | Total. Manual | Individual | P/conta própria | Próprias | Decorativo/Lazer |
| Artesão • Licor | | | | | | | |
| 57 | 4ª classe | — | Total. Manual | Individual | P/conta própria | Próprias | Utilitário |
| 54 | 2º ciclo | Enc. Centro Idosos | Total. Manual | Individual | P/conta própria | Próprias | Decorativo/Lazer |
| 54 | 4ª classe | Industrial | Total. Manual | Individual | P/conta própria | Próprias | Utilitário |
| Comercialização (dificuldades) | Associativismo produção | Associativismo venda | Já participou feiras, mercados | Utilidade de n. modelos | Utilidade de especialistas | Troca de experiências | Gostaria de ensinar s/ arte |
| — | M/Positivo | Positivo | Não | Não | Não | Sim | Sim |
| Encomenda/feira, mercados (N) | — | — | Não | — | — | Sim | Sim |
| Venda directa local/encomenda (S) | Positivo | — | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Encomenda (S) | Positivo | Positivo | Sim | Não | Não | Sim | Sim |
| Venda directa local (S) | Positivo | Negativo | Sim | Não | Não | Sim | Sim |
| Artesão • Bordados | | | | | | | |
| Encomenda (S) | M/Positivo | M/Positivo | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Não vende | Positivo | Positivo | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Não vende | M/Positivo | M/Positivo | Não | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Artesão • Licor | | | | | | | |
| — | — | — | Não | — | — | Sim | Sim |
| Não vende | Positivo | Positivo | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Não vende | Positivo | Positivo | Não | Sim | Sim | Sim | Sim |



Formanda no curso de aprendizagem da Beirã

CONCLUSÕES

— Verifica-se a existência de um número reduzido de artesãos, assim distribuídos:

| | |
|--------------------------------|---|
| Cestaria de castanho | 5 |
| Bordados com casca de castanha | 3 |
| Licor de castanha | 3 |

— Para além da idade elevada, possuem baixos níveis de escolaridade.

— A maioria possui outra actividade, sendo em número igual os que produzem com objectivo utilitário (5) e os que executam trabalhos por lazer (5).

— Actualmente o regime de trabalho é individual, totalmente manual e por conta própria.

— Dos artesãos que se dedicam aos bordados com casca de castanha e à produção de licor de castanha, apenas um vende os produtos por encomenda; os restantes, excepto um que não respondeu, não vendem. Os cesteiros todos vendem, utilizando formas diversificadas que vão desde a encomenda, à venda directa no

local de venda e à venda em feiras e mercados.

— Dos que responderam ao item sobre o associativismo de produção, só um considerou negativo, verificando-se que a maioria mostra abertura a este tipo de experiência.

— Idem relativamente ao associativismo de venda.

— É idêntico o número dos que participaram (6) e os que não participaram (5), em feiras e exposições.

— Quanto à criação de novos modelos, três dos cesteiros não consideram útil, um não responde e só um encontra utilidade.

— Igual resultado se verifica quanto à intervenção de especialistas, na definição de novo modelos.

— Relativamente à troca de experiências, apenas um dos cesteiros não considera útil.

— Existe total disponibilidade de todos os entrevistados para transmitir a respectiva arte.

4.3 Tratamento, análise de dados e conclusões (Inquérito a actores locais)

| Nº | ACTIVIDADE | IDADE | HABILITAÇÕES |
|----|-----------------|-------|-------------------------------------|
| 1 | Autarca | 57 | 7º ano |
| 2 | Autarca | 54 | 4ª classe |
| 3 | Autarca | 38 | 4ª classe |
| 4 | Autarca | 54 | 4ª Classe |
| 5 | Professor | 39 | Doutoramento Arqueologia |
| 6 | Professor | 45 | Bacharel |
| 7 | Professor | 47 | Curso Formação Feminina |
| 8 | Comércio local | 58 | 4ª classe |
| 9 | Comércio local | 45 | 2º ciclo |
| 10 | Agente cultural | 54 | 2º ciclo |
| 11 | Agente cultural | 26 | 12º ano |
| 12 | Agente cultural | 37 | Licenciatura em Biologia |
| 13 | Agente cultural | 55 | Curso Formação Comércio/Turismo |
| 14 | Agente cultural | 44 | Licen. História/Mestrado Sociologia |
| 15 | Agente cultural | 48 | 4ª classe |

Conclusões

— Todos os inquiridos conhecem o artesanato relacionado com o castanheiro e com a castanha.

— As peças ou produtos referidos como exemplo são as seguintes:

- Cestas.
- Canastras.
- Cabazes.
- Escadas.
- Doces e cozinhados com castanha.
- Secadeiro ou caniço.
- Licor de castanha.
- Quadros com casca de castanha.
- Cincho ou assincho.
- Secador de roupa.

— A maioria dos inquiridos refere:

- Que seja proporcionada formação contínua aos artesãos existentes.

- Que é importante a troca de experiências entre artesãos de diferentes regiões.

- Que seria útil a criação de um Centro de Artes e ofícios Tradicionais.

- Que seria muito útil a criação de um museu temático.

A maioria dos actores locais refere ainda que os artesãos devem:

- Ser apoiados na criação de novos circuitos de produção e venda.

- Ser apoiados na definição de novos produtos.

- Ser enquadrados em circuitos de turismo cultural e ambiental.

Finalmente a maioria dos inquiridos refere que a sensibilização a este tipo de artesanato se deve iniciar na escola.

5. PROJECTOS DE INTERVENÇÃO

5.1 Projectos integrados

Várias entidades públicas e privadas desenvolvem no concelho de Marvão projectos que integram ou podem vir a integrar a revitalização e rendibilização do artesanato de castanho. Não existe, porém, um organismo integrador que coordene as diversas iniciativas. O artesanato integra projectos mais amplos que contemplam outras vertentes do desenvolvimento.

O próprio Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para 1994-1999, preconiza como uma das linhas de acção que se designa por “Apoio ao investimento, artesanato e criação de emprego”, as seguintes medidas:¹⁹

- Iniciativas Locais de Emprego (ILE's)
— Pequenas iniciativas produtivas viáveis voltadas para os respectivos produtos;
- Revitalização do comércio retalhista tradicional (“lojas de tradição”) e das pequenas oficinas tradicionais em alguns centros históricos;

- Promoção da interacção das artes e ofícios tradicionais e da agricultura (actividades complementares à agricultura de pequena propriedade, por exemplo: arte tradicional da alimentação — licores).

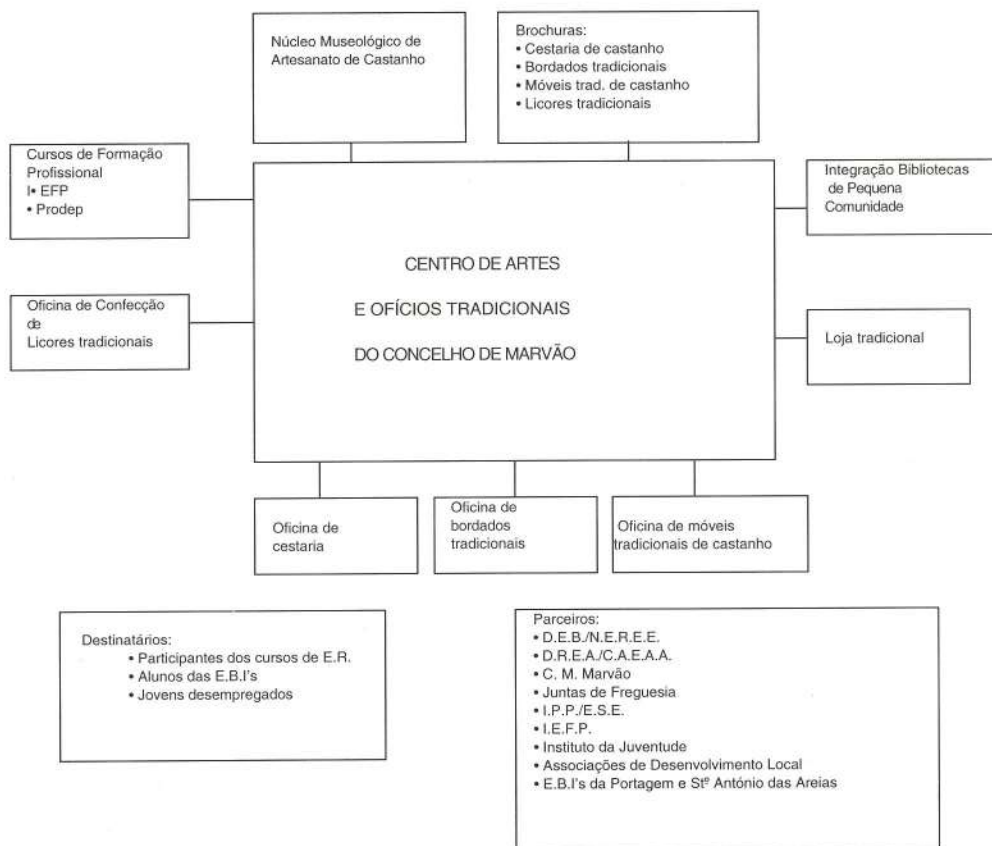
5.1.1 Ensino Recorrente (Ministério da Educação)

Teve início em Setembro de 1995, na localidade de Beirã, concelho de Marvão, um curso no âmbito do Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (P.R.O.D.E.P.), com 180 horas de Formação Geral ao nível do 1º Ciclo de 150 horas de formação profissional nas áreas de iniciação à cestaria de castanho e de iniciação aos bordados à mão. (V. quadro 5.1 e 5.2)

A criação deste curso, após várias tentativas mal sucedidas, para promover a formação de novos artesãos, em especial na área da cestaria de castanho, representa um marco significativo. Embora os grupos etários sejam elevados, verifica-se a presença de quatro mulheres, numa área tradicionalmente reservada a

| Idade/Sexo | Iniciação à cestaria | | Iniciação aos bordados | |
|------------|----------------------|---|------------------------|---|
| | H | M | H | M |
| 15-19 | | | | |
| 20-24 | | | | |
| 25-29 | | | | 1 |
| 30-34 | | | | |
| 35-39 | | | | 2 |
| 40-44 | | | | 1 |
| 45-49 | | | | |
| 50-54 | | 1 | | 1 |
| 55-59 | 1 | 2 | | |
| 60+ | 1 | 1 | | 1 |

Quadro 5.1 Participantes nos cursos de Ensino Recorrente da Beirã, no âmbito do PRODEP



Quadro 5.2 Organograma do futuro Centro de Artes e Ofícios Tradicionais

homens. No futuro, procuraremos sensibilizar camadas etárias mais jovens.

Está previsto que este curso, após o final da intervenção do Ensino Recorrente, tenha continuidade para aprofundamento das mesmas áreas profissionais, através de um acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, Centro de Emprego de Portalegre.

Ainda no âmbito do Ministério da Educação, com o apoio da Câmara Municipal de Marvão, foi por nós elaborado um projecto de criação de um Centro de

Artes e Ofícios Tradicionais, com oficinas de cestaria de castanho, de bordados tradicionais, licores tradicionais e ferro artístico, para além de uma loja tradicional. O referido Centro esteve inicialmente previsto para funcionar em instalações adstritas à Escola Básica Integrada da Portagem. A não inscrição de participantes na formação proposta, determinou que o curso se realizasse no lugar da Beirã, ficando em aberto a localização do Centro de Artes e Ofícios tradicionais.

5.1.2 Parque Natural da Serra de S. Mamede

O Parque Natural da Serra de S. Mamede está a desenvolver um projecto de investigação antropológica, integrado no programa Sistema Museológico para as Áreas Protegidas do Instituto de Conservação da Natureza, relativo à área do Parque Natural da Serra de S. Mamede.

O objectivo é a constituição de diversos núcleos temáticos com vista à constituição de um ecomuseu, na Quinta dos Olhos de Água, freguesia de S. Salvador de Aramenha, concelho de Marvão, pretendendo uma primeira fase efectuar a reconstituição de uma casa rural tradicional, de um moinho de água ou azenha e de dependências para criação de animais domésticos.

5.1.3 Instituto do Emprego e Formação Profissional — (I.E.F.P.)

No âmbito deste organismo, os programas de apoio ao artesanato englobam as seguintes modalidades:

- Formação.
- Apoio à criação de emprego.

Os programas operacionais em que se traduzem são os seguintes:

- ACPE — Apoio à criação do próprio emprego.
- IDL's — Iniciativas de Desenvolvimento Local (Dec.-Lei nº 34/95)
- CPC — Conservação do Património Cultural.
- Acordos entre o I.E.F.P. e outras instituições para organizar por gestão directa acções de formação (Porto de Espada, 1991; Beirã, 1996)

5.1.4 Entidades privadas: Projectos turísticos e culturais para a região

Localizados no concelho de Marvão, mais concretamente no vale da Aramenha, encontram-se em fase de execução as infraestruturas necessárias à implantação de um Campo de Golfe, com Hotelaria e Restauração, da responsabilidade da empresa Bevide — Turismo Ibérico de Castelo de Vide, S.A.

Com ligações à mesma empresa, da responsabilidade da Fundação da Cidade de Ammaia, ainda no vale de Aramenha, desenvolvem-se trabalhos de investigação, com vista à criação do Espaço Museológico da Cidade Romana de Ammaia.

5.1.5 Câmara Municipal de Marvão

A Câmara Municipal de Marvão, tem manifestado desde a primeira hora o seu apoio a um projecto que contribua para a preservação das artes e ofícios tradicionais relacionados com o castanheiro e com a castanha. O próprio município promove todos os anos, em Novembro, a Festa do Castanheiro e Feira da Castanha, certame em que se incluem mostras das diversas actividades económicas do concelho, entre as quais o artesanato de castanho.

Nos contactos que mantive com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Marvão, foi-me manifestada toda a disponibilidade, pessoal e autárquica, para apoiar este tipo de projectos.

Aquando de uma reunião promovida para a criação de um Centro de Artes e Ofícios Tradicionais, foram disponibilizados espaços pertencentes à autarquia, para instalação do respectivo Centro.

É igualmente encarada com carinho, pelo município, a criação de um pólo museológico relativo a esta temática.

Na área da formação, a Câmara Municipal de Marvão tem concedido apoio logístico ao funcionamento dos referidos cursos.

Disponibilizou-se ainda para divulgar através da Revista Cultural do concelho de Marvão, IBN MARUÁN o presente trabalho e apoiar outras iniciativas que contribuam para a divulgação e consequente preservação do património Cultural que constitui a cestaria de castanho.

5.2 Outras possibilidades de intervenção

À guisa de recomendações passamos a enumerar algumas das propostas de intervenção que consideramos necessárias para o êxito de um projecto integrado na área do artesanato de castanho, no concelho de Marvão.

Em função das conclusões que nos permitiram os levantamentos e entrevistas aos artesãos, dos questionários dirigidos a actores locais e tendo em conta que os projectos e programas de apoio de diversos organismos e entidades públicas ou privadas, enumeramos as seguintes propostas de intervenção:

- Introdução curricular da temática ao nível das escolas do concelho.
- Formação profissional, com vertentes de aprendizagem para novos artesãos e de formação contínua, nas áreas de gestão, inovação, associativismo, etc., para os artesãos existentes.
- Efectivação de um estudo de mercado com o objectivo de avaliar as possibilidades de colocação dos produtos.

- Realização de uma operação e marketing, para divulgar e promover o artesanato de castanho, complementada com a produção de documentação adequada.

- Criação de um Centro de Artes e Ofícios Tradicionais com várias oficinas e uma loja tradicional para comercialização dos produtos produzidos no Centro como forma de gerar emprego tornando o artesanato uma actividade rendível.

- Criação de um pólo museológico e/ou de um ecomuseu, para a salvaguarda de artefactos e instrumentos.

Um concelho, como o de Marvão, que possui várias estruturas desactivadas, pode facilmente encontrar os locais mais adequados para gerar novas formas de desenvolvimento, conjugando esforços no sentido de estabelecer uma gestão integrada do projecto como forma de preservar as Artes e Ofícios Tradicionais relacionadas com o castanheiro e com a castanha.

CONCLUSÃO

O presente trabalho constitui, para o seu autor, um regresso ao passado da sua infância e juventude, intimamente ligada ao concelho de Marvão.

Confrontado com a necessidade de revitalizar uma forma de artesanato que, de alguma forma, é um símbolo da região onde nasceu, o autor definiu como objectivo central deste trabalho, a preservação, divulgação e rentabilização do Património Cultural relacionado com o castanheiro e a castanha.

Desta forma, pretende dar-se um contributo que, não encerrando em si a

resolução de todos os problemas existentes, impulse a revitalização da cestaria do castanho, alerte para a necessidade de formação de novos artesãos, promova a criação de lojas tradicionais e sensibilize as populações.

Após um enquadramento teórico que apresenta os conceitos gerais e características principais associadas ao artesanato, aos artesãos e ao castanheiro, descrevem-se as matérias-primas, técnicas e instrumentos utilizados na produção de cestaria de castanho, bordados em casca de castanha e licor de castanha.

Foi estabelecida uma metodologia de recolha de informação que integrou a análise bibliográfica e documental, o registo de diversas gravações audio, que constituem histórias de vida dos artesãos e a elaboração de questionários que visavam a obtenção de dados sobre a situação actual deste tipo de artesanato e perspectivas futuras, junto dos artesãos e dos actores locais.

Verificou-se a existência de um número reduzido de artesãos, de idade elevada e com baixos níveis de escolaridade, que sente as dificuldades de uma actividade que necessita ser revitalizada, transmitida a aprendizes e promovida, nomeadamente, através do associativismo de venda.

É opinião consensual dos diversos actores locais inquiridos, que seria útil a criação de um Centro de Artes e ofícios Tradicionais e de um museu temático, devendo existir formação contínua dos artesãos e troca de experiências de diferentes regiões.

Estão em curso alguns projectos de intervenção na área do artesanato, como forma de resposta aos problemas e

necessidades identificados. Destacam-se as iniciativas do Ensino Recorrente (formação de artesãos e criação do Centro de Artes e Ofícios Tradicionais em colaboração com a Câmara Municipal de Marvão), do Parque Natural da Serra de S. Mamede (constituição de um ecomuseu em S. Salvador da Aramenha), do Instituto do Emprego e Formação Profissional e de diversas entidades privadas que investem em projectos turísticos e culturais para a região.

Simultaneamente, são colocadas pelo autor do trabalho algumas respostas de intervenção.

A conclusão final é que a revitalização e rendibilização do artesanato de castanho, passa necessariamente pela integração dos diversos projectos de intervenção existentes ou propostos. Sugere-se, igualmente, a criação de um organismo integrador que coordene as diversas iniciativas.

Terminamos este trabalho com o testemunho de Sophia de Mello Breyner Andresen, transcrito da revista Forma Nº29, p. 48, edição da DGEA, 1988, que descreve de uma forma simples e precisa a arte da cestaria:

ESTEIRA E CESTO

No entrançar de cestos ou de esteira
Há um saber que vive e não desterra
Como se o tecedor a si próprio
tecesse

E não entrançasse unicamente
esteira e cesto

Mas seu humano casamento com a
terra

NOTAS

- ¹ “Apoio ao Investimento, Artesanato e Criação de Emprego”, *Plano de Desenvolvimento Regional (PRP)*, 1994-199 p. 246
- ² Diário da República, I Série-A, nº 36, de 11-02-1995. pp. 892-895.
- ³ SEABRA, José Augusto — “Temas Portugueses”, *Fernando Pessoa ou o poetodrama*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa. 1988. pp. 155-156.
- ⁴ ALMEIDA, Anabela — *Castanheiro*, suplemento destacável do Correio da Manhã nº 6013, 22/10/1995.
- ⁵ SERRA, M. Cameira — *O Castanheiro e a Castanha na Tradição e na Cultura*, Assembleia Distrital da Guarda. Guarda. 1990. pp. 27-28.
- ⁶ BUENO R. Primitiva — *Os Dolmens de Valência de Alcântara* — Tese de Doutoramento (?).
- ⁷ ALMEIDA, Anabela — *Castanheiro*, suplemento destacável do Correio da Manhã nº 6013, 22/10/1995.
- ⁸ CARVALHO, Albino — “Valorização diversificativa dos produtos dos castinçais”, *Encontro sobre Soutos e Castinçais (Conservação, Silvicultura e utilizações)*, Clube de Biologia e Geologia da Serra de S. Mamede, Portalegre. 1989. p.2.
- ⁹ CORREIA, A. Amado — *Artesanato da Região Centro, Catálogo*, I.E.F.P., Coimbra. 1992. p.189.
- ¹⁰ Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, v.V. Ed. Verbo. Lisboa. 1967. pp. 70-71.
- ¹¹ LEROI-GOURHAN, André — “O Homem e a Matéria”, *Evolução e Técnicas I*. Edições 70. Lisboa. 1983. pp.199-203.
- ¹² MENDES, J. M. Amado — *Artesanato da Região Centro, Catálogo*, I.E.F.P., Coimbra, 1992. pp. 25-30.
- ¹³ Diário da República, I Série, nº 299, de 22/12/1980. pp. 4234-4236.
- ¹⁴ SILVA, Jorge Henriques Pais da — In Revista Forma, nº 29. D.G.E.A. Lisboa. 1988. pp.14.
- ¹⁵ FERREIRA, J. M. Cabral — “Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional”, *Cadernos PEPT 2000*, nº 5. M.E. Lisboa. 1994. p.114.
- ¹⁶ FERREIRA, J. M. Cabral — “Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional”, *Cadernos PEPT nº 5. M.E. Lisboa. 1994. p.114*
- ¹⁷ *Idem. pp. 114-120*
- ¹⁸ GAGO, J. Mariano — “Posfácio e guia de utilização”, *Homens e ofícios*, Ministério da Educação. D.G.E.A. 3ª Edição. Lisboa. 1982. p. 80.
- ¹⁹ Apoio ao Investimento, Artesanato e Criação de Emprego”, *Plano de Desenvolvimento Regional (P.D.R.)*, 1994-1999 p. 246.

Referências Bibliográficas

- “Apoio ao Investimento, Artesanato e Criação de Emprego”, *Plano de Desenvolvimento Regional (P.D.R.)*, 1994-1999.
- ABREU, M. e FERNANDES, J. M. — *Serras de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa. 1994
- ALMEIDA, Anabela — *Castanheiro*, suplemento destacável do Correio da Manhã nº 6013, 22/10/1995.
- *Artesanato da Região Centro, Catálogo*, I.E.F.P., Coimbra, 1992
- BELIZ, J. Malato — *Valor científico e interesse didático da flora e da vegetação da Serra de S. Mamede*. Clube de Biologia e Geologia da Serra de S. Mamede. Portalegre. 1986.
- BUCHO, Domingos Almeida — *Mosteiro de São Bernardo de Portalegre*, Edição de autor. 1ª Edição. Portalegre. 1995.
- CARVALHO, Albino — “Valorização diversificativa dos produtos dos castinçais”, *Encontro sobre Soutos e Castinçais (Conservação, Silvicultura e utilizações)*. Clube de Biologia e Geologia da Serra de S. Mamede. Portalegre. 1989.
- CLUBE DE BIOLOGIA E GEOLOGIA DA SERRA DE S. MAMEDE — *O Castanheiro*. Portalegre. 1987.
- COELHO, Possidónio Mateus Laranjo — *Terras de Odiana*, 2ª Edição, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão. 1988.
- Diário da República, I Série, nº 299, de 29/12/1980.
- Diário da República, I Série-A, nº 36, de 11/02/1995.
- EDITORIAL VERBO — *Parques e Reservas Naturais de Portugal*. Lisboa. 1990.
- ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DA CULTURA, v. II, V, VI, Ed. Verbo. Lisboa. 1967.
- FERREIRA, J. M. Cabral — “Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional”, *Cadernos PEPT 2000*, nº 5. M.E. Lisboa. 1994.
- FREIRE, Maria Helena Reis — *A Natureza nos Usos e Costumes da População da Serra de S. Mamede*. Clube de Biologia e Geologia da Serra de S. Mamede. Portalegre. 1989.
- GAGO, J. Mariano — “Posfácio e guia de utilização”, *Homens e Ofícios*. Ministério da Educação. D.G.E.A. (3ª Edição). Lisboa. 1982.
- GARRAIO, Isilda — *A indústria das canastras na Serra de Portalegre*, texto apresentado na 1ª Semana de Estudos Etnográficos e Folclóricos do Distrito de Portalegre. Julho de 1988.
- HOTEL GARCIA D’ORTA — *Pela Serra de S. Mamede*. Bevide, Turismo Ibérico de Castelo de Vide, S.A. Lisboa (?). 1993.
- IBN MARUÁN — Revista Cultural do Concelho de Marvão, nºs 1, 2, 3 e 4, respectivamente de Novembro de 1991, Dezembro de 1992, Dezembro de 1993 e Dezembro de 1994.
- LEROI-GOURHAN, André — “O Homem e Matéria”, *Evolução e Técnicas I*, Edições 70. Lisboa. 1993.
- PENA, António — “Roteiros da Natureza”. *Região Alentejo*. Círculo de Leitores. Lisboa. 1992.
- SCHMIDT, Luisa — *Artefactos: o cesto e as peles*, nº 2. Cadernos do Expresso com o apoio do IEF, nº 1126. 28/05/1994.
- SEABRA, José Augusto — “Temas Portugueses”. *Fernando Pessoa ou o poetodrama*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa. 1988.
- SELECÇÕES DO READER’S DIGEST — *À Descoberta de Portugal*. Lisboa. 1982.
- SERRA, M. Cameira — *O Castanheiro e a Castanha na Tradição e na Cultura*. Assembleia Distrital da Guarda. Guarda. 1990.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da — In Revista Forma, nº 29, D.G.E.A. Lisboa. 1988.

UM “PEDIR-CHUVA” NA FREGUESIA DO SALVADOR

Manuel Ramiro Salgueiro

Por mais aparentemente indiferente que seja uma comunidade, ao recalcar para as profundezas do inconsciente todo o sentimento religioso, congénito e adquirido, seja por falta (ou excesso) de aculturação, seja por medo e vergonha, a sua religiosidade acorda sempre no limiar da consciência quando acicatada por uma necessidade imperiosa, incapaz de ser removida por mãos humanas, mesmo que muito sabedoras e eficazes. Essa religiosidade pode vir magicamente carregada de ódio e tornar-se praga, mesmo blasfêmia, carregada de amor e tornar-se encómio laudativo, carregada de fraqueza e de impotência e tornar-se prece. Mas sempre a divindade é evocada e invocada, sempre ela é chamada a estar em sintonia com o coração. É que no fundo esta ligação está lá. Outra cousa não é a religião. É-se naturalmente o “homo religiosus”. Este, são a maior parte das vezes circunstâncias de toda a ordem que o adormecem e o tornam no “homo profanus” que parece ser, mantendo recalcada no fundo do seu eu a verdade daquilo que é, religiosidade por natureza, ligação natural à divindade transcendente. E esta ligação acorda sobremaneira para o “alto” quando a situação-limite acontece.

O povo da freguesia do Salvador não é muito rico. A maior parte dos casais não rondava até há bem pouco tempo pelo pequeno remedeio. Assoberbado pelo dia a dia de trabalho, passa indiferente ao lado das igrejas e capelas, mas temo-lo praticamente todo “na nossa festinha” em honra do santo de maior “lemeada”, indo um homem à festa ainda que seja só para emborcar “manta” comprada e oferecida e ficar podre de bêbedo e dormir ao relento do tempo, para correr “aqui t’apilhe, além t’alcance” à frente

duma vaca magra na tourada do "Mãie do Monte", ou até para vestir uma opa vermelha, doutra cor, e ir na procissão e pegar num tocheiro, num andor, no pau do pálio, quando se é mais "fino". Dantes, se se era jovem, fazia-se ainda o "roçadilho"¹ possível na "balharada" à noute, no "terreiro" improvisado com "farelos de sarrador" ou no taboado da Sociedade da Portagem ou do Salvador.

Sentindo sempre duras necessidades, o povo da freguesia do Salvador tem-nas colmatado como tem podido. O pior é quando o "reméide" que as rodeia, depende da mão onipotente do "Universo", vingando as "injustiças" que se lhe praticam. Nessa altura é Deus que não nos ama, é Deus que dorme, é Deus que se esqueceu de nós. E então o povo da freguesia do Salvador comporta-se de maneira diferente. Volta-se mesmo para Deus. Acorda-o, acordando-se a si mesmo para a religiosidade. Tenta captar-lhe as boas graças, embora numa maneira "rajásica"².

Neste caso, é já a consciência inconsciente dum "corpo místico" que sofre, "corpo místico" em que todos magicamente se incluem, pois o "Pai", o "Tudo-num-Só" está de facto a sofrer, esse sofrimento é "introjectado" pela comunidade, dentro da comunidade é "introjectado" pelo indivíduo, o qual, carregando com o "pecado original" da sua incúria, não tem outro remédio senão penitenciar-se. O povo do Salvador, "os homes e tude", deixa então a sua religiosidade vir ao de cima, os homens não têm medo de rezar e de cantar "com' às mulheres", todos se acham no dever que não sabem bem o que é, o "Deus vivo" de Jeremias, a Providência proposta pelo Estoicismo, o Fatus romano-latino, o Universo (Purusha) inteligente bramânico, ou mesmo a

síncrese de tudo isto, que é realmente a ideia que o "homo religiosus" faz da divindade. A fé fala então de que a divindade existe (ex-siste), está aqui. O culto religioso orienta-se nesse sentido. Aplicam-se os rituais tradicionais aos novos cenários. E comporta-se então o homem ambiguamente, como algoz e vítima. Como algoz foi "profanus" de mentalidade, ambicioso, pouco respeitador do seu semelhante e da natureza que tudo lhe dá, cego nas possibilidades que a tecnologia lhe oferece, e não pensou nos outros, no Outro. Como vítima é agora o "homo religiosus" que se autopenitencia, se flagela, pede perdão por todas as suas faltas e lembra-se que só em comunidade pode subsistir. Só então o verdadeiro Deus lhe fala de facto do fundo do coração, onde tem permanecido esquecido.

Os mais antigos, sem meios tecnologicamente suficientes, tiveram que sujeitar-se às variações da Natureza. Quando ela se negava a servi-los, esperavam com calma que ela modificasse os seus planos. Vendo que a Natureza os não ajudava, muito religiosamente pensavam que não tinham sido eles a ajudá-la convenientemente. Não tinham outro remédio senão o de arrepender-se. Pelo arrependimento tomavam conhecimento dos erros cometidos contra a mesma Natureza (Deus), portanto contra si mesmos, pois inconscientemente sentiam que magicamente tudo está ligado. E vinha a expiação. Regenerando-se a si o homem convidava a Natureza a regenerar-se. Poupando, recebiam o perdão que pediam. Introjectando em si a culpabilidade do "nefas" que os atingia, projectavam naturalmente no exterior a consciência do seu sofrimento. Voltando-se para "o alto", todo o ambiente era de

poupança, de carestia, de tragédia, de lamentação. A jaculatória e a penitência em privado, o cerimonial em público. Enquanto a Natureza se retraía por condição própria, os homens sofriam, medindo o contraste destes momentos presentes com os anteriores de felicidade. Este dobrar-se sobre si mesmos fazia os homens prescindir dos bens até certo ponto supérfluos e verificar que não é delapidando ingenuamente que se é mais feliz. Entretanto a Natureza tinha tempo de regenerar-se, de reencontrar o equilíbrio e tudo, com o tempo, voltava à normalidade.

Os homens de hoje, assoberbados pelo "instinto de posse" e pelo "medo de perda", acicatados pelo direito cultural à propriedade, embalados no desenvolvimento consumista numa "economia de substituição", vivem outra filosofia — "pago, logo gasto!". Quando faltar, falta para todos. E lá se vai pedir um subsídio ao Governo³.

Mas o "pago, logo gasto!" continua a ser sucedâneo do roubo, sobretudo quando se trata de recursos naturais, a que todos têm direito e que são sempre limitados. Nem a entidade pagadora nem a entidade vendedora são donos absolutos do bem que transaccionam. Recursos naturais como o sol, a água, o ar, a terra, a caça, a pesca, são agidos com o mais primitivo dos egoísmos, como se ainda fôssemos "meia dúzia de gatos" (fora os gatos que não são para aqui chamados e não têm culpa nenhuma), a viver numa "floresta amazónica", que consegue satisfazer todas as necessidades primárias dessa meia dúzia. Perdemos a consciência de que somos solidários, até com os animais, plantas e cousas. Satisfazemos inutilmente as exigências dos nossos instintos de "morte" e de

destruição, sem nos lembrarmos de que as consequências dos nossos actos são reversíveis e de que, mais tarde ou mais cedo, seremos vítimas deles, como se o Deus de Moisés não fosse também o dos Egípcios, o de S. Jorge não fosse também o de Santiago. O tempo das "codornizes" e do "maná" a caírem do céu é mítico por mais que interpretem a Bíblia. A era dos peixes já passou. Hoje o planeta Terra é uma "aldeia", onde já nos acotovelamos uns aos outros. E o "homo modernus" por mais inteligente e culto que se diga parece que continua mais cego ainda do que os seus antepassados. Tornou-se absolutamente profano. Tem inteligência mas perdeu a alma, o coração. Esquece-se de que deve poupar, mesmo quando muito tem, de que o Universo vive em dialéctica, de que um desequilíbrio parcial afecta o todo, de que "cá se fazem, cá se pagam". Na escola, mesmo em família, ensinaram-no só a dominar, a açambarcar, a competir, a destruir, a só aparentemente respeitar os direitos alheios, sobretudo quando eles se diluem no campo do colectivo e do universal. A justiça continua "humanista" no pior sentido que é o do egoísmo. Os direitos dos outros seres naturais são apenas tema de retórica balofa em todas as instituições humanas e isto só se a sua discussão reverter a favor do mesmo egoísmo humano. Depois disto são apenas poesia, quando muito uma tirada de moral que nem o moralista respeita, e, no fim uma choradeira, quando já não há remédio. Tenhamos a consciência de que somos o animal mais cruel, mais desestabilizador do equilíbrio biótico. Acabemos com as fábulas e analisemo-nos uns aos outros sem o rebuço da parábola⁴.

Vêm estas considerações a propósito da calamidade "seca". E mais do que

nunca é preciso lembrá-lo. Segundo consta, a partir do século XIX, o clima da região de S. Mamede ter-se-á tornado cada vez mais quente e seco⁵. De facto os glaciares na Europa estão em franca recessão e as chuvas sazonais sobem cada vez mais em latitude. A seca assola cada vez mais o Sul da Península Ibérica. Esta, dizem, caminha gradativamente para a "sahelização", um eufemismo que significa pura e simplesmente desertificação. Só isto já basta para fazer arrepiar os cabelos. O Alentejo sente a falta de água que todos lhe conhecemos. A Espanha parece que se continua a estar nas tintas para o nosso problema e o "Governo da República" apenas sorri. A nossa região não tem sido alheia ao fenómeno. Não têm tido consciência disto os proprietários de imóveis, os construtores civis, os madeireiros e os incendiários. Os nossos pinhais, desde a Tapada do Sameão até ao Estivangil estão aparentemente pujantes, mas a sua copa não é verde, é loura, talvez devido às chuvas ácidas e à seca. A nossa memória colectiva está cheia de acontecimentos de falta cíclica de água. Nós pessoalmente temos bem presentes na memória alguns períodos em que a escassez de água foi quase total. Então o povo rural é quem sente mais na carne a miséria e a falta da água, já que falha para ele a "economia de subsistência" que sempre foi a sua.

Saibamo-lo. Nós somos em grande parte os culpados. Primeiro, não poupamos. Segundo, destruimos o equilíbrio ecológico. Só então quando a água, esse bem natural tão precioso, nos falta, é que nos lembramos de que Deus é Pai, de "Santa Bárbara" porque não "fazem trovões". Que a água seja "minha" e não se pensa nos outros. E, quando dizemos os outros, pensamos nos animais

e nas plantas selvagens, nas reacções químicas naturais, que também precisam de água. "Mal por mal morra o meu pai que é mais velho". Mas, quando se atinge a situação-limite, têm que morrer todos, já que não há nada para repartir. Se começamos a esgotar os vales, as primeiras vítimas são as nascentes das encostas. Quando se altera um curso de água está-se a criar problemas à vida que se serve dela, ali e a jusante, pelo menos.

Pois é a seca que está sempre na origem inglória do "pedir-chuva" de que aqui arrazoamos para lembrá-lo. O "pedir-chuva" ultrapassa todas as religiões e é recuperado por todas elas, já que está ligado às necessidades básicas do homem. A água é um alimento primordial, um constituinte básico dos seres vivos. Sem ela é a morte. O ritual deverá ser característico de todas as regiões em que a intermitência das chuvas pode acontecer por períodos demasiado longos. Um esquimó com dificuldade pensará nisso.

Na região de São Mamede este cerimonial tem acontecido de quando em quando. Os cânticos de "pedir-chuva" que hoje aqui apresentamos são disso uma prova. Já no nosso tempo uma vez ou outra houve "pedir-chuva" na freguesia de Salvador. Da Escusa ia-se em procissão até ao Salvador, passando pela igreja da Casa Nova.

O ritual deverá consistir em preces públicas, nas quais todo o povo da comunidade participa, orientado pelos seus sacerdotes. O clima geral não é o dos dias festivos, mas o dramaticamente patético. Os trajes são pesados e sérios, para que o exterior condiga com o interior. A procissão da "festa" metamorfoseia-se em peregrinação ao santuário longínquo. As imagens, se as há conduzidas nos andores, são escolhidas

a dedo⁷. Procura-se todo o teatro simbólico de rigor, de desolação, que comova os espíritos e os arraste à penitência. Invocam-se as divindades mais próximas, mais "caseiras", mas também se insiste na entidade quase esquecida, o "Padre Eterno", talvez numa identificação



Júlia da Conceição Ramiro, informadora

inconsciente dele com a origem real da sua imagem, o Universo tornado "Natura Mater", "Providência". Até parece que se ultrapassa o "historicismo" cristão para voltar à crença mítica no "Pai", o Espírito Universal, criador, regenerador, ordenador de tudo, que, só ele, pode modificar o curso dos acontecimentos, pois Ser e Tempo são ele mesmo. Referencia-se assim a divindade-limite, identificada com a totalidade das forças cósmicas. Insiste-se, portanto, na evocação e invocação da Trindade, e não só do Filho, o "Verbum caro factum est", mais próximo, como o Cristianismo tem vontade que se faça. Para o Cristianismo a Trindade está praticamente unificada no "Filho", sendo as outras duas pessoas lembradas ocasionalmente. A Virgem aparece em função do mesmo Cristo, prolonga o seu papel demiúrgico e mediano, secundarizada como Mãe da "Carne", intermediária entre Deus e a "Carne", mas mais próxima desta porque mais próxima do homem.

E é todo o conjunto de comunidades que se move no mesmo sentido. O fenómeno "seca" nunca é localizado. Quando acontece toca a todos. Todos rezam, todos cantam, todos peregrinam, todos passeiam as suas imagens mais queridas pelos campos,

como a mostrar-lhes "in loco" a desgraça que está a acontecer, para que elas se interessem mais vivamente, actuem mais rapidamente, se possível, como representantes de forças cósmicas que são na origem, neste caso muito próximas do único que pode mover o Mundo e modificar a sua relação com o homem⁸.

É deste clima místico tradicional, muito enraizado na Escusa, que sai o seminarista Manuel Cebolas Folgado⁹, o qual, segundo consta, será o co-autor principal dos hinos de que vamos aqui tratar. Por dados da sua biografia, pelo clima cultural vivido na Escusa, pelas tradições que correm, se deve concluir da força espiritual enorme deste homem, que tocava crianças e adultos com a sua presença, naturalmente a impor-se a quem com ele contactava.

A informadora que nos legou estes documentos foi Júlia da Conceição Ramiro, nossa mãe. Fomos recolhendo com gravador múltiplas versões e notícias. Mas a informadora, de avançada idade, é com certa dificuldade que se atinge o que ela quer significar pelo canto. Usámos para isso o subterfúgio da repetição. Conseguimos mais de treze fragmentos melódicos¹⁰. Mas só atentámos nos treze essenciais para a reconstituição dos cânticos, os quais falam alto da criatividade de que é capaz uma comunidade, seja ela da Escusa ou não¹¹.

Vamos tentar mostrar os passos que demos para a reconstituição destes cânticos, não sem antes inserir o conjunto no meio em que terá possivelmente nascido. Não é sem uma carga de dúvidas que apresentamos aos leitores do nosso trabalho todo o esforço que fizemos, já que as dificuldades nos surgiram de todos os lados, primeiro porque somos apenas um novato amador de música, segundo

porque a nossa preparação etnográfica é nenhuma, terceiro porque, por mais que queiramos explicar a alma da nossa alma, que é a alma do povo em que nascemos, ela escapa-se sempre por um fio, e tudo o que dissermos não passa de conjecturas. Perdoe-se-nos esta impossibilidade pela boa vontade com que trabalhamos para a reconstituição do tesouro cultural da nossa terra, que só agora, pela acção de uns tantos voluntariosos como nós começa a ser revelada ao mundo, pois sempre o concelho de Marvão, ao longo do tempo, tem permanecido ignorado, já que os seus mais ilustres(?) filhos só se têm preocupado em acarretar-lhe a riqueza para fora das suas fronteiras. Só vemos nisso uma razão. É o facto do meio ser essencialmente agrário. A cultura agrária carrega com o labéu de "ganharás o pão com o suor do teu rosto". Ser agrário é ser pobre, ignorante, humilde, sério, pacífico, qualidades que nunca agradaram aos deuses que fizeram a história. Ser agrário é ser presa fácil para uma besta que goste de caçar, retaliar, investir em território alheio. Ser agrário é ser obrigado a "fossar" ao serviço do "engenhocas" que trabalha a pensar que trabalha bem sentado no gabinete, a pensar que pensa e por isso trabalha. Ser agrário, ao longo do tempo, tem sido sempre ser obrigado a ser escravo. A agricultura é sempre desprezada por quem não a pratica porque é suja. Este é o labéu que cultivaram os donos do concelho de Marvão, os quais sempre têm vivido fora dele. A cultura agrária aos seus olhos não tem passado de mera curiosidade para olhar de relance e esquecer logo. O povo do concelho de Marvão continuou a fazer o que sempre tem feito: alimentar guerreiros de passagem e senhores em vilegiatura. Teve pouca (ou muita) sorte de ser agricultor.

De facto alienou-se na tradição de inferioridade que a agricultura não deve ter. A grande riqueza da agricultura é a de que o agricultor nunca poderá ser muito rico e poderoso precisamente porque respeita a terra, não exige dela o desnecessário, muito menos o excedentário. Se o agricultor se torna industrial estraga tudo. O verdadeiro agricultor conhece a sua verdadeira vocação, a defesa da saúde. Há por aí bastos exemplos de que o agricultor está a perder a sua intuição criadora e a alienar-se em processos que já começam a ser ruína. Mas será mais uma vez a agricultura que nos trará a salvação quando verificarmos que nos estamos a tornar loucos e criminosos. Por isso o povo do Salvador não tem nada que se sentir inferiorizado em relação a "lagóias" e "cardadores" que o cercam e tentam explorar¹².

Os documentos que aqui aduzimos mostram à evidência que o "pedir-chuva" é tradicional na freguesia. A informadora diz que o ritual se repetiu pelo menos duas vezes, no tempo da sua infância e pré-adolescência. Uma vez, era ela "pequena".

Nascida em 1897, não poderia fazer uma caminhada a pé antes dos cinco anos de idade. Portanto é plausível que tenha havido um "pedir-chuva" por volta de 1902 a 1904. Doutra vez, diz ela que já era "grandota". Este "grandota" quer dizer que já era pelo menos pré-púbere, portanto deveria ter 8 a onze anos de idade. Deverá ter havido, pois, outro "pedir-chuva" entre 1905 e 1908¹³.

A informadora transmite também a notícia de que, num ou nos dois cerimoniais vieram procissões para a Escusa. O primeiro cerimonial (ou até ambos) pelo menos deverá ter atingido os paroxismos do patético. Diz a informadora que "fui c'uma capela de silvas na cabêça", que

"ous cachopes pequenos fizeram uma capela de silvas e puserim-la na cabêça". Pelos vistos até os "anjinhos" foram penitentes¹⁴.

É surpreendente que até o Porto da Espada, tradicionalmente indiferente, até a Portagem e Salvador, tão ao pé da Ribeira, participem num cerimonial como este. Deverão ter sentido também na pele a grande pressão da seca. Não surpreende tanto que seja a Escusa a localidade escolhida para terminal da procissão de regresso, embora, ao que parece, um tanto menosprezada pelas outras localidades. A Escusa é a povoação mais afastada de todas as outras¹⁵. Depois é a forte tradição mística e religiosa a que já se aludiu. Dizia-se na altura que "se as da Escusa nam cantarim, nam chove". O Salvador tinha nessa altura o P^e Curado, cuja personalidade mística correspondia em absoluto ao clima tradicional vivido na Escusa. Esta então tinha o "filósofo", ou talvez "teólogo", Manuel Cebolas Folgado, capaz de motivar todo um povo para o acontecimento, sendo mesmo capaz de criar para ele um teatro especial com cânticos e não só¹⁶. A capela da Portagem é recente e pobre, portanto pouco inspiradora de recolhimento. Já falámos da indiferença do Porto da Espada, cuja capela também é pequena e pobre, aliando-se ao desinteresse religioso da população. A igreja da Escusa é tanto ou mais decorada do que a Igreja Matriz da freguesia. Serão motivos suficientes para uma procissão de penitência de regresso¹⁷.

Vamos agora tentar inserir os cânticos no meio hídrico em que surgiram. Mais para meditação dos leitores do que por este ensejo ser necessário aqui.

II

Façamos agora uma pequena análise do meio topo-hidrográfico.

A ti Ângela do Montinho, a nossa avó, costumava dizer que o côncavo da Serra de S. Mamede, ladeado de encostas desde a serra da ti Mari Catrina, por cima da Atalaia, até ao Vaqueirinho, por um lado, a Poente, desde o cabeço da Urra até à serra do ti Marques, a Nascente, guardado a Sul pela serra da Vargem, era o "penico do Céu". Naturalmente, por ilação, pensaria ela que o "penico" era todo o vazio entre montes desde a Arrasa e da Ponte Velha Até à Moutosa, já nos limites do concelho de Castelo de Vide, incluindo o Prado Inglês, a partir de onde a montanha entra em franco declive, em direcção às arribas do Sever e do Tejo¹⁸.

A ti Ângela pensava assim por causa da chuva copiosa que por muitas vezes temos visto cair no Maciço de São Mamede. Mal surge o "capelo" lá no alto diz-se logo "vem aí a chuva". Depois a nevrina começa a descer e a empanturrar as penhas da Carreira, desfia-se em névoa pela encosta abaixo, que não é mais do que uma chuva contínua em diagonal, mostrando-se aos poucos como tal, até atingir todos os recantos do recôncavo. Mas "quando Deus queria até do Norte chovia", e lá vem uma trovoada que faz tremer tudo ou nevão que até parece a Serra da Estrela.

O chamar-se ao Vale o "penico do céu" parece que não será invenção da Ti Ângela do Montinho. Também noutros lados se imagina o jogo do mija-no-céu. É assim:

De vez em quando, um anjinho, já muito "papudo" por baixo das penas e nuvens, levantava tudo e diz:

—Quando mija um anjinho mijam logo todos a fio!

Daí, dão uma grande carreira para um urinol gigante que lá há no céu, com um funil de ralo apontado para o Salvador e logo desabam (desabavam) dois ou três dias de chuva contínua no terreno. Problema da "pilha" dos anjos. "Fugim, cachopas, que se molhim!".

São de facto tradicionalmente conhecidas as castigadoras invernas que desabavam e às vezes ainda desabam, sobre o Maciço. Lembramo-nos de mais de oito dias de chuva contínua, umas vezes mais outras vezes menos. Lá vinha uma ou outra aberta, mas tudo voltava ao mesmo.

E podemos dar graças a Deus. Não sabemos bem o que acontece na zona de Areias, que poderá valer-se do Rio, em caso de necessidade. Mas a Aramenha, se tiver juízo e não for ambiciosa, só muito dificilmente, nos tempos mais próximos, poderá ter uma carestia insuperável de água. O pior é se não há "juízo e cabeça fresca". E já há sintomas disso. A situação piorará se deixar de chover com frequência. Temos um óptimo "termómetro" da situação — as fontes, desde os Olhos de Água até à estação dos caminhos de ferro de Castelo de Vide. Toda a serra a Poente está cheia de fontes particulares e "concelhias", que gorgolejam às vezes ainda abundantemente, porque "as águas narcim sempre contr' o Sol". Mas outras vezes ficam-se, e é uma tristeza.

É que o "Padre Eterno", até parece que cada vez mais amiúde, levanta também o dedo e diz:

—Mijar para aqui é pecado.
Vão mijar para outro lado.

Nesse dia "nam s' avent' ou penique pr' ou Montraminhe". E lá temos nós a

serra de S. Mamede debaixo de seca. Nessa altura expiam os Araminienses as múltiplas asneiras que fizeram, ao desperdiçar sem se importar o maravilhoso alimento que é a água. É por isso que todas as fontes da nossa região nos contam a sua história, entretecida, de "grandezas e misérias".

As fontes de Castelo de Vide subentendem a mentalidade pequeno-burguesa, com forte tendência para o morgadio feudalizante, a alastrar os tentáculos sempre para fora dos limites. O Mousinho da Silveira bem quis lutar contra esta "má consciência". Os Fraústos, os Freixedas, os Azevedos, os Magalhães, sempre tiveram terrenos no vale da Escusa, mas não são de "cá". A antropónimia não fala deles. Sabe-se que o tapadão do Ti Zé Mendes ainda hoje paga foro a Castelo de Vide. O Montinho, a Defesa, o prado do Ti Marques, a Cabreira continuam a pertencer a gente "fora da zona". Não é sem razão que Castelo de Vide se queixa de que a Escusa não esteja debaixo da alçada do seu pelourinho. Na realidade o vale da Escusa era condomínio da Vila. O Araminiense tem sido tradicionalmente o "ganhão" dos "patrões" do outro concelho. Todas as propriedades grandes e mais rendosas eram "arrendamentos" a subalugas, que depois as arrendavam por parcelas (lameiros, folhas). Assim sobreviviam e pagavam a renda ao patrão. As fontes de Castelo de Vide reflectem esta característica sub-rural no seu aspecto barroco e rococó. Mas também elas têm uma história que só um "cardador" poderá contar bem¹⁹

A Fonte Nova, na antiga estrada da estação de caminho de ferro, temos uma magra noção de que já a vimos seca,

apesar do valente caudal que geralmente largam as suas bicas.

A Fonte do Martinho engasga-se desde há muito numa ou noutra bica. Já constou que as suas águas estão inquinadas.

A Fonte da Vila²⁰, está envolvida numa lenda que reflecte bem a animosidade que sempre dividiu "caleiros" ("brigões" para os da Vila)²¹ e "cardadores", isto é, "ganhões" e "patrões", dizendo bem do ressentimento que um "ganhão" "explorado" e não "alienado" tem sempre pelo "patrão" que o explora.

Há na família dos Marques (a nossa família) da Escusa uma lenda²² segundo a qual o primeiro Marques foi um militar (capitão?) fugitivo por amor, que roubou a namorada rica em Abrantes, a qual seria filha do comandante (?) do quartel, e veio para a Escusa, onde viveu com ela. A senhora foi deserddada e por ali ficou o casal. Os seus descendentes nem todos foram valentes como o antepassado original, mas todos muito trabalhadores, a avaliar pelo Ti Gabriel do Montinho, o pai da Ti Ângela, já aqui referida. Terá sido o pai do Ti Gabriel que, andando a guardar cabras no Cabeço da Urra, caíu no chão com um colapso cardíaco, quando viu vir as tropas lá em baixo ao Atalaião (campanhas napoleónicas, guerra civil de 1831, Patoleia?). Caiu redondinho no chão e ali ficou. Terá sido o medo inconsciente do avô "comandante". Mas o ramo do Ti Gabriel, de que já se conhecem pessoas e nomes, tinha homens e mulheres valentes. A Ti Jaquin'à Marques era meia "zozza" e tinha pulsos de homem. Punha-se a trabalhar com os homens e aguentava. Um irmão dela, cujo nome ignoramos, um dia falhou um murro no focinho doutro qualquer, bateu numa

parede e "desencasou o pulso". Felizmente o outro tinha bons reflexos. Foi este Marques que duma vez foi ao mercado das Sextas-Feiras, quando os pedreiros andavam a fazer a Fonte da Vila. Viu lá uns poucos de "cardadores" (os castelovidenses eram sobretudo mestres de ofícios e comerciantes) às voltas com um calhau, sem saber como é que lhe haviam de pegar para o pôr no lugar. A lenda diz que era a pedra que serve de docel à fonte. O "caleiro" "brigão" Marques da Escusa arregaçou as mangas da camisa, pegou sozinho no calhau, como bom "caleiro" que era, mostrou aos "cardadores" lingrinhas que sabia fazer "parede de pedra seca". Só assim a Fonte da Vila foi feita para hoje estar encurralada.

A Fonte da Mealhada tem a história que todos conhecem. Fomos privados dela em nome da civilização consumista, da indústria interesseira, na realidade, em nome da ignorância acomodatória do povo e da falta de divisas da Câmara²³. Foi vendida a particulares e o povo engoliu em seco. Aprisionada, continua do mesmo modo a mandar os restos desperdiçados para o ribeiro de S. João da Azinhaga do Regalo, onde se mistura com os esgotos. Mas muito pouca que se aproveita dentro do ferrolho pode ser trocada por vil metal e quem lucra de certo não é a população. Dá-nos a impressão que já a vimos em S. Miguel onde por sua vez vai alienar para segundo ou terceiro plano as óptimas águas minerais que a ilha produz naturalmente. "Cria boa fama e deita-te a dormir". Isto fizeram as águas de Vidago e Pedras Salgadas. Que pensem nisto os "cardadores" e os "caleiros", como havemos de ver mais adiante.

Vem depois a Fonte do Cortiço. É uma água com características semelhantes às da Mealhada. Mas os vereadores

da Câmara de Marvão teimam em não reconhecer este facto. Triste, muito triste é a história desta fonte. Situa-se na linha de água que recebe a enxurrada da Serra, a Norte e a Noroeste, desde o Atalaião até à Ribeira. Este curso de água devia ser permanente noutros tempos em que a região era muito húmida. Há sinais de passagem da barroca através das paredes de pedra seca que marcam que o ribeiro deveria de ser permanente ou quase e que dum momento para o outro pode pregar uma partida. A abertura de fontes e poços no trajecto, a diminuição da pluviosidade devem ter interferido. Hoje o seu caudal apenas aparece relativamente fraco no Inverno e na Primavera. Abriram-se fontes de "mina" na serra da Ti Mari Catrina, no Atalaião, na Cabreira, e por aí adiante. Abriram-se poços no Roxo, na Defarinha, na Tapada Nova. Esta linha de água continua-se até à Ribeira. Vai recebendo nomes por onde quer que passa. É "barroca" assinalada até à Defarinha, porque geralmente não leva água. Na Defarinha passa a ser "ribeiro", o ribeiro da Defarinha ou do Cortiço porque já leva água todo o ano, embora em pequena quantidade²⁴.

A fonte é um buraco no chão e alimenta o ribeiro todo o ano. A água, na Primavera, atravessa ainda a azinhaga da Malta e é o ribeiro da Malta. Mais abaixo, atravessa a azinhaga do Montinho e é o ribeiro da Casa Nova, porque passa perto da Casa Nova e para não se confundir com o ribeiro do Montinho, lá mais acima. No Verão a água é aproveitada para rega das fazendas da Casa Nova e o ribeiro seca, passa a ser apenas "barroca". Quando corre toma logo o nome de "ribeiro" e é o ribeiro da Defesa, porque atravessa a azinhaga da Defesa, a seguir à Tapada Nova, é o ribeiro do Prado, porque

atravessa aquele lugar adstrito à Escusa, e é o ribeiro das Trutas²⁵ a partir do pontão que está antes das Árvores Fechadas, passando por cima dele a estrada, primeiro macadamizada, hoje alcatroada.

Enquanto a fonte foi necessária para que o gado bebesse, foram-na os moradores limpando, porque no grande chabouco mergulhavam bem os focinhos os machos e as mulas de carga e tracção da Caleira dos Fornos. Até aqui nada contra. Os animais têm o direito de beber como nós. O caudal era suficientemente forte para limpar logo a água da baba das bestas porque, "água corrente limpa a três metros". Ao mesmo tempo ladeavam o chafurdão que envolve a fonte com uma vereda limpa e seca, por onde se podia ir até lá a partir da Defarinha. Aquele chafurdão levava a gente os porcos a enlodrar, no tempo em que os porcos e as galinhas ainda podiam andar na rua.

Há a lenda de que a Fonte do Cortiço não tinha fundo e que quem lá caísse "padrente" ia sempre para baixo, porque o buraco tinha apenas um fundo falso arenoso, que abriria se um objecto pesado o tocasse. Esta lenda tem os seus fundamentos. A fonte está situada no filão de calcáreo que atravessa a zona e que "começa próximo da Senhora de Vitória, nos arrabaldes de Castelo de Vide, seguindo a direcção NO-SE, formando algumas vezes montes elevados, dos quais o maior se encontra a NO entre esta vila (Castelo de Vide) e a aldeia da Escusa, o chamado serro do Cabeço da Urra". (cf. Coelho, P.M.L. o.c. p.256 ss). A Fonte do Cortiço fica no endireito do Cabeço da Urra. Ora é sabido que o calcáreo se dissolve para dar origem a grandes grutas, às vezes autênticos salões, aparentemente sem limites visíveis²⁶. Será talvez esta constituição mineral que dá a leveza

característica à água da Fonte do Cortiço, bem como à da Fonte da Mealhada, que fica na mesma direcção. A lenda poderá relacionar-se com o facto de a Fonte do Cortiço poder ser um "lapão" cheio de água.

Temos a impressão de que, depois das enxurradas, que se seguiram ao "ciclone" dos anos 40, o buraco da Fonte abriu ainda mais. Então os caleiros atacaram-no com macarinhos (pedra calcárea que não servia para o fabrico da cal), ao mesmo tempo que lhe puseram aquele muro em forma de cilindro que ainda hoje tem em volta do chabouco, com a mesma abertura lateral, voltada a poente, que ainda hoje tem, para os animais mergulharem o focinho. Disto não terá andado ausente o caleiro Zé da Incarnaçã, que foi rendeiro da fazenda da Defarinha durante muitos anos e seria o principal interessado em que tal obra se fizesse. A abertura para os animais beberem servia também de escoão para quando a água fosse muita e não coubesse na bica de cano de ferro que lá puseram quase ao resvés do chão.

Foi sempre a Fonte do Cortiço²⁷ um local de difícil acesso pela azinhaga da Defarinha muito mais pela azinhaga da Malta. O ribeiro corre entre paredes da fazenda da Defarinha e da Malta²⁸, as quais estão muito carregadas de balsas e madressilvas que ninguém corta. Isto para além das barrocas que a inverna faz de quando em quando e da grande porção de embudos e outras ervas grossas que entulham a passagem. O melhor acesso ainda era até há pouco a azinhaga da Defarinha. Hoje nem isso.

O povo da Escusa vive iludido com a sua água canalizada e esquece a Fonte do Cortiço, que é talvez a única fonte de água medicinal da freguesia da Aramenha.

Para isso deve ter contribuído a dependência costumeira de Castelo de Vide, pois a alienação defende sempre o "patrão" e na Vila havia e há fontes termais, a defender (veja-se o exemplo de Vidago e das Pedras Salgadas), a falta de representatividade autárquica por deficiência de peso económico, a má gestão dos seus vereadores tradicionais que subestimaram sempre os interesses da povoação em função dos seus próprios e dos vizinhos estranhos, mais poderosos. Aliás dentro do Concelho de Marvão as fontes termais de Maria Viegas e da Bica pouco melhor estarão.

Dantes, na Fonte do Cortiço, era um prazer ver as doninhas e os alfaiates a fazerem a sua dança de "partícula de Brown" à superfície da água e os tira-olhos a voarem sem direcção precisa. Era um prazer beber aquela água leve, pura, que "cai bem no estômado". Espantavam-se as doninhas, que iam fazer remoinho para outro lado, e pronto. Hoje está a fonte vergonhosamente entulhada de todos os lados. É ridículo que um candidato à chefia da Câmara tenha incluído no seu caderno de encargos o de limpar a Fonte do Cortiço, se fosse eleito, como se qualquer pelouro em exercício não tivesse por obrigação velar pelos interesses das populações que o elegem. Por isso é pena que o pelouro em exercício também tenha esquecido a Fonte, convencido de que o provimento de água à Escusa está resolvido de uma vez por todas. Aquilo tudo é um lamaçal que não tem ponta por onde se lhe pegue. É uma vergonha que desdoura toda a "fachada" que já por ali há. O caudal está muito diminuído devido às secas contínuas e aos muitos poços artesianos que por ali se abriram. Já antes, quando a nora da fazenda ao lado trabalhava, o caudal da Fonte se ressentia.

De qualquer modo, o pouco que há podia ser ainda recuperado. A limpeza do local, a protecção do chabouco, transformando-o numa fonte com bica em condições de encher cântaros e bilhas, como alternativa à água mal gostosa "da parede", não levariam grandes custos. Ajardinando minimamente o local com vegetação autóctone, não importada (bastariam as mesmas plantas e ervas do local), colocando lá uns bancos de pedras toscas, tipo "passadeira" de ribeiro, tínhamos um óptimo passeio de repouso, longe da estrada que hoje está praticamente intransitável para peões (outro problema que a Câmara tem que ter em conta dentro em breve). "Mas nam dêxim entrar lá os artenovas ouvíndes?" Seria bom estudar ecologicamente o local, para ver se há alguma espécie a preservar.

Depois é a Fonte do Montinho²⁹. Esta fica a meio da encosta da serra da Carreira³⁰, no alto da qual se encontra uma encumeada de canchos a que chamam Penha (-s), dos quais o mais conhecido pelo nome é o Cancho do Lobo. Este fica acima do Montinho e é sobranceiro à Escusa.

Caracterizou noutro tempo a fazenda do Montinho a sua caudalosa fonte pública. Era um comprido cano tosco de alvenaria, tapado com lajas de cantaria ou "pedra de safra". A gente ia por cima do cano e via a água a correr pelas físgas das lajas. O cano metia-se na serra por entre silvas e mato ali a uma vintena de metros. Em menino tínhamos medo de avançar por entre aquele "salcedo". O desaguadouro da fonte era uma caleja de cantaria de "meia cana", que corria sempre cheia, a fazer muito barulho para dentro da pia cúbica oca de cantaria, que fervia de tanto balão de água. Da pia corria a

água para o "ribeiro do Montinho", um chabouco artesanal, consistindo numa vala que se tapava ao fundo com pedras, touceiras e mato. De cada lado do chabouco havia "pedras de lavadeira" e nelas lavavam as mulheres a roupa. Já lá vai o tempo em que aquela água pura lavou muita cagaita. As mulheres colocavam-se dos dois lados, nas lavadeiras de "pedra de safra", por ordem de chegada. As que mais cedo chegavam mais perto da bica ficavam e assim não apanhavam com a cagaita das outras. Havia menina que se levantava ainda de noute para apanhar a primeira pedra junto à fonte. Mas também havia o cuidado de lavar a roupa muito suja à saída do ribeiro, sobretudo quando se tratava de cueiros cagados e cus de ceroula barrenta. Era ao fundo do ribeiro que também recebiam a primeira lavagem e se "esgremiam" as tripas da matança. A roupa ia sendo lavada cada vez mais acima até poder ser posta a corar. Pedia-se por favor às de cima para poder usar a sua pedra delas quando era preciso enxaguar em água mais limpa, estabelecendo-se naturalmente uma certa hierarquia de limpeza. Só no fim, é que se punha a roupa dentro do canastrão mesmo de baixo da bica ou pelo menos se enxaguava com a água da pia. Depois de bem torcida, a roupa era posta a secar ou a corar nas peras de balsas e nos carapeteiros que nasciam por ali ao lado da "barroca" que vinha da serra³¹. Aqueles "salcedos" ficavam nevados de tanto lençol e camisa de paninho branco. Os meninos pequenos eram levados à ilharga, juntamente com canastrão da roupa que ia à cabeça. Iam escarrapanchados no quadril ou ao colo, ali ficavam dentro do mesmo canastrão que servia de berço e de "parque". Não havia perigo de ficar mijado porque era logo esfregado com

todo o sabão e areia que havia. Os outros, que já podiam caminhar, por ali andavam "em pelote" ou em ceroulas de cu aberto a "bater pratos", à espera que as calças e as ceroulas se acabassem de enxugar³².

A água que saía do "rebê" ia num rego pelo terreno até meter numa pia de cantaria ao resvês do terreno, donde saíam duas meias canas de caudal igual. Uma seguia pelo rego de telha de alvenaria e ia meter no tanque logo ali, tanque do tipo conventual que nós, em menino, achávamos descomunal, antes de vermos as modernas barragens. Para o tanque descia-se por uma escada de alvenaria não muito baixa, pois a altura do tanque deve rondar por cerca de três metros na parte mais funda. O tanque era, se bem nos lembramos, de forma hexagonal irregular, também de alvenaria e, muito "esbouquenado", já deixava "gemer" a água pelas arrachas e nunca enchia completamente. A água dele nunca era limpa, mas sempre cagaitosa e espumenta. A água atravessava depois a bucha e ia "de seu pé" rego abaixo regar a fazenda, ali a uns cem, duzentos metros. A outra "meia cana" atirava a água para outro rego de telha árabe muito lisa, a qual descia sempre pela "carreteira" que levava à azinhaga do Montinho, quando encurva para a Barradas, atravessava a azinhaga e ia entrar no tanque do Montinho da esquerda, onde durante "munto ane" morou a prima Mari Carrilha do Luís, "o seu home dela"³³.

Depois foi a água canalizada para a Escusa. Foi o fim da Fonte do Montinho. Aproveitou-se a "lei dos vasos comunicantes" e foi pôr-se uma arca fechada a meio da calçada da Mina, em frente donde morava dantes o Ti Zé Broa, um pouco abaixo do buraco do Calhó, quase em frente do portão do quintal do Snhum

Santa Cruz. Não se gastou dinheiro com a elevação. Destruiu-se o cano que a Fonte do Montinho tinha e cravou-se-lhe uma instalação recente de cimento e alvenaria. Parece que terão cavado um poço pois ouve-se a água a correr do alto, fechado com porta de ferro, tudo extremamente feio. O que mais choca é que a antiga bica conventual está praticamente seca todo o ano, só servindo de "ladrão" quando a água não cabe na canalização. A água de serventia ao regadio sai ao rés da terra por um ilhó de plástico, rodeado dum cu de cimento.

A água foi para a Escusa e foi bem. As mulheres da Escusa e arredores eram umas mártires, sobretudo quando, em madrugadas de "codorno", tinham de ir lavar aquelas canastradas de roupa suja e barrenta do barro da Caleira, atravessando as passadeiras do ribeiro da Casa Nova, de canastrão à cabeça e menino ao colo, subindo aquele mau piso da azinhaga de "pedra lousinha" escorregadia, a escorrer água no Inverno, com silvas de paredes a prenderem-se-lhes à "roupinha" e à saia. A água, instalada na povoação, ajudou muito. Só o que se não compreende é que a água, que devia de estar a correr pela bica do Montinho, se perca ingloriamente num lavadouro cujas torneiras ninguém fecha nem arranja, esbanjando-se por um rego que vai não se sabe para onde, a toda a hora da noite e do dia³⁴

Por outro lado fez-se uma instalação que não serve toda a povoação, pois o cimo do Monte, acima da "arca de água" que lá se fez, ficou "a ver navios" do alto da Mina, já que a água só poderá subir mais se um motor eléctrico a levar. Convenhamos que não era despesa por aí além.

Era bom que o povo da Escusa, a que a Fonte do Montinho³⁵ de facto ainda pertence, se lembrasse destes senões, para que as novas levas de oportunismo lhe não levem o pouco de água que ainda resta ao Montinho. Seria crucial corrigir a debitação do Lavadouro, enviar a água, que se estraga ali, para o cimo do Monte, e pôr a bica do Montinho a correr água permanentemente. Também seria necessário dar um tratamento adequado ao local, ligar a Fonte às azinhagas da Malta e do Montinho, serventias que sempre teve, sem que esta serventia seja concedida por favor. Tirem dali toda aquela alvenaria caiada. É feia e destoa.

Algumas vezes a Fonte do Montinho secou, algumas vezes rebentou de novo com alma. Hoje está seca devido ao oportunismo e à incúria. Se não se gastasse tanta água inutilmente na Escusa a Fonte do Montinho poderia continuar a correr, não digamos tanto quanto antes, mas pelo menos com aquele ar de mãe protectora e poderosa que tinha dantes, para junto da qual nós fugíamos sem saber porquê e na qual bebíamos, mesmo sem ter sede. Era o "arquétipo" da Água a chamar-nos.

Mais ou menos na mesma direcção, a cerca de mil metros para Sul, e um pouco mais alta, está a Fonte do Ribeiro Pinheiro. Esta fonte tem dado que falar quanto a repartição de águas na Freguesia de Salvador. Lembramo-nos de que, na nossa meninice, quando quiseram levar-lhe a água para o Salvador ou para outra localidade qualquer, não importa, se "alevantou" o povo da Escusa, sobretudo as mulheres. Elas sabiam bem porquê. Pegaram nos cachopos e lá fomos todos ao Ribeiro Pinheiro. berrar "a água é nossa!". Para nós foi uma espécie de

excursão porque éramos tão pequenos que nunca lá tínhamos ido.

De facto há uma tradição de que aquela fonte sempre pertenceu ao povo da Escusa. Se hoje houver mais algum outro a usufruir dela é por empréstimo. E não se percebe bem porquê. O Salvador é riquíssimo em água. Passa-lhe a ribeira ao pé. Tem a dois passos o Olheirão, a Arrasa, os Olhos de Água. A Portagem sai de casa e, se não for de barco, começa logo a nadar. Tem logo ali ao pé o escoão da Ribeira e do Ribeiro das Trutas. Os lameiros que o digam. Apesar disso uma e outra povoações nem por isso têm mais cuidado com a água. Há já os primeiros sinais de poluição grossa. Só a poupança de divisas (escusada neste caso porque lesa a população) e a falta de respeito pelo povo orientou as intenções dos antigos políticos. A Escusa tem a pouca (ou muita) sorte de estar a maior altitude em relação ao nível do mar e do leito da Ribeira, e a água do Ribeiro Pinheiro pode correr "por seu pé", sem gastar energia, para onde quer que for, na direcção da Ribeira. Mas isto não está certo. Cada povoação tem o seu património e deve guardá-lo íntegro, sob pena de despersonalizar-se. Além disso não parece ser muito mais cara uma instalação local do que os quilómetros de vala que é preciso abrir para além dos prejuízos que revertem para a saúde pública (água do cano) e sobretudo para a paisagem. A Escusa é a localidade da Freguesia mais pobre em água. Se o cano rebentar fica enxuta. E já tem acontecido. Qualquer das outras povoações, se são pobres em água potável, isso é motivado pela privatização excessiva das fontes, talvez até devido a um mau conceito de urbanização. Se os proprietários dos terrenos os não cedem para a construção urbanizável, o que parece que tem

acontecido pelo menos na Portagem, isso é problema da vereação do Concelho. E pode ser esta a causa da distribuição longitudinal das casas ao longo da estrada e da Ribeira, o que provoca a má distribuição da água e dos serviços³⁶.

A Fonte do Ribeiro Pinheiro consta que nunca secou. Não há memória disso. Dantes nascia debaixo de um grande calhau azul (sienito?) e só vertia a água que a Natureza mandava que atravessasse o mato e fosse regar de seu pé as hortas vizinhas. Em anos de inverna vinha por ali abaixo, desde a Tapada do Sameão, o Ribeiro Pinheiro, atravessava a estrada por um aqueduto ("pontão") mesmo ao fundo das Árvores Fechadas e cremos que ia desembocar no Ribeiro das Trutas, ali para o pé da "Ponte Medieval"³⁶, seguindo um caminho que tinha a mesma origem, sentido e direcção, até se perder no Prado do Ti Marques, onde apenas estará indicado por uma linha de amieiros, que separam este prado do terreno que foi outrora do Ti Zé Soares, arrendado, já se vê³⁸.

Hoje o local foi minado e lá foi um cano escavado na Serra da Carreira (com a ajuda dos vizinhos da Escusa!) alimentar(!) a Fonte do Montinho que se escoia ingloriamente pelo Lavadouro e pelos canos rotos. Aproveitaram-se para isso a boa inclinação do terreno e as antigas instalações. No local da fonte lá está um cubo de cimento e tijolo a servir de monumento a mais uma desestabilização da Natureza. Nunca secou a Fonte do Ribeiro Pinheiro. Hoje a sua falta tornou o local ermo e sombrio. São os castanheiros que secam, a água que se some.

Avançamos um pouco mais em direcção ao Sul, junto à Ponte da Badanela, e lá está o Olheirão. Houve ali

um pinhal de "pinheiros mansos", talvez o único da freguesia e não se sabe porquê foi destruído. Quando éramos meninos dizia-se que tinha sido plantado por um cantoneiro, tal como as Árvores Fechadas. Estas, dizia a Ti Ângela do Montinho que tinham sido plantadas no tempo dela. Quanto ao pinhal de pinheiros mansos, uma vez, depois da missa do Salvador, fomos lá com os outros "roubér" pinhas e tivemos que fugir porque um homem correu atrás da gente a ameaçar-nos. Hoje ainda não percebemos porquê.

O Olheirão é fonte particular. Aludimos a ela pela riqueza de água que ela produz. Não a conhecemos muito bem. Apenas estivemos lá uma vez na vida. Cremos que ladeia uma azenha com horta, cujo rendeiro (ou proprietário?) faculta o aprazível local para as merendas. Temos uma vaga ideia dele como sendo chabouco donde jorra um rego de água em cachão e onde se pode à vontade mergulhar um cântaro sem o perigo de tocar o fundo e entretanto sujar a água. Outra Fonte do Cortiço, mas de água "rija". É o exemplo acabado do que se chama a privatização da água na zona do Salvador. Contudo, só ela poderia à vontade alimentar a população, ficando ainda uma reserva para uso da propriedade, com instalações adequadas que não desmerecessem do local, porque muita daquela água deve perder-se na "ribeirinha". Veja-se o contraste. Às fontes públicas da Escusa fez-se-lhe o que se fez. Nesta e noutras não se toca. Está errado. Compare-se também com o crime ecológico que se fez mais adiante um pouco, nos Olhos de Água.

A água dos Olhos de Água, em nome do concentracionismo pós "Revolução Industrial", está hoje em Portalegre, se os políticos locais ainda não corrigiram o

grave erro que cometeram³⁹. Saudoso o tempo em que a gente se mirava no lago e tinha medo de cair lá para dentro porque havia o mito de que os grandes limos e algas não deixavam a gente vir ao de cima. Era então a grande represa de água que havia nas redondezas e parecia ainda mais funda e fria do que o Pego do Salvador, na Ribeira. Mais medo ainda se tinha de cair no canal de pedra e cal sem protecção, de cerca de um metro de envergadura, e que ia sempre cheio a "rebinchar", logo que abriam a bucha da represa, correndo a água lentamente, porque se dizia que levava a gente para as turbinas do lagar e da azenha e lá era o nosso fim. Aquela ribeirinha grande, que saía das entranhas da terra logo ali, era um milagre que fazia rir enquanto ria.

Temos que convir em que a política não foi a melhor. O oportunismo é sempre irracional. Este facto foi mais uma consequência da privatização da água na zona. A fauna e a flora precisam de água. Se lha tiram ou morrem ou emigram. É o que terá acontecido nos Olhos de Água. Entretanto o capitalismo irracional julga tudo através da "mais valia" e das "suas comodidades" dele. "Pago, logo gasto!". E à tripa forra. O tempo o dirá. Boas razões teve a Escusa para se alevantar em peso, quando do caso da Fonte do Ribeiro Pinheiro e berrou com todos os pulmões "a água é nossa!". Mas também a Escusa já está a esquecer esta intuição salvaguardadora do seu património⁴⁰.

A Fonte da Portagem é outro caso da privatização da água, que se oferece ao povo depois do beija-mão. Quem souber que lhe conte a história. Isto de se ter que subir as passadeiras de pedra espetadas numa parede esmeradamente caiada, nada fáceis de transpor, para trazer um cântaro de água, tem muito que

se lhe diga. Também já a vimos algumas vezes seca.

Avançando para o lado da Fronteira de Galegos há a Fonte dos Coelhoiros. Era preferível que fosse Fonte dos Coelhoos, tão poucos há já na nossa região. Uma caça irracional tem-nos destruído todos, já não falando da mixomatose, também provocada indirectamente pela "irracionalidade" racional. Façam da fonte a Fonte dos Coelhoos, dos Pássaros, tantos há por ali. Ponham lá um tanque em condições de eles beberem. Não os cacem nem os espantem. É uma coisa que os artífices e governantes nunca tiveram em mente, quando constroem fontes, verem que os animais selvagens também bebem água. O local é um delicioso miradouro que dá para a Ribeira, abarca o Engenho da Lã e a Ponte Velha, estendendo-se a visão até muito para lá da Fronteira. Vá! Façam lá uma pia em condições de os coelhos e os pássaros beberem e se lavarem! Sejam bonzinhos! Sobretudo levem os sacos de plástico para casa e façam "Lusogasolina"!

Esqueçámo-nos da Fonte do Cavalete, aquele mistério que ignorou o Monte Pobre lhe voltando as costas. Foi a Fonte da Padaria da Portagem. Primeiro um chabouco, depois uma bica de ferro. Lá andavam os padeiros de latão ao ombro enquanto a fonte não secava. Quando os nossos pais tinham a horta do prado do Ti Soares, com tanta água que nos passava ao pé pela Levada, era só na Fonte do Cavalete que enchíamos o barril de barro de Flor da Rosa, em forma de disco voador com asas. E só muito tardiamente a Portagem lhe fez uma bica. Quando se lá ia ao chabouco tinha a gente medo das "semessugas" se agarrarem à nossa garganta e nos sufocarem, se entrassem para o barril e depois as engolíssemos a beber água⁴¹.

Voltemos para trás e subamos a estrada da Portagem para Marvão. Dá-nos a impressão que, nas voltas do Jardim, depois de passar a Fonte das Ferrarias, havia uma fonte à berma da estrada. Não temos a certeza. Se isto é verdade ela desapareceu com o arranjo que se fez ao alcatrão, cortando-se muita curva que para hoje era inútil. Dantes as curvas eram inevitáveis, porque não havia "catrapila" capaz de cortar desaterros tão fundos, e necessárias eram as curvas às mures para a subida íngreme do cerro. Hoje as "caixas de velocidades" dão "cavalos" para todos os gostos, que são capazes de subir por uma parede acima. A nova estrada fica consideravelmente encurtada o que é uma vantagem. Mas a fonte, se a houve, parece que se foi.

A seguir ao Areal, na volta para a zona de Areias, está a Fonte da Pipa. Antes de arranjam a estrada era um chabouco em forma de meia barrica, à berma da estrada, debaixo das raízes duma castinceira ao lado direito de quem sobe para Marvão. A água era tão fria que se dizia que, quem fosse e viesse a suar, com a caminhada, se bebesse não podia parar, sob a pena de apanhar um catarral. Algumas vezes, nas nossas caminhadas a pé da Escusa para Marvão e vice-versa, aborrecidos de tanto andar mais do que cansados, lá bebemos água, com sede ou sem ela, por mera distração. Mas tínhamos sempre o cuidado de cumprir os preceitos da lenda, não parar. De facto a água parecia que saía duma geleira. Às vezes metia um bocadinho de nojo com as palhas e folhas que caíam dentro. De vez em quando lá se vai também com a seca⁴².

E a uns quinhentos metros, como quem desce para Santo António das Areias, está a Fonte da Celorica. Será

interessante relacioná-la com a serventia de água a Marvão, a grande vítima tradicional da seca, por razões que facilmente se aduzem. As cisternas lá estão a falar disso. Temos uma ou outra reminiscência de mulheres subindo a calçada da Ermida de S. Brás(?) com um cantarinho à cabeça, em direcção à Snhum d' Estrála. Que relação haverá entre o lagar que por ali dá com o mesmo nome? Também já a vimos seca.

Estamos fora da freguesia da Aramenha. "Cada abelha a seu cortiço". Voltemos para trás e desçamos a Calçada de Marvão, passando pelo Areal, em direcção ao Verdecaide. Está à direita a Fonte do Verdecaide, ali num recanto que o caminho faz, adentro da barroca do Ribeiro do Jardim, que ali toma o nome de Ribeiro de Verdecaide⁴³. Ali é o fundo da Tapada de Estivangil. Dali parte a azinhaga dos Almagreiros que vai sair um pouco antes do Monte Pobre, deixando à esquerda as Ferrarias. A Fonte do Verdecaide nasce ali mesmo, a escassos metros. Quando (des) arranjaram a Calçada de Marvão, a água, que nascia no chabouquinho a céu aberto, deverá ter sido conduzida pela actual canalização de plástico. Dizia-se então que a água não se podia beber, pois era venenosa por causa das "salamancas". De facto o chabouco era muito pequeno e cheio de limos. Havia arrãs e as doninhas dançavam à tona da água que era um louvar a Deus, por entre as folhinhas redondas das ervas que nasciam do fundo. A água deve ser um tanto férrea, pelo gosto. Daí talvez o ser "venenosa". Esta fonte tem também o nome de "Fonte do Jerolme" (frades Jerónimos por ali?)⁴⁴.

Ao fundo da serra do prédio da Caleira, já quando da azinhaga do

Estivangil se desce para a Escusa, pela Calçada de Marvão, está a barroca da Caleira. Quando se passa na calçada cá em cima ao pé da cancela velha, vê-se lá em baixo a charca. Trata-se duma vala de dois ou três metros de altura, cavada a céu aberto na rocha, à força de broca, pólvora e estopim, para encontrar uma ou várias pequenas fontes de água férrea intragável, só bebível na grande enchente do Inverno. Com a inverna as enxurradas vêm por ali abaixo e é um ver-se-te-avias de calhaus, paus, pasto e terras que cai cá para baixo. Não será por outro motivo que se conservam tradicionalmente os baledos a tapar-lhe a embocadura em toda a volta. Houve tentativas de queimá-las, inúteis aliás. Dantes havia por ali acima uma vereda que, depois de passar ao "ribeiro da Ti Mari Joana", subia pela serra e ia direita à casa. Havia também a vereda da cancela que, a certa altura, bifurca em direcção à casa e em direcção ao caminho.

É na charca que nasce o "Ribeiro da Caleira" em anos muito chuvosos. A água aguenta nos Lajões até muito tarde, às vezes atinge a Caleira dos fornos do Ti Joaquim "Nhara", atravessa a estrada e mete no Ribeiro da Defesa pela Tapada Nova.

Apesar de tudo, a água da charca serve para regar, na torrina do Verão dentro daquela cova, a horta do Ti Mané Martina e a horta da Ti Mari Teadora, duas grandes belgas cavadas na serra, cuja terra "doce", de uma cor diferente da terra local foi trazida de propósito para ali⁴⁵. Trata-se de uma fonte particular. Apesar de particular iam lá à fonte as mulheres da Caleira dos fornos de cima, quando precisavam de água pelo menos "para gastos"⁴⁶.

Escorre ainda hoje água nos "lapões" da Caleira de cima. As mulheres que ali moravam também aproveitavam essa água. O caudal, que nós mesmo verificámos, é exíguo, apenas de pingo. Talvez por não ser explorado. Mas fazer um buraco no calcáreo, quem é que o faz? Mas lá está. Não seca. Só pinga⁴⁷.

Da Caleira de cima subamos agora o Caminho da Tapadinha e vamos para a Escusa, para o "Largo da nossa Fonte"⁴⁸. A Fonte está ali mesmo. Além em cima é o Cabeço da Urra. Ali a serra terá sido noutro tempo bastante húmida. A toponímia "Quinta, "Beco das Flores", na aba da mesma, lembrar-se-ão disso⁴⁹. Devia haver água para, no cedo, regar batatas, ervilhas e, talvez, o primeiro feijão do S. João. Há vestígios de tanques que aproveitavam a escorrência quase contínua da serra.

A dizer isto mesmo está a Mina. Esta grande nascente alimentava a Escusa de água. Lá iam as mulheres de cântaro à cabeça buscar água, até ao princípio deste século.

Mas entretanto andou por ali também o "contrato de cambão". Como a encosta não está "contra o Sol", havia só aquela fonte, segundo o mito popular⁵⁰. Chamou-se "melhoramento" ao facto de a água ser trazida lá de cima cá para baixo. A Ti Ingelca da Serra, que morava nas barreiras com canchos ali mesmo ao lado, deveria ter água todo o ano ou quase, lá nas belgas. Ainda hoje o espírito dela por ali deverá pairar berrando como berrava em vida: "Ladrons, roubérim-ma mnha água!".

É que o Ti Joaquim da Costa precisava de água lá no quintal. Deve ter feito jingajoga com a Câmara de então e foi autorizado a minar na nascente natural ali ao lado. Lá está a arca fechada com a

porta de ferro que o diga. Deve ter-se comprometido a fazer a despesa toda (como o Snhum Machado) e a Câmara agradeceu ao "comendador" porque meteu dinheiro no bolso e fingiu que foi ela que melhorou as condições de vida do povo. Mas o velho não dava ponto sem nó. Construiu a bonita fonte de azulejos, na parede do prédio dele, ligada com a Mina por um cano de telha árabe desde lá de cima até cá abaixo. Mas tirou o caudal de água enorme que, mesmo de Verão, merecia respeito. Como a Fonte estava sempre a correr, ficou logo com uma fonte particular no quintal e ainda os sobrantes da fonte pública. Com a água regou o quintal logo ali e todos os que tinha pela Tapadinha abaixo. Vendeu a água à "pena" e ao "dedal" ao Lagar, de que deveria também ser sócio, e aos amigos ricos que tinham quintais pelo meio do Monte abaixo (Senhoras Semedos). Claro que com as vendas cobriu toda a despesa que fez e ficou com grandes lucros. Transformou os quintais de sequeiro em hortas e pomares. Depois ainda ficou com a fama e deitou-se a dormir. Lá está a placa do Largo da Boavista que o diga. Isto não é nem sombra de corrupção. Costuma ser este o papel vulgar dos comendadores, dos mecenas, dos beneméritos. Se dão, dalgum lado o tiram. Quem cordeiros vende e ovelhas não tem...

O povo, esse, calou-se por ignorância e porque nunca mais as mulheres precisaram de torcer o pescoço pela Calçada da Mina abaixo com o cântaro da Flor da Rosa à cabeça. Mas a Ti Ingelca da Serra continua a ser "a voz que clama no deserto" para a realidade. A vizinhança da Mina, que dantes tinha água ao pé da porta, passou a descer de cântaro vazio e a subir de cântaro cheio. Serviu-se a maior parte da população com quatro

ou cinco cântaros de água, quando muito, por dia. Os ferreiros, o Mestre Imilhe e o Ti João de Moura levavam mais por causa do "banho". O Mestre Antonhe d'Alvina e o Raul também precisavam de mais para arrefecer as "Ihantras" enquanto as metiam no rodado das carroças. O grande bolo foi para os quintais e para o Lagar que, em nome da Revolução Industrial, o vapor nessa altura atirou para a Escusa. "Pago, logo gasto!". Ainda hoje a gente da Mina, se quer água, tem que "sabotar" a Fazenda Pública, roubar água lá em cima, arrombando a porta de ferro da Mina e metendo um cano de plástico no buraco da água. Ainda têm a ombridade, de dobrar o cano de plástico, para que a pouca água, que corre lá, possa ainda chegar cá abaixo, ao "Largo da nossa Fonte"⁵¹. Isto chama-se solidariedade duma comunidade que se conhece toda. Da Quinta apenas o nome. Ainda nos lembramos da Sunhm Jacinta do Antonhe Batista, da Sunhm Julha do Joam da Defesa e outras que "Dâs haja", a subirem até ao Cimo do Monte, e mexer no feito ninguém pensava nisso. Tinham-se adaptado à nova situação. E que mexessem! A Guarda Republicana e a Secreta lá estavam a "prometer com o pau da vassoura atrás do pote". Lá carregavam as velhas asceticamente o seu cântaro de água à cabeça, elas que moravam ali mesmo ao pé da nascente. E é se queriam!

Mas, de vez em quando, a Mina falava a verdade. Com a inverna arreventava em cachão e, mesmo à saída, as mulheres faziam logo o "ribeiro da Mina". Para lá corriam logo com os canastrões da roupa suja e os cachopos. O Montinho ficava mais longe e era menos soalheiro para a noute⁵². A água era tanta que o "ladrão" da arca de água das

Senhoras Semedos abria-se e o excesso de água, juntamente com a água do Buraco do Calhó abria uma vala pelo meio do Monte abaixo. Depois calcetaram as ruas de outra maneira, quando o Snhum padre Fortunato foi presidente da Câmara, fizeram os canos de esgoto e as sarjetas, meteram o escoante da chuva lá para dentro⁵³.

Com o calcetamento e abertura dos esgotos acabou a valeta pelo Meio do Monte abaixo. O Ribeiro de Trás-da-Fazenda, que era o ribeiro da Mina quando a tubagem já não suportava o caudal juntamente com o escoante das barreiras e ia desembocar no ribeiro da Malta, dava oportunidade às mulheres de fazerem "ribeirinhos", não sendo obrigadas, para lavar a roupa, nem a subir a ladeira do Montinho nem a da Mina⁵⁴.

É este o "De Lamentatione" das fontes da nossa região. Quantas mais que aqui foram esquecidas não teriam histórias para contar. Aquela que nasce no Alto da Quinta Nova e dá origem ao Ribeiro dos Alvarrões depois Ribeirinha, depois ribeira da Badanela, as que desciam pelas barocas e encostas da Arrasa e hoje foram engolidas pela barragem da Apertadura, juntavam-se antigamente ao escoante dos Olhos d'Água, que caía em bica por cima do pego do Salvador⁵⁵ e todas formavam a Ribeira, depois o Rio⁵⁶. O Pego do Salvador caiu já em desuso desde que fizeram a "pechina" da Portagem. A piscina há-de cair em desuso com a descoberta da barragem da Apertadura.

Estas fontes todas têm tido, como vimos, os seus altos e baixos, devido às secas, sobretudo a partir de Junho. A mesma Ribeira "dava de si" também, em anos de seca. Os donos das hortas que o digam, à espera de vez para regarem. Às

vezes só regavam a partir da meia-noite, à luz da Lua ou de um candeeiro de petróleo. A água da rega tinha que ser "muito atenteada", para não faltar em nenhum lado. E às vezes até faltava. Depois do que se compunha "às primeiras águas", pelo "Sam Meguel", pela "Fêra das Sabolas".

Não sabemos até que ponto os poços artesanais que se abrem hoje por todo o lado não irão também influenciar o "statu quo" da vegetação. A água é-lhe retirada à raiz e evapora-se depois. Dá-nos a impressão de que nunca mais o caminho do Estivangil, que era o grande "termómetro" da suficiência de água, fará nascente para os dois lados da Calçada de Marvão. "Cá se fazem, cá se paguim!". A ti Ingelca da Serra começa a vingar-se. A Mina corre cada vez menos. A água límpida do Ribeiro Pinheiro e do Montinho é hoje terrosa, com gosto a cano, e deixa marcas barrentas onde cai. Perdeu o gosto e a rijeza do frio.

A seca foi quase sempre endémica nos verões da nossa região, sobretudo na Escusa. Fizeram-se na Escusa grandes bichas de mulheres ao pé da Fonte, cada uma com um ou dois cântaros⁵⁷. Chegou-se a "fazer os tratos" de que quem tivesse duas vasilhas as entremeasse com o cântaro que estivesse logo a seguir. Por vezes as bichas das mulheres eram substituídas por bichas de cântaros encostados à parede da igreja, que lá ficavam a "apanhar vez", porque as donas tinham que ir "aviar um mandado" ver "a panela do jantar", (olha), dar de mamar ao menino, levar o "almoço" à Caleira, à Defesa, ao Prado, etc. Quando a bicha já era tão grande que não valia a pena esperar, não havia outro remédio senão fugir. Benditos os animaizinhos que tanta "ingarela" trouxeram para casa, com gente

"escarrapanchada" no lombo deles. Eles até adivinhavam o que a gente queria fazer. Se íamos à fonte cortavam para o Ribeiro Pinheiro. Se íamos ao moínho, iam direitinhos à do Ti Zé Reia ou ao Ingenho da Lã. E nós, "mouta!"

Aonde conduzirá a falta de respeito pela água, se continuar a chover cada vez menos? A nossa região, perante a euforia do desenvolvimentismo e da comodidade, parece não ter consciência de que grandes modificações climáticas poderão estar para vir. Por enquanto todas as nossas serras estão cobertas de vegetação. É um gozo andar pelo meio do mato que nos chega quase à cabeça, pelo meio dos pinhais cerrados, onde quase se não pode passar. Mas a industrialização excessiva da mata, o desperdício da lenha em troca da garrafa de gás, o demasiado calor, motivado, dizem, pela desazonização do ar, pelo excesso de CO₂ que os motores atiram, pelo excesso de construção que destrói os lençóis de água, matam mesmo.

A mentalidade do consumismo desenfreado, acicatado por uma fé desmesurada na tecnologia e nas promessas dos grandes entrepostos que oferecem os serviços, não sendo nada cuidadosos quando se trata de gastar à tripa forra, enche os olhos de espanto aos menos avisados e faz tremer de medo os mais lúcidos, que medem todas as consequências. Era bom que a região de São Mamede se auto-educasse a respeitar e proteger as fontes, os lençóis de água e as ribeiras, se condicionasse a industrialização, para que a Ribeira não fosse poluída, pois os primeiros indícios disso já começam a aparecer⁵⁸, se legislasse inteligentemente sobre construção civil, para que não venha a acontecer o caos que há já hoje noutras regiões do País. Neve na serra de S.

Mamade, parece que já não cai todos os anos. A "Serra Fria" é apenas um nome. Com um pouco de tento poderão evitar-se os piores males. Olhem que a seca vem mesmo aí. Depois agarrem-se com as mãos à cabeça e vão "pedir-chuva" ao "Padre Eterno" e subsídios ao Governo. Meninos, tenham cuidado a tempo e horas!⁵⁹

É deste contexto hídrico nada famoso que nascem os cânticos de "pedir-chuva" que ora analisamos.

III

Dissemos anteriormente que aproveitámos cerca de treze fragmentos, de todas as informações que obtivemos de Júlia da Conceição Ramiro. Vamos tentar mostrar os passos que demos para a reconstituição do texto, letra e melodia. Nas suas repetições, a informadora insiste sobremaneira na copla ao Snhum dos Passos e no refrão "Água, Padre Eterno"

COPLA

Ó Se-nhor dos San-tos Pas-sos,
á-gua vos vi-mos pe-dir.
Te-mos em vós con-fi-an-ça,
que nos ha-veis d'a-cu-dir.
Á-gua, Pa-dre E-ter-no, á-gua, Je-sus Cris-to,
á-gua, Mãe de Dâus, p'ra que sã-ji-mos ou-vis-tos.

e no fragmento a que atribuímos o nº5, desses fragmentos se deduz que os cânticos estariam divididos em duas jornadas, uma "Petição" e uma "Acção de Graças"⁶¹.

Analisemos em primeiro lugar o conjunto que corresponde à "Petição". Está constituído por quatro fragmentos musicais e um outro fragmento, literário apenas, isto é, sem indicação de música. Dos treze fragmentos este foi o primeiro a ser debitado:

São 24 compassos, que se dividem no que poderemos chamar uma copla e um refrão, formando um conjunto ou módulo. Verificaremos que este módulo se repete pelo menos três vezes e é natural que se repetisse sempre nas várias partes da sequência construída pelos autores, partes essas cujo número não é possível determinar, com as informações de que dispomos⁶².

O primeiro compasso deste primeiro fragmento foi debitado duma maneira incaracterística. Construímos uma hipótese de que falaremos mais tarde. Aqui substituímo-lo pelo primeiro compasso do fragmento nº 2, texto musical bastante diferente e aplicável à mesma letra da copla, embora a sua execução resultasse incompleta.

Este é o fragmento nº2:



A análise deste segundo fragmento faz notar que se trata da primeira semifrase do fragmento melódico nº4, correspondente à invocação "Senhora da

Esperança", como se poderá verificar por comparação. São exactamente os primeiros quatro compassos do dito fragmento nº4.

Daremos posteriormente ao fragmento o título de "Jaculatória ao Snhum dos Passos", para seguirmos os modos de fala mais característicos da Escusa, na época em que os cânticos foram construídos⁶³.

Contudo mantivemos a forma "Senhor" dentro da copla, porque aqui a forma, além de ser necessária à métrica, pertence a uma composição que não é de origem popular⁶⁴.

A expressão "Padre Eterno", é também escolha nossa. A informadora usa "Pai Eterno", expressão linguisticamente mais fraca e mais moderna⁶⁵.

Por sua vez a informadora não dá importância à ordem hierárquica das entidades sagradas, pois deixa-se pura e simplesmente levar pelas recordações que tem no momento, contando como parece contar com os lapsos de memória. Nós estabelecemos uma ordem hierárquica, já que "fezerim verses a todos os santes da Escusa"⁶⁶.

Por estas razões deixámos em primeiro lugar a invocação "Snhum dos Passos", que é a invocação em que a informadora mais insiste.

Para manter esta pressuposta hierarquia, tivemos que repescar para segundo lugar o fragmento nº13, que é outra aplicação completa do módulo anterior, constituído também por copla e refrão, variando nele apenas a letra da copla. Demos-lhe o nome de "Jaculatória ao Snhum dos Perseguidos", essa bela imagem que está no topo do altar-mor da igreja da Escusa, à boca da tribuna. Esta invocação é a mais próxima da "paixão", "morte" e "sepultura" que a copla refere,

embora a informadora não aluda nunca à mesma invocação. Ela diz apenas que “fezerim verses a todes os santes da Escusa!”

Eis o fragmento nº13:

1 Pe-la 2 vos-sa 3 pai-xão 4 e mor-te,
5 pe-la 6 vos-sa 7 se-pul-tu-ra,
9 a-bran-dai 10 meu 11 co-ra-ção,
13 que es-tá 14 co-mo 15 pe-dra 16 dú-ra
17 Á-gua, Pa-dre E-ter-no, 18 á-gua, Je-sus 19 Cris-to
21 á-gua, Mãe de Dâus, p'ra que 22 sã-ji-mes 23 ou-vis-tos. 24

Musicalmente o fragmento é um tanto diferente do fragmento a que atribuímos o nº1, referente à invocação “Snhum dos Passos”. Os dois fragmentos encontram-se só nos primeiros quatro compassos da copla e nos compassos 16 a 24 do refrão. Diferem muito na melodia, quanto aos compassos 5 a 15.

Na copla, a letra parece nada ter a ver com a situação de seca que os cânticos vivem. Mais parece um acto de contrição do que um “pedir-chuva”. Mas não é assim. Se aceitarmos a lei mágica das correspondências, segundo a qual “o que está em cima é como o que está em baixo”, isto é, o Homem homologa-se ao

Universo e vice-versa, “abrandar” o coração do Homem é “abrandar” o coração do Universo, o coração da Natureza, de modo que esta favoreça o Homem, enviando-lhe a chuva, neste caso.

A copla refere-se também a outra invocação de Cristo, o que parece uma redundância. O povo sabe disso, mas gosta de invocar as entidades religiosas projectando nelas as suas necessidades e emoções, conforme a situação em que as imagina e enquadra. Daí que o “Snhum dos Passos” não seja “Snhum dos Perseguidos”, nem o “Jesus Ressuscitado”, nem o “Jesus Sacramentado” de que havemos de falar. O mesmo acontece

com as invocações referentes à "Snhum d'Esperança" e à "Snhum das Dores", metamorfoses da mesma entidade religiosa.

A insistência nas mesmas entidades religiosas, dadas por invocações diferentes, funciona mais como "projecção" de necessidades, desejos, vivências, do que como realidades de facto que se invocam sucessivamente. Tudo isto são sincretismos que o povo não tem necessidade de analisar, já que eles são consentâneos com a mesma multivalência da vida psíquica e com a consciência inconsciente da existência numa "ciência mágica", melhor, dum "Princípio Supremo", que regula a Vida⁶⁷.

As inflexões melódicas do fragmento nº13 são talvez mais vulgares do que as correspondentes à parte do Snhum dos Passos. Qualquer deles difere também do fragmento melódico nº3, referente à Snhum d'Esperança. É estranho que para as diversas partes do mesmo conjunto apareçam melodias com características às vezes tão diferentes. A copla referente ao fragmento nº3 é quase totalmente diferente da copla referente ao Snhum dos Passos, fragmento nº1, quanto à musicalidade, excepto no primeiro compasso, que é uma substituição nossa, como dissemos. Aproximam-se também no 2º compasso. O fragmento nº3 também apresenta diferenças mínimas em relação ao fragmento nº13, nos compassos nºs 3, 4 e 12. De acordo com os hábitos dos fazedores da cantiga tradicional, atribuir uma música diferente a cada uma das coplas dum determinado poema não é vulgar. Varia sempre a letra, não a música. Mantêm-se as mesmas, letra e música, do refrão. Por isso pensamos que todos os fragmentos, nº1, nº13 e nº3, mais o nº1 do que os outros, serão corruptelas dum

arquétipo melódico que se perdeu. Pelas inflexões melódicas mais simples, mais "naturais", mais vulgares, pensamos que é o fragmento nº3 que mais se aproximará desse tal arquétipo melódico, que se perdeu e que se repetiria sempre o mesmo em cada copla. De qualquer modo mantemos as três variantes ligadas sempre ao mesmo refrão que, em qualquer das versões, nunca varia⁶⁸. Afirmamos, contudo, que a variante mais dramática, mais patética, é a do fragmento nº1, porque mais original e trabalhada, apesar da pequena prótese que lhe fizemos da nossa lavra, embora servindo-nos de material pré-existente. Pensamos ainda que todas as diferenças, pelo menos as mais marcantes, devem ser consideradas antes como inovações, recriações da informadora, numa tentativa de se aproximar o mais possível do arquétipo melódico, mas nem sempre ajudada pela memória, já depauperada pela idade, acrescentando que tendência musical, gosto pelo canto não faltavam à informadora. Lembramo-nos dela como possuidora dum linda voz, quando entoava os cânticos da igreja com as outras mulheres, que também cantavam muito bem, pelas vozes que tinham e pelos ensaios a que se sujeitavam⁶⁹. Por vezes alguns homens, que entretanto entravam na igreja, perdiam a vergonha e acompanhavam-nas, em maré de festa maior, aos domingos⁷⁰.

De qualquer modo temos que assentir em que a recriação melódica é um facto na música e na poesia popular. A repetição dum peça é raramente feita com precisão imitativa da primeira vez que se disse ou cantou. Isso é sempre visível nas execuções em que uma repetição aturada tem lugar.

E surge-nos o fragmento nº 3:

1 2 3 4
O Se-nho-ra da Es-pran-ça
5 6 7 8
que o Me-ni-no tens dor-min-do,
9 10 11 12
le-van-tai -o pa-ra ci-ma
13 14 15 16
vã-ja que nam tem cho-vi-do
17 18 19 20
Á-gua, Pa-dre E-ter-no, á-gua, Je-sus Cris-to
21 22 23 24
á-gua, Mãe de Dâus, p'ra que sã-ji-mes ou-vis-tos

São estes os fragmentos debitados que pudemos relacionar com a possível intenção de construir um cântico de "pedir-chuva", com o sentido de repetição.

Muito recentemente a informadora, já com 98 anos feitos, tentou completar a letra desta petição, expendendo mais um texto não musicado, que ordenámos do seguinte modo:

Jaculatória ao Snhum Sacramentado:

Ó meu Deus Sacramentado,
passaste tantos tormentos,
perdoai os nossos pecados,
regai os nossos alimentos.

Jaculatória ao Snhum Ressuscitado:

Pela vossa Paixão e Morte
(Ressurreição)
pela vossa descida ao Limbo,
água de misericórdia,
Senhor, vos vimos pedindo.

Jaculatória à Snhum das Dores:

(Ó Senhora da Esperança),
Nossa Senhora das Dores,
amparai-nos na desgraça
e ouvi os nossos clamores.

No fim a informadora debitou mais o seguinte texto:

Os rios não correm,
a erva não nasce ("narce"),
as fontes se secam,
tudo enfim se acaba.

Este texto todo merece um comentário. Em primeiro lugar aliam-se as principais tarefas da Salvação, a Paixão, a Morte, a Ressurreição e a Consagração, ao momento dramático presente, que exige de facto uma "salvação". Na jaculatória ao Sacramentado alia-se o "pão consagrado" aos "alimentos", o pão espiritual ao pão físico⁷⁰. Na Jaculatória ao Snhum Ressuscitado deverá haver uma continuação da Jaculatória ao Snhum dos Perseguidos, quanto ao primeiro verso. Gostaríamos mais de ver o verso substituído por

"pela vossa Ressurreição(?)",

já que é pedida pela "descida ao Limbo". Nesta copla, o Salvador já munido dos seus plenos poderes, salva os homens sem culpa e pede-se-lhe que salve os

homens com culpa, com "pecados". Mais uma vez a magia. Regenerar o Homem é regenerar o Mundo que ficará ao serviço do homem ("alimentos")⁷². A copla ao Snhum Sacramentado é a única que faz referência à fome ("alimentos"). No resto do texto referencia-se a sede, a falta de água, subentendendo-se por conotação que falta desta produzirá a fome.

Na Jaculatória à Snhum das Dores pensamos também que o primeiro verso é uma corruptela da copla relativa à Snhum d'Esprança, por isso colocamos entre parêntesis.

A expressão "perdoai os nossos pecados" aproxima-se muito da outra "abrandai o nosso coração". Aqui, para além dos lapsos de memória que possam produzir sincretismos, o verso é aceitável tal como se apresenta.

Em todo o texto dito e não cantado, em todo o texto cantado, alia-se o corpo ao espírito, a fome à sede, a lamentação à prece exigente, a insistência repetitiva à inovação, faz-se a síntese dos elementos mediáticos que mais se aproximam do estado de espírito da população. O texto todo ele é patético, exclui o "regozilho", exclui a Ressurreição como tal a Ascensão gloriosa ao céu, até a impossibilidade de descida ao Inferno embora o caos vital do momento pudesse ser visto como um verdadeiro inferno.

A síncrese de "fome" e "sede" aparece na última quadra em cinquesílabos, cuja presença no conjunto não fomos capazes de definir. Esta última quadra, pelo conteúdo, ficava bem na "Petição", mas pela construção métrica exige um texto musical do tipo da "Acção de Graças". Será que havia possibilidade de misturar sincreticamente os dois tipos de texto musical em cada uma das frases da cerimónia? Há de facto aqui a lacuna

insuperável. A copla à Snhum das Dores parece vir ao encontro de que "fezerim verses a todes os santes da Escusa".

Aqui aparece a invocação a Nossa Senhora das Dores, embora em síncrese com outra invocação. O texto da "Petição" fica assim em concordância com o outro de "Acção de Graças":

Senhora da Esperança,⁷³
Senhora das Dores,
Senhor dos Santos Passos,
Graças e louvores.

Como havemos de ver.

Daqui se conclui que parece ser uma redundância o "Fezerim verses a todes os santes da Escusa". Uma invocação que falta é a do Espírito Santo. Além das razões que se poderão aduzir, que a 2ª Pessoa sintetiza a Trindade, outra razão será que, na Escusa, o Espírito Santo não tem invocação especial, nem a sua luminosidade característica condiria com o momento escuro de penitência.

Outra invocação que parece faltar é a de Santo António⁷⁴. Santo popular português, ele é reverenciado na Escusa com uma festa anual, em cada primeiro domingo de Setembro, a única festa que se manteve na Escusa, apesar das muitas que havia. Por ventura a brejeirice que anda aliada ao santo destoaria do momento e o santo acabaria assim por ser retirado do rol das entidades religiosas presentes.

Do ponto de vista do "significante", cada quadra das coplas está constituída por versos setessilábicos e rima cruzada (alternada) imperfeita, em que só o segundo e o quarto pontos rimam. O refrão é uma quadra em verso livre e branco, cujos três primeiros segmentos cinquessilábicos se opõem a um heptassílabo final.

Do ponto de vista do "significado", cada conjunto estrófico (copla e refrão) é uma jaculatória impetradora, uma "imprecação-prece", isto é, uma verbalização mágica que inclui "evocatio", "invocatio" e "petitio". O refrão itera insistentemente o quesito que se pede.

Todo o conjunto parte dum módulo inicial que, do ponto de vista métrico, se pode representar como segue:

COPLA

REFRÃO

Aparece-nos assim a Petição organizada como letra:

Jaculatória ao Snhum dos Passos:

Ó Senhor dos Santos Passos,
água vos vimos pedir,
temos em vós confiança
que nos haveis de acudir.

Água, Padre Eterno,
água, Jesus Cristo,
água, Mãe de Deus,
p'ra que sâjimes ouvistos.

Jaculatória ao Snhum dos Perseguidos:

Pela vossa paixão e morte,
pela vossa sepultura,
abrandai meu coração
que está como pedra dura.

Água, Padre Eterno,
água, Jesus Cristo,
água, Mãe de Deus,
pr'a que sâjimes ouvistos.

Jaculatória ao Snhum Sacramentado:

Ó meu Deus Sacramentado⁷⁵
passastes tantos tormentos,
perdoai os nossos pecados,
regai os nossos alimentos.

Água, Padre Eterno,
água, Jesus Cristo,
água, Mãe de Deus,
pr'a que sâjimes ouvistos.

Jaculatória ao Snhum Ressuscitado:⁷⁶

Pela vossa paixão e morte,
pela vossa descida ao Limbo,
água de misericórdia,
Senhor, vos vimos pedindo.

Água, Padre Eterno,
água, Jesus Cristo,
água, Mãe de Deus,
pr'a que sâjimes ouvistos.

Jaculatória à Snhum d' Esperança:

Ó Senhora da Esperança,
que o menino tens dormido,
alevantai-o para cima,
vâja que nam tem chovido.

Água, Padre Eterno,
água, Jesus Cristo,
água, Mãe de Deus,
pr'a que sâjimes ouvistos.
Jaculatória à Snhum das Dores:⁷⁷

Ó Senhora da Esperança,
Nossa Senhora das Dores,
amparai-nos na desgraça
e ouvi os nossos clamores.

Água, Padre Eterno,
água, Jesus Cristo,
água, Mãe de Deus,
pr'a que sâjimes ouvistos.

Qual o módulo musical realmente construído pelos autores da música e que deu origem às três variantes transcritas, isso não há possibilidades de o sabermos. E nisto consiste a verdadeira riqueza da arte popular pelo menos no que diz respeito à música e à poesia. Ela permanece sempre "aberta". Cada invenção inicial adapta-se sempre a todas as imitações possíveis com variantes que o imitador lhe queira dar no momento. Estamos certos de que, se outras informações aparecessem (o que não é muito provável) elas não seriam absolutamente iguais às transcritas. A poesia e a música populares libertam, não exigem "direitos de autor", não são "obras de arte" estáticas, fixas, mas desenvolvem um dinamismo de recriação impensável dentro da arte erudita, sempre tendente à permanência no tempo. É este dinamismo que faz com que uma forma poética e musical popular seja de sempre. A sua origem permanece dentro da alma e não fora, embora o que transpareça normalmente seja a variação. A sua origem espiritualiza-se. É o espírito que permanece e não a materialidade. Esta perde-se. Por isso pode dizer-se que, ao contrário da música e poesia eruditas, a música e a poesia populares partem do espírito para a materialidade sempre. Qualquer recriação da obra de arte erudita

tem sempre em conta a origem material de que parte.

A Petição supõe ainda um diálogo entre solista e povo. O solista cantaria a copla, respondendo o povo com o refrão. Confirmar-se-ia a afirmação da informadora de que havia diálogo "entre o Snhum Cónego e o povo". Esse diálogo é ainda mais visível na "Acção de Graças", como teremos ocasião de mostrar.

Segundo a informadora, parece ter havido uma acção concertada de todas as localidades da freguesia de Salvador. A informadora diz que vieram procissões de todas as terras, as quais traziam cada uma a imagem de Nossa Senhora, sendo ou não orago. Além da Snhum d'Èsprança, orago da Escusa, vieram, portanto, a Snhum do Amparo do Salvador, a Snhum da Rocha da Portagem e talvez a Snhum das Dores do Porto da Espada.

Isto leva-nos a fazer algumas conjecturas.

A primeira é que no Salvador não foi escolhida a imagem do orago, o Salvador do Mundo, mas a Snhum do Amparo, de importância secundária na hierarquia iconográfica da igreja local. A secundarização do orago verifica-se até em que se manteve a festa da Snhum do Amparo, no dia 15(?) de Agosto e a do Salvador do Mundo nunca se alude sequer a ela, talvez confundindo-a com outra, por exemplo a do "Corpus Christi", que não tem cerimoniais especiais na freguesia.

No caso da procissão de "pedir-chuva" há razões também a aduzir. Nela o Salvador do Mundo poderia estar já representado pelo Snhum dos Passos, imagem que nos parece que também existe na igreja matriz da freguesia. Por outro lado, para a ocasião, seria importante o patético do sofrimento e não a imponência dominadora do Salvador do

Mundo, uma imagem esquisita, aliás, talvez anterior ao século XVI, pela simplicidade de meios que o escultor usou (escultura "naif" de origem popular?), que carrega o mundo na mão como uma bola, nem sequer usa o costado como o Atlas, indicando magicamente aos homens um orgulho e um poder que são a ordem: "comerás o pão com o suor do teu rosto" da Bíblia. Ele não poderia ir na procissão, que joga à bola com o mundo, como a menina que joga a "pâla" bordada na Páscoa. Em terceiro lugar a presença da Snhum do Amparo condiria com a presença iconográfica feminina de todas as localidades e a sua invocação e alegoria "amparo" era necessária naquele momento.

O mesmo se poderá dizer do Porto da Espada, onde o orago, S.Simeão⁷⁸, terá sido substituído também pela Snhum das Dores, já que é um santo cuja biografia edificante continua a ser desconhecida, mesmo dos locais.

O mesmo se poderá dizer da Portagem, de cuja capela é orago S. "Selvreste".

Tratando-se de uma acção concertada de todas as localidades da freguesia, o eixo motor do concerto foi naturalmente o pároco, nessa altura ainda Snhum padre Zé Curado(?) Nisso terá sido ajudado pelo então "teólogo" Manuel Cebolas Folgado, em férias de Verão, já que as secas normalmente acontecem no Verão. Será que também houve letras próprias para cada uma das localidades? Será que os cânticos da Escusa foram ensaiados noutras localidades da Freguesia? Com facilidade se poderiam construir letras através dos "bordões" ou "ajudas" usadas na letra construída para a Escusa⁷⁹.

Que tenha havido música especial para cada uma das localidades já é mais

difícil afirmá-lo. As outras localidades não têm, que saibamos, a tradição religiosa e talvez nem pessoa com preparação técnica musical, como a Escusa, para criarem e ensaiarem música própria. E daí, talvez estejamos enganados. Mas tudo leva a crer que não.

Por isso há razões sérias para atribuir a autoria da música e da letra deste "pedir-chuva", pelo menos em parte, ao seminarista "teólogo" Manuel Cebolas Folgado, a coadjuvar o Snhum padre Curado e coadjuvado por outras pessoas, segundo a afirmação de Júlia da

Conceição Ramiro. A música poderia ter Escusa numa situação destas, ela que pareceu estar sempre em pé de inferioridade em relação a todas as outras localidades, merecendo desta vez uma procissão de retorno. Tudo isto não passa de conjecturas que só novos dados trazidos à luz poderiam reforçar ou anular. Lembramo-nos sempre que estamos a tratar de acontecimentos que tiveram lugar muito longe no tempo, dos quais há informações já muito débeis, e cujos pormenores já quase ninguém ou mesmo ninguém poderá definir com clareza, se

1ª parte cantada sem letra

1º com 2º com 3º com 4º com
5º com 6º com 7º com 8º com
9º com 10º com 11º com
12º com 13º com 14º com 15º com
16º com 17º com 18º com 19º com
20º com 21º com 22º com 23º com
24º com 25º com 26º com
27º com 28º com 29º com
30º com 31º com 32º com
33º com

San-tis-si-mas gra-ças vos
da-mos, Se-nhor, pe-lla vos-sa mor-te, pe-
la vos-sa cruz. Pe-los pe-ca-do-res vós
so-is lou-va-do, mil gra-ças vos da-mos, Je-
sus Sa-cra-men-ta-do Gra-ças vi-mos
dar a Vir-ja Ma-ri-a, lou-
vo-res ge-rais com pra-zer e a-le-
gri-a.

não aparecerem documentos escritos em abono. Venham etnógrafos regionais e ajudem.

Apresentamos agora o documento nº5:

1º com 2º com 3º com 4º com

5º com 6º com 7º com

(17º com) 18º com 19º com

20º com 21º com 22º com 23º com

so---is lou-va-----do, mil gra---ças vos da-

(7º com) 8º com 9º com

(23º com) 24º com 25º com

mos, Je-----sus Sa-----cra-----men-----ta-----do

Este fragmento já diz respeito à "Acção de Graças". É o mais complexo de todos e está constituído por 33 compassos como se pode verificar. Vamos analisá-lo.

Os compassos (1 - 7) são iguais aos compassos [(17) 18 - 23]. Os compassos

[(7) 8 - 9] são diferentes dos compassos [(23) 24 - 25]. É visível como segue:

Os compassos [(9) 10 - 15] são iguais aos compassos [(25) 26 - 31], e os compassos [(15) 16 - 17] são diferentes dos compassos [(31) 32 - 33]. Vejamos a seguir:

2ª parte

(9º com) 10º com 11º com

San---tis---si---mo gra---ças vos

12º com 13º com 14º com 15º com

da--mos, Se---nhor, pe-----la vos---sa mor

(25º com) 26º com

Gra---ças vi---mos

27º com 28º com 29º com

dar à Vir---ja Ma-----ri-----a, lou

30º com 31º com

vo---res ge-----rais

(15º com) 16º com 17º com

te, pe-----la vos---sa cruz

(31º com) 32º com

com pra-----zer e a-----le

33º com

gri-----a.

Estas semelhanças e estas diferenças sugerem imediatamente uma sequência melódica. A igualdade (1 - 7)

com [(17)18 - 23] parece constituir uma sequência, depois de organizada segundo as diferenças entre [(7) 8 - 9] e [(23) 24 - 25]:

(1 - 7) + [(7) 8 - 9] + [(17) 18 - 23]+[(23)
 24 - 25]

Assim:

Musical notation for the first piece, measures 1-25. The key signature is two sharps (F# and C#) and the time signature is 2/4. The notation is written on a single staff with five lines. Measures 1-4 are on the first line, 5-8 on the second, 9-12 on the third, 13-16 on the fourth, 17-20 on the fifth, 21-24 on the sixth, and 25 on the seventh. The notation includes various note values (quarter, eighth, and sixteenth notes) and rests. Measure 25 ends with a right-pointing arrow.

A igualdade [(9) 10 - 15] com [(25) 26 - 31], entremeada da diferença [(15) 16 - 17] e seguida da outra parte diferente, [(31) 32 - 33], sugere também um todo:

[(9)10-15]+[(15)16-17]+[(25) 26-31]+[(31) 32-33].

Assim:

Musical notation for the second piece, measures 9-33. The key signature is two sharps (F# and C#) and the time signature is 2/4. The notation is written on a single staff with five lines. Measures 9-12 are on the first line, 13-16 on the second, 17-20 on the third, 21-24 on the fourth, 25-28 on the fifth, 29-32 on the sixth, and 33 on the seventh. The notation includes various note values (quarter, eighth, and sixteenth notes) and rests. Measure 33 ends with a double bar line.

E a ordem começa a desenhar-se. Mas, para chegarmos a uma ordenação plausível, temos que pensar em termos de letra. Já sabemos que os primeiros nove compassos foram cantados sem letra. A letra que aparece no fragmento nº5 é a seguinte:

Santíssimas graças
vos damos, Senhor (Jesus)⁸⁰,
pela vossa morte,
pela vossa cruz.

Pelos pecadores
vós sois louvado,⁸¹
mil graças vos damos,
Jesus Sacramentado.
Graças vimos dar
à Virgem Maria,

louvores gerais
com prazer e alegria.

Agora surgem novos problemas. A melodia é toda ela a quatro partes. A letra só tem três partes. Por outro lado a letra refere-se a duas entidades religiosas. Seguindo a hierarquia parece que a entidade religiosa "Senhor (Jesus)" terá que vir primeiro do que a entidade "Virgem Maria". As duas estrofes da letra sugerem uma sequência natural que se casa bem com a naturalidade das duas primeiras partes da melodia, naturalidade que já não é tão visível na sequência constituída pelas duas últimas partes melódicas. Vamos convir que encontramos o "ovo de colombo":

San-tís-si-mas gra-ças vos da-mos, Je-
sus, pe-la vos-sa mor-te, pe-la vos-sa
cruz. Pe-los pe-ca-do-res Vós so-is lou-
va-do, mil gra-ças vos da-mos, Je-sus Sa-cra-men-
ta-do. etc.

Até aqui tudo será bem. Mas as duas últimas partes do fragmento, segundo a nossa leitura do mesmo organizadas, levantam novos problemas. Em primeiro lugar, a duas partes melódicas a letra oferece apenas uma, a última quadra. Depois o texto parece sugerir uma certa displicência na repetição. A cadência conclusiva da primeira parte parece ser forçada, canhestra. Tudo indica que esta repetição se deverá a um lapso de memória da informadora, já que até a mesma existência duma letra mais simplificada o sugere, bem como a não existência de letra no início do fragmento. Assim temos que ir à procura de mais lenha para a fogueira. E agora há muita das nossas serras e ninguém lhe liga, fenómeno que não conseguimos compreender.

O problema complica-se ainda mais quando verificamos que os compassos [(15) 16 - 17] são semelhantes, como cadência, aos compassos [(7) 8 - 9], já plausivelmente bem colocados. Depois ainda os mesmos compassos [(15) 16 - 17] apontam para uma cadência forçada e distorcida, ideia que não nos fica da leitura dos compassos [(7) 8 - 9]. Por estas razões parece que os compassos da segunda parte até ao final da primeira cadência terão que ser ignorados para a reconstituição do texto, mantendo-se nele os compassos [(25) 26 - 33] correspondentes à repetição da segunda parte, porque a cadência final sugere uma naturalidade que virá a ser reforçada por argumentos que poremos a seguir.

Para já vejamos ao que deverá plausivelmente ficar reduzida a segunda parte do fragmento nº5:

The image shows musical notation for fragment nº5, measures 25-33. The notation is in treble clef with a key signature of three sharps (F#, C#, G#) and a time signature of 2/4. The notes are as follows:

- Measure 25: Quarter note G#4, quarter rest.
- Measure 26: Quarter note A4, quarter note B4.
- Measure 27: Quarter note C5, quarter note B4.
- Measure 28: Quarter note A4, quarter note G#4.
- Measure 29: Quarter note F#4, quarter note E4.
- Measure 30: Quarter note D4, quarter note C4.
- Measure 31: Quarter note B3, quarter note A3.
- Measure 32: Quarter note G#3, quarter note F#3.
- Measure 33: Quarter note E3, quarter note D3, quarter rest.

A partir destes dados podemos agora verificar o que poderá ter sido na origem o fragmento nº5. É este o seu somatório de compassos:

(1-9) + [(17) - 23] + [(23) - 25] + [(25) - 33].

Ficam suprimidos os compassos [(9) - 17].

Mas põe-se ainda o problema da letra que só poderá ser resolvido pela análise dos outros fragmentos ainda não vistos. Isto segundo a nossa pobre opinião⁸².

Analisemos agora outros fragmentos. Os fragmentos nºs 6, 10 e 12 identificam-se no texto musical seguinte:

1 2 3 4
Se-----nho-----ra da Es--pran--ça, Se-----nho-ra das

5 6 7
Do---res, Se-----nhor dos San---tos Pas---sos Gra-

8 9
ças e lou-----vo-----res.

Estes fragmentos foram entoados pela informadora sempre do mesmo modo. Verifica-se imediatamente que nem letra nem melodia fazem parte do fragmento nº5. Mas devem fazer parte do conjunto porque são também de Acção de Graças. As inflexões da melodia lembram de longe as existentes nos compassos [(9)-17] que foram suprimidos e nos compassos [(25) - 33] que achámos por bem respeitar, isto no fragmento nº5. Mas a letra não figura lá. Uma vez que se trata de um texto de Acção de Graças temos que arranjar maneira de o incluir no conjunto.

Passemos agora à análise dos fragmentos nºs 7, 8, 9 e 11. A apresentação do texto tenta ser elucidativa. Escolhemos como base de comparação o fragmento nº8. Trata-se de facto dum mesmo texto musical em que vão sendo introduzidas pequenas variantes sincréticas em que as

várias partes dos fragmentos anteriores se contaminam umas às outras, em que aparecerão também pequenas inovações da informadora. Mas, atentando bem, verifica-se que, no fragmento nº8, considerado isolado, os compassos (1-3) correspondem aos compassos (1-3) do fragmento nº6 (10,12), os compassos [(3)-5] correspondem aos compassos (1-3), com pequena variante e aos compassos [(3) - 5] da primeira parte do fragmento nº5 já organizado, ainda aos compassos [(17) - 19] com pequena variante individual e aos compassos [(19) - 21] da primeira parte do mesmo fragmento. Verifica-se ainda que os compassos [(5) - 9] correspondem aos compassos [(29) - 33] do mesmo fragmento, também com pequenas variantes de desdobramento de nota. A conclusão de toda esta exegese primária tentámos nós organizá-la esquematicamente, apresentando em

paralelo com o fragmento musical nº8
todas as variantes que nos pareceram
pertinentes, respectivamente dos
fragmentos nºs7, 9 e 11. Tudo está
planificado a seguir:

Tudo leva a crer que não há que ter
em conta o fragmento musical nº8 nem os
fragmentos seus satélites, 7, 9 e 11. Outro
tanto se dirá da letra destes fragmentos

FRAGMENTO 8—1ª pauta

1º com 2º com 3º com 4º com 5º com

Fr. nº5 (1-7) + [(7) 8 - 9] + [(17) 18 -
-23] + [(23) 24 - 25] + [(25)
26 - 33] + Fr. nº6 (1-9)

Do esquema proposto sai a linha
melódica que se propõe a seguir:
Fr. nº5

1 2 3 4
5 6 7 (7) 8
9 (17) 18 19 20
21 22 23 (23) 24
25 (25) 26 27 28
29 30 31 32
33 1 2 3 4
5 6 7 8
9

A letra da melodia aparece-nos agora já aumentada de mais uma quadra, que vem dos fragmentos nºs 6, 10 e 12:

Senhora da Esperança,
Senhora dasDores,
Senhor dos Santos Passos,
Graças e louvores

O problema está agora em como ordenar as diversas partes da letra.

Já vimos que parece não haver dúvida de que as quadras iniciais da sequência "Santíssimas graças etc." e "Pelos pecadores etc." devem ficar tal como estão. Referem-se à mesma entidade iconográfico-religiosa. Devem também colocar-se em primeiro lugar porque se referem à entidade religiosa principal. A mesma melodia, apresentando uma repetição é isso mesmo que pede. A primeira quadra entoa-se portanto nos compassos (1 - 7) + (7) 8 - 9. A segunda quadra ficará portanto nos compassos (17) 18 - 23 + (23) 24 - 25. Até aqui tudo bem.

Mas, analisando bem a quadra "Graças vimos dar etc." ela fala de "louvores gerais" dados "com prazer e alegria". Estes "louvores gerais" sugerem uma conclusão de sentido, parecendo assim que esta parte da letra, cantada por todos ("gerais"), deverá servir de remate à "cantata". Se assim é, esta parte da letra terá que saltar para o quarto lugar na sequência e aplicar-se aos compassos do Fr. nº 6 (1 - 9) que nos aparecia antes com a letra "Senhora da Esperança, etc.". Este sentido de conclusão casa-se bem com a cadência final, decisiva e rematante, do fragmento nº6.

Por estas razões a letra que antes nos aparecia no Fr. nº6. "Senhora da Esperança, etc." deverá ficar em terceiro

lugar e aplicar-se aos compassos (25) 26 - 33. E fica-nos a letra ordenada:

Santíssimas graças
Vos damos, Jesus,
pela vossa morte,
pela vossa cruz.

Pelos pecadores
vós sois louvado,
mil graças vos damos,
Jesus Sacramentado

Senhora da Esperança,
Senhora das Dores,
Senhor dos Santos Passos⁸³,
graças e louvores.

Graças vimos dar
à Virgem Maria,
louvores gerais,
com prazer e alegria.

Este conjunto constitui um extenso estribilho ou refrão, que, cantado em assembleia é capaz de traduzir o "prazer e alegria" de todos, levando as almas à exaltação trântica do regozijo pela chuva que cai. Experimentem só a cantar em coro misto os compassos correspondentes ao Fr. nº6 e verão que é verdade. Este passo melódico é o mais inspirado da "cantata".

Assim organizada, a letra parece adquirir uma textura e uma ordem plenamente correcta. A terceira quadra intensifica e corrobora o sentido de gratidão das duas anteriores, referindo-se aos "medianeiros", que naturalmente terão que vir em segundo lugar. Nas duas primeiras o impetrante dirige-se directamente a Deus, o Cristo dispensador

de todas as graças, como Deus na primeira quadra, como Deus humanizado e "sacramentado" na 2ª quadra, em torno do contraste "Senhor (Jesus)"/"pecadores", isto é, do contraste "espírito puro"/"espíritos impuros".

A 3ª quadra, fazendo a síntese das invocações, estabelece uma ponte entre a Petição e a Acção de Graças. Às mesmas invocações a quem se pediu agradece-se agora.

Na quarta quadra, a personagem verbalizadora e impetrante, colectiva ("damos, "vimos", "gerais"), dirige-se à Virgem Maria como síntese de invocações. Ela é a principal medianeira porque é Mãe de Deus ("Senhor dos Passos"), a ela se atribuem, nela se projectam a "Esperança" e as "Dores" dos homens, porque ela, sendo Mãe de Deus, foi designada por este como Mãe dos Homens.

A personagem verbalizadora, mantendo-se sempre colectiva, parece, contudo cindir-se alegoricamente. Nas duas primeiras quadras parece manter a tradição da proximidade do "Tabernáculo" e ter acesso a ele, a "casa" do "Senhor (Jesus)". A personagem aqui tomará o cariz de oficiante, o sacerdote ou quem o substitua. Na terceira quadra a personagem tem apenas acesso ao átrio do "Tabernáculo", ficando já longe do "Senhor (Jesus)", mas referindo-se apenas a este como medianeiro (Senhor dos Passos) e ao seu medianeiro sucedâneo ("Senhora da Esperança, Senhora das Dores"). A quarta quadra, embora dando notícia do segundo medianeiro antes proposto, traduz de preferência um clima de festa e exaltação "profana", ao nível do terráqueo, do humano. É esta imagística que nos faz pôr a hipótese de que a entoação da "cantata" de Acção de Graças seria tripartida, em princípio. A primeira

parte seria entoada pelo oficiante ou por quem o substituísse, um solista, a terceira quadra seria destinada ao "Coro" de solistas que apareciam nos ensaios, os quais serviriam de elo de ligação entre o oficiante e todos ("gerais"). A quarta quadra seria, portanto, entoada por todos, "os homes e tude". E esta interpretação sugere imediatamente a presença do "Coro" da Escusa, como intermédio do oficiante, pois, segundo a informadora, o "Snhum Cónego e o povo" dialogavam. O "teólogo" Manuel Cebolas Folgado estaria nesta altura em férias e presidiria como ensaiador ao coro das mulheres da Escusa.

Verifica-se ainda que, na letra de Acção de Graças, é imediatamente esquecida a primeira pessoa da Trindade, fixando-se a identificação do "Senhor (Jesus)" com Cristo feito carne, com o "Verbum" e não com o "Logos", com "Jesus Sacramentado". Tudo voltou à normalidade. O regresso da chuva normalizou as psiques e estas voltam-se imediatamente para as "divindades mais próximas", mais "de trazer por casa", Cristo e a Virgem. O "Pai" ("Padre") foi logo aparentemente esquecido.

É ainda de notar o clima de "prazer e alegria" que informa o segundo cântico, o de Acção de Graças. Não é "lamentação" é "hino". Todo ele procura a tonalidade "maior", em contraste com a tonalidade "menor" da Petição. Identifica-se a "salvação" pelo regresso da chuva com a "salvação" pela "morte", pela "cruz", isto é, pelo "sacrifício cruento" que é perpetuado pelo "sacrifício incruento" de "Jesus Sacramentado", este grande avanço civilizacional do Cristianismo em relação ao Mitraísmo, seu contemporâneo, com o qual teve de travar esta dura batalha da substituição, sendo a primeira

"salvação" como que o reflexo da segunda, pois esta é a única que é visada na letra e não a outra. A letra visa assim provar que a salvação do corpo vem sempre magicamente pela salvação do espírito, de que o espírito é a origem e o fim do corpo, doutrina que ultrapassa o Cristianismo e mergulha as suas origens no Mito.

Note-se também uma certa evolução na construção da melodia em que as inflexões desde o compasso 1 até ao compasso 25 parecem pedir a sequência [(25) 26 - 33], com cuja execução o espírito do cantor descansa, sentindo tendência para um "Da capo" ao início. O Fr. nº6 não é mais do que o reforço da cadência decisiva e conclusiva que aparece nos compassos [(31) 32 - 35] do Fr. nº5. Esta

construção melódica levanta, tal como a letra, a hipótese de as duas primeiras partes da Acção de Graças serem cantadas por "solista" e "coro de solistas", destinando-se a terceira parte à colectividade, ao "coro" geral ("gerais", "os homens e tude").

É, pois, em seguida a esta interpretação pessoal, que pode não ter nada a ver com a realidade que na altura se viveu, mas que inconscientemente estaria no espírito de quem construiu os cânticos, a altura de apresentarmos o "hino" de Acção de Graças tal como ficou após a sua reconstrução:

Mas o "hino" será só isto? É que a informadora debitou ainda a copla seguinte sem música:

CORO

San-tis-si-mas gra-ças vos da-mos, Je-
sus, pe-la vos-sa mor-te, pe-la vos-sa
cruz. Pe-los pe-ca-do-res vós so-is lou-
va-do, mil gra-ças vos da-mos, Je-sus Sa-cra-men-

Continuação do coro

ta---do. Se---nho---ra da Es p'ran-ça, Se-----nho-----ra das
Do---res, Se---nhor dos San-tos Pas---sos, gra---ças e lou-
vo---res. Gra--ças vi---mos da---re à Vir---gem Ma-
ri---a, lou---vo---res ge-----raís, com pra---zer e a--le-
gri---a.

O Senhor dos Santos Passos
já mes mostrou seu poder⁸⁴.
Viemos-le pedir água⁸⁵.
e já vimos chover⁸⁶

Daqui temos que partir para mais hipóteses. Nota-se que a letra aponta para um resultado favorável quanto ao “pedir-chuva”. Portanto só pode ser integrada na Acção de Graças. Qual a música com que se cantava? Teria música própria? Seria cantada com a música da Petição, pois esta apresenta pelo menos duas variantes. Se assim é, qual delas pertence à Petição e qual delas pertence à Acção de Graças?

Parece deduzir-se que, havendo na Acção de Graças a mesma enfiadura de invocações que aparece na Petição, tal como a invocação ao Snhum dos Passos é adaptada à nova situação de Acção de Graças, também outras invocações tenham sido adaptadas do mesmo modo. Como não temos indicações delas e, dado que neste momento da cerimónia este “refrão” é a parte mais importante, sugerindo mesmo só por si uma repetição intensa e entusiástica, aventuramo-nos à hipótese de que a quadra proposta poderia ser uma espécie de “bordão”, no qual, na altura própria, se substituísse uma invocação por outra. Assim teríamos:

O Senhor dos Perseguidos
já mes mostrou seu poder.
Viemos-le pedir chuva
e já vimos chover.

Santíssimas Graças etc.

O Senhor Ressuscitado
já mes mostrou seu poder.
Viemos-le pedir chuva
e já vimos chover.

Santíssimas graças etc.

O Senhor Sacramentado
já mes mostrou seu poder.
Viemos-le pedir água
e já vimos chover.

Santíssimas graças etc.

A Senhora da Esperança
já mes mostrou seu poder.
Viemos-le pedir água
e já vimos chover

Santíssimas graças etc.

Virgem Santíssima das Dores
já mes mostrou seu poder.
Viemos-le pedir água
e já vimos chover.

Santíssimas graças etc.

A Senhora do Amparo
já mes mostrou seu poder
viemos-le pedir água
e já vimos chover

A copla insistiria no "já vimos chover".
Daí o fulgurante "Santíssimas graças". E
assim parece desenhar-se mais

claramente a cisão alegórica da
personagem colectiva. A copla poderia ser
introduzida pelo oficiante ou por quem o
substituísse. O Coro da Escusa cantaria
"Santíssimas graças etc." e toda a
assembleia entoaria "Graças vimos dar
etc.". Tudo isto se repetiria ao longo da
Procissão entremeadado dos habituais
"rosários" de Avé Marias e Padre Nossos,
seguidos pelas "contas", já que nesta
altura ainda não havia o "terço", inspirado
pelos acontecimentos de Fátima.

Parecem estar, portanto encon-
tradas, dum modo plausível, a letra e a
música da "cantata" para "pedir-chuva",
criada para um cerimonial do género
realizado por volta de 1905 a 1907.

Parece que nos dois cânticos os
refrões terão tido um peso esmagador
sobre as coplas. O refrão da Petição anda
ainda na boca de muita gente. O refrão
da Acção de Graças manteve-se como
vimos apesar da sua complexidade,
enquanto que a maior parte das coplas se
terá perdido.

Não restará dúvida de que aqui
andarà a alma do "santo" padre Zé
Curado, o organizador da tal "Comunhão
Solene" em que participou a informadora
ainda como "anjinho" que conduzia as
meninas ao altar. Esta cerimónia terá sido
um autêntico espectáculo, ao nível do que
neste trabalho concebemos para o "pedir-
chuva" realizado nessa altura na freguesia
do Salvador, onde o padre Zé Curado
oficiava como pároco. A situação de seca
e a fé do pároco terão sido um chamariz
para a população local, também amante
do espectáculo inédito, população que
deve ter ocorrido em massa.

Só nos resta apresentar a "cantata"
religiosa de "pedir-chuva", não sem antes
formular mais uma hipótese. Verificámos
que a música da copla da Petição

apresentava duas variantes que parecem ser corruptelas dum único arquétipo inicial. Mas não nos podemos esquecer de que estamos na presença de música não erudita, pelo menos na presença de música destinada a ser cantada pelo povo, que normalmente não faz grandes exercícios de memória. Será que uma das variantes era a da Petição e a outra a da Acção de Graças?

Apesar de todas as dúvidas, apesar de continuarmos a pensar que na apresentação das duas variantes uma era

a da Petição e a outra a da Acção de Graças?

Apesar de todas as dúvidas, apesar de continuarmos a pensar que na apresentação das duas variantes poderá haver criatividade da informadora, aventuramo-nos a seguir esta conjectura na apresentação final dos cânticos, destinando uma das variantes à Petição, a outra à Acção de Graças. É o que vamos já fazer:

PETIÇÃO

SOLISTA OU CORO

Ó Se-----nhor dos San-----tos Pas-----sos
á-----gua vos vi-----mos pe-----dir
te---mos em vós con-----fi-----an---ça
que nos ha-----veis de_a-----cu-----dir.
Á-----gua, Pa-dre ~E-----ter-----no, á-gua, Je-sus Cris-----to
á-----gua, Mãe de Dâus, p'ra que sã---ji-----mes ou-
vis-----tos.

Pela vossa Paixão e Morte,
pela vossa Sepultura,
abrandai meu coração
que está como pedra dura.

Água, Padre Eterno, etc.

Ó meu Deus Sacramentado,
passastes tantos tormentos,
perdoai os nossos pecados,
regai os nossos alimentos.

Água, Padre Eterno, etc.

Pela vossa Ressurreição,
pela vossa descida ao Limbo,
água de misericórdia,
Senhor, vos vimos pedindo.

Água, Padre Eterno, etc.

Ó Senhora da Esperança,
que o Menino tens dormido,

alevantai-o para cima,
vâja que nam tem chovido.

Água, Padre Eterno, etc.

(Ó Senhora da Esperança),
Nossa Senhora das Dores,
amparai-nos na desgraça
e ouvi os nossos clamores.

Água, Padre Eterno, etc.⁸⁷

Virgem Santíssima das Dores
vos pedimos por esmola
Pedi ao rei Salvador
Água de Misericórdia

Água, Padre Eterno, etc.

Ó Senhora do Amparo
A que vos vimos pedir
Temos em vós esperança
que nos haveis de acudir.

ACÇÃO DE GRAÇAS
Solista

O Se-----nhor dos San-----tos Pas--sos
já mes mos-----trou seu po-----de--re
vi-----e-----mos le pe-----dir á-----gua
e(86)-----já vi-----mos cho--ver San-
tis--si--mas gra--ças vos da--mos, Je-----sus, pe-
la vos--sa mor---te, pe-----la vos--sa cruz. Pe-

(Continuação)

los pe--ca---do---res vós so---is lou---va---do, Mil
gra--ças vos da---mos, Je---sus Sa--cra--men---ta--do. Se-
nho--ra da Es--p'ran--ça, Se-----nho--ra das Do---res, Se-
nhor dos San--tos Pas---sos, gra-----ças e lou-
vo--res. ^{TODOS} Gra-----ças vi---mos da---rê à Vir-ja Ma-
ri---a, lou-----vo---res ge-----rais com pra-----zer e a---le-
gri---a

Continuamos a afirmar que elaborámos tudo isto quase não ultrapassando o campo da mera hipótese. Pedimos desculpa aos musicólogos de estarmos a meter a nossa foice em seara alheia, até porque os nossos conhecimentos de musicologia não são nenhuns e os nossos conhecimentos de música são ainda muito poucos. Envidámos sim todos os esforços no sentido de preservar um pequeno monumento cultural que dirá respeito em primeiro lugar à Escusa, a nossa querida terra natal, depois a toda a freguesia da Aramenha, portanto ao concelho de Marvão. É natural que tenha havido

transmissão dos ritos que pertenceram a este cerimonial a pessoas mais novas na idade. Aqui deixamos um apelo aos etnógrafos da nossa região para que registem o acontecimento através da palavra, façam o registo sonoro da música no sentido de que as débeis hipóteses que nós aqui levantamos possam ser reforçadas ou anuladas. A destruição de todos os nossos argumentos pela descoberta da verdade seria para nós de extrema consolação.

Aqui deixamos o melhor da nossa boa vontade, sempre na ânsia de

preservar o património do concelho de Marvão e em especial da nossa terra, a bonita "vilazinha" da Escusa⁸⁸, harmoniosamente architectada, passe a vaidade e o bairrismo, delicadamente inscrita ainda no docel da vegetação local, com uma urbanização que faria inveja a muita "da vila de estrada ao meio" do País⁸⁹.

IV

Depois da panorâmica que expusemos, não é nada animador o estado psicológico com que ficamos. Compreendemos bem a necessidade que as pessoas têm de viver melhor, de ter um pouco de comodidade, quando os seus pais e avós não tiveram nenhuma, ao ponto de matarem a tristeza com uma bebedeira, pelo menos todos os domingos de tarde, já que de manhã ainda tinham que ir "ou mate" ou cavar o lameiro do prado. Mas lembrem-se os nossos conterrâneos que os "desejos provocam necessidades". Quer dizer. O consumismo louco que nos cerca desperta-nos "desejos" que formam dentro de nós "necessidades", porque nos habituamos a satisfazer cada desejo que nos surge no psiquismo. E satisfazemo-las adquirindo os objectos que a "sociedade de consumo" nos propõe. Mas lembrem-se também que os objectos que adquirimos nos cansam logo, sobretudo se não colmatarem realmente uma característica permanente da nossa personalidade. A "sociedade de consumo" sabe disso e propõe-nos logo outros objectos que substituam os anteriores. E os nossos conterrâneos hão-de verificar que às tantas têm a casa que é uma lixeira, assim com tanta inutilidade. E precisam de limpá-la. Para limpá-la precisam de sujar a casa que é de todos,

isto é, a rua. É por isso que aparecem lixeiras, felizmente ainda em ponto pequeno, por todos os lados. É por isso que se escoam os objectos abandonados para sítios onde ninguém os veja. A água suja vai para a Ribeira, o lixo vai para os barrancos. Aqui aparece um outro factor. É a ambição desmedida e a vaidade imitativa. Nenhum de nós quer ser (parecer) inferior aos outros. "Se aquele tem eu também hei-de ter, ele não é mais do que eu". Esta emulação imbecil cria uma luta contínua, que só favorece uns quantos, aqueles que vendem ao desbarato e, para isso, destroem tudo o que podem. Cada um deles é o elo duma cadeia humana que transforma a natureza em moedas, baseando-se na imbecilidade também humana do "não quero ser menos que os outros". Isto revela pura e simplesmente a pequenez interior, a debilidade mental do homem comum, o medo que cada um tem de enfrentar os outros, por causa dos modos de vida civilizacional estereotipados que a "superestrutura", consumista sempre, lhes propõe. É preciso parecer (embora não se seja) rico, poderoso, é preciso dominar os outros seja de que modo for, já que mais não seja pela aparência, pela ostentação, pela "cagança" vazia.

Ora bem. Lembrem-se os nossos conterrâneos que o concelho de Marvão foi sempre "ganhão" ao serviço dos dois grandes concelhos limítrofes, Castelo de Vide e Portalegre. Marvão, dada a sua topografia e, naturalmente as populações que por isso o procuraram, foi sempre um concelho eminentemente agrícola e, portanto, não fez mais do que "cavar" para alimentar "tanoeiros" e "lagóias". Marvão continua a ser um concelho de vocação eminentemente agrícola, embora tenha

abandonado a agricultura. A prova de que não sabia fazer mais nada é a taxa de emigração que equaciona.

Mas lembrem-se também os nossos conterrâneos de que a agricultura sempre foi e naturalmente sempre será serva da indústria e do comércio. E isto está claro como a água da Ribeira. A terra não é uma máquina a que se podem substituir peças para continuar incessantemente a produzir. Às tantas recusa-se. Além disso o trabalho agrícola é sujo, cansativo, doloroso. Por mais invenções que surjam o agricultor "rico"(?) tenderá sempre a emigrar para a Vila, para a Cidade, como fizeram os antigos proprietários terratenentes das nossas melhores terras de sementeira. Foram-se embora e arrendaram. Se assim é, a ambição dos que ainda ficam no Concelho de Marvão é a de "industrializar-se" para ser "ricos" como os industriais e comerciantes da Vila e da Cidade. Claro que através da agricultura nunca o conseguirão porque a terra, a natureza sempre se nega a satisfazer o disparate da industrialização agrícola. E já está a fazê-lo. A bela e gostosa comida que tínhamos de há trinta anos para lá hoje não tem gosto nenhum.

Isto porque o agricultor ainda não descobriu a sua verdadeira vocação. Ele é o depositário da saúde pública. A maior parte das doenças continuam a entrar-nos pela boca porque o agricultor ainda não se encontrou como fiel depositário do único remédio que há para as doenças, a natureza.

É disto que os nossos conterrâneos se têm que lembrar. Por isso apelamos a que respeitem a terra, o ar, o sol, a água, as plantas, os animais. Tratem-nos com carinho e com respeito, não os roubem a ninguém, pois isto não o fizeram os nossos pais e avós até ainda há muito pouco tempo.

Sobretudo poupem a água. Olhem para o desastre do Guadiana, para a seca que assola todo o País, sobretudo o Alentejo, o nojo dos incêndios que os loucos e os gananciosos ateiam, sobretudo no Centro e no Norte. Olhem que a água, depois de tirada do poço, evapora-se. E a chuva não cai. Depois quererão que o Governo decrete a nossa região como "zona de calamidade pública". Quererão subsídios. E já sabem o que levam. "Com a tábua no cu". (Cf. nota nº 3).

Notas

Colamos a este trabalho um acervo de notas que aparentemente não terão nada a ver com ele mas que constituirão um escol de informações e opiniões que achámos por bem fornecer, para esclarecer certos pontos de vista que de há muito tempo nos ocupam a meditação diária. Ao mesmo tempo damos ensejo aos etnógrafos locais de nos apoiarem ou rebaterem e aos políticos locais de ouvirem ou recusarem os nossos conselhos. Um trabalhador intelectual tem obrigação de ser polémico, de atirar lenha para a fogueira da discussão, sobretudo quando estão em jogo valores de sobrevivência humana. A estes valores tudo se deve subordinar, tanto mais que a lufa-lufa dos interesses imediatos cega com facilidade as consciências, ao ponto de os interessados nem verem que estão a cavar a própria ruína a médio prazo quando esquecem as pequenas coisas que dia após dia vão morrendo. A casa, depois que o dono morre, abre brechas. O dono, se deixa cair a casa, não tem onde morar. É esta solidariedade íntima entre homem e mundo que nós queremos ver florescer na nossa região, baseada no respeito do homem pelo mundo. O homem, respeitando as coisas, respeita-se a si. E não de outro modo.

¹ "roçadilho" é o acto do rapaz se "arrumar" à rapariga quando andam a balhar, numa prefiguração do "acto primordial". Ele dá-lhe o "vulto" e ela dá-lhe o "rugido". Isto à sucapa da "mãe" que, assentada no banco ali ao pé da parede, muitas vezes fingia que não via. Na realidade, a cerimónia da oferta do "vulto" e do "rugido" deverá ao que parece ser característica da fase do noivado, quando a rapariga já está "pedida" e os namorados podem vaguear sozinhos sem "pau de cabeleira" a vigiá-los. Esta oferta será uma espécie de iniciação sexual dos noivos, que, de facto, muitas vezes não se ficam só por aí. São circunstâncias de cultura votadas ao passado hoje em dia, como se sabe.

² Segundo o Bhakti-Yoga, cultos "rajásicos" são aqueles em que o eu põe em movimento as suas tendências "rajásicas", digamos "sádicas". A divindade é adorada como meio para atingir um fim.

Procura-se propiciá-la, para que seja ela a resolver os problemas que o homem não pode resolver. Esta forma de religião é característica das sociedades organizadas, que procuram reforçar ou, pelo menos, conservar o seu prestígio, o seu poder, a sua prosperidade (e não realizar Deus). (Michael, Tara — *O loga* — Tr. Maria do Carmo Cary-Ed. Presença, Lisboa 1978). Esta atitude é mais que visível na tendência de todas as religiões para a politização. Todas querem ser a única, a verdadeira, a universal e, para isso, fazem sempre a sua "guerra santa". É pensarmos nos descalabros históricos da religião "católica", nos porta-a-porta das Testemunhas de Jeová, na "onda de choque" da Igreja Universal do Reino de Deus (Maná), no "fundamentalismo" islâmico, nas cerimónias ditas religiosas que encabeçam todas as inaugurações "eleiçoeiras", etc.

³ Esta filosofia é a do Poder cultural instituído. Os mesmos homens de cultura têm que penitenciar-se disso. São eles que veiculam esta mentalidade, inconscientes de que são o corpo institucional que forma todos os chefes que vão liderar instituições, grupos e comunidades, mesmo cada um dos homens que nos tentam governar e ser senhores do nosso destino. Simplesmente qualquer governo nunca é onipotente. Só dá o que pode e, do que pode, só o que quer e lhe convém. Numa situação de calamidade a vítima é sempre a vítima. É por isso que o "rotativismo" do Governo deve ser frequente, para que, mudando o Governo, mudem os amigos.

⁴ Lembremo-nos da devastação que a caça tem sofrido na nossa região, ela que de caça era tão rica. Ainda hoje as nossas serras são riquíssimas em voos e cantos de pássaros. Mas pratica-se lá a caça ao pássaro com rede e esparrela, indiscriminadamente, mesmo a espécies protegidas. São tradicionais as "comezanas" em que não faltam as "pardaladas". Parece que os pardais gostam de procriar nos poços ou, pelo menos, procuram-nos, para se abrigar de noite. Então fazem-lhe caça "ao candeio". Põe-se a rede na boca do poço, a tapá-lo e uma luz a servir de "isco" de libertação. Ao serem espantados com berros e batimentos, os pardais procuram esquivar-se pelo sítio onde vêem abertura. Espetam a cabeça nas malhas da rede e lá ficam. O que depois virá as autoridades parece que não costumam investigar. Lembremo-nos de ouvir dizer que se pescava na Ribeira com "alamite" e com embudo. Isto são crimes passíveis de tribunal.

⁵ Cf. BACHAREL, Luís-CLIMA E VEGETAÇÃO NA SERRA DE SÃO MAMEDE NOS SÉCULOS XVI E XVII- in Ibn Maruan nº2, Dez. 1992, pp. 177ss.

⁶ A isto não seria alheio o facto de evitar a passagem pelo cemitério da Escusa, se se descesse o Caminho da Tapadinha. O ambiente era já de "morte". Não tinham que ser relembrados os cortejos lutosos que acompanham os "caixões" no enterro. Por outro lado estabelecia-se uma espécie de "Via Sacra" na Casa Nova e tornava-se o percurso mais longo, portanto mais difícil.

⁷ Não nos recordamos de que se levassem imagens nos cerimoniais do género a que em menino assistimos.

⁸ Não temos a ideia de que as cerimónias de "pedir-chuva", a que assistimos, abrangessem toda a freguesia do Salvador nem que a procissão fosse reversível, isto é, que os povos da Ribeira viessem à Escusa em procissão. Razões podem ser aduzidas várias. A Escusa, topograficamente, tem que ser a maior vítima da seca, dentro da freguesia, porque está a uma maior altitude e mais longe da Ribeira. À medida que a debitação de chuva diminui e o gasto de água se vai produzindo, naturalmente que, como região mais alta, carece mais dela. A mística é também mais característica da comunidade da Escusa do que das outras localidades. Os etnógrafos e os historiadores locais ainda um dia hão-de falar nisso. A Escusa dentro do Concelho de Marvão, respira mística e religiosidade por todos os poros. Encurralada nos soutos e olivais, ela é a "Escusa", a "Escura do (-a) Ramilo (-a)". Até parece um refúgio, um retiro que só se alcança,

desviando-se a gente do caminho que antes trouxera ou levara. A calçada de Marvão mostra que outrora poderá ter tido alguma importância social e estratégica, antes da construção da estrada macadamizada que atravessa o Vale, como ponto de passagem obrigatória para quem se deslocava daquela vila a Castelo de Vide. Aquele Vale deve ter sido percorrido ao longo do tempo por frades de todos os hábitos e feitios. Tão pequena, a aldeia possui duas grandes capelas, talvez imitando palidamente a profusão relativa de templos da vizinha Castelo de Vide, que ainda hoje chora o facto de não a ter adstrita ao seu Concelho, já que os grandes prédios rurais, os mais ricos, do Vale e arredores, sempre pertenceram a estranhos, radicados em Castelo de Vide. O Escusense é "ganhão", trabalhador por conta dos ricos ausentes. Explorado, aliena-se na religião que os senhores professam, a Católica Tradicional. A isto não será alheia uma certa mentalidade "talassa" de que há vestígios na Escusa. À Escusa, de longe, alveja-lhe pouco mais que a torre, bastante mais alta do que todas as outras torres de igrejas da freguesia. Esta mentalidade mística tradicional enraizou-se nas famílias de feitores e rendeiros, muito ligados aos ausentes terratenentes, que visitavam aqueles de vez em quando, em tempo de vilegiatura, sendo tratados por isso com subserviência e respeito.

Esta mentalidade mística poderá ter causado a ruína económica do povo da Escusa. Nunca houve na Escusa homens verdadeiramente ricos ou por herança ou por trabalho, apenas remediados que trabalhavam ao lado dos seus assalariados. Nunca houve na Escusa homens verdadeiramente empreendedores, capazes de montar e desenvolver

uma verdadeira indústria, talvez milenária, a da cal. A Escusa nunca a soube desenvolver e acabou por deixá-la cair, culpando disso a segunda revolução industrial, o cimento.

O homem alienado e impotente apenas desenvolve o ressentimento. Consciente da sua impotência e fraqueza, o homem da Escusa emigra, isto é, procura novos patrões. Não foi capaz de adaptar-se localmente aos novos tempos. Quando a agricultura falhou e as Caleiras morreram o povo da Escusa só soube fazer o que fazem os escravos a quem faltam os senhores, ou morrem ou fogem. A Escusa emigrou primeiro para Lisboa, sobretudo para a C.P., depois para a Europa e também para a América. Hoje é praticamente uma aldeia fantasma. As casas não caem porque os emigrantes, devido a um forte sentimento de "autoctonia", as vão mantendo caiadas e erguidas. Outras têm sido adquiridas por estranhos. Os terrenos dos grandes proprietários ausentes foram simplesmente abandonados e estão agora à mercê de quem dê mais. Os dos pequenos proprietários acontece-lhes o mesmo, embora deixem um espinho no coração. O "Prado Inglês" está a estender-se a todo o Vale. Até alemães já há. Longe vai o tempo em que o Caminho da Escusa era um corrume de pequenos magotes de gente que iam para as Caleiras e para o Prado, de manhã muito cedo, regressando a maior parte das vezes já lusco-fusco. A Escusa, horta e estância de lazer (vilegiatura, caça, pesca), subúrbio de Castelo de Vide, é hoje terra de ninguém, cobiçada por estranhos para o mesmo fim. Isto, ao que parece, não tem acontecido com tanta intensidade noutras localidades do concelho de Marvão. Uma das capelas da Escusa, a de São João, na Casa Nova,

cai hoje em ruínas, degradada, por causa das contradições políticas apontadas. Está situada em território do concelho de Marvão e depende do concelho de Castelo de Vide.

Mas cuidado!

Olhando em direcção aos "quatro horizontes", do alto das serras, a Escusa é ainda a povoação que melhor se enquadra na moldura natural. Castelo de Vide, Portagem, Beirã e outras povoações estão a ser invadidas pela febre da "maison", gritantemente nuas e a clamar alerta. É um dó que Castelo de Vide tenha ocupado tão bons terrenos com muros de betão, completamente mortos e habitados por indivíduos desenraizados do ambiente e das tradições, portanto não respirando a mística da paisagem, apenas vampirizando-a. A entrada de Castelo de Vide assemelha-se em pequena escala, ao descalabro urbanístico algarvio, pesado e safardana. O concelho de Marvão ainda está a tempo de pensar maduramente nisto e arripiar caminho. É justo que se desenvolva o conhecimento arqueológico da região, sobretudo o da antiga cidade romana da Amaia, mas que tal desenvolvimento não abale a beleza natural de toda aquela zona, o que acontecerá de facto se a arqueologia passar a ser subsidiária, não do turismo, mas da recuperação desenvolvimentista do turismo. Seria bom fixar os indivíduos em núcleos tradicionalmente degradados e tornar locais como a Amaia em polos de peregrinação cultural, não de fixação, ainda que temporária e intermitente. Os sinais que correm dizem que haverá recuperação irracional, se não se tomarem medidas cautelares.

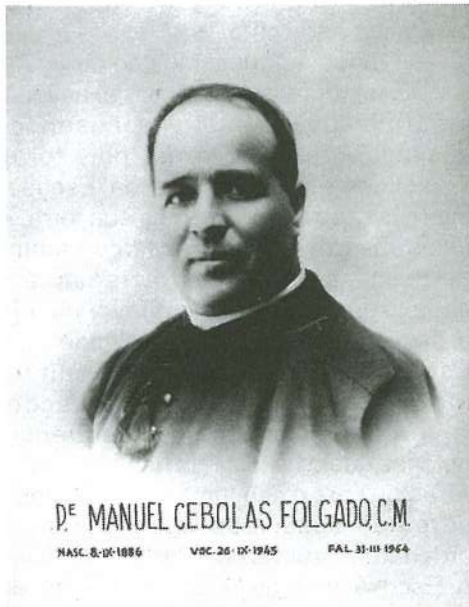
Que será do prado do Ti Marques, se se enterrarem nele fundações profundas de cimento? Adeus água, que

tem agora em abundância. A água irá ser procurada noutros locais onde deixa de exercer a sua função naturalmente local.

Nem como a Escusa nem como a Portagem. O Monte Pobre já era pobre por ser seco, mas hoje ainda é mais pobre por ser de betão e este já ameaça entrar pelos lameiros adentro. Nem a mística alienante até ao excesso nem a febre paranóica e agressiva do desenvolvimentismo, que recupera tudo, só quando a recuperação der lucros fundiários, embora diga seguir até certo ponto as leis e o costume, se os não pode rodear, abandonando tudo desolado e destruído, quando já não há juros a vencer. Porque, quando a coisa já não dá dinheiro, vai-se destruir noutra sítio.

Outra razão pela qual a cerimónia do "pedir chuva", de que nos recordamos, pode não ter abrangido toda a freguesia, é a mudança de mentalidade, devido à abertura ao exterior após a segunda Guerra Mundial. Os Povos da Fronteira, Porto da Espada, Marvão, Portagem, Santo António das Areias e Beirã estariam mais preocupados com o dinheiro que lhes vinha do contrabando do que com a ajuda de Deus através das orações. Nessa altura começou a desenvolver-se industrialmente a zona de Areias. A fome não deverá ter afectado tanto as populações fronteiriças como de facto afectou a Escusa.

⁹ Manuel Cebolas Folgado, filho legítimo de João Cebolas Folgado e de Fortunata do Rosário, nasceu na Tapadinha, lugar próximo da Escusa, em 8 de Setembro de 1886, pelas onze horas da noite. Sua mãe, Fortunata do Rosário, era filha de José Martins Barrento e de Maria das Dores e natural da freguesia de Santa Maria de Castelo de Vide. O pai, João Cebolás Folgado, era filho de Manuel



Cebolas, natural da freguesia do Salvador, e de Francisca Gertrudes, natural da freguesia de São João Batista de Castelo de Vide.

Manuel Cebolas Folgado tinha, portanto, ascendência castelovidense bastante para se perceber a sua futura entrada no seminário, tanto mais que o avô materno, João Martins Sarmiento, era sacristão.

Manuel Cebolas Folgado foi baptizado na igreja paroquial do Salvador em vinte e seis de Setembro de 1886, sendo oficiante o pároco e padrinhos os dois avós paternos. O avô materno teve o cuidado especial de o tocar com o manto de Nossa Senhora do Amparo, o que mostra uma grande religiosidade dentro da família. É curioso notar também que só o avô materno sabe ler e escrever e por isso só ele assina o registo do baptizado.

Tendo entrado para o seminário, pela diocese de Portalegre, ao que parece,

recebeu ordens menores na capela do paço episcopal da mesma cidade em 21 de Dezembro de 1906, sendo oficiante o arcebispo-bispo de Portalegre, D. Gaudêncio José Pereira. O ordenando menor tinha portanto 20 anos.

Se admitirmos que neste tempo o curso do seminário demoraria uns onze anos, Manuel Cebolas Folgado terá recebido ordens menores com cerca de sete anos de seminário, para onde terá entrado com cerca de treze anos.

Em 27 de Março de 1909 é ordenado subdiácono na capela conciliar do Seminário de Badajoz, portanto, três anos depois de ter recebido ordens menores.

Em 21 de Maio de 1910 é ordenado diácono na catedral de Portalegre e em 24 de Setembro do mesmo ano é ordenado presbítero na mesma catedral. O sub-diaconado foi-lhe conferido pelo bispo de Badajoz, D. Felix Soto y Mancera. O diaconado e o presbiterado foram-lhe conferidos pelo bispo de Portalegre, D. António Moutinho.

Foi, a partir de 1909, nomeado provedor vitalício da tesouraria paroquial de S. Salvador de Aramenha. A partir de 25 de Junho de 1912 exerceu as funções de pároco da freguesia de Sta Maria de Marvão.

Em 1921 será já bispo da diocese de Portalegre D. Manuel Mendes da Conceição Santos. O padre Cebolas Folgado seria já nesta altura seu secretário particular, pois por despacho de 2 de Março de 1921 foi-lhe passada dimissória "in perpetuum" para a arquidiocese de Évora. O futuro arcebispo de Évora tê-lo-á levado consigo.

Em 1934 é nomeado cônego da Basílica Catedral de Évora, sendo já vice-reitor do seminário da mesma cidade.

Em 1949 professou na ordem dos lazaristas em Felgueiras.

Pelos anos sessenta tivemos ocasião de o visitar acompanhando nossa mãe, a informadora destes hinos, e outros familiares, no recém-construído Convento das Doroteias, onde, ao que parece, professara sua sobrinha, a irmã Lurdes Folgado. Tinha sido acometido de um acidente vascular que lhe paralizara o lado direito. Ali se entretinha a coleccionar selos e a escrever aos amigos com a mão esquerda.

Faleceu em 1 de Abril de 1964 pelas duas horas da manhã, na freguesia de Carnide, em Lisboa. De acordo com um memorial fotográfico, comprado por António Ramiro Salgueiro, nosso irmão e filho espiritual de Monsenhor Manuel Cebolas Folgado, vulgo, Snhum Cónego Cebolas, pois frequentou o seminário de Évora ao tempo em que o biografado era o vice-reitor, comprado, dizemos, na Feira da Ladra, a data do falecimento de Monsenhor Folgado terá sido a de 31 de Março. Há aqui uma confusão de opiniões dos informadores. A data de 31 Março deve ter sido informação imprecisa de alguém que assistiu aos acontecimentos. A data de 1 de Abril, pelas duas horas, deve constar da certidão de óbito.

Estes dados biográficos de Monsenhor Folgado foram levantados no Cartório do Registo Civil e no da Câmara Eclesiástica de Portalegre, por Emílio Ramiro Salgueiro, também nosso irmão.

Menos nos servimos de documentação fornecida pelo R.ndo Manuel Cebolas Tavares Folgado, d.mo pároco de Galveias, sobrinho de Monsenhor Folgado, por se tratar de documentação mais vaga e orientada para o simples panegírico, que a pessoa em causa

merece, mas que para uma ficha biográfica não conta.

A todos agradecemos do coração.

Seria bom levantar com exactidão a biografia deste ilustre escusense e assinalar-lhe a memória, pois foi ele visivelmente o único filho da Escusa a interessar-se um pouco pela sua terra. Há pelas ruas da aldeia placas com nomes de pessoas que nunca moraram lá ou nada fizeram que conste a favor da terra. É pela via de Monsenhor Folgado que a Escusa elevou o seu nível cultural, tornando-se "alfobre de vocações" sacerdotais, com as consequências notórias que o facto ainda hoje representa. Arrastou para o seminário muitos filhos de parentes seus, dos quais alguns se ordenaram, outros ficaram pelo caminho. A Escusa chegou a ter vivos uma boa dezena de padres e seminaristas, ladeados de algumas religiosas. A tradição do seminário pegou nas famílias, primeiro porque a fé era real, depois porque na altura não havia meios económicos e político-sociais para educar os filhos de outra maneira. Tinha-se já a consciência de que o trabalho de "ganhão" era duro e mal pago. As famílias, muito pobres, desejavam naturalmente a libertação dos filhos. Mas fizeram-no graças à acção pedagógica de Monsenhor Folgado.

Parece assim ficar assente, pelo menos mais assente, que a religiosidade da Escusa terá partido de Castelo de Vide. A aculturação religiosa é indirecta através dos contactos de rendeiros com patrões e depois directa através da linhagem de Monsenhor Folgado. Contudo só um estudo mais profundo das relações históricas entre as duas povoações poderá confirmar ou desmentir esta opinião.

¹⁰ Júlia da Conceição Ramiro nasceu em 1887 na Casa Nova, nos baixos do casarão senhorial, casa da (Ordem de) Malta (sempre a mística) na altura propriedade de Eduardo Freixedas de Castelo de Vide. É filha de Manuel Ramiro e de Ângela da Conceição que fabricavam, também na Casa Nova, uma das fazendas ligadas ao mesmo casarão. Manuel Ramiro faleceu, tinha a filha apenas alguns meses. Entretanto, pelo conselho dos pais de Ângela, Gabriel Marques e Maria da Conceição, a mesma casou em segundas núpcias com Francisco Luís da Inácia, seu primo irmão, mas criado como filho pelos tios, por ter ficado órfão em menor. Depois da morte de seus avós foi Júlia morar para a fazenda do Montinho com a mãe e o padrasto e suas duas irmãs do primeiro matrimónio, Conceição e Maria José, onde todos praticavam a agricultura. Do segundo matrimónio nasceram depois mais quatro filhos, António, José, Assunção e Manuel. Só a Júlia sobrevive com 98 anos e a Assunção com muito mais de 80. No Montinho Júlia conheceu o assalariado João Andrade Salgueiro com quem depois casou. João era "criado" da casa. O casamento está envolvido por um romance com muitas peripécias que não cabe aqui relatar. O casal foi morar para a rua do Tomarinho, na Escusa, em casa arrendada a sua irmã e cunhada Conceição, entretanto viúva de José Serra. Ali nasceram seus sete filhos, dos quais a mais velha, Filomena faleceu com um ano de idade por causa de uma enterite, na altura incurável. Os outros filhos são vivos. Um deles somos nós, o relator destas linhas.

Júlia da Conceição Ramiro seguiu as pisadas de religiosidade da família, sendo sempre "muito da igreja" e educando os seus seis filhos segundo a mesma

tradição. Dois dos filhos, António e Emílio, são hoje sacerdotes católicos. Houve além disso duas desistências. Uma delas é a da nossa irmã Filomena, hoje casada com José Maria de Oliveira, e a nossa. Não foi para nós grande perspectiva vir a ser carmelita descalço, cujos preparatórios frequentámos durante cerca de quatro anos num colégio de Aveiro.

Júlia da Conceição Ramiro e seu marido foram sempre agricultores pobres por conta própria, tendo arrendamentos que trabalhavam eles mesmos ou com a ajuda de vizinhos assalariados, também pobres. Nosso pai trabalhava também às vezes "a jornal", a roçar e a acarretar mato para os "fornos da cal".

Júlia da Conceição Ramiro aprendeu as primeiras letras com "mestras", a Madrinha Dionísia, a Snhum Mestra, e foi ainda aluna do Snhum Cónego Cebolas, quando ele, como seminarista, passava as férias grandes na Escusa. Conseguiu assim aprender a ler e escrever correntemente. Era dotada de uma memória fácil, duma intuição notável e de uma personalidade dominadora sem ser sádica. Só assim se concebe o enorme acerbo de material musical e outras memórias que ainda conseguiu debitar a partir dos oitenta anos mais ou menos, data a partir da qual temos vindo a reunir e estudar música e palavras referentes às tradições que viveu.

¹¹ O então seminarista Manuel Cebolas Folgado tinha naturalmente a "schola cantorum" do seminário. Saberá um "quantum satis" de solfejo e teria a voz educada para cantar na igreja. Estando em férias de Verão (é natural que não passasse férias de Natal e de Páscoa em casa) faria naturalmente apostolado, dando catequese e ajudando ao serviço

nas igrejas locais. Tinha pelo menos um colega de seminário e amigo, o Sr. Joaquim Serra Alves, filho da Snhum Conceçam, primeira esposa do Ti José Serra, que depois veio a casar em segundas núpcias com a nossa tia Conceção. Diz a informadora que o Sr. Alves seria talvez mais novo do que o Snhum Cónego. Ambos se entretinham a passear e, enquanto passeavam, cantavam. Nestas andanças eram acompanhados por grupos de crianças, nos quais se incluía a informadora. Destes passeios há uma "Balada da Lua" que conseguimos transcrever. O futuro Cónego da Sé de Évora levava à informadora 11 anos de idade. Pelos seus vinte anos de idade, talvez um pouco menos, já teria maturidade suficiente para dirigir o coro de "mulheres" da igreja, coadjuvado pelo colega, coro do qual quase de certeza fazia parte a Snhum Conceçam, muito dada a cantigas, das quais também conseguimos conservar algumas, em castelhano, já se vê, porque a senhora era de algures do lado de lá da Fronteira. Há uma inter-cultura na nossa região que está ainda por desbravar. O "São João" da Escusa fala de influências da música espanhola. Elas existirão também do lado de lá da Fronteira.

¹² "Lagóias" ou "alfacinhas" são os habitantes de Portalegre, onde só se pratica indústria, comércio e serviços de administração. "Cardadores" são os de Castelo de Vide, onde o comércio e a indústria artesanal sempre têm vivido à custa da agricultura do Concelho de Marvão, sobretudo, e de outras povoações circunvizinhas. Esta tendência para a "vampirização" evoluiu hoje. Está patente no modo como estes e outros grandes meios citadinos incentivam o mau turismo,

mesmo assim à custa das regiões periféricas que nada lhes devem. (Coelho, P.M. *Laranjo-Terras de Odiana, subsídios para a sua história documentada — Medóbriga, Aramenha, Marvão* — Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924, p. 321, nota 1)

¹³ A informadora não especifica a qual dos dois cerimoniais se referem os cânticos aqui minimamente referenciados. Pensamos que ao segundo. Na época do primeiro o seminarista Manuel Cebolas Folgado teria entre 13 e 15 anos. Era demasiado novo para tanto arrojio. No segundo caso tinha já entre 16 e 18 ou mais anos, se as datas que propomos não falharem. Nesta altura sim. Já seria capaz de ensaiar o coro da igreja, ensinar-lhe cânticos novos, e até tinha maturidade suficiente para inventar poemas e cânticos, se é que estes últimos não serão apenas uma importação e adaptação. Há notícia de uma outra adaptação burlesca feita por ele e pela mesma parceria, na mesma altura. Trata-se dum poema ao qual se adapta uma melodia de revista, poema que visa um caso de fogo posto em que se lesa uma seguradora. É o "Balancé do caso escuro". É no entanto de admirar que quem inventa estes hinos não tenha tido a capacidade voluntariosa de criar também uma música para aquela canção satírica.

Partindo do princípio de que a invenção é real, ela poderá também ser colectiva. Já vimos que a Snhum Concêçam também tinha a mesma propensão cultural e que o Seminarista Joaquim Serra Alves também existia.

¹⁴ Partindo do princípio acomodaticio de que os cânticos se referem apenas ao segundo dos cerimoniais, a encenação

"expressionista" de que aqui falamos deve ter sido sobretudo imaginada pelo Snhum Padre Zé Curado, na altura pároco do Salvador, que a informadora apelida de "santo". Este padre era dado a encenações do tipo. Há a fotografia da comunhão solene da informadora em que um grande grupo de meninas aparece vestida de branco. Pelo que a informadora diz, o acto solene terá sido também um espectáculo de arromba com cânticos e diálogos a condizer. O cântico "Vinde, vinde, ó meninas etc.", cantado então, tornou-se tradicional na Escusa. O "hino guerreiro" que conseguimos transcrever também, fez parte desta festa. É uma bonita melodia que ultrapassa os limites da arte rural. O Snhum Pe. Curado seria músico também? E poeta? Enquanto se não aduzirem provas em contrário teremos que afirmar que estamos na presença dum místico, músico e poeta. Neste caso a informadora não alude à presença do seminarista Manuel Cebolas Folgado, ainda muito novo com certeza ou talvez não. Uma comunhão solene faz-se quando a criança já atingiu o "uso da razão", portanto a partir dos 7 anos. Nesta altura o seminarista Folgado já teria os seus 18 anos, era "filósofo". Deveria estar ausente no seminário. É por isso que aqui se põe mais um problema. Encenação patética e criação musical são mais evidentes no Snhum Pe. Zé Curado do que no Seminarista Manuel Cebolas Folgado. Será ele o autor ou o principal co-autor dos hinos aqui transcritos? A informadora diz que não, mas os factos falam por si.

Seria bom levantar o véu sobre a biografia deste padre "santo" que andou lá pelos nossos lados. A informadora diz que ele "esteve cá pouco tempo". Mesmo assim deixou rasto. Quem é este homem?

¹⁵ Muitas das vezes na Escusa fizemos trajectos semelhantes a pé, para cumprir a "obrigação" da missa dominical. Se não havia missa na Escusa nem no Salvador, lá íamos nós de manhã cedo em grupo, às vezes ainda de noite, para a missa das oito de Marvão, onde nessa altura se localizava o seminário maior da diocese de Portalegre, ou até para Castelo de Vide. As deslocações podiam ser também depois do pôr do sol, em tempos de missão ou de Semana Santa. Quanto a trajectos deste tipo lembramos a procissão que entronizou a imagem da Snhum de Fátima na igreja do Salvador, imagem que, diziam, foi oferecida pelo Snhum João de Matos dos Alvarões. A procissão saiu da Snhum d'Èstrála de Marvão e demorou várias horas a chegar ao Salvador através dos meandros da estrada areenta de Marvão. Isto aconteceu talvez quando o Snhum Pe. Zé Viana era pároco de Marvão e do Salvador. Os tempos áureos da igreja católica em Portugal já começavam a definhir.

Numa das nossas caminhadas nocturnas a Castelo de Vide lembramos aqui a boa acção dum castelovidense, o dr. Casal Ribeiro. É sobejamente conhecida a indiferença religiosa deste senhor. Contudo, nas cerimónias religiosas a que assistia, era digna de nota a postura respeitosa que mantinha. Num dos regressos de Castelo de Vide, já quase meia-noite, depois de uma "missão" na igreja de Santa Maria, encontrou o grupo o Senhor Casal Ribeiro, ao alto da Moutosa, provavelmente quando já regressava a casa, vindo dos lados do concelho de Marvão. Foi enchendo um dos poucos automóveis que havia então na zona e não descansou enquanto não pôs todos os componentes do numeroso grupo em suas casas. Esta atitude partiu dum

indiferente em matéria religiosa. Poderá chamar-se a um homem como este um "ateu", um "irreligioso"? Contam que depois viu a sua vida completamente destruída por um ex-seminarista(!) sem escrúpulos. Se é verdade, os católicos que andam todos os dias a limpar os bancos das suas igrejas, que meditem.

¹⁶ Numa das procissões, a imagem da Snhum d'Ésprança, orago da igreja da Escusa, foi envolvida em palha de centeio, simbologia inculcadora da seca. O Ti "Mochela", tio do então "filósofo" ou "teólogo" Manuel Cebolas Folgado, não gostou do enfeite e disse para o sobrinho, no seu sotaque individual característico:

—Ó chebinhe, ó chebinhe, tii' à Siora do mât' da paia! O qu'há-d' dezâ o Port' Espada?

Esta tirada é rica de significado, sendo o "discurso" anedótico do velho o que menos interessa. O que mais importa aqui sublinhar é a existência de um ridículo sobre a tradição mística da Escusa, a submissão cultural da Escusa a uma visão das coisas mais rica, mais economicista e dinheirista, o que revela o "complexo de inferioridade" da Escusa em relação a outras povoações da freguesia, mais empreendedoras e poderosas. Não é sem razão que a Casa do Povo da freguesia esteve durante muitos anos parvamente situada no Porto da Espada. Riam!

Vestir a Senhora de palha de centeio é de pobre não é de santo. Os santos aparecem sempre, na iconografia, com amplos mantos bordados e dourados, com vestidos e túnicas de grandes panejamentos, folgados e preciosos, que, ao mesmo tempo que lhes cobrem os pretensos atributos sexuais, os igualam

aos ricos. Sexualidade e Poder nunca andaram de mãos dadas, porque permitir aquela é favorecer a desagregação e desorganização que desmorona o "Cu Institucional". Vestir a Senhora de palha de centeio, que lhe cobrisse o manto verde, orlado de ouro, era para o velho um sacrilégio. Ora esta é a tradição cultural veiculada pelo mecenato, que a mesma hierarquia católica subscreveu ao longo dos tempos, desde que a partir de Constantino se tornou instituição política. Desde então os papas, os bispos e, em menor escala, os padres, imitaram os imperadores e seus lacaios. Ainda hoje nos arrepiamos o aparecimento hierofânico de D. Domingos Maria Frutuoso na igreja da Escusa quando recebemos o "crisma".

As igrejas das pequenas povoações estão sempre ligadas a pequenos mecenas (o Snhum João de Matos, a Snhum Conceçam, etc.). As Senhoras Semedos, na Escusa, ornamentavam do seu bolso as imagens, oferecendo-lhes ouro e mantos, em cumprimento de votos e promessas, ou até só para sobressaírem no meio da grande massa de pobres e assalariados que as serviam. Aos santos nunca chegam, na óptica dos mecenas, e da alienação que os cerca, as vestimentas que as imagens trazem das mãos do escultor. O velho "Mochela", um pobre trabalhador rural, estava naturalmente alienado neste tipo de cultura. O medo do "Port' Espada" diz isto mesmo. E aqui temos nós de novo alevantada a hipótese do misticismo da nossa terra natal.

¹⁷ Como nota muito interessante diga-se que na Escusa há a tradição de que toda a talha, decoração e imagística da igreja, retábulos e quadros (é excepcionalmente interessante um políptico contendo uma "pietà", que está

pendurado a meio da parede esquerda da nave, por cima da porta "da fonte", o qual merecia um maior cuidado e uma melhor iluminação) fazem parte de um espólio cedido por Castelo de Vide a partir da remodelação de uma igreja (Nossa Senhora da Esperança do Asilo dos Cegos?) da mesma vila. Não sabemos mais nada. Se assim é dá-se bem conta da relação familiar entre as duas povoações, pois nunca ouvimos falar de que o espólio tenha sido comprado, mas oferecido. Mas, se foi comprado, terá aqui funcionado o dinheiro dos pequenos mecenas locais, os quais subsidiaram sempre todo este tipo de obras, à imagem dos grandes, cuja acção tradicional é sobejamente conhecida. Que papel terá desempenhado aqui a família das "Senhoras Semedos" ou outras não se sabe. Mas é de crer que só a acção dos mecenas não chegava. Toda a população se terá empenhado na compra, se de facto não houve oferta.

Já no nosso tempo, a igreja foi completamente remodelada e pintada. Substituiu-se o estuque branco com barras azuis, podre e a cair, por um tecto de ripas pintadas de castanho. Avivou-se também o ouro sobre azul da talha e destruíram-se os dois altares laterais a poente da nave, à esquerda e à direita do guarda-vento, que foram substituídos por nichos, cremos que de cantaria, onde hoje repousam as respectivas imagens, S. Miguel Arcanjo, à direita, à esquerda a Snhum das Dores. Os altares de talha foram destruídos porque talvez se tornasse muito cara a recuperação, carunchosos como estavam, embora não fossem feios. Temos uma vaga ideia da existência de colunas salomónicas e outros adereços barrocos em ambos.

Foi nesta altura que o Snhum dos Perseguidos, que estava no altar lateral esquerdo ao cimo da nave, passou a substituir o pequeno crucifixo dourado do altar-mor, hoje no oratório da sacristia. Já se sabe porquê. A grande imagem era demasiado evidentemente nua para os mentores religiosos, por isso era relegada até aí para um plano mais recatado. O mesmo se diga duns serafins com "pilhina" (ver nota 17.1), que andavam escondidos lá pelos buracos. A partir dessa altura voltaram ao seu verdadeiro local, duas peanhas do altar mor. Não sabemos se ainda hoje lá se encontram.

Dos altares carunchosos destruídos permaneceram alguns bocados de talha empilhados pelos cantos, na "casa da Tumba", nas escadinhas da tribuna e atrás do altar mor antigo. Talvez por lá andem ainda, se é que não foram já vendidos aos amadores de antiguidades.

^{17.1} Hoje S. Miguel Arcanjo terá sido substituído por S. José, que antigamente figurava ao lado esquerdo do arco do altar-mor. Os serafins foram de novo retirados e figuram no "museu" da igreja.

¹⁸ É o grande recôncavo desta "serra verde, fresca, abundante em água", que foi o Maciço de São Mamede, pelo menos entre os séculos XV e XVII, no tempo da "Pequena Idade do Gelo". Disso é reflexo a toponímia. As Paroeiras são a "Serra Fria", no alto da serra de São Mamede está o "Salão Frio", no Vale da Escusa há o Ribeiro das Trutas. Todos sabemos que a truta gosta do clima frio e húmido, de altitude. Estamos a lembrar-nos do Gerês, de Manteigas, dum modo geral dos rios de todo o Norte do continente português, do Ribeiro Frio, na ilha da Madeira.

Disso são ainda reflexo as nossas recordações de invernas em que a água, depois que o céu ficava lavado por um sol que "ainda vai da altura do ti Mestre Gide" escorria pelas penhas, nascia aos borbotões na encruzilhada do Estivangil à calçada de Marvão, fazendo "rebêr" tanto para o lado do Verdecade, como para o lado da Caleira, mijando por todos os buracos da serra. Os ribeiros corriam quase até Junho. O ribeiro do Jardim e a Ribeira levavam grandes enxurradas que chegavam a arrastar barreiras e até casas. Eram tempos em que só se podia entrar nos lameiros para cavar o "bugalhó" a camalhão e depois à gaiva, a partir dos fins de Maio, princípios de Junho, e era quando era, porque "água de São João tira azeite e vinho e não dá pão", "chovia que Deus a mandava" até tarde. (cf. nota nº 5).

Como nota engraçada devemos referir-nos ao dito "o sol ainda vai da altura do ti mestre Gide". O mestre Gide (Egídio) era um ferrador que ainda conhecemos já a cambalear de velho. Morava no largo da Boavista onde tinha o tronco para ferrar as bestas. Era tempo em que as Caleiras trabalhavam e havia muito que fazer. Numa das secas, que houve no tempo dele, fez-se um "pedir chuva" porque as searas estavam a mirrar. Acabou por chover e as searas recuperaram. O "ti meste Gide", que era munto alto, tinha as pernas munto altas, começou então a louvar a Deus e a gabar o trigo que ainda tinha, dizendo: "É tenhe lá um trigo qu'até me dá por aqui!". Que se imagine por onde é que lhe dava o trigo. E o dito ficou. Qualquer cousa que medre é "da altura do ti meste Gide".

¹⁹ Cf. nota nº 12.

²⁰ A última vez que visitámos as termas disseram-nos que secou e que estavam a estudar a água dum furo, feito próximo da Fonte da Mealhada."Gato por lebre"?

²¹ "Assim é que os habitantes da Escusa são conhecidos por brigões e de índole mais destemida" (Coelho, P.M.L.—o.c.—p.. 321, nota 1).

²² Que relação haverá entre a donzela fugitiva desta lenda e o romance de D. Marques"? O romance também se alinhava na Escusa. A leitura do romance pouco ou nada diz. Mas o nome, a história fantasiada pela família aliada a paixões, guerras, mulheres viragos, faz sugerir algo. (Cf. Ventura, Ruy—**Breve Romancero do Concelho de Marvão e Portalegre**—IBN Maruán nº 4, Dezembro de 1994, p. 61).

²³ O problema é sempre o mesmo. As necessidades das grandes concentrações populacionais obrigam ao acondicionamento especializado das fontes locais. A água "da parede" fica com gosto por causa dos canos e os tratamentos que lhe fazem. Depois inventam-se formas de levar a "frescura pura da natureza" a esses mesmos locais. A fonte "medicinal" que mais lucros dá é encurralada no local de origem e engarrada. A água passa a escassear no local de origem e chega à boca de cada um já sem aquele espírito que lhe dá o bebê-la mesmo ali ainda com todas as propriedades de pureza e frescura que lhe dá a terra. É o círculo vicioso do consumismo que uma publicidade sempre fraudulenta entrapa para que a psicologia do consumidor não atinja que anda a viajar ficando sempre no mesmo sítio.

²⁴ O termo toponímico Defarinha deverá ter tido a sua origem no antropónimo "do Farinha". Primeiro terá havido o uso muito corrente noutros casos: "ali à do Joam Bernalde", "além à do Jorge", "além à do Calha". Primeiro "vou além à do Farinha, depois, quando a memória da pessoa se perdeu, "vou além à Defarinha", "a Defarinha", nome aplicado ao local, por haplologia. Quanto à designação "do Cortiço", dada ao ribeiro e à fonte, surgem pelo menos duas hipóteses. Uma é o facto de a fonte ter tido sempre a forma dum poço cilíndrico. Outra é o facto de na zona ter havido enxames. Temos uma vaga ideia de haver enxames na fazenda mesmo ao pé da fonte. Lembramo-nos também dos enxames do primo Jeremias Cebolas ("Petolas"), irmão do Snhum cónego Cebolas, que tinha uma pequena indústria de mel na "Vinha", embora um pouco afastado da fonte. Será que o grande caudal da fonte só se poderia medir por uma "meia cana" de cortiço de abelhas? Tudo conjecturas.

²⁵ O Ribeiro das Trutas passou-se a chamar "ribeiro do Calha" depois que o ti Mané Calha da Portagem ali mandou construir uma casa com tasca e loja, graças ao contrabando da segunda guerra mundial. Mandou também alargar o ribeiro e reforçar as barreiras laterais com muros de pedra e cal. Como já morreu, o ribeiro agora já deve ter mudado de nome. Hábitos do povo. Até porque água, "vístela", quanto mais trutas. Noutros tempos, o prado do Ti Marques deveria ser atravessado por ele a certa profundidade. O definhamento da vegetação, o assoreamento por necessidades agrícolas e a drenagem contínua das águas

nivelaram o terreno. Hoje a linha de água continua a ser assinalada pela "barroca", cremos que desviada do seu curso natural mais para nascente, de modo que a enxurrada, se a houver se perde no terreno, não vindo a prejudicar grandemente os terrenos de cultivo hortícola, quando o prado era todo uma manta de retalhos de pequenas hortas "à renda". Hoje o prado do ti Marques já não é a maravilhosa horta que até há pouco alimentava toda a zona. Toda a gente tinha um "lameiro" arrendado. Bastava cavar um ou dois metros e fazia-se um poço para regar. Depois era só armar a "grulha", mergulhar o balde e regar. Não conseguiram os homens drenar o Ribeiro das Trutas completamente e ainda bem. A montante da pequena "ponte medieval", por onde passa o antigo caminho que liga a "portela" do Ribeiro Pinheiro com o Monte Pobre, a leste da azinhaga dos Almagreiros, rebenta de novo o real caudal do Ribeiro das Trutas, que corre por entre espadanas e arrabaças e embudos até à Ribeira, onde mergulha por debaixo do Pontão da Portagem. (Cf. Coelho, P.M.L. o.c. p. 259 s)

²⁶ Houve "lapões" deste tipo nas Caleiras dos Fornos, que foram destruídos para a produção de cal. Eram revestidos de lindos berloques estalactíticos e estalagmíticos que os "caleiros" cortaram "para dar e vender". Se ainda existem, estão espalhados pelo País.

²⁸ Em Agosto de 1995 visitámos a Fonte do Cortiço pela última vez. Os poços artesianos esgotaram-na, pelo menos durante os anos de maior seca. Continuamos a insistir na sua recuperação como Fonte Pública.

²⁸ Deve distinguir-se "a Malta", tapada com casa de habitação ligada ao tapadão aforado do ti Zé Mendes, do lado da Defarinha, da "tapada da Malta", do outro lado da azinhaga do mesmo nome, ligada à fazenda do Montinho do Meio.

²⁹ A fazenda do Montinho é uma grande propriedade de regadio que se continua a Poente pela serra do mesmo nome, no alto da qual está o Cancho do Lobo, a Nascente desce até à Tapada da Malta, que confina com o ribeiro da Malta e com o ribeiro da Casa Nova, como já se disse. Referimo-nos ao Montinho propriedade, que por sua vez se compõe de três arrendamentos distintos. A meio da encosta está o Montinho de cima, ao nível da Tapada de Ferro e do Mosqueiro. A azinhaga do Montinho divide por sua vez a propriedade em dois arrendamentos distintos, a que nós, por comodidade, chamamos Montinho do Meio e Montinho da Esquerda. Usamos este modo de dizer porque a denominação "Montinho" abarca especificamente também à direita a fileira de casas e terrenos adjacentes ao cimo da azinhaga da Malta, terrenos que confinam com o Mosqueiro a Poente e com o tapadão do Ti Zé Mendes, já referidos. Trata-se portanto dum Montinho da Direita. Este Montinho da Direita não pertence à propriedade aludida nem sabemos se alguma vez pertenceu. A azinhaga do Montinho não tem saída, por um lado dá serventia à propriedade da Barradas, por outro era o acesso mais fácil que a Escusa tinha ao ribeiro do Montinho. A azinhaga da Malta tem saída bem marcada por um caminho velho pela portela da Carreira em direcção às Carreiras. Cremos que esse caminho foi hoje indevidamente vedado pelo novo proprietário de origem alemã que adquiriu

há pouco o Mosqueiro. Esta azinhaga da Malta tem uma ramificação para a esquerda que serve também a propriedade do Montinho do Meio.

No Montinho de Cima morou durante muito ano o ti João Padeiro, pai do Teofa da Escusa. Dá-nos a impressão que foi ali que o poeta nasceu. A casa hoje está desabitada e em ruínas. A Natureza está já a refazer-se dos sinais que a mão humana por ali deixou.

No Montinho do Meio, que devia ser noutra altura o coração de toda aquela propriedade ("montinho" a contrastar com o "monte da Escusa"?) encontra-se um casarão de habitação que talvez um dia estivesse ligado ao outro da Casa Nova. Terá sido uma espécie de casa de vilegiatura de morgado em férias para praticar a cinegética, bolas! a caça. No primeiro andar haverá ainda quatro divisões: um salão de entrada que nos deixa de olhos arregalados a perguntar para que era aquilo tão grande, um quarto interior do lado norte, parece-nos que sem janela (os frios gelados do lado Norte), a Poente um outro quarto também espaçoso que, no tempo da nossa avó Ângela, servia para arrecadar batatas, cereais, fruta, etc., e uma cozinha muito fumarenta voltada a Norte, onde no tempo das castanhas, a ti Ângela tinha sempre um caldeirão de cu tombado para um "forninho" no meio dos grandes paus de castanho, lume sobre o qual dependurava da corrente o "caldeiro" em que cozia a batata miúda para a engorda dos porcos. No rés do chão ficavam as bestas e os porcos e as galinhas e os coelhos, em duas lojas que se estendiam ao longo de todo o assento da casa. O acesso ao primeiro andar fazia-se pelo pátio dos porcos, com cancela, os quais tinham sempre a permissão de subir as escadas do bataré e deixar lá em

cima os vestígios da sua soneca ao sol. Aos lados do bataré ficavam as ramas duma grande laranjeira, que se protegia atrás da casa não se sabe de quê nem como, uma vez que os gelos do Norte e as geadas caíam-lhe em cima e ninguém se dava ao trabalho de a regar no Inverno. Era por baixo desse bataré, ao lado da laranjeira, que estava o casão improvisado numa "socha", o qual servia de arrecadação e de cozinha durante o Verão.

³⁰ "Carreira" (f. *carrière*, lieux d'où l'on extrait les matériaux de construction, Petit Larousse Illustré) é sinónimo de "pedreira". Parece-nos que a origem do nome é mesmo francesa. A serra toda ela, desde a meia encosta até ao cimo, é uma autêntica pedreira de calhau que deve ter rolado pelo declive devido às convulsões do terreno, pois a penha sienítica (?) abre fissuras com muita facilidade, como se pode comprovar no local. É mais um vestígio de presença francesa a acompanhar outros que também existirão. Pelas frinchas deixadas pelas pedras crescem o mato, os chaparros e o arvoredado que tem ido sendo plantado. Esta etimologia deve ter dado também o nome às Carreiras, do outro lado da serra, que os de cá chamam apenas de "Carreira". Laranjo Coelho (o.c., p. 255) chama-lhe Ladeira da Gata e tenta muito bairrísticamente insinuar-lhe a origem na serra de S. Paulo de Castelo de Vide, como se as serras nascessem e crescessem só a partir dos grandes centros. De acordo com a toponímia da zona da Escusa isto não corresponde à realidade. Toda a gente ignora a serra de São Paulo e chama-lhe Snhum da Penha. Depois é a serra da Carreira, cujas partes têm cada uma o seu nome. Na nomenclatura toponímica da zona, se

alguma coisa há que se assemelhe a "Ladeira da Gata" são as Gatas, parte da serra onde se encontra a Penha da Abelheira, e fica entre a Defesa e o Ribeiro Pinheiro que dão o nome à respectiva parte da serra. De facto a Serra da Carreira está dividida em lotes cada qual com o seu nome. A Norte, ao nível do Atalaião, é a serra da ti Mari Catrina, depois é a serra da Cabreira, depois é o roxo e o Mosqueiro, depois é a serra do Montinho, depois é a serra da Barradas, depois é a serra da Defesa, depois é a serra das Gatas, a serra do Ribeiro Pinheiro, depois é o Vaqueirinho que já dá para o Salvador e para o Carrascal. Isto só porque cada uma das propriedades assim denominadas tem sempre o seu quinhão de serra. Lá vão as paredes divisórias sempre a subir até ao cocuruto. A encumeada das penhas cessa e decai na Tapada do Sameão, onde há a portela que avança pela Nave do Lobo até ao caminho das Carreiras. Ainda não há muitos anos toda a serra era atravessada por grandes cabradas que se alimentavam do mato e dos chaparros. De vez em quando uma delas era picada por um "bíbaro" e morria. Era logo ali esfolada para se lhe aproveitar a pele, sendo a carcaça ali abandonada. Seriam estas carcaças que alimentariam as gralhas (abutres?) que nidificavam por cima das penhas, sobretudo na mais alta, ao cimo da serra da Cabreira. O esterco delas até fazia uma mancha mais clara sobre o azulado da pedra. Acabaram as cabradas, foi-se a aleluia contínua dos chocalhos e as gralhas sumiram-se com o seu grasnar característico. Dantes a serra era continuamente roçada para alimentar o fogo dos fornos de cal. Hoje, como o mato já não é cortado está toda coberta de vegetação, mais bonita de facto, mas mais sujeita a incêndios.

³¹ Esta barroca deve ter deixado de correr depois que a água foi explorada e metida na fonte. Há vestígios de erosão aturada, embora a barroca esteja coberta por silvas e mato.

³² A expressão "bater pratos" não tem aqui o significado de homossexualidade feminina que se lhe atribui noutras regiões. Aqui o seu significado vem-lhe do bater dos "pratinhos" das bandas regionais. O tocador de "pratinhos" não bate de chapa com um no outro mas constrói um movimento complexo que ao mesmo tempo que aproxima os pratos de metal para os bater um de encontro ao outro, os eleva alternadamente, ora o da mão direita, ora o da mão esquerda. Este desnivelamento alternado faziam as ceroulas e as calças de cu aberto das crianças, quando elas iam a andar. Daí a designação. O "cu aberto" era necessário para as crianças evacuarem e urinarem sem sujar a roupa ou ter que despi-la, já que as mães não tinham vagar de as andar sempre a acompanhar.

³³ Era por este rego escorregadio de lodo, de sabão e limos que nós em meninos, imaginámos um original "aquaparque". Equilibrávamo-nos nas pernas meio flectidas e abertas em compasso, um pé à frente do outro, e vínhamos de escantilhão por ali abaixo, já que o rego era sempre a descer. Quando a velocidade já era muito grande, para "travar", atirávamo-nos para a berma. O rego era guardado por pequenas lajas em bico, para além das quais havia relva. Mas também havia montes de cascalho tirado da lavrada ao lado, fazendo uma espécie de arrife. Um dia íamos lá partindo uma perna. Lá andou a ti Ângela do Montinho, sempre a avó generosa e boa, a curar a

"matadura" com uma erva que dá leite amarelo e tem uma folha redonda como a do trevo. Havia muita à roda da parede da fazenda. Sabemos hoje que esta erva é a "erva tintureira" dos Açores. Já tivemos ocasião de a usar em S. Miguel sobre ferimentos. O líquido arde como se fosse tinta. Nos Açores, a erva mete-se em qualquer parede e lá se cria toda viçosa.

A "matadura" curou-se assim. Mas a brincadeira continuou, embora com mais medo e cuidado. De vez em quando uma telha dava um "traque", partia-se. A brincadeira tornava-se mais difícil por causa das "tepedelas".

³⁴ São trabalhos de fachada do tempo da "outra senhora", que nunca tinham em mente as necessidades reais das populações. (Cf. prospecto festas populares da Escusa, recolha de Manuela Andrade, Ibn Maruán, nº 4, 1994, p. 211). Cozinhavam-se os "melhoramentos" com o "quantum satis" de oportunismo dos mandões, os quais chamavam sempre a brasa à sua sardinha. Era a corrupção que hoje por aí alastra ainda mais. Ela está mais que vista na serventia de água à Escusa. A fonte do Largo da igreja e o Lavadouro são disso a prova. Nessa altura os pretensos representantes do povo eram sobejamente conhecidos, sempre os mesmos e nomeados conforme as conveniências e por convite. Depois lá vinha o "contrato de cambão", na medida das posses e necessidades que eles tinham: "eu fico com o projecto e dou-te tanto". O Snhum Machado ofereceu o fontanário de água corrente, em nome dos "animais nossos amigos", numa altura em que as bestas já escasseavam e podiam plenamente servir-se da Fonte da Escusa e até beber ao pé da porta, porque a água também foi distribuída por outras fontes,

estas fechadas. E ficou com uma bica a correr permanentemente para dentro do tanque, pois o poço do quintal estava permanentemente seco. Ofereceu também o terreno para fazer o Lavadouro, para fazer dum prédio de sequeiro uma horta. Como hoje toda a gente tem a água em casa ninguém vai ao Lavadouro lavar a roupa. A falta de uso e o desmazelo fizeram o resto. Se a Fonte do Montinho desperdiçava muita água na origem, as modernas instalações desperdiçam muito mais e não servem os desígnios para que foram criadas. E a bica do Montinho é apenas "ladrão" de invernas.

³⁵ Em Agosto de 1995 visitámos a Fonte do Montinho. Verificámos que ela está cada vez mais degradada. O cano está a "esbarrondar-se". Até quando?

³⁶ Não esqueçamos que são os pequenos proprietários, subservientes e subalugas dos grandes ausentes, que têm atirado com os vereadores para a Câmara. Lá têm cozinhado o bolo sempre a seu modo. Favoreciam e favoreciam-se. O resto do povo, por ignorância e impotência, "amoujeva". Era a política do "âles á que sabim!".

³⁷ "A Ponte sobre o Ribeiro das Trutas e que apresenta vários materiais romanos reutilizados poderá ser datada dos primeiros anos da Idade Média" (Cf. Oliveira, Jorge — **A Ponte Quinhentista da Portagem/Marvão**— Ibn Maruán, Revista Cultural do concelho de Marvão, nº 2 - Dezembro de 1992, p. 128)

³⁸ O ti Francisco Marques foi durante muitos anos, até à sua morte, rendeiro do Prado das Árvores Fechadas. Subalugava depois a pequenos rendeiros e assim

tirava a renda que pagava ao proprietário do "feudo" que nunca ninguém soube quem era. Este passou a ser "Prado do Amerque", depois que o Américo substituiu o ti Marques no arrendamento. O ti Zé Soares foi também rendeiro intermediário do Tojal e outros terrenos de regadio, regados pela Levada. Este também subalugava. Assim pagava a renda e governava-se. Junto à Ribeira havia o Prado do ti Francisco Soares (ti Soares), também subalugado. Outros subalugas foram o ti Zé Cabreiro na Defesa e o ti Zé Padeiro na Cabreira. Esta é a prova mais que cabal de que o Vale pertencia a donos ausentes e de que a sua população vivia do trabalho por conta de outrem. Era destes terrenos que se alimentava a "economia de subsistência" da região e não só. Os seus produtos apareciam no mercado de Portalegre, Castelo de Vide, Marvão, Santo António das Areias, e alguns deles iam até mais longe nas carroças de vendedores ambulantes. Estamos a lembrar-nos do ti Mané Garraio.

³⁹ Cf. Oliveira, Jorge — **A Propósito do "Livro das Horas dos Olhos d'Água em Marvão de Delmira Maças**— Ibn Maruán nº 1, 1991, p. 142.

"Olheirão" e "Olhos d'Água" são denominações metafóricas e onomatopáicas sugestivas da mesma realidade, imitativa da natureza humana. É mais um caso do "homologação" recíproca, proveniente da "lei das correspondências mágicas". Compare-se o olho humano, um ponto negro (a pupila ou menina do olho) radiado por formação da íris, com os pontos arenosos que jorram água, por exemplo, no fundo da Fonte do Cortiço. Tal qual como a vista humana parece jorrar magicamente raios (as radiações da íris) que se apoderam dos objectos, assim

aqueles pontos da superfície arenosa desenham ondinhas de areia que criam também uma forma vazia circular negra, rodeada de "linhas de força" criadas pela pressão da água que jorra. Será esta imagem "miniatural" que é transportada aumentativamente para aqueles outros nomes. Note-se sobretudo o aumentativo dado pelo sufixo/-eir-ão/. A primeira parte do sufixo,-eir-/, indica um colectivo (com muitos olhos), a segunda parte do sufixo/-ão/aumenta hiperbo-licamente o significado do conjunto com as imagens de grandeza, força, espanto, estupefacção. É a presença da magia em cada uma das nossas atitudes humanas.

⁴⁰ Que será da mesma Ribeira, se um turismo maluco, incrementado já em e por Castelo de Vide, com as levas de estranhos que vêm de cá e de lá da Fronteira de Marvão, desaguar no Prado do ti Marques, nas futuras instalações da Quinta do Deão (?) e na barragem da Apertadura? Claro que, se começam a enterrar cimento, adeus fontes. Lisboa é disso um autêntico exemplo infernal. Claro que, se começarem a poluir com cano de esgoto, adeus Ribeira. A Câmara de Marvão que tenha cuidado. Nunca se esqueça que as suas grandes várzeas foram tradicionalmente subservientes das "pequeno-burguesias" ausentes. Isto é um ponto quente que os vereadores deverão ter sempre em mente. Fixem os turistas em locais já degradados, Castelo de Vide, por exemplo. Não os deixem irradiar irracionalmente. Permitam apenas um turismo de peregrinação, se não querem que a Portagem se transforme num Castelo de Vide enfezado e de segunda apanha. Deve haver uma concertação adequada neste domínio entre as câmaras dos "três castelos" sob pena de o concelho

de Marvão ser a grande retrete da irreverência dos estranhos, que farão dele o cagadouro das suas férias. Nunca se convençam de que a tecnologia resolve tudo, quando os homens não passam de calhaus com pernas, fora os calhaus que não têm culpa nenhuma, são sempre as vítimas e não são para aqui chamados.

⁴¹ Falava-se também de "semesugas" nas margens lodosas da Ribeira. Quando se levavam as bestas a beber no Pego do Salvador, elas deviam entrar bem adentro da água limpa para evitarem a água lodosa das margens e haver menos possibilidades de que uma se lhes agarrasse ao "gorgomil" e as sufocasse.

⁴² Qual será a origem do nome "Fonte da Pipa"? Será que a gente, para beber, se deveria servir duma "apipa" (ver nota 42.1), por causa da água ter tendência para turvar com facilidade se se remexesse? Agitando-a só que fosse um pouco caía logo terra da barreira ou das raízes. Será que por ali houve algum alambique? A meia barrica do chabouco com facilidade se poderia escorar com as aduelas duma barrica velha para não turvar tanto. Nas "barreiras", abaixo da estrada, há uma casa com horta que se serve dos sobrantes da Fonte da Pipa. Por lá aparece nas barreiras um bacelo aparentemente bravo, talvez duma antiga vinha que desaparecesse por reciclagem do terreno. Este caso não seria excepção no concelho de Marvão.

^{42.1} A "apipa" é um instrumento musical monotónico. Faz-se assim. Puxa-se um tronco de saruga verde, em leite, antes de espigar (trigo, aveia, erva de saruga, etc.) que deve quebrar por um nó próximo da raiz. Depois mete-se a palha a toda a

profundidade na boca, na mesma posição com que se arrancou, isto é, com a rama para fora. Cuidado com alguma saruga que haja, não vá ela entrar pelo "funil das migas", pois nunca mais recua. Na nossa região há certas ervas cuja saruga, em entrando no fato, dá a volta a todo o corpo sempre a recuar. A operação de meter a palha na boca tem duas finalidades. Uma é saborear a doçura agradável da seiva. Outra é medir o comprimento que há-de ter a "apipa". Depois de a palha estar toda metida na boca corta-se a mesma à dentada, melhor, com os incisivos, para o corte ficar jeitoso, no sítio onde a mesma palha toca os dentes. Depois tira-se a palha para fora da boca, coloca-se a parte tenra, que não deve ter sido amachucada, pois ficou para dentro e pode tocar o palato com demasiada violência, entre o polegar e o indicador, de modo que a extremidade fique em frente da polpa do indicador. Carrega-se a mesma extremidade com o indicador contra a testa, sem muita violência, e esmaga-se, mas só na ponta. A ponta fica quebrada diametralmente formando uma palheta dupla. Mete-se na boca e é só soprar. Sai um som zunido, mas por pouco tempo, porque a arracha tende a abrir, afastando-se as folhas da palheta cada vez mais. Com duas ou três assopradas a palheta embota logo. Calcule-se o que era nalgumas ocasiões um rancho de "canalha brava" a puxar pelo trigo verde ainda. Uma "economia de substituição" forçada que a "SOBRINCA" e toda a publicidade tornaram instituição, para desgraça das crianças que não têm que fazer um mínimo esforço de imaginação para se distraírem, criando os seus próprios brinquedos.

⁴³ O percurso do Ribeiro do Jardim é uma linha de água que vem lá de cima

das Tapadas do Estivangil e apanha o escoão da serra antes de ela cambar para os lados do Cancho do Pecoito (ver nota 43.1), já a cair para o Vale de Roda. Junto da Fonte toma o nome de Ribeiro do Verdecaide, "ribeiro", porque costuma secar no Verão, devido às regas. Depois forma um profundo barranco, às vezes intransponível, onde há fontes que têm aguentado a correr ao longo das grandes secas, mesmo depois da Fonte do Verdecaide secar. Tivemos disso a experiência, quando morávamos no alto da barroca da Caleira. Acarretámos de lá muita "ingarela" de água. Lá íamos nós pela azinhaga dos Almagreiros, ladeando o pinhal da nossa ti Rosa, depois entrávamos com o machinho por uma vereda até ao ribeiro, nessa altura praticamente "barroca", porque estava seco, descíamos por umas escadinhas escavadas na barreira, e lá estava no fundo uma bica de cana a deitar água, que também servia os vizinhos das redondezas. O prédio tinha dono e era preciso pedir este favor. Tudo isto são amostras do que se sofre na Escusa em anos de seca, já que se trata de uma zona alta. Calculem o que era vir todos os dias com cântaros à cabeça desde a Escusa para o alto da Caleira, durante todo o ano. Isto fez a nossa ti Mari Joana do Mané Sousa durante grande parte da sua vida, porque morou ali muito ano, antes de os nossos pais tomarem conta da casa. Mesmo assim entrou pela casa dos noventa.

^{43.1} Que nos perdoem os arqueólogos a nossa ignorância mas não podemos deixar de introduzir esta nota a propósito do Cancho do Pecoito. Desconhecemos qualquer estudo que se tenha feito sobre o local. Mas tudo leva a crer que se trata

dum antigo "castro". A SE do "castro" e à esquerda, como quem se volta para a queda do Sol, está um morro mais alto, mesmo na encumeada que vem do Verdecaide. Um pouco mais abaixo está aquilo que pensamos ser um "castro". Há uma ou até várias linhas de canchos alinhados a fazer de muralha, voltados a Norte, com intervalos que são autênticas seteiras rudimentares. Uma dessas linhas de canchos parece subir pela encosta para se ligar ao morro que está mais acima. A SE o "castro" é um canchal a pique com cerca de cinquenta metros de altura. O recinto dá plenas amostras de trabalho de canteiro, talvez de escultor. Há cadeiras esculpidas na rocha. Notam-se canchos que foram retirados da sua posição natural. O recinto vê-se mesmo que foi aplanado e limpo. A E do recinto erguem-se duas torres naturais de rocha, ligadas uma à outra, onde há autênticas lascas feitas para trepar. O alto daquelas duas "torres", de cerca de três metros serviria para posto de "escuta" e de "vigia". A torre do lado de Marvão tem no cimo uma pirâmide triangular (?) tosca que não parece ter pertencido inicialmente à rocha (o Picoito?). O acesso pelo lado Sul não é impossível mas muito difícil, se admitirmos que os defensores "corriam à pedrada" infalivelmente quem tentasse subir. É isto que parece querer dizer aquele aglomerado de canchos. É mais fácil o acesso do outro lado, mas ainda assim não muito. O terreno, coberto de mato e íngreme, é muito mal "andamoso". O acesso pelo lado do Estivangil faz-se por veredas entre canchos, giestas e xaras. É preciso atinar bem com a vereda primitiva (?) que ainda é visível. As hortas do Estivangil deviam servir para "aguada" dos residentes. As ligações com Marvão e Castelo de Vide estariam naturalmente

asseguradas pelo Sapoio e pelo Cabeço da Urra.

Aquele local parece-nos que deve ser estudado ecologicamente quanto antes. Vimos lá vegetação da mais primitiva da região, o "chapparro" ou pequeno carvalho, muito apetecido das cabras. Vimos gatos bravos, que se aninham naqueles buracos. Será um dos últimos redutos da flora e da fauna primitivas do concelho de Marvão. Vale a pena lá ir como passeante e sentar-se na rocha à sombra dos carvalhos (?), a meio duma tarde quente. Não estraguem muito. (ver nota 43.2)

^{43.2} Em Agosto de 1995 fizemos nova visita ao Cancho do Picoito. Preocupados com o acesso difícil não vimos mais nada. Mas à volta verificámos o seguinte. Na encosta a Poente parece haver uma álea ladeada de uma pequena parede de pedras talhadas, em fila, à esquerda de como quem se dirige para lá, indo do Verdecaide. À direita e no mesmo sentido a álea está rodeada de uma pequena parede de pedra seca feita recentemente (?). Avançando, chegamos a determinado ponto da vereda muito sumida, onde já se avista à vontade o Vale de Roda. Ali ergue-se um paralelepípedo rectangular, que parece ter inscrições tipo Fozcoa, e cuja orientação aponta para o Cancho. Aquele paralelepípedo aponta o local que ainda não se avista, já que está localizado a uns cem metros à frente, no meio da vegetação. Antes ainda tínhamos visto a vereda que leva ao Cancho, nesta altura o acesso precisa de ser aberto à faca de mato ou roçadoura. Mas a vereda está lá. Ingressados no recinto, verificamos uma tríade (?) de penhascos em pé. Ali o conjunto não diz quase nada, a não ser o que já dissemos. Mas, vistos da encosta da serra, depois que o morro deixa ver o

outro lado, lá para os lados de Santo António das Areias, parece estarmos na presença de uma escultura em forma de Flor de Lis. Já dentro do recinto há uma mesa a que dávamos o nome de cadeira esculpida. É uma laja de tamanho médio ladeada de outras três, ficando a abertura voltada para o lado do Rio. Um altar? É que no rochedo virado mais a SW, mesmo no alto, está um crescente esculpido voltado sempre para o curso do sol, que, como toda a gente vê, vem da Espanha, por Marvão, e desce, durante o ano, ao longo das penhas da Carreira, desde a Tapada do Sameão até à Serra da Ti Mari Catrina. Este crescente dizíamos nós antes que era uma pirâmide quadrangular esculpida. Tratar-se-á de um local em que se praticou um culto solar? No rochedo do meio existe também uma espécie de "caraça" mais pequena, mas que nem por isso deixa também de olhar par o curso do Sol. Os arqueólogos devem saber melhor do que se trata do que nós. O local ainda não parece ter sido nunca observado a não ser pelos roçadores da Escusa, quando iam para o Cancho do Pecoito roçar o mato. É da boca da tradição que conhecemos a existência deste local.

Que nos perdoem os arqueólogos esta divagação "opiniosa".

⁴⁴ Já dissemos que esta fonte e as escorrências da serra são a origem do Ribeiro do Jardim, depois Ribeiro das Ferrarias, depois Ribeiro da Portagem, que vai passar por detrás da Snhum da Rocha e desaguar na Ribeira ao pé da Ponte dita romana. Isto se não erramos. (Cf. Oliveira, Jorge — A Ponte Quinhentista da Portagem/Marvão — Ibn Maruán nº 2, Dezembro de 1992, pp. 121 ss).

⁴⁵ A ti Mari Teadora era a dona do prédio enquanto foi viva. Foi a mãe do nosso ti Zé Serra. O ti Mané Martina era rendeiro. Morou na Tapadinha enquanto viveu, ao que cremos. Os prédios desde o cemitério para cima em direcção à serra eram antigamente do mesmo dono com certeza. O rego duma das hortas podia levar a uma caleja cavada na rocha que descia até aos Lajões, entrava depois numa arca de água primitiva tapada com uma laja que para nós tem história. Quisemos um dia voltá-la. Escorregaram-nos os pés na erva e fomos de queixo à mesma laja. Não partimos o maxilar porque não calhou. Dessa arca saía depois um tubo de manilha, tubo esse que atravessava os prédios, ia sair ao pé do cemitério por um buraco na parede e ia regar a Courela, no tempo dos batatais, do outro lado do caminho. Deve haver ainda vestígios enterrados desse cano de manilha, que os arados se encarregaram de destruir.

⁴⁶ Acima da charca ficava o "ribeiro da Ti Mari Joana", que morava lá em cima e aproveitava o escoante, enquanto dava, para não ter que ir mais longe lavar a roupa. A cinquenta metros da casa, a barroca que vem das barreiras do mestre Luís Pintainho também dava "fontes" em anos de inverna. Quando lá morávamos, começávamos a aproveitar os escoantes logo a seguir à estiagem o mais próximo da casa possível. Fazia-se uma biquinha com uma folha de "abróita" ou outra erva qualquer onde quer que houvesse escoante, pela barroca abaixo, até chegar à belga do Buraco, e às vezes mais abaixo, depois que o buraco secava.

O Buraco é uma fonte intermitente que consiste num buraco na barreira com uma bica de laja sobrecomprida e saliente.

Quando abriram as barreiras para plantar o olival deixaram-no logo preparado. Ali deveria ser a nascente que antigamente, quando o clima era muito mais chuvoso, serviria a casa. Quando corre faz uma pocinha no chão e quem passa na Calçada de Marvão ouve "cantar" a água. Dá gozo ouvir aquela monotonia naquele sítio. Quando o Buraco e as imediações secavam não havia outro remédio senão ir para os Lajões, uns cinquenta metros abaixo da Charca. Ali formava-se também uma fontinha de chabouco, junto à barreira. Levámos de lá muito cântaro de água. Bebia lá o "rancho" da castanha e da azeitona, se as havia. O local era soalheiro. Nos dias de estiagem, de Inverno, acampava-se ali para "jantar". A água férrea ali sempre era um pouco melhor, porque mais filtrada pela terra. Ali fazia-se também o "ribeiro dos Lajões" que, embora particular, se tornava quase "concelhio" enquanto corria. Lá estarão ainda os vestígios do açude de pedras em cima do lajão, que ficava duns anos para os outros, e lá estavam caídas as mulheres da Caleira de cima e da Tapadinha, porque ficava mais perto que o Montinho. Era só atravessar os soutos e os olivais pelas veredas que havia. Tudo isto são locais particulares. Falamos neles com saudade porque passámos ali grande parte da nossa infância e adolescência. Foi ali o nosso "Kindergarten", nosso e dos nossos irmãos. Mas para uma criança de hoje aquilo de modo nenhum era vida.

A Charca, apesar do lodo, das larvas dos mosquitos, dos peixes-sapos, das doninhas e dos tira-olhos, era sempre um chamariz. Era sempre a Água a chamar.

⁴⁷ Segundo informações antigas da nossa avó Mari Zé, que foi criada adotivamente por uma família moradora

na Caleira de cima, iam as mulheres à fonte à Charca da barroca da Caleira e também aproveitavam o escoante do calcário ali mesmo ao pé da porta, possivelmente até mesmo para beber.

⁴⁸ Citação do Teofa da Escusa.

⁴⁹ A Quinta é um prédio com casa de habitação que fica ao cimo da Tapada das Sovreiras. Dá-nos a impressão de que há vestígios de um tanque que nós ainda vimos cheio de água barrenta. Em anos de inverna a lousinha fazia ribeiro que descia a tapada e ia encontrar a vala do Caminho da Defarinha. Nunca foi uma corrente muito forte. De qualquer modo ainda lá deve haver ao fundo da Tapada das Sovreiras uma saída com comporta de ripas de madeira para segurar o entulho de modo a não obstruir o aqueduto por debaixo do Caminho da Vila. Na Quinta há também vestígios de belgas, talvez para a batata, favas e ervilhas, tudo sementeiras de Primavera que podem sobreviver de sequeiro.

Talvez antigamente houvesse lugar para uma belgazinha de feijão temporão, aí pelo mês de Junho, que poderia ainda ser regado.

O Beco das Flores é uma azinhaga íngreme que fica no topo da Escusa, depois da Pracinha, e mete pelas barreiras adentro. Lembramo-nos de roseiras e malvariscos mesmo no cimo do Beco, quando é só já uma vereda para o prédio. O piso é muito mal andamoso, quase por degraus de calhau e raízes das nogueiras do ti Joaquim Serra. Esta denominação pode ser também um eufemismo, relacionado com a fuga da mulher (obrigatoriamente) livre, que foge do centro da comunidade para a periferia e

lá recebe os "fregueses" que a obrigaram a fugir. A denominação aparece também em Lisboa e noutras localidades.

⁵⁰ Era a nossa avó Mari Zé que dizia, com que fundamento não sabemos, que "as águas narcim sempre contr'ou Sol". De facto a Serra da Mina, só com uma fonte, desce para a Escusa a NE.

⁵¹ Cf. nota 48.

⁵² O Buraco do Calhó dava vazão às escorrências das barreiras por baixo duma casa onde morou de certo em tempos o ti Mané Calhó, dando o nome ao buraco. A enxurrada descia pela calçada abaixo, juntava-se com a água do "ladrão" da arca das Senhoras Semedos, e despedia pelo Meio do monte abaixo por uma valeta. Mas às vezes era tão forte que levava as pedras e fazia uma grande vala na calçada. As mulheres aproveitavam logo e faziam "ribeiros" para lavar uns "lavadinhos", ou no Meio do Monte ou no Largo da Igreja, conforme a maior barroca que a enchente fizesse, numa época em que os porcos e as galinhas ainda podiam andar na rua. Depois vieram as bicicletas alugadas da Vila, depois os "artenovas", depois a proibição camarária e Guarda Republicana a expiar, os animais foram trancados e só podiam passar "com sua licença".

A gaiatada no "Intrude" era naqueles ribeiros e naquela vala que enchia a "charinga" para se "charingarem" uns aos outros. As "charingas" eram feitas assim. Cortava-se um canudo de cana velha, à qual se deixava só um entrenó. No topo deste entrenó fazia-se um buraquinho estreitinho com uma sovela ou com um arame aquecido ao lume. Depois alisava-se um pau de "castanho" sem nós e

direito, que pudesse correr à vontade por dentro do canudo de cana e desse folga a uma boneca de trapo que se lhe punha numa extremidade, arranjando-se a outra extremidade como se fosse um cabo. O conjunto, com a boneca de trapo para dentro, devia poder entrar e sair à vontade. Antes de usar a "charinga" a primeira vez molhava-se o trapo. Depois metia-se o buraquinho do entrenó numa poça de água e fazia-se o vácuo puxando o cabo para trás. A água entrava pelo buraquinho, enchia o vazio do canudo e ensopava a boneca de trapo. A gente aproximava-se da "vítima" à sucapa (as gaiatas), empurrava o pau no canudo "e lá vai disto!...". Depois era só fazer orelhas moucas a uma enxurrada de "cumuas", "basbalhos", "vasculhos", "parvos", "chancalhos", "estafermos" e outros "confeitos". "Ora ou "monte de fumo"!".

⁵³ Com o novo calcetamento das ruas acabaram as "charingas" e as "charingadelas". Ir a correr enchê-las à fonte e voltar não dava resgo. Vinha-se a fugir para a água não se perder pelo caminho, uma "charingadela" e pronto! Manteve-se a "rolha quéméda", menos a "mascarra de carro". A consciência geral verificava que o unto dos eixos dos carros e carroças era impossível tirá-lo da roupa. "Mascarra de carro nam!". Os costumes foram-se modificando pouco a pouco.

⁵⁴ A grande vala de esgoto, que se fez desde o Meio do Monte até ao Lagar, passou a reunir todos os escoantes das "sarzâtas" e das casas que construíram sifões. Vem pelos quintais abaixo e, depois de atravessar a estrada, vai desembocar no Ribeiro da Casa Nova, dentro da fazenda que ladeia a azinhaga do Montinho. Gato escondido, rabo de fora.

Até essa altura Trás-da-Fazenda, à saída para Castelo de Vide, e Trás-da-Nogueira, no princípio da Calçada de Marvão, mantiveram-se como locais onde a gente ia fazer "os seus precisos". O hábito manteve-se mesmo depois, enquanto a emigração não trouxe mais alguns "trocós" e foi possível fazer esgotos praticamente em todas as casas. Sobretudo depois foi obrigatório fazê-lo, bem como instalar água em casa. Foi isto uma limpeza para os dois locais citados. Antes apareciam logo de manhã cedo bem marcados pela presença ausente de quem fazia a sua higiene íntima muito antes do nascer do Sol. Na escola e na "mestra" de vez em quando era o ritual: "Snhum pressor, dá licença qu'ê vá lá fora?", "Menina Jacinta posse...?", "Vai, mas nam te demores!".

⁵⁵ O pego do Salvador é um açude feito de pedras e areia, no endireito do prado do ti Francisco Soares, em frente duma nogueira muito alta, onde era dantes a horta dos nossos pais. Era dali que partia a levada de rega para a margem direita da Ribeira. De vez em quando já lá andavam os homens em ceroulas a arranjá-lo. Ia-se para lá atravessando a estrada do Salvador, por um caminho que passa ao moinho que foi antes do Snhum Intunes (depois foi par o Ingenhe da Lã), depois do ti Zé Reia. A menina Maria do ti Zé Reia era levada da breca a carregar os talegos ao ombro como os homens. Ficava-se de boca aberta tal como se ficava de boca aberta com o Snhum Pedro Maria a carregar os mesmos talegos à cabeça como as mulheres.

Indo para o pego, atravessava-se a Levada por passadeiras de cantaria. No sítio do atravesso da Levada havia muitos tira-olhos a voar, que nos metiam medo

em menino, porque nunca se sabia onde é que iam pousar.

Era para o Pego do Salvador que os gaiatos iam "nadar" em pelote a partir de Junho, sem vergonha uns dos outros, mas a esconder-se por entre as silvas e as junças se alguém passava no caminho. "Além vem uma mulher!" que olhava e fazia que não via. Era ali que os "quintos" se lavavam, na véspera de "tirar sortes", da cagaita de todo o ano, para o nariz do major topar que não estava nas cavaliças do quartel. Era ali que os rapazes se iam lavar na véspera do casamento, alguns já a sonhar visivelmente com a noite seguinte, quando nadavam de costas: "Oulh'à filha da puta da pixa!" — disse um duma vez. Estava zangado por não ser capaz de a obrigar a ter boas maneiras. Talvez ainda hoje esteja vivo.

Depois a Guarda Republicana proibiu. Só com cuecas! Depois...

⁵⁶ Cf. Vidal, João Nunes — **Poesias Populares. Quadras da Tradição Popular, recolhidas por... - Quadras relacionadas com o Rio Sever** — Ibn Maruán, nº 1 — Novembro de 1991, p. 117 ss.

⁵⁷ O cântaro, geralmente de barro de Flor da Rosa, era comprado nos mercados francos, nas feiras, nos mercados de Sexta-Feira da Vila, ou nos estabelecimentos da mesma. As mulheres mais "finas", que podiam ir a Portalegre, compravam-no lá. O cântaro de Portalegre era talvez mais airoso e maior. "Aquelas outronas" tinham de ficar sempre por cima.

O cântaro tem mais ou menos a forma de um ovo achatado no fundo, alarga lentamente até meia altura, depois fecha rapidamente para formar um pescoço, o gargalo, em forma de diábolo

oco, isto é, um duplo tronco de cone em que as partes se unem pela secção do topo paralela à base. O gargalo é muito mais estreito para não deixar que a água "chalabouque" e saia para fora. Tem rebordo saliente e círculos decorativos paralelos, incisos ou em relevo, até à boca.

⁵⁸ No caminho dos Olhos d'Água há já um estábulo de porcos que desagua directamente para a Ribeira. Na piscina fluvial da Portagem os restaurantes faziam ainda não há muito tempo os seus esgotos para dentro da Ribeira directamente, ao ponto de ser impossível usar a piscina para tomar banho. Se se tiver corrigido este erro provisório é quase impossível que não seja ainda hoje a mesma Ribeira a carregar directamente com os mesmos esgotos embora mais a jusante. Isto é um erro grave de consequências imprevisíveis. Os lindíssimos rios do Centro do País, e não só, estão mortos. Que a Câmara de Marvão não permita que matem a Ribeira!

⁵⁹ Vide supra nota 3

⁶⁰ A insistência dever-se-á a dois factos impressivos na mente da informadora. O primeiro é o paralelo de situação que existe entre o patético da imagem do Snhum dos Passos e a vivência do povo, na altura, entre a alegria do mesmo povo perante a chuva que cai e a melodia do fragmento nº 5, jovial embora solene, que deve ter sido muito repetida. Este paralelo gravou-se indelevelmente na mente da criança que despertava já para uma vida de responsabilidade. Isto não falando da tendência da informadora para uma mística plenamente vivida. A insistência no refrão dever-se-á à sua musicalidade de fácil retenção, tendo-o ela naturalmente

continuado a ouvir pela vida fora. A tradição deste refrão mantém-se e ele é usado sempre que se tem ido "pedir-chuva". Contudo o fragmento nº 5 pode ser mais complexo, aparece já desmembrado e com falhas de memória.

⁶⁰ É este o teor da religiosidade "rajásica". É tal a impetuosidade da fé, quase a fazer uma exigência, que se supõe de antemão que Deus tem que ajudar. Assim, tal como se compõe o texto "Petição", compõe-se antecipadamente o texto "Acção de graças". (Cf. supra nota nº 2).

⁶¹ A informadora afirma a autoria colectiva dos cânticos. A Snhum Concêçam é natural que exercesse um papel activo na construção da letra. Não consta que soubesse música. O teólogo Manuel Cebolas Folgado, o Sr. Joaquim Serra Alves e talvez o Snhum padre Zé Curado serão co-autores da música. É impossível definir o papel que nesta co-autoria cabe a cada um.

⁶² A forma "Snhum" é comum de dois, tanto pode ser feminina como masculina. É uma corruptela da forma "Senhor" medieval, também ela comum dos dois géneros. Esta invariabilidade de género está relacionada com a origem latina da palavra. "Senior" é o grau comparativo masculino e feminino de "senex" (velho). A forma "senior" significa, portanto, "o mais velho", "a mais velha" e, por consequência, "o (a) mais digno (-a) de respeito". A forma perdeu depois as conotações de idade e manteve apenas a de excelência. Foi necessário recuperar a forma erudita "senior" para manter nela as conotações de idade. Daqui que "Senhor" significa apenas "o mais digno de respeito", "o mais

importante", "o que manda", etc. A forma "Snhum" mantém estas únicas características. Neste caso particular, os santos invocados são para os crentes mais poderosos que os homens, porque podem influenciar mais fortemente a vontade de Deus, já que estão mais próximos dele. "Ter influência sobre" é "ter poder", é já "mandar", embora de maneira respeitosa.

⁶³ O mesmo faremos sempre em todas as coplas que pudemos obter e em que apareçam as formas "Senhor" e "Senhora". A razão é clara. O teólogo Manuel Cebolas Folgado, o Sr. José Serra Alves, talvez o Snhum Padre Zé Curado, frequentavam ou frequentaram cursos. Os cursos de seminário têm um estudo relativamente profundo do "latim eclesiástico" ou "baixo-latim", que exige o conhecimento das regras básicas da gramática latina tradicional, para a sua compreensão. Terão também estudado e lido textos em português culto em que o "purismo" idiota purga sempre o "provincianismo" vivo, isto já desde os escolarcas de Alexandria, de modo que, para aqueles senhores, o "provincianismo" era um "mal" que convinha erradicar ou desconhecer. Preconceitos sociológicos. A Snhum Concêçam, embora com uma aculturação naturalmente inferior, como mulher ainda do século XIX, tinha a convivência com as pessoas em questão, frequentava a igreja local, onde naturalmente nunca se poderiam empregar regionalismos. Contudo note-se o modo como a informadora sempre a cita: "Senhum Concêçam". Este modo de dizer corresponde de facto à convivência diária. A informadora apenas debita o que aprendeu de memória, para além de que estava nas mesmas condições da Snhum Concêçam, pois já "lavutava" com o grupo.

⁶⁵ Não consta que os cânticos inicialmente pudessem usar a expressão "Pai Eterno". Temos uma vaga reminiscência de, na nossa infância, ainda dizermos "Padre Nosso", quando rezávamos esta oração ou em família ou na igreja. A designação "Pai Nosso", "Pai", foi introduzida tardiamente, a partir do tempo dos seminaristas e padres que se sucederam imediatamente ao Snhum Cónego Cebolas, talvez para não criar confusão na mentalidade analfabeta do povo entre a designação da entidade sagrada e a designação de "padre", sinónimo de sacerdote católico comum. Deve ter havido nessa altura normas saídas da Hierarquia eclesiástica para introduzir esta alteração. Pruridos? Haveria alteração se o uso mantivesse expressões em "Papa Nosso", Arcebispo Nosso", "Bispo-Conde Nosso", em vez da simples denominação "padre", referente ao estrato menos elevado e mais numeroso da hierarquia eclesiástica? Ainda haveria outra intenção, a de dessexualizar eruditamente a violência fónica tradicional da palavra "padre". (Cf. "madre", 'placenta', 'secundinas').

Por outro lado, a expressão "Pai", aplicada à primeira pessoa da Trindade, vem mais visivelmente carregada de conotações de amor (agapé) paternal, já que "os anjinhos não têm costas" e "os espíritos não têm sexo", conotações essas que na origem a expressão "Padre" ("Pater") também possuía, mas que se perderam coma aversão cristã ao Clássico (Cf. Patrística). Em latim o "Pater" não é o "Genitor". Este é o autor do "acto primordial" e nada mais. O "Pater" é o chefe da família, o cabeça de casal, o amante da mulher legítima, o criador e educador

amoroso dos filhos. Estes significados são hoje abrangidos pela designação "Pai".

⁶⁶ Isto deve ser um exagero da informadora. Deve haver na igreja da Escusa uma boa dezena de imagens. Vamos recordar: Santo António, Senhor dos Perseguidos, Senhora da Esperança, no altar-mor; S. José e S. Domingos (Ver nota 66.1) em nichos laterais voltados para a porta principal, ladeando o arco da capela-mor, às "gradinhas". Haverá ainda uma Nossa Senhora de Fátima no altar direito da nave, ao cimo, altar que foi outrora do Snhum dos Perseguidos, e uma Santa Filomena, que terá caído em desuso (?); à direita, em altar lateral, ao cimo da nave, está o Snhum dos Passos.

^{66.1} A imagem de S. Domingos está hoje no recanto das antigas escadinhas do "púlpito da igreja, que parece ter sido apeado, não se percebe porquê. O mesmo se diga dos nichos que ladeavam a arcada do altar-mor. Tudo deveria ser posto como antes. Não se altera a traça arquitectónica de nada. Este recado é para os "festeiros" do Santo António que muito louvavelmente vão fazendo a festa todos os anos e mantendo a igreja de pé. Bonita acção a que falta um mentor cultural para evitar estes desatinos. Não se altera a traça característica dos monumentos. Ponham lá o púlpito!

Em nichos laterais próximo do "guarda-vento" estão S. Miguel e Nossa Senhora das Dores, a Snhum das Dores, como se dizia, respectivamente à direita e à esquerda, como quem entra. É provável que haja mais alguma ainda. Algumas destas imagens são de aquisição recente como a Senhora de Fátima e

Santa Filomena. Outras, como S. Domingos e S. José, S. Miguel, são apenas imagens de adorno a que ninguém liga. praticamente ninguém lhes faz culto. Santo António, a Snhum d'Esprança, a Snhum das Dores, estes, sim, são venerados pelo culto ocasionalmente. Saem sempre em procissão festiva. Referimo-nos à procissão da festa de Santo António, que é a única de que temos memória. isto não falando da Snhum de Fátima dado o peso religioso que actualmente ainda tem. O Snhum dos Passos também sai sempre na procissão.

Destes todos serão eventualmente apenas referidos nos cânticos, o Snhum dos Passos, o Snhum dos Perseguidos, a Snhum d'Esprança e a Snhum das Dores, por as suas invocações se aproximarem da situação dramática que se vive na seca, sofrimento, dor, esperança, embora o Snhum dos Perseguidos nunca saia em procissão, nem tenha andor, devido ao seu porte e peso, que causaria grandes dificuldades de condução.

⁶⁷ Ver nota anterior.

⁶⁸ O sincretismo é característico da vida cultural do povo rural. Ele aparece em praticamente todas as suas actividades de trabalho e recreio. É digno de nota o sincretismo de significado de expressões como "cantiga", "moda" e "saias", que temos a tenção de analisar em trabalho posterior. A cultura rural é uma cultura essencialmente sincrética. Só os intelectuais e os eruditos têm necessidade de analisar até à exaustão o que à partida é único e inteiro, para depois chegarem à conclusão de que têm que voltar à origem sincrética, porque as excepções, as opiniões acerca de cada assunto são tantas que, entre tantas "venha o diabo e

escolha" (philosophi certant). A História da Filosofia que o diga. E sem dúvida as outras.

⁶⁹ Em execuções futuras possíveis, o promotor da execução poderá escolher qualquer das variantes ou epígonos para utilizar em todos os casos, ou pode usá-las todas num mesmo acto de representação. O texto musical fica assim transformado pela informadora numa espécie de "cantata", constituída por várias partes, todas elas passíveis de execução, isoladamente ou em conjunto.

⁷⁰ A tradição de um coro de mulheres pela Snhum Concêçam. Faziam parte dele também a informadora e as suas irmãs, as nossas tias Conceição e Maria José, então adolescentes. Diz a informadora que, sendo ela uma criança, o ensaiador cantava sempre ao lado dela, "para não havêr que dezêr".

A tradição pegou. O coro aperfeiçoou-se no modo de cantar e na variedade de cânticos que apresentava, pois continuou a ser ensaiado pelos seminaristas mais velhos que se seguiram ao Snhum Cónego Cebolas, participando nele os mais novos. Os seminaristas traziam sempre ideias e cânticos novos na manga.

Lembramo-nos muito bem do coro feminino, às vezes misto, da Escusa, que começou a distinguir-se na região pelo modo como cantava, devido à acção da "schola cantorum" que o ensaiava. Em férias, reforçado pelos seminaristas, chegava a executar a duas e a três vozes "a capella". Em tempo de missa nova chegou-se a improvisar coro e orquestra, com músicos de Portalegre.

Foi assim que o coro da Escusa ganhou fama de cantar bem, ao ponto de

ser solicitado para cantar fora, talvez mesmo em Castelo de Vide. Há aquela anedota do Snhum padre António da Mata, pároco de São Julião. Uma vez que o coro foi lá cantar, foi-lhe servido o almoço. Daí o Snhum padre Mata: "Há galo e pombo. Quem quer galo come galo, quem quer pombo pombo". Esta anedota era contada pela informadora que imitava a voz cavernosa e um tanto rude do Snhum Padre António da Mata.

O coro servia de elo de ligação entre o pároco e o povo em geral fazendo a pedagogia musical a toda a assembleia de fiéis. O coro de seminaristas, durante as férias grandes, era solicitado para cantar nas festividades das várias localidades, substituindo assim os coros locais ou rudimentares ou mesmo inexistentes.

Na altura em que estes cânticos se executavam dizia-se já: "Se as da Escusa nam cantarim, nam chove!". Isto é uma prova mais que cabal da importância que o coro feminino da Escusa tinha na região.

Os homens, por tradição e natureza, vão menos à igreja. Quando vão é para ficar como chefes (toda a hierarquia é masculina, padres, bispos, papa, etc.). Os maridos das mulheres, que cantavam na igreja da Escusa, acompanhavam-nas na obrigação dominical. Era nessa altura que se atreviam a cantar se tinham ouvido. Outros homens por tradição entravam na igreja durante as festas, pela festa do Santo António, pela Missa do Galo quando a havia, e pouco mais. É um fenómeno de natureza e cultura que precisava de ser estudado.

⁷¹ Verifica-se a insistência na 'Sacramentação', "Jesus Sacramentado", também no que chamaremos cântico de 'Acção de Graças'.

⁷² Aqui trata-se da imagem espiritual do "Deus Vivo", simbolizado pelo Pão (e Vinho) consagrados, sempre presente no sacrário da igreja da Escusa. Será que o "Santíssimo" também foi na procissão, debaixo do pálido com tocheiros a escoltá-lo?

⁷³ Trata-se duma imagem de madeira "mociça", muito pesada, à qual o escultor fez um desfalque no torso para a tornar mais leve. Mesmo assim são precisos pelo menos dois homens possantes para a pôr no andor. Como alegoria da Esperança o vestido da escultura é naturalmente verde. Tem o Menino no braço esquerdo (?). É interessante que a copla, muito "rajasicamente" incita a Senhora a acordar o Menino, para que ele também oiça o povo. O acto de o levantar "para cima" reflecte o acto da "elevação" — oferta ao Pai, na Missa. É o sincretismo do Deus-homem tornado oferta ao Deus Único, cuja presença as religiões ora ignoram, ora avivam, ora tornam "eminência parda", como o Cristianismo.

⁷⁴ Paradoxalmente, na Escusa, extinguiu-se a festa do orago, a Snhum d'Esprança, e manteve-se a festa de Santo António. Os franciscanos andaram de certo por ali. Outra razão do manutenção da festividade será a popularidade brejeira do santo que, na Escusa, tem uma reminiscência, a dos "verses que se dêtim à bandêra" do santo, ao sol posto do dia de festa, quando a mesma bandeira é recolhida.

"Entre as festas que, segundo velhas usanças, se celebravam nas várias igrejas e capelas da freguesia de S. Salvador de Aramenha, devemos mencionar aqui, como uma das mais curiosas e de mais

interesse regional, a que ainda hoje é costume realizar na aldeia da Escusa, no primeiro domingo de Setembro, em honra de Santo António. (...) Um dos mais interessantes números da solenidade religiosa é a entrega da bandeira da Irmandade (?), que é, para esse fim, conduzida com grande acompanhamento da casa do festeiro, que termina o seu mandato, até à porta da igreja, onde se oferece ou escolhe o padrinho e festeiro do ano seguinte. Findo este acto segue o cortejo para casa do novo festeiro, a cuja janela a bandeira se expõe e aonde assomam os melhores versejadores e inspirados poetas da aldeia. No fim de cada verso é a bandeira agitada e volteada ao som da caixa de rufo, respondendo o povo com vibrante e ruidoso "vivó!". O entusiasmo transforma muitas vezes a curiosa festa em animado torneio de versos, que são, em geral, um misto de religioso e profano, muitos com uma feição de alegre humorismo, destinados a satirizar com esfusiada graça um pequeno ridículo do compadre ou vizinho das mais próximas povoações ou de qualquer sucesso corrente na aldeia" (Coelho, P.M.L. o.c. p. 320 ss).

Todas as quadras começavam sempre pela apóstrofe

"Ó mê Padre Sant' Antonhe".

Uma das quadras que se disseram e que ficou na memória é esta do Ti Francisco Ramilo:

Ó mê Padre Sant' Antonhe,
Sante de tanta valia,
Livraste o tê pai da morte
No espace duma Avé Maria.

Nesta quadra transparece a "mística" corrente na Escusa, a mística característica da família dos "Marques". O Ti Francisco Ramiro era irmão do nosso avô Mané Ramiro. Quando ia para a serra cortar "fêtos" levava o livro com a vida de Santo António para estudar as "quadras para a bandêra".

Laranjo Coelho (o.c. p. 321, nota 1) cita uma outra quadra muito sintomática:

"O meu Padre Santo António,
Santo de tantos primores,
Enquanto houver gente na Escusa
Não irás para os "cardadores".

Tratar-se-ia da velha imagem de Santo António, aliás mais bonita do que a nova hoje exposta, que se encontra relegada para uma espécie de museu improvisado na sala de reuniões da igreja da Escusa. Será que esta imagem terá vindo naquela leva de talhas, decorações e imagens que, através da Vila, veio a decorar a igreja da Escusa? A quadra reflecte cabalmente a animosidade entre os "brigões" da Escusa e os "cardadores" da Vila. Parece também traduzir um certo medo de retaliação, embora "quem dá e torna a tirar ao Inferno vai parar". Em que condições é que todo este espólio veio para a Escusa, já que há o medo de que retorne à procedência?

De qualquer modo a quadra reflecte uma certa profanidade dentro do evento religioso, uma ideologia de recreio, bem vincada na alma do povo, cuja lembrança destoaria dentro duma procissão de penitência.

⁷⁵ Imagem de Cristo Ressuscitado não temos ideia de que exista na igreja da Escusa. Por um lado não é absolutamente necessário que o povo siga a lógica

que nós, mero erudito, aqui propomos, por outro lado a invenção desta lógica pode até ser uma pechibequice nossa, de quem nos penitenciamos.

⁷⁶ Além da forma "Snhum" que mantivemos, mantivemos outros regionalismos do falar da Escusa e da região, embora os versos pudessem ter sido transcritos numa linguagem erudita. O povo segue o que os eruditos lhe dizem mas adapta-o sempre aos seus modos de pronúncia e fala em geral, a não ser que uma aculturação aturada vá modificando lentamente os antigos hábitos. Além das expressões que mantivemos com o seu cariz popular, poderiam ainda aparecer outras como "Jasus Criste", "Mãe de Dâus". A forma "Snhum" é muito usada na Escusa, ao lado da forma "Ti" (tio ou tia), para indicar e chamar as pessoas mais velhas. A forma "Ti" prevalece, mesmo quando não se conhece o nome próprio da pessoa: "Ó ti Home!", "Ó ti Mulher!". Não muito longe, na Póvoa, usa-se a forma "Tá", com o mesmo fim. Mantêm-se as formas "Senhor" e "Senhora" na copla, já que o poema e a música não serão de todo de origem popular, embora com condições para se popularizarem. Aliás, a métrica exige estas formas.

⁷⁷ A Snhum das Dores é venerada em toda a freguesia do Salvador. Cf. Cebolas, Manuel Nunes — **Nossa Senhora das Dores e os Três Devotos** — Ibn Maruán nº 3, Dezembro de 1993, p. 85.

⁷⁸ Este refrão, não usando rima, segue ainda a tradição da "palavra perduda". Na poesia dos Cancioneiros Medievais a "palavra perduda" é a rima que não tem correspondência dentro da

mesma estrofe, embora possa ter correspondência noutras estrofes. Corresponde ao "verso branco" moderno. Uma quadra assim construída não parece muito viável dentro da poesia estritamente popular, cuja principal marca é a existência consciente de rima. Aqui deve haver de preferência a influência tradicional da religião, cujo ponto de apoio poderá ser a mesma Bíblia, com os seus versículos autenticamente poéticos.

⁷⁹ Cf. Machado (J: L.), Gorjão (S.) — O actual concelho de Marvão e suas freguesias nas memórias paroquiais de 1758 — Ibn Maruán nº 3, Dezembro de 1993, p. 51 ss. De qualquer modo o "ali à Snhum da Rocha" e não o "ali ou S. Selvreste" é que localiza factos e acontecimentos, na linguagem popular: "foi mäsme ali à Snhum da Rocha qui eu a vil...". Laranjo Coelho (o.c., p. 320) parece ignorar qual o orago da Portagem, tal como nós ignorávamos antes de ter lido o artigo citado. Terá sido este facto que levou ao abandono da capela de S. Silvestre nas abas da Serra de S. Mamede? (Cf. Coelho (P. M. L.) — o. c. p. 320).

No Porto da Espada cremos que é a festa da Senhora das Dores, e não a de S. Simeão, que se faz anualmente. Perdoe-se-nos se cometemos mais uma gafe.

⁸⁰ Gostamos de chamar "bordão" às partes métricas fixas nas quais os poetas populares menos ousados e menos sabedores de técnica se apoiam para construir quadras. Exemplo de "bordão" é o "Ó mê padre Sant' Antonhe" citado atrás. Chamar-lhe-emos "bordão" enquanto não encontrarmos o termo popular que realmente se ajuste a este facto.

Há múltiplos exemplos de conjuntos de quadras populares que usam a técnica do "bordão". O seu estudo seria interessante, já que é paralelo ao uso de "refrão", do "mote". Nas quadras o "bordão" pode estar constituído por mais do que um verso. No caso do "bordão" citado atrás, o seu uso pode ser obrigatório para chamar a atenção para o evento especial em causa que é a solenidade religiosa bem definida pela presença, neste caso, de Santo António.

⁸¹ Na primeira estrofe a rima "cruz", no 4º verso, sugere, no segundo, a rima correspondente "Jesus". Será?

⁸² Este verso é um cinquessílabo hipossilábico, pelo que, para se aplicar à música exige a diérese do ditongo /-oi-/ de "sois", como segue:



Aliás, a informadora sugere isto mesmo através do canto. Frisa-o bem. O último ponto da quadra é um cinquessílabo hipersilábico pelo que tem que ser também adaptado à melodia por divisão de notas:



Estamos de facto perante um seissílabo métrico.

⁸³ Na organização dos formulários em que aparecem números, dividem-se, se necessário, os compassos em duas partes ou membros, atribuindo-se ao primeiro membro o número respectivo liberto de parêntesis e à segunda parte ou membro o mesmo número entre parêntesis.

Ex. Compasso nº 9:
1º membro 9
2º membro (9)

Daí o aparecimento do colchete []. O colchete serve para incluir números entre parêntesis. Ainda outro exemplo. O formulário
[(9) - 17]

inclui o texto musical desde a segunda parte do compasso nº9 até à primeira parte do compasso nº 17. Cremos que está claro.

⁸⁴ Este verso é também um cinquessílabo hipersilábico, na realidade um seissílabo. Também tem que ser introduzido na melodia por desdobramento de nota.

⁸⁵ A forma "mes" é o regionalismo local que substitui "nos". Trata-se realmente da forma pronominal do singular pluralizada, segundo a regra, pelo acrescentamento de um /-s/.

⁸⁶ A forma "le" é o regionalismo local que substitui o erudito 'lhe'. A palatalização simplifica-se por liquefacção.

⁸⁷ A quadra está formada por setessílabos graves. O último é hipossilábico. Na realidade trata-se dum seissílabo.

⁸⁸ No início dissemos que havia uma hesitação da parte da informadora na debitação do primeiro compasso desta melodia, substituindo-o nós pelo primeiro compasso de outro fragmento, o nº 2. Pareceu-nos na altura que ela cantava as notas que se transcrevem. Fazemos esta

correção agora a nós mesmos, deixando aos leitores as duas hipóteses, que poderão ser escolhidas "ad libitum". O poema mantém-se aberto, havendo possibilidades de adaptá-lo a outras entidades religiosas e iconográficas. Isto mesmo terão feito outras localidades da freguesia, que não a Escusa. Escolhemos esta variante para a Petição porque nos pareceu que os modos como está escrita se aproximam mais da melodia do refrão "Água, Padre Eterno, etc.", que ninguém duvida que pertence ao todo da mesma Petição. Neste caso o conjunto tem apenas duas partes, ao contrário da Acção de Graças, que forma um conjunto tripartido.

⁸⁹ Dado que a Escusa é uma aldeia praticamente morta, o seu destino é o de tornar-se a médio prazo num centro de condensação cultural. Para ali devem convergir já as forças do concelho de Marvão que pensam em termos de preservação do património ecológico e cultural do concelho. A Escusa é um local privilegiado para isso. Tem uma tradição cultural própria, talvez mais genuína do que qualquer das outras freguesias. Está rodeada dum paisagem a todos os títulos bela, em que exactamente ainda se inscreve. Tem uma urbanização mais harmoniosa do que qualquer das outras terras do concelho, talvez porque mais antiga e conservadora do que aquelas. Tem uma pendência mística que convida à meditação e ao repouso. Era, segundo nos parece, o local privilegiado do concelho para um repositório da tradição agrícola artesanal que se está a perder, com todas as consequências benéficas de elucidação para a má agricultura que já está a invadir outras zonas, para a qual a água, a planta, o animal já não são fontes

de vida mas apenas fontes de "mais valia" e lucro. Ressuscitar-se-ia o "amor" que os nossos homens do campo punham dantes em tudo o que faziam, matando por necessidade as plantas e os animais para se alimentarem mas tratando-os sempre com o carinho da presença, com o suor do coração. E a Escusa é ainda este milagre, porquê? Porque o "turismo selvagem" e a má civilização lhe tem passado sempre ao lado lá em baixo na estrada. As pessoas conscientes deste problema devem quanto antes trabalhar no sentido de que o milagre não se perca. O trânsito deve continuar a ser condicionado se alguma vez a alucinação da anti-cultura alienada descobrir o milagre. É o apelo que aqui deixamos.

⁹⁰ Lembremos que a informadora debitou, com os cânticos da Petição, a quadra seguinte:

Os rios não correm,
a erva não nasce,
as fontes se secam,
tudo enfim se acaba.

Esta quadra exige uma melodia semelhante à do refrão da Acção de Graças. Não é plausível que a invenção

musical fosse tão longe ao ponto de se criarem várias melodias para letras de métrica diferente em cada um dos momentos. É mais natural que houvesse "contaminatio" mútua de uma parte da cantata na outra. E daí... E mais plausível é até que se pudesse adaptar partes como esta em redondilha menor às duas situações, em que apenas se substituiriam as palavras de importância meramente ocasional, adaptando-se o conteúdo às circunstâncias:

Os rios já correm,
a erva já nasce,
as fontes não secam,
já nada se acaba.

O problema agora está na música com que poderiam ser cantadas estas duas intervenções e as que do mesmo teor as acompanharam, uma delas realmente existente, a outra forjada pela plausibilidade. O nosso modo de ver acha que o verso forjado "já nada se acaba", sobretudo o "acaba" final, exige uma cadência conclusiva e definitiva. Por isso lhe adaptamos os compassos [(25)26-33] do fragmento nº 5 (Cf. p. 45):

The image shows three lines of musical notation in G major (one sharp) and 2/4 time. The first line contains the lyrics: "Os ri-----os já cor---rem, a er----va já". The second line contains: "nas--ce, as fon----tes não se----cam, já na---da se a-". The third line contains: "ca----ba." The notation includes treble clefs, a key signature of one sharp (F#), and a time signature of 2/4. The melody consists of eighth and quarter notes, with some notes beamed together. There are rests and slurs indicating phrasing.

Isto supõe a existência antes de duas quadras do mesmo teor métrico, cujo sentido perfizesse o sentido desta última e que seriam cantadas com os compassos (1—25) do mesmo fragmento, depois de expurgado e organizado. Mas onde estão elas? Porque é que esta quadra aparece

isolada? Mas essas quadras pelos vistos existem embora na situação real conhecida, como vimos atrás. "Ai... Valha-me Dâus! Muito se diz!... P'ra quâi busquer tanta cousa!".

Lisboa, 31 de Agosto de 1995

ARROLAMENTO DOS BENS DAS IGREJAS DO CONCELHO DE MARVÃO EM 1911

Jorge de Oliveira

Por entre os múltiplos manuscritos, ainda não organizados, que se encontram no Arquivo Municipal de Marvão descobrimos alguns que pela sua importância merecem agora ser divulgados. Os manuscritos a que nos referimos reportam-se ao inventário dos bens da Igreja Católica efectuado na sequência da polémica Lei de 20 de Abril de 1911, conhecida, vulgarmente, por Lei da Separação das Igrejas do Estado. Consideramos oportuna a divulgação deste arrolamento nesta altura em que por todo o País se assiste a profundas remodelações nos espaços religiosos. Sob a bandeira da adaptação das igrejas aos novos tempos, temos assistido a inqualificáveis actos de vandalismo patrimonial, sem qualquer controlo. Não importa aqui discutir a quem pertence a salvaguarda deste património. Se até ao decreto nº 11.887, de 6 de Julho de 1926 a salvaguarda do património religioso era, supostamente, da responsabilidade do Estado, após esta data, convenhamos, caberia à Igreja zelar por ele. Se nos grandes centros urbanos algum cuidado tem havido por parte da Igreja em preservar e mesmo valorizar o património móvel religioso, nas freguesias rurais, por razões que originariamente se enraízam na insuficiente formação cultural das comunidades e da maioria dos clérigos aí colocados, temos assistido a transfigurações profundas de templos, ao abandono de outros e sobretudo à delapidação do património móvel. Não há muitos anos assistimos, não em silêncio, à remodelação da Igreja Paroquial de Santo António das Areias. Se, na verdade, a cobertura necessitava de urgente tratamento, já não conseguimos compreender as outras alterações estruturais que a mesma sofreu no interior. O púlpito granítico foi destruído, as grades de castanho

que separavam o corpo da igreja foram retiradas, para mesa de altar serviram-se da velha pia baptismal, os altares foram repintados por mãos pouco habilidosas com tintas desaconselháveis. Mas, para maior espanto, encontrámos nos entulhos das obras, para além das Grades de Deus as caixas das esmolas setecentistas, não sem que antes tivessem sido esventradas e para admiração geral dois retábulos de madeira do século XVI, representando respectivamente o Calvário e a Verónica. Quanto às grades e às caixas foi-nos explicado, pelo pároco, que agora já não se utilizam. As pinturas iam para o lixo porque estavam muito escuras e já não se percebia o que representavam. Por

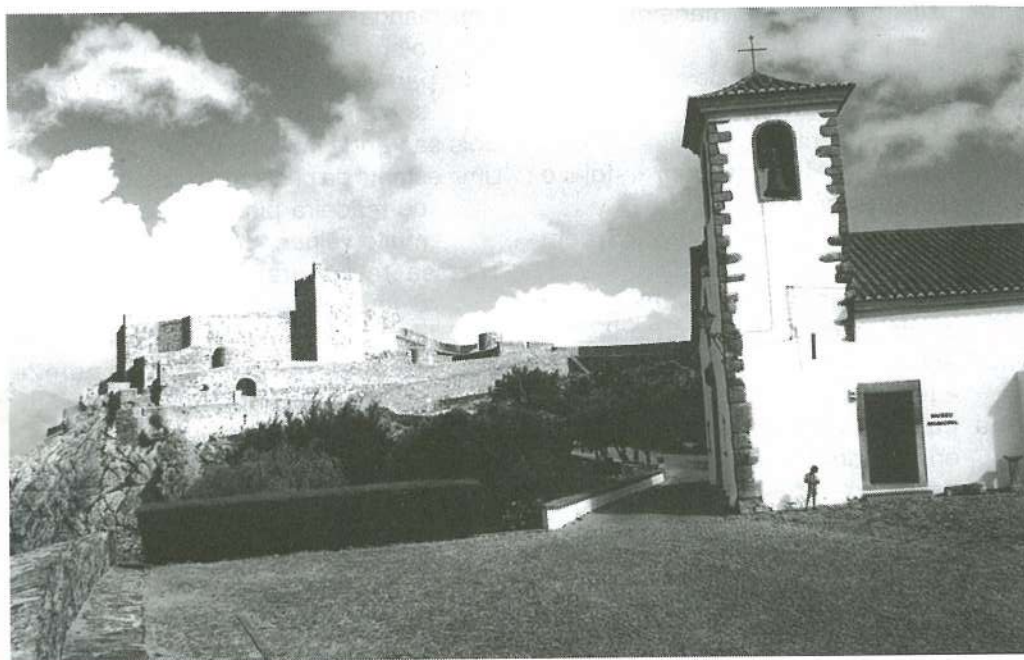


Igreja de Santo António das Areias

nossa insistência lá se penduraram de novo os painéis. As caixas das esmolas e as Grades de Deus depositámo-las na sede da Junta de Freguesia à espera de melhor sorte. Exemplos como este, ou como o que ocorria e em parte ainda ocorre na Igreja de S. Tiago de Marvão, repentem-se diariamente, sem que, ou os organismos do Estado, ou as estruturas da Igreja, a isto ponham fim. Corre, ainda que à boca fechada, que as estruturas da Igreja mostram interesse em recolher para as sedes episcopais todo o património que não se encontre ao culto e aí constituir museus. A essa solução apetece-nos dizer: pior a emenda do que o soneto. Recorde-se que esse património, ainda que sob a tutela da Igreja, foi constituído com as esmolas dos crentes e, portanto, faz parte integrante do património das comunidades. Segue a toda esta, já longa, introdução para que, pelo menos no papel, fique a memória do que nos inícios do século se guardava em cada uma das igrejas do concelho de Marvão. Nos papéis que compulsámos no Arquivo Municipal, não encontrámos, estranhamente, o arrolamento dos bens da Igreja de Santo António das Areias. De todas as outras freguesias conservam-se os respectivos autos, o de Santo António das Areias parece ter desaparecido. Não deixa, igualmente, de ser intrigante esta ausência. Encontram-se autos referentes aos seguintes templos: Igreja de St^ª. Maria - Marvão, S. Braz - Marvão, N^ª. Sr^ª. da Estrela - Marvão, S. Tiago - Marvão, S. Sebastião - Galegos, S. Salvador - Aramenha, N^ª. Sr^ª. da Esperança - Escusa, N^ª. Sr^ª. da Rocha - Portagem e N^ª. Sr^ª. das Dores - Porto da Espada.

St.^a MARIA DE MARVÃO

**DISTRITO DE PORTALEGRE CONCELHO DE MARVÃO
FREGUESIA DE S.TA MARIA**



Igreja de Santa Maria

Aos dezanove dias do mez de junho do anno de mil novecentos e onze, n'esta villa de Marvão e no edificio do templo denominado de Santa Maria, onde compareceram o cidadão Antonio Rodrigues Curvello administrador d'este concelho, e bem assim o cidadão Manoel Luiz Forte membro da junta de parochia, indicado previamente pela camara municipal do referido concelho, commigo Jose Pimentel Rolim secretario de finanças e da comissão concelhia de inventario, para os fins consignados no art.º 62 da lei de separação das egrejas do estado; e assim

principiamos o arrolamento e inventario da forma seguinte:

Egreja de St.^a Maria ou Calvario

Imagens em ponto natural de S. João Evangelista e da Snr.^a do Pé da cruz, S. Miguel, St.^a Barbara, Snr.^a do Rosario, S. Sebastião. Anjo Custódio, Snr.^a da Graça, S. João Baptista, St.^o Antonio e Snr.^a do Rosário. As duas primeiras e a ul-

- tima imagens aqui indicadas, são de boa escultura; estando aquellas em bom estado de conservação e esta um tanto deteriorada. As restantes imagens são de escultura inferior.
- Um cruxifixo de estanho, muito velho
- Um cruxifixo grande de madeira e dois pequenos
- Dois estrados de madeira nos altares mór e de S^a. Maria
- Roupas e paramentos
- Uma casula de lã verde com estola e manipulo em bom estado
- Uma casula de damasco branco com estola e manipulo, usada
- Uma casula de damasco encarnado com estola e manipulo, m.to usada
- Uma casula de damasco roxo com estola e manipulo, muito usada
- Uma casula de damasco branco e encarnado com estola e manipulo, usada
- Uma capa d'asperges de lã verde e outra de damasco de seda branca em bom estado
- Dois panos de estante de damasco verde, usados
- Um dito de seda roxa em bom estado
- Um dito de seda branca, usada
- Dois frontaes de damasco vermelho em bom estado
- Um frontal de damasco branco, usado
- Um frontal de damasco branco com galão dourado
- Sete bolças de corporaes de damasco de diferentes cores, em mau uso
- Uma cortina de paninho preto, usada
- Dois cortinados com folhos de caza e outros com folhos enacranados, usados
- Quatro cobertas de chita do altar mór
- Vinte e dois mantos de santos, diferentes qualidades e uso
- Um pano de estante de seda branca, usado
- Um frontal de damasco rocho em bom estado
- Dois frontaes de damasco verde, sendo um usado e outro em bom estado
- Uma manga de damasco de seda de cobrir o cruxifixo, muito usado
- Dois pares de cortinas de damasco de seda, muito usados
- Dois sacarios muito velhos
- Uma estante de castanho e seis pyramides de madeira pintadas de vermelho, muito velhas
- Trez sacras douradas e uma caldeira d'agua benta de metal amarello, em mau estado
- Uma campainha pequena e quinze castiçaes grandes, estes de estanho, usados
- Dois missaes e uma estante velha
- Um par de galhetas de estanho e respectivo prato
- Trez coroas de lata e cinco resplendores
- Um cachucho ou abarete
- Duas lampadas de lata, ordinarias
- Dois tamboretos de castanho cobertos de couro, velhissimos e trez bancos ordinarios
- Uma mesa velha e alquebrada
- Um triangulo para velas
- Um conficionario de madeira de pinho e uma arca de castanho, pequena
- Duas urnas para encerrar S.S. Sacramento
- Um andor em forma de pyramide com arabescos e um cavalete de pedreiro
- Uma jarra
- Um painel representando um dos passos, em bom estado
- Quatro pedras d'ara, uma das quais partida, sendo maior a do altar mor

- e as trez restantes de dimensões aproximadas e uma pequena subreclente
- Dois arcos de flores artificiais e de papel da Snr^a. do Rosario, velhos
- Um cabide de parede com 11 braços
- Sete palmitos de flores de papel, velhos e de diversos tamanhos
- Duas mezas corporaes de linho, em uso, e duas alvas e respectivos cordões de linho em bom estado
- Dez toalhas de linho em bom uso
- Uma toalha de linho em bom uso
- Uma toalha de paninho de credencia, muito usada
- Trez amitos e seis sanguineas, usadas
- Uma fita de damasco vermelho de franja dourada, em bom estado
- Objectos de prata
- Duas coroas de N.Snr^a. do Rosario, uma grande da Senhora e outra pequena do menino ambas em uso, que pesam setecentas e setenta e cinco grammas
- Outra dita da Snr^a. do Carmo, que pesa cincoenta e cinco grammas
- Sete calices de diferentes tamanhos, perfumados d'ouro tendo dois os martyres no copo, todos com suas competentes patenas que pesam quatro mil quinhentas e quarenta e cinco grammas
- Mais um calix de prata sem estar perfumado que era de S.Braz, que por isso serve, o qual não está pesado (partido)
- Uma custodia com seu pé, tendo a copa dourada e radiação completa cercada de diferentes pedras lapidadas, que pesam duas mil cento e oitenta grammas
- Duas ambulas, que pesam mil duzentas e vinte e cinco grammas
- Um relicario que pesa noventa grammas
- Uma chave do Sacrario com uma fita de seda encarnada que pesa cincoenta grammas
- Uma pequena corõa que pesa dezoito grammas
- Uma chave de sacrario que pesa dose grammas

Relação dos foros pertencentes ao Passal do Parocho de St^a. Maria

- Eduardo Augusto de Magalhães paga sete alqueires de centeio por um souto no Valle d' Alcaide
- José Joaquim Tavares paga quatro alqueires de trigo, dois de centeio e uma galinha por uma fazenda no Porto da Espada
- Manoel Joaquim Semedo paga quatorze alqueires e uma quarta de centeio por uma tapada no Cabril
- Maria Cordas do Charqueirão paga quatro alqueires de centeio por uma courella na Relva do Mouro e uma galinha
- João Leandro Pinto Frausto paga vinte e quatro alqueires e meio de centeio, sendo dois e meio d'uma courella digo por um barro na Cilha, seis por uma courella no Porto de S^a. Maria e dezasseis por outra courella na Mouta Rasa e Leandro Pinto Frausto de Montalvão paga dois e meio alqueires de centeio pelo dito barro na Cilha e seis alqueires pela dita courella no Porto de S^a. Maria
- João da Costa Ferreira, herdeiros de, pagam dois alqueires e meio de trigo e dois e meio de centeio

Maria Joaquina Semedo paga 7:200 reis por dois curraes, uma horta e casa no lugar d'Asseiceira

Joaquim Fernando da Silva paga 2:000 reis e uma franga por uma fazenda na Védeira

Dr. Cezar Augusto de Faria Videira paga 4:600 reis por um souto manço no lugar da Escuza

João José d'Araujo paga 1:200 por uma courella na Caleira e paga mais 1:000 reis com o sobrinho Dr. António José Pereira Flores (Dr) por umas casas, horta, etc.etc. na Portagem

Joaquim Maria da Ignacia vulgo Gustavo paga 240 reis por um curral na Ramilla

Leandro Pinto Frausto paga 400 reis por um barro nos Pombaes

Dr. Antonio de Mattos Magalhães paga 4:300 por um souto na Agua da Cuba

Joaquim Pedro da Estrella Rego paga 7:000 reis por umas casas, vinha e olival etc.etc.

Manoel Garlito paga 240 reis por um curral no sitio d'Abenaria

Os foros em generos vencem-se no dia 15 d'Agosto de cada anno e as em dinheiro no dia 31 de Dezembro tambem de cada anno

Dois sinos em bom estado

E por nada mais se encontrar se fechou o presente arrolamento que por todos vae assignado.

Templo de St^a. Maria de Marvão em 19 de Junho de 1911

O Presidente=Antonio Rodrigues Curvello

O Vogal=Manoel Luiz Forte

O Secretario=José Pimentel Rolim

S. BRAZ DE MARVÃO

DISTRICTO DE PORTALEGRE CONCELHO DE MARVÃO FREGUEZIA DE ST^a. MARIA

Aos vinte dias do mez de Junho do anno de mil novecentos e onze, n'esta villa de Marvão e no edificio de templo denominado de S. Braz, onde compareceram o cidadão Antonio Rodrigues Curvello administrador d'este concelho, e bem assim o cidadão Manoel Luiz Forte membro da junta de parochia, indicado previamente pela camara municipal do referido concelho, commigo José Pimentel Rolim secretario de finanças e da comissão concelhia de inventario, para

os fins consignados no art^o. 62 da lei de separação das egrejas do estado; e assim principiamos o arrolamento e inventario da forma seguinte:

Capella de S.Braz

Imagem de S. Domingos, Menino Jesus e S. Braz, de tamanho medio e uma outra imagem em ponto pequeno, um cruxifixo de madeira e outro de

estanho pequenos, tudo em bastante uso
Quatro castiçais de estanho, altos, e dois baixos, de metal amarelo, os primeiros em bom estado e estes em mau
Um andor ordinario
Trez missaes e uma estante em mau estado
Seis varas de palio estando uma partida
Uma meza ordinaria
Uma estante para cantochão
Uma pedra d'ara
Um cavalette para andor

Dois bancos para assento ordinarios
Um estrado de altar mor
Uma lampada de lata ordinaria, usada
Uma sineta

E por nada mais se encontrar se encerrou o presente arrolamento que por todos vae assignado.

Templo de S.Braz de Marvão, 20 de Junho de 1911

O Presidente = Antonio Rodrigues Curvello

O Vogal = Manoel Luiz Forte

O Secretario = José Pimentel Rolim

Sr.^a. DA ESTRELA DE MARVÃO

DISTRICTO DE PORTALEGRE CONCELHO DE MARVÃO
FREGUEZIA DE S.TA MARIA



Igreja de Nossa Senhora da Estrela

Aos vinte dias do mez de junho do anno de mil novecentos e onze, n'esta villa de Marvão e no edificio do templo denominado de Santa Maria, onde compareceram o cidadão Antonio Rodrigues Curvello administrador d'este concelho, e bem assim o cidadão Manoel Luiz Forte membro da junta de parochia, indicado previamente pela camara municipal do referido concelho, commigo Jose Pimentel Rolim secretario de finanças e da comissão concelhia de inventario, para os fins consignados no art.º 62 da lei de separação das egrejas do estado; e assim principiamos o arrolamento e inventario da forma seguinte:

Igreja da Snr^a. da Estrella

Imagem de N.S. da Estrella e oratorio de madeira envidraçado que a encerra
Duas imagens de St^o. Ignacio e S. Francisco Xavier de marmore branco, situadas lateralmente no altar da S. da Estrella
Duas imagens de madeira de St^o. Antonio e S. diogo em frente no mesmo altar
Seis castiças de estanho altos e dois baixos e um cruxifixo do mesmo metal em bom uso
Duas jarras grandes de apreço, bem conservadas, contendo cada uma um palmito de flores artificiaes de papel
Seis objectos de madeira imitando jarras, tendo cada um um palmito de flores artificiaes de papel e dois palmitos sobreceletes
Trez sacras com moldura dourada em bastante uso

Um missal e respectiva estante
Um degrau movel de castanho e um estrado de madeira do altar da S^a. da Estrella
Um quadro de oliographia em madeira
Uma lampada de metal amarello
Uma campainha para Santos
Trez bancos todos forrados
Uma boa e grande meza de nogueira e 3 de castanho, vermelhas, bom estado
Um andor ordinario
Dois cavaletes para o mesmo
Um banco grande d'espaldar com arca d'arrecadação
Duas cruces de madeira grandes
Um cabide de toalhas
Um missal grande e bem conservado e outro pequeno e usado
Um par de galhetas e respectivo prato, uma de estanho e outra de vidro
Um copo de vidro
Uma caixa d'esmolos
Duas imagens de madeira, uma de S. Francisco e outra de S. Domingos no altar mór
Seis castiças e um cruxifixo d'estanho em bom estado no mesmo altar
Quatro estrados grandes e um pequeno, de castanho e bem conservados
Cinco bancos grandes com costas, de castanho e bem conservados
Uma columna para cirio
Uma estante de torneados para contochões e outra de quatro faces
Uma imagem de St^a. Catterina, regular esculptura e outra de S. Bartholomeu tambem de regular esculptura
Quatro castiças de madeira d'barro
Um cruxifixo de madeira com imagem pintada

- Um sacrario de madeira, ordinario, bem conservado
Dois confeccionarios de madeira
Um escada para obras
Um oratorio, incluindo um cruxifixo e uma imagem d'uma santa, tudo em madeira
Quatro estrados pequenos para os conficionarios
Uma balança de suspensão e pratos de madeira
Uma caldeirinha, um turibulo e uma naveta de metal amarelo
Uma vara de juiz
Roupas e paramentos
Uma casula de damasco de seda encarnada com sebastos brancos, boa
Uma casula de damasco com sebastos de veludo verde, usada
Uma capa d'asperges de damasco de seda branca com galão dourado, velha
Uma casula de damasco branco com ramos prateados, muito velha
Um frontal de damasco encarnado com franja prateada, usado
Um frontal de damasco branco com galão prateado e franja, mte. usado
Um dito de tafetá roxo, novo
Outro dito de damasco branco com cordões amarelos e ephigie de N.S. da Estrella com armação de madeira
Um véo d'hombros de tela branca, usado
Um portarete de dasmasco encarnado
Cinco bolsas de corporaes completas
Uma cortina de chita adamascada, encarnada, da tribuma do altar mór, bom uso
Quarenta e cinco opas brancas, em uso
Duas cobertas de chita adamascada, encarnadas, das grades da capella mór
Sete cortinados de paninho preto e roxo em mau estado
Trez paninhos de cobrir as cruces, velhos
Uma armação de sarjão encarnado para a capella mór
Trece toalhas dos altares, cinco de linho e outras de paninho, usadas
Cinco toalhas de paninho com folhas de caça
Uma toalha de paninho do lavatorio
Duas toalhas de linho novas com roda
Cinco mezas de corporaes completas, de linho, conservadas
Quatro amitos de linho, usados
Quatro manusterios, usados
Sete alvas de linho, em bom uso
Quatro cobertas de chita para tapar os altares, usados
Objectos de prata e ouro
Uma chave de prata do Sacrario do altar mór
Quatro cordões d'ouro velho com o peso de oitenta e sete grammas
Um grilhão d'ouro com o peso de trinta e cinco grammaas e quarenta decimas
Duas gargantilhas d'ouro com o peso de trinta e duas grammas e trez decimas
Trez brincos sem diamantes com o peso de dezoito grammas e oito decigrammas - ouro
Trez ditos com diamantes com o peso de vinte e quatro grammas e quatro decigrammas - ouro
Dois pares de brincos com o peso de sete grammas e oito decigrammas (ouro)
Duas africanas um anel pequeno e uma Sr^a. da Conceição com o peso de

- quatro grammas e oito decigrammas (ouro)
- Ouro = Quatro broches com o peso de dezasseis grammas e duas decigrammas
- Duas estrellas com o peso de sete grammas e nove decigrammas (ouro)
- Duas medalhas e um coração com o peso de seis grammas e trinta e cinco centigrammas (ouro)
- Dez cruces com o peso de vinte grammas e seis decigrammas (ouro)
- Um brinco com o peso de dose grammas e seis decigrammas (ouro)
- Um pare de brincos de prata com o peso de vinte e oito grammas
- Um adereço de prata com o peso de noventa e cinco grammas
- Uma coroa pequena de prata com o peso de quarenta e cinco grammas
- Um resplendor de prata com o peso de quarenta e cinco grammas
- Duas coroas de prata com o peso de cento e quarenta e nove grammas
- A imagem de N.Snr^a. da Estrella com o seu menino e corôa que pesa tudo mil cento e cinquenta e oito grammas, tudo em prata
- Outra corôa tambem de prata é de N.Snr^a. da estrella que pesa setenta e oito grammas
- Um thuribullo com a sua naveta que pesa mil quinhentas e setenta grammas
- Um calix com a sua patena que pesa quinhentos e cincoenta grammas
- Duas chaves dos sacrarios que pesam com as fitas noventa grammas
- Dois sinos
- E por nada mais se encontrar se fechou o presente arrolamento que por todos vae assignado.
- Templo da Snr^a. da Estrella de Marvão, 20 de Junho de 1911
- O Presidente Antonio Rodrigues Curvello
- O Vogal - Manoel Luiz Forte
- O Secretario - José Pimentel Rolim

S.SEBASTIÃO DOS GALEGOS

DISTRICTO DE PORTALEGRE CONCELHO DE MARVÃO FREGUEZIA DE S.TA MARIA

Aos catorze dias do mez de agosto do anno de mil novecentos e onze, n'este logar dos Gallegos e no edificio do templo denominado de S. Sebastião, onde compareceram o cidadão Antonio Rodrigues Curvello administrador d'este concelho, e bem assim o cidadão Manoel

Luiz Forte membro da junta de parochia, indicado previamente pela camara municipal do referido concelho, commigo Jose Pimentel Rolim secretario de finanças e da comissão concelhia de inventario, para os fins consignados no art.^o 62 da lei de separação das igrejas

do estado; e assim principiamos o arrolamento e inventario da forma seguinte:

Igreja dos Gallegos

Uma imagem de S. Sebastião, bem conservada, escultura regular
Uma imagem de S. Miguel, bem conservada, escultura regular
Uma imagem da Snr^a. do Rosario, bem conservada, escultura regular
Seis castiças e um cruxifixo d'estanho em bom uso
Trez sacras, dois missaes, estante para estes, um par de galhetas de estanho com prato, uma campainha pequena
Uma bacia de latão para esmolos
Uma lampada de suspensão do mesmo metal
Dezasseis palmitos de flores de papel
Uma meza credencial
Uma meza ordinária
Dois bancos d'espaldar e trez moxos, de castanho
Uma caldeirinha d'agua benta
Um estrado de madeira, velho
Um esquite e um conficionario de castanho seis varas de palio e trez andores
Um cabide de madeira de castanho em mau estado
Uma arca velha
Uma vara para guião, e outra vara para uma bandeira encimada por uma cruz
Uma cruz de madeira
Um cruxifixo de madeira
Um arco de flores artificiaes
Uma estante para musica
Dois tocheiros em mau estado

Quinze tocheiros em mau estado
Uma casula de veludo verde com sebastos de damasco de seda roxa = completa
Outra de lã branca, completa e outra de damasco de seda vermelha, completa
Trez bolsas corporaes
Um calix de metal branco com pé amarelo e patena e colher
Trez veus de calix
Cinco toalhas d'altar
Uma toalha de meza
Um frontal de seda branca adamascada
Dois mantos da Snr^a. do Rosario em mau estado
Um manto de lã da Snr^a. do Rosario, bom
Um manto de setim azul, novo
Um outro de seda, velho
Trez vestidos d'algodão do menino Jesus sendo 2 em uso e outro bom
Um vestido de setim com guarnição a ouro, muito usado
Um veu de calix de damasco de seda vermelho, novo
Um pendão da Snr^a. do Rosario de gorgorina branca
Um pendão de S. sebastião de damasco de seda vermelha com franjas amarelas
Uma arca de pinho
Objectos de prata
Uma coroa de prata da Snr^a. do Rosario
Um resplendor de S. Sebastião
Um resplendor do menino Jesus da Snr^a. do Rosario
Um sino

E por nada mais se encontrar se fechou o presente arrolamento que por todos vae assignado

Templo de S. Sebastião dos Gallegos,
14 agosto de 1911
O Presidente = Antonio Rodrigues
Curvello

O Vogal = Manoel Luiz Forte
O Secretario = José Pimentel Rolim

S. TIAGO DE MARVÃO

DISTRICTO DE PORTALEGRE CONCELHO DE MARVÃO FREGUEZIA DE S.TA MARIA

Aos vinte e um dias do mez de junho do anno de mil novecentos e onze, n'esta villa de Marvão e no edificio do templo denominado de S. Thiago, onde compareceram o cidadão Antonio Rodrigues Curvello administrador d'este concelho, e bem assim o cidadão Manoel Luiz Forte membro da junta de parochia, indicado previamente pela camara municipal do referido concelho, commigo Jose Pimentel Rolim secretario de finanças e da comissão concelhia de inventario, para os fins consignados no art.º 62 da lei de separação das egrejas do estado; e assim principiamos o arrolamento e inventario da forma seguinte:

Egreja de S. Thiago (Parochial)

Quatro cruxifixos de madeira encarnados
Um cruxifixo dourado e seis correspondentes castiças
Imagem de St^a. Maria Magdalena com cruxifixo
Imagem de St^a. Maria com menino nos braços em madeira
Imagem de S. Thiago em madeira

Imagem de S. José com o menino em madeira
Imagem de S. Miguel em madeira
Imagem de S. Pedro em madeira
Imagem S.S. Trindade em madeira
Imagem do Menino Jesus, pequena em madeira
Duas caldeirinhas d'agua benta
Uma campainha pequena
trez pares de varas douradas em bom estado
Oito tocheiros em mau estado; sendo dois de metal amarelo
Dois pares de galhetas um de vidro e outro de estanho com pratos
Dois portaretes de damasco branco matizado
Seis placas de ferro para velas e seis de madeira
Doze pyramides de madeira para palmitos
Uma vara de madeira dourada para exposição do S.S.
Dois missaes, sendo um bem conservado e outro em muito uso
Dois livros de cantochão, regularmente conservados
Duas estantes para missaes

Quatro varas de palio de pao de caixa
Dois ferros de fazer hostias
Um turibulo com naveta de metal amarelo,
velho
Uma ambula nova de metal amarelo, no
sacrario
Uma pia de pedra posta de parte
Trezentas e oitenta telhas ordinarias
Dois bancos compridos e velhos de
madeira de castanho
Um degrau movel de madeira igual
Um estrado grande e dois pequenos
Um pulpito movel de madeira de castanho
Um baldaquino em bom estado, em forma
de livro



Igreja de S. Tiago de Marvão

Uma umbella, bem conservada e outra
mt^o. usada de damasco branco
Dois armarios - arquivos de madeira
Imagem de S. João, pequena de madeira
Imagem da Snr^a. da Conceição de madeira
Imagem de S. José, sem menino de
madeira
Imagem de St^a. Ana de madeira
Imagem de St^a. Amaro de madeira
Imagem de S. Martinho de madeira
Imagem da Snr^a. do Carmo com oratorio
de madeira
Dois jogos de 6 castiçães de estanho com
respectivos cruxifixos
Um jogo de 6 castiçães d'estanho sem
cruxifixo
Dois castiçães grandes e 2 pequenos, de
estanho
Uma meza credencial de castanho e
dourados com respectiva gaveta,
espelho e puchadores de metal
amarelo
Uma cruz de madeira boa com cruxifixo
de metal
Trez mangas de damasco de seda, uma
branca, outra vermelha e roxa
pertencentes áquella cruz, bem
conservadas
Trez mochos de castanho, novos
Trez confeccionarios de castanho, 2bons e
um inutilizado
Trez estantes de castanho velhos para
cantoção
Um pé de cirio pascoal
Um triangulo de castanho para matinas
Um esquife de enterro do Senhor, mt^o.
velho
Seis resguardos de folha para amparo das
luzes
Duas lanternas de vidro
Uma caixa de folha com os vasos dos
Stos. Oleos

- Duas lampadas de metal amarelo, uma grande e outra pequena
Um frontal de damasco de seda verde, usado
Um frontal de damasco de seda preta, usado
Trez frontaes de damasco de seda roxa, usados
Um frontal de pulpito de damasco de seda roxo, usado
Um frontal de pulpito de damasco de seda vermelho, usado
Trez palios de damasco de seda brancos, usados
Um paramento completo de damasco de seda branco com galão dourado
Um paramento de damasco de seda branco, sem capa nem véu e com galão amarelo
Um paramento de veludo vermelho com centro dourado, completo
Um paramento completo em tela vermelha
Um frontal da mesma cor e qualidade
Um frontal de pulpito e um manga de cruz da mesma tela
Um paramento de damasco encarnado com galão de retroz de seda, em bom uso
Um paramento de damasco encarnado sem veu, com galão de seda amarela, bom uso
Um paramento de damasco preto completo, com galão de seda amarela, bom uso
Um paramento de lã roxo com galão e franja, muito velho, sem capa nem veu
Trez casulas de damasco preto com galão de seda amarela, em bom uso
Duas casulas de damasco roxo em bom uso
Um paramento completo de damasco de seda roxa, conservado
Um paramento, sem capa, de veludo verde com sebastos amarelos, usado
Quatro casulas de damasco de seda vermelho, em bom estado
Um paramento sem capa nem veu, de damasco com sebastos amarelos mto. velho
Dois cabides
Um banco grande d'assento e arrecadação
Uma matraca
Dois pares de castiçaes d'estanho velho
Uma cruz de cobre gravada
Trez papeleiros de parede
Dois arcazes grandes de castanho
Seis cadeiras
Duas mezas, uma com gaveta e outra sem ella
Quatro varas de pendões
Roupas e paramentos
Nove mezas de corporaes de pano de linho em bom uso
Duas toalhas de linho para mãos, sendo uma em mau estado
Duas toalhas de linho para comunhão com renda
Uma toalha de linho para comunhão sem renda
Vinte e uma toalha de linho para altares, sendo 7 com rendas
Uma toalha de linho para credencia com folho
Uma toalha de linho para o pulpito
Sete amitos de linho e oito sanguinos
Onze abas de linho tendo renda
Quinze opas de flanela vermelha novas e velhas
Seis frontaes de damasco de seda branca em bom uso
Um frontal de damasco de seda branca com galão d'ouro em bom uso
Cinco frontaes de damasco de seda vermelha, usadas

- Quatro frontaes de damasco de seda verde, usados
Um paramento de damasco roxo, sem veu, estola, mampulas e capa, velho
Dois estolões roxos usados de damasco
Uma casula de damasco branco com galão e bordados a ouro, muito velha
Duas casulas de damasco vermelho com sebastos brancos, velhos
Uma casula de damasco branco bordada a matiz de seda, bom uso e veu d'hombros
Duas casulas de damasco branco, muito usadas
Uma casula de lã branca, muito usada
Um sitial de damasco encarnado da trib.^a do altar mór, usado
Dezesete veus de calix de diversas cores e 17 bolsas corporaes
Dois mantos da Snr^a. do Carmo
Dois mantos da Snr^a da Conceição
Dois mantos de St^a. Maria
Dois panos de baeta encarnada de communhão, fora de serviço
Trez cobertas de chita dos altares
Duas casulas de damasco de seda branca com sebastos de damasco de lã e uma dialmatica igual
Uma casula roxa de lã, nova
Uma casula de damasco de seda com capa respectiva
Uma casula de lã verde
Um veu d'hombros de damasco matizado de seda, prateado e outro de gorgorsina
Uma capa de lã branca e mais duas de damasco de seda branca tendo um galão dourado e outra d'algodão
Uma outra de veludo encarnado com galão dourado
- Um veu d'hombros vermelho com ornatos a ouro, velhissimo
Seis panos de estante de missal
Dois sinos
- Objectos de prata e ouro
Uma corôa grande de prata com o peso de cento e sessenta e oito grammas
- Objectos que pertencem á Irmandade das Chagas e que hoje pertencem á Igreja de S. Thiago
Um calix e sua patena de prata que pesa setecentos grammas (700)
Um santo Lenho de prata que pesa tresentas e cincoenta grammas
Um resplendor de prata que pesa seiscentas grammas incluindo uma peça de ferro que tem cravada
- Moveis
Uma bandeira velha
Uma chave de ferro de sacrario, n'uma bolsa
Uma imagem do Senhor dos Passos com respectiva cruz
Uma tunica de damasco roxo bordada a ouro, em bom estado (rica)
Uma tunica de damasco roxo, velha, que está vestida na imagem do Snr. dos Passos
Um sinto de fio d'ouro, uma corda de seda do mesmo Senhor com fio d'ouro em bom estado
Duas cabeleiras do Senhor e uma fita lã nova preta
Um cortinado de paninho roxo com galão amarelo e dois cordões em bom estado
Sete toalhas de paninho, uma com renda e outras com croché, todas em bom estado

Irmandade do Senhor dos Passos
(não está legalmente constituída)

Os seus bens são os já relacionados como da Irmandade das Chagas e mais vinte e quatro opas roxas, novas, e um andor

E por nada mais se encontrar se fechou o presente arrolamento que por todos vae assignado.

Templo de S. Thiago de Marvão, 21 de Junho de 1911

O Presidente = Antonio Rodrigues Curvello

O Vogal = Manoel Luiz Forte

O Secretario = José Pimentel Rolim

S. SALVADOR DA ARAMENHA

DISTRICTO DE PORTALEGRE CONCELHO DE MARVÃO FREGUEZIA DE S. SALVADOR D'ARAMENHA

Aos vinte e um dias do mez d'agosto do anno de mil novecentos e onze, n'esta localidade denominada de S. Salvador da Aramenha e no edificio da igreja denominado de S. Salvador, onde compareceram o cidadão Antonio Rodrigues Curvello administrador d'este concelho, e bem assim o cidadão Joaquim Martins Serra, membro da junta de parochia, indicado previamente pela camara municipal do referido concelho, commigo João da Conceição Raposo, aspirante de finanças servindo de secretario de finanças e da comissão concelhia de inventario, para os fins consignados no art.º 62 da lei de separação das egrejas do estado; e assim principiamos o arrolamento e inventario da forma seguinte:

Igreja de S. Salvador

Uma imagem de S. Sebastião
Outra de S. Salvador
Outra de N. S. do Amparo em meio tamanho
Um menino Jesus pequenino
Uma imagem de S. Thiago
Uma imagem do Senhor dos Passos
Um cruxifixo e quatro castiçaes em madeira dourada
Dois ditos em estanho com as imagens douradas, pertencendo a um seis castiçaes grandes e a outro sete ditos mais pequenos, tudo em estanho
Um christo de madeira, encarnado, muito velho
Quatro castiçaes pequenos d'estanho
Dez piramides de madeira para palmitos

Dose palmitos pequenos em mau estado
Quatro palmitos maiores em mau estado
Quatro missaes sendo trez em mau estado
Duas estantes para os mesmos
Trez sacras
Sete bancos de madeira de pinho
Outro de espaldar e um mocho, de
madeira de castanho
Duas arcas de castanho muito velhas
Um cofre de madeira em bom estado com
trez fechaduras



Igreja de S. Salvador da Aramenha

Um cabide de madeira com quatro
cabeças
Outro para toalhas
Uma commoda de madeira de pinho com
quatro gavetões grandes, nova
Um arco de flores artificiaes da S^a. do
Amparo e um armario respectivo
Dois ditos da mesma Senhora, em mau
estado
Dez palmitos pequenos, ordinarios, em
mau estado
Oito palmitos grandes, ordinarios, em bom
estado
Uma caldeirinha de metal amarelo
e respectivo hyssope de madeira
Dois sinos de bronze, um pequeno
e outro medio
Trez lampadas de metal amarelo,
sendo uma maior e duas mais
pequenas, de suspensão
Uma campainha de metal amarelo,
de pé
Trez estrados d'altar, de madeira de
pinho, novos e um grande da
sachristia
Duas mezas de madeira de
castanho, usadas
Uma estante para cantochões e
outra para musica
Um conficionario de madeira, muito
velho
Uma escada pequena de thesoura
Duas cruzes parochiaes de
madeira, sendo uma muito velha
Outra dita de madeira, com um
cruxifixo de metal velho
Dois tocheiros de madeira, de pé
de gallo
Vinte e duas tochas de madeira em
mau estado
Quatro tocheiros grandes e dois
pequenos

- Oito varas de palio sendo quatro novas e quatro em mau estado
Uma vara de guião
Dois esquifes sendo um grande e um dito pequeno
Quatro andores sendo um novo e trez velhos
Um pote para cal e um cabaz
Um armario que serve de archivo do registo parochial
Trez varas dos andores
Cento e quatro mosaicos, destinados para fazerem umas obras na igreja
Duas caixas para esmolos, de madeira
Uma bacia de metal, pintado, para esmolos
Outra pequena de folha de ferro
Uma lanterna de mão com quatro vidros
Um turibulo com a respectiva naveta, tudo de metal amarelo
Um par de galhetas de vidro e respectivo prato
Trez pedras d'ara
Objectos de prata e ouro
Uma gargantilha d'ouro com trinta e oito avelãs, miudas, juntas com uns brincos grandes de peito tambem d'ouro
Outra com trinta e quatro avelãs e uma cruz pequena
Outra com quarenta e seis avelãs, tendo duas partidas
Outra com quarenta e trez avelãs e um brinco grande de peito
Um fitilho com uma estrella d'ouro (forma habito de Christo)
Um brinco d'ouro, grande, de peito, sem pé
Um par de brincos d'orelha (feitio bolota) tambem d'ouro
Duas cruces d'ouro, pequenas
Um brinco pequeno de peito, d'ouro
- Uma corôa de prata, grande, de N.S. do amparo com o pezo de 200 gram
Um resplendor de prata da mesma Senhora com o pezo de 20 gram
Outro de prata, de S. Sebastião, com o pezo de 187 grammas
Outro de prata, de S. Salvador, com o peso de 100 (?) grammas
Uma coroa de prata do menino Jesus com o pezo de 30 grammas
Um cofre de tartaruga, machetado de prata com chave de metal amarelo
Um calix com copo e patina de prata e o pé de metal
Outro com respectiva patena, todo de metal
Paramentos
Uma casula de damasco de seda branca, muito usada
Outra preta com sebastos de damasco verde
Outra de damasco vermelho com sebastos de damasco branco, muito usada
Outra igual, nova
Outra de damasco branco, nova
Outra de damasco de seda branca, muito usada
Um paramento completo (casula e dalmatica) de damasco de seda roxa, usada
Outro de damasco de seda branca com sebastos vermelhos, em bom uso
Um véu d'hombros de damasco de seda branca bordada a matiz
Outro dito de damasco branco com sebastos encarnados
Um frontal de pulpito ordinario, muito usado
Um pano de cruz, muito usado
Uma capa d'asperges d'algodão roxo

- Um frontal de damasco branco e encarnado, muito velho
Outro de damasco branco e verde, muito velho
Outro de damasco branco e encarnado, novo
Outro de pita, vermelho e verde, ordinario
Outro dito de damasco verde e roxo
Uma capa d'asperges branca com sebastos encarnados
Um veu d'hombros de damasco roxo
Duas tunicas do Senhor dos Passos
Cinco cortinas de pano preto para cobrir cruces
Trez cortinas de damasco, completas, para oratorio
Um panno de damasco para a estante do missal
Um pallio de damasco de seda branca com galão e franja dourada
Um guião pequeno de seda branca, de n. S. das Dores, com galão e franja dourada
Uma bandeira de S.Thiago, de seda vermelha
Um veu d'hombros, roxo
Uma manga de cruz
Um manto de seda azul claro bordado a seda, de N.S. do Amparo
Outro dito de seda azul, da dita Senhora
Outro d'algodão azul escuro, em bom estado, idem
Um manto de chita, estampado
Outro de seda creme
- Uma toalha, de seda vermelha com renda, de credencia
Quatro alvas, tendo trez renda e sendo uma nova
Treze toalhas d'altar, com renda, (de linho)
Cinco toalhas d'altar, de linho, sem renda
Duas toalhas de credencia, de linho, com renda
Trez toalhas de baptismo
Duas toalhas de mãos, continuas
Quatro mezas de corporaes, completas, de damasco de diferentes cores
Uma bolsa encarnada, nova, sem corporaes
Oito veus de calix de diferentes cores
Vinte sanguinhos
Seis monastergios
Dez opas de baeta encarnada, novas
Quatro balandraos de flanela preta, novos
Dez opas de paninho encarnado, velhas
Dezasseis opas de flanela branca, novas
Dois sinos de bronze, um medio e outro pequeno
- E por nada mais se encontrar, se fechou o presente arrolamento que por todos vae assignado.
- Templo de Nossa Senhora das Dores, do Porto da Espada aos 21 de Agosto de 1911
O Presidente = Antonio Rodrigues Curvello
O vogal = Joaquim Martins Serra
O Secretario = João da Conceição Raposo

Sr.^a. DA ROCHA DA PORTAGEM

DISTRICTO DE PORTALEGRE CONCELHO DE MARVÃO

FREGUEZIA DE S. SALVADOR D'ARAMENHA

Aos vinte e trez dias do mez de Agosto do anno de mil novecentos e onze, n'esta localidade da Portagem e na Capelinha denominada de Nossa Senhora da Rocha, onde compareceram o cidadão Antonio Rodrigues Curvello administrador d'este concelho, e bem assim o cidadão Joaquim Martins Serra, membro da junta de parochia, indicado previamente pela camara municipal do referido concelho, commigo João da Conceição Raposo, aspirante de finanças servindo de secretario de finanças e da comissão concelhia de inventario, para os fins consignados no art.º 62 da lei de separação das egrejas do estado; e assim principiámos o arrolamento e inventario da forma seguinte:

Capellinha de Nossa Senhora da Rocha

Uma imagem de S. Silvestre, grande, de madeira, com oratorio envidraçado em pequeno formato e um arco de flores em mau estado:
Dois missaes e uma estante para os mesmos
Uma campainha de metal amarello com pé
Dois bancos de castanho ordinarios
Uma mesa de pinho com gavetas

Uma armação para um pulpito
Uma pequena sineta de bronze
Quatro palmitos grandes e dois pequenos velhos
Duas toalhas d'altar com renda
Uma toalha de mesa e outra dita com crochet
Um cruxifixo de madeira, encarnado, muito velho
Duas imagens pequenas de Santo Antonio, muito velhas
Um par de galhetas de louça das Caldas com um prato de (?)
Um arco de flores de N.^a. S.^a. da Rocha, em mau estado
Objectos d'ouro e prata
Uma gargantilha de ouro com cinquenta e seis avelãs pequenas
Uma corôa de prata, pequena da referida Senhora
Um calix de metal, com copo, patena e colher de prata
Paramentos
Uma casula de damasco branco com sebastes vermelhos
Outra dita de veludo preto com sebastes de seda, muito velha
Dois véos de Calix, de seda
Duas mesas corporaes completas
Um pano de damasco de seda para estante
Um manto de seda branca de N.^a. S.^a. da Rocha
Outro dito pequeno de gorgorina dourada
Uma alva

E por nada mais se encontrar, se fechou o presente arrolamento que por todos vae assignado.

Capelinha de Nossa Senhora da Rocha, da Portagem, aos 23 de Agosto de 1911

O Presidente Antonio Rodrigues Curvello
O vogal Joaquim Martins Serra
O Secretario = João da Conceição Raposo

N.^a Sr.^a. DA ESPERANÇA DA ESCUSA

DISTRICTO DE PORTALEGRE CONCELHO DE MARVÃO FREGUESIA DE S. SALVADOR D'ARAMENHA

Aos vinte e trez dias do mez de Agosto do anno de mil novecentos e onze, n'esta localidade denominada da Escusa e no edificio da igreja denominada Capela de N. S.^a. da Esperança, onde compareceram o cidadão Antonio Rodrigues Curvello administrador d'este concelho, e bem assim o cidadão Joaquim Martins Serra, membro da junta de parochia, indicado previamente pela camara municipal do referido concelho, commigo João da Conceição Raposo, aspirante de finanças servindo de secretario de finanças e da comissão concelhia de inventario, para os fins consignados no art.^o 62 da lei de separação das igrejas do estado; e assim principiamos o arrolamento e inventario da forma seguinte:

Capella de N.^a. S.^a. da Esperança

Uma imagem de N. S. da Esperança, meio tamanho
Uma imagem de St.^o. Antonio
Uma imagem de S. Domingos grande, bôa escultura mas velha

Uma imagem de S. José, idem idem
Um cruxifixo em tamanho natural
Uma imagem de N.S. das dores, em meio tamanho
Uma imagem do Senhor dos Passos
Uma imagem de S. Francisco
Uma imagem de S. Camillo de Lelis
Uma imagem de St.^o. António, sem menino, bôa escultura, muito deteriorada
Uma imagem de N.S. da Conceição pequenina
Dois seraphins = todos de madeira =
Dois quadros em vulto, de madeira, representando dois frades, muito antigos
Uma collecção emoldurada de cinco quadros a oleo, tendo ao centro um maior com N.S. da Piedade
Seis castiçaes e um Christo, tudo de madeira d'ourada, novos
Quatro Christos de madeira, encarnados, em muito uso
Trez sacras de luxo com molduras douradas
Duas pedras d'ara
Uma lampada de metal amarello, pequena
Uma campainha de metal, grande e outra pequena

| | |
|---|--|
| Sete castiças grandes de castanho em mau estado | Dores e dois da Senhora da Conceição |
| Dez castiças pequenos de estanho em mau estado | Quatro mezas corporaes completas |
| Um purificador d'estanho | Trez bolsas de seda |
| Dois missaes e uma estante | Uma casula de damasco de seda vermelha com sebastes brancos |
| Seis estrados d'altar | Uma casula de lã vermelha |
| Um banco de espaldar | Uma casula de seda branca bordada a matiz, muito antiga |
| Cinco môchos velhos | Uma casula de veludo vermelho com sebastes de damasco vermelho |
| Um conficionario de madeira de castanho, em bom estado | Uma casula de damasco vermelho com sebastes brancos |
| Cinco andores de madeira, sendo trez de pianha | Trez cortinados completos, de damasco |
| Quatro mezas em mau estado | Uma porta-Calix |
| Dois bancos de carvalho, ordinarios | Uma manga de cruz |
| Uma estante para musica | Um pano encarnado de estante |
| Um esquite grande e dois pequenos | Um d'hombros de damasco branco |
| Uma umbella vermelha de damasco com galão dourado, sendo a vara de pao preto | Outro de seda vermelha |
| Um quadro a óleo representando o calvario, boa pintura mas muito estragada | Uma capa d'asperges, roxa |
| Uma arca de madeira, regular | Uma tunica de seda do Senhor dos Passos |
| Uma commoda com tres gavetões e dois armarios, em bom estado, mas muito antiga | Uma manga de cruz, de damasco branco e encarnado |
| Um par de galhetas de estanho e prato | Uma capa d'asperges de damasco vermelho e branco |
| Um turibulo de metal e respectiva naveta | Um pano de estante de damasco vermelho |
| Uma cruz parochial | Um frontal de damasco vermelho em bom uso |
| Uma caldeirinha d'agua benta, de metal amarello, com o respectivo hysope de madeira | Um pano de pulpito, de seda branca bordada |
| Seis lanternas de palio | Um frontal de seda com ramos verdes |
| Vinte e cinco tochas | Um frontal de pulpito, de seda branca e vermelha |
| Uma lanterna pequena | Objectos de prata e ouro |
| Uma bacia para esmolos | Um calix de prata lavrada |
| Trez sinos, estando um falhado | Uma custodia de prata com dourados e cravejada de pedras de diferentes côres |
| Um guião de damasco de seda vermelha, grande | Um par de brincos de prata, tendo pedras brancas, muito antigo |
| Seis mantos, sendo dois da Senhora da Esperança, dois da Senhora das | Um resplendor de prata grande do Senhor dos Perseguidos |

Dois resplendores pequenos um de S. Miguel e outro de Stº. Antonio
Trez coroas de prata, sendo uma de N. S. da Esperança, outra da Snr. da Conceição e outra do Menino Jesus
Um resplendor de prata com uma estrela de N. S. das Dores
Um punhal de prata pequeno

Dois pares de brincos d'ouro, sendo um de N.S. da Esperança, outro da Sª. das Dores
Dois brincos de ouro de peito, antigos com pingentes
Uma cruz de ouro pequena
Um coração de ouro e uma Senhora da Conceição



Nª. Srª. DA ESPERANÇA DA ESCUSA

Um coração de ouro com filigrana, numa fita branca
Um rosario de ouro com avelãs pequena com duas cruces sendo uma d'ellas um cruxifixo, e uma medalha
Um vaso de sacrario, de prata, grande
Um vaso de sacrario de prata pequeno
Um par de brincos de bronze, cravejado de safiras
Paramentos
Um palio de damasco de seda branco
Um guião de damasco de seda branco com galão dourado medio
Um frontal de damasco encarnado e verde
Outro dito verde
Um frontal de pulpito encarnado e branco
Um veo d'hombros já velho
Duas dalmaticas, de damasco vermelho
Uma casula de algodão
Uma casula de damasco vermelho
Trez frontaes de damasco, um em mau estado, outro novo e outro usado
Uma capa d'asperge de lã, azul e verde

Dois frontaes, sendo um de damasco
branco e outro preto d'algodão
Trinta e quatro opas de paninho encarnado
Vinte e trez toalhas d'altar e credenciaes
com renda e folhas
Uma toalha de mãos
Cinco alvas de linho
Seis sanguinhos
Trez manistergios
Cinco veos de calix, de seda de diferentes
cores

E por nada mais se encontrar, se
fechou o presente arrolamento que por
todos vae assignado

O Presidente Antonio Rodrigues
Curvello
O Vogal Joaquim Martins Serra
O Secretario = João da Conceição
Raposo

N.ª. Sr.ª DAS DORES DO PORTO DA ESPADA

**DISTRITO DE PORTALEGRE • CONCELHO DE MARVÃO
FREGUESIA DE S. SALVADOR D'ARAMENHA**

Aos vinte e dois dias do mez de Agosto do anno de mil novecentos e onze, n'esta localidade do Porto da Espada e no edificio da igreja denominada Nossa Senhora das Dores, onde compareceram o cidadão Antonio Rodrigues Curvello administrador d'este concelho, e bem assim o cidadão Joaquim Martins Serra, membro da junta de parochia, indicado previamente pela camara municipal do referido concelho, commigo João da Conceição Raposo, aspirante de finanças servindo de secretario de finanças e da comissão concelhia de inventario, para os fins consignados no art.º 62 da lei de separação das igrejas do estado; e assim principiamos o arrolamento e inventario da forma seguinte:

Egreja de Nossa Senhora das Dores

Uma imagem de S. Simão, grande, de madeira
Uma imagem de S. Miguel, medio, de madeira
Uma imagem de N.ª. S.ª. do Rosario, medio, de madeira
Uma imagem de N.ª. S.ª: da Orada, pequena, de madeira
Uma imagem de N.ª. S.ª. de Lourdes, pequena, com redoma de vidro
Uma imagem de N.ª. S.ª. das Dores, pequena, com redoma de vidro
Uma imagem de S. Miguel e outra de S. Gregorio, pequenas

- Dois cruxifixos de madeira, encarnados,
pequenos
Dois castiças grandes de chumbo
Seis ditos pequenos de chumbo e quatro
mais pequenos
Quatro piramides para palmitos
Uma pedra d'ara
Tres sacras
Dois missaes velhos
Uma estante para os mesmos
Um par de jarras da louça das Caldas
Uma lampada de suspensão, de metal
amarelo
Um esquite grande e outro pequeno
Um banco de espaldar e quatro mochos
Duas mesas de castanho sendo uma or-
dinaria
Uma cadeira que serve de conficionario
Tres andores
Duas caixas para esmolos, de madeira
Uma oleographia e uma gravura,
emmolduradas
Quatro varas de pallio e uma de guião,
ordinarias
Uma campainha de metal amarelo de pé
Seis castiças de madeira dourada
Quatro varas de andores
Uma cruz parochial
Um estrado d'altar de madeira de castanho
Uma commoda com tres gavetões e um
armario muitissimo velho
Um caixote grande
Uma arca de madeira de pinho ordinaria
Um bahu forrado de couro, velho
Um cabide com tres braços
Vinte e sete tochas de madeira, velhas
Uma sineta de bronze
Um par de galhetas de vidro e respectivo
prato
Quatro lanternas triangulares, grandes
Dezasseis piramides de madeira, que
põem nos andores para palmitos
Vinte palmitos de folhas artificiaes, velhos
Quatro palmitos em bom uso
Quatro ditos redondos em bom uso com o
respectivo arco de flôres
Doze palmitos redondos, em bom uso
Cento e dezoito avelãs de ouro, pequenas
que ficam na imagem de N^a. S^a. das
Dores
Quatro bancos compridos, ordinarios
Trinta e duas taboas de pinho, ordinarias
Quatro paos de refugio em mau estado
Seis candieiros de illumination, usados,
completos e respectivos postes
Cento e vinte e duas lanternas pequenas
Objectos de prata e ouro
Uma corôa de prata de N^a. S^a. do Rosario
Outra dita de N^a. S^a. da Orada
Uma corôa de prata de N^a. S^a. das Dores
Quatro brincos de peito, d'ouro
Um cordão de ouro com uma medalha
pequena com um A esmaltado
Quatro cruces, de ouro
Uma estrella habito de Christo, d'ouro
Dois brincos de ouro, feito de peras
Cinco gargantilhas de ouro, de diferentes
tamanhos com o total de cento e
oitenta e sete avelãs
Um fio grilhão, d'ouro
Um anel d'ouro
Um pregador d'ouro
Uma medalha com feito de brinco, de ouro
Um coração de ouro
Um alfinete em mau estado, tendo só duas
pedras que parecem de vidro
Paramentos
Uma casula de damasco de seda
vermelha com sebastes encarna-
dos, nova outra dita com sebastes
brancos, muito usada
Dois panos de calix, um roxo e outro
vermelho
Tres ditos em mau uso

Um pano de seda branca com galão
dourado, da estante do missal
Tres bolsas de seda de diversas cores de
N^a. S^a. das Dores
Dois mantos grandes de seda
Dezasseis mantos de fazendas diversas
ordinarias de N^a. S^a. da Orada e
Rosario
Uma alva
Nove toalhas d'altar com folhos e renda
Duas ditas de comunhão e outra muito
velha
Outra dita d'altar sem renda
Outra dita de mão
Cinco sanguinhos e dois manistergios
Um palio branco de damasco de seda
Um guião branco de damasco de seda
Um pendão branco de damasco branco
de seda
Um cortinado completo de damasco
encarnado
Uma bolsa nova de corporaes de damasco
branco completa
Um ornamento de veludo azul, para o
andor de N^a. S^a. das Dores
Cincoenta e uma opas brancas, usadas,
algumas muito velhas
Onze ditas brancas, novas
Quatro ditas encarnadas de tecido pro-
prio
Uma vara de pendão pequeno com
ornamentos amarellos
Um calix

E por nada mais se encontrar se
fechou o presente arrolamento que por
todos vae assignado

Templo de Nossa Senhora das
Dores, do Porto da Espada, aos vinte e
dois de Agosto de 1911

O Presidente = Antonio Rodrigues
Curvello

O vogal = Joaquim Martins Serra

O Secretario = João Conceição
Raposo

Nos manuscritos que aqui trans-
crevemos, especialmente nos relativos à
Freguesia de Santa Maria de Marvão,
encontram-se notas à margem, que aqui
não referimos. As notas, são posteriores
a 1911, e parecem constituir um segundo
arrolamento, ou confirmação do primeiro
inventário. Várias notas informam que,
sobretudo paramentos e alguns móveis de
madeira, já não existiam à data deste
segundo inventário. Informa-se também,
relativamente a algumas imagens, que
foram transferidas para outras igrejas da
mesma freguesia. Relativo aos objectos
de ouro e prata não se encontra qualquer
nota que indicie o seu desaparecimento.



MARCAS DE SIMBOLOGIA RELIGIOSA JUDAICA E CRISTÃ EM OMBREIRAS DE PORTA - III- (NOVOS ELEMENTOS)

CARMEN BALESTEROS



1E

Encinasola. Rasgos longitudinais gravados nos pilares à entrada da Igreja.

RESUMO

Temos vindo a proceder ao levantamento e estudo de marcas de simbologia religiosa judaica e cristã em ombreiras de porta e janela, com especial incidência em povoações da raia portuguesa e espanhola. Pretendemos agora, prestar informação sobre os resultados da recolha de novos elementos fornecidos pelo alargamento da área geográfica em estudo.

No último trabalho resultante da nossa investigação sobre esta matéria¹ apresentámos os resultados do levantamento realizado em 28 povoações portuguesas e espanholas sobre um conjunto de marcas de simbologia religiosa que se identificam sobretudo em ombreiras de porta e que podemos classificar em quatro grupos principais:

- 1- As cruzes
- 2- As marcas na mezuzah
- 3- As gravações longitudinais
- 4- As epígrafes de referência religiosa

Estas marcas de simbologia religiosa podem identificar-se, isoladamente ou em conjuntos, havendo também casos em que, no mesmo suporte, encontramos dois géneros diferentes de marcas (ex.: em Estremoz, a casa nº4 da Rua Nova apresenta uma marca na mezuzah e várias cruzes gravadas na ombreira direita e esquerda da porta ogival, em mármore, considerada).

Pelo alargamento da área em estudo a mais 15 localidades, possuímos agora informações sobre um total de 43 povoações portuguesas e espanholas. Para além destas 15 novas localidades, 5 das 28 anteriormente estudadas forneceram novos dados, a saber:

Estremoz, Vila Viçosa, Castelo de Vide, Marvão e Évora.

As 15 povoações sobre as quais possuímos agora informação, para além de Estremoz, Vila Viçosa, Castelo de Vide, Marvão e Évora são:

Em Portugal:

Zona Norte: Porto, Viseu, Celorico da Beira, Guarda, Belmonte, Idanha-a-Velha, Medelim², Braga e Guimarães

Zona Sul: Beja e Monforte

Em Espanha:

Alcântara, Barcelona, Encinasola e Zamora

I-TIPOLOGIA DAS MARCAS E LOCAIS DE GRAVAÇÃO

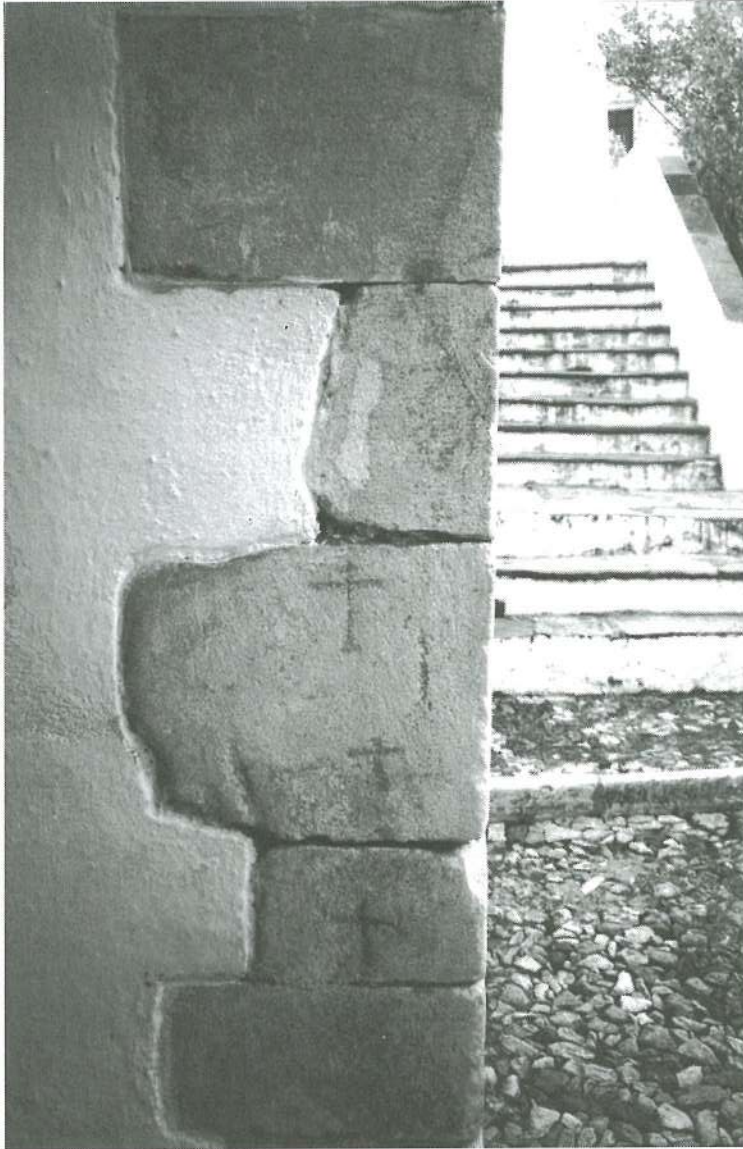
1 - AS CRUZES

Ainda que as figuras cruciformes sejam anteriores a Jesus Cristo e já sejam também conhecidas no mundo veterotestamentário, foi o cristianismo que se apoderou da cruz como símbolo identificador, pela morte de Cristo crucificado. Assim, a marcação de uma cruz num determinado espaço pode ser compreendida como um elemento de cristianização desse espaço. Consideramos também que o hábito da marcação de cruzes, sobretudo nas ombreiras das

portas, independentemente da intenção de quem as marcou, seja um ritual de carácter mágico/religioso cuja origem deve procurar-se na tradição religiosa hebraico/judaica de marcar nas ombreiras das

portas, a marca na mezuzah, a afirmação do culto monoteísta.

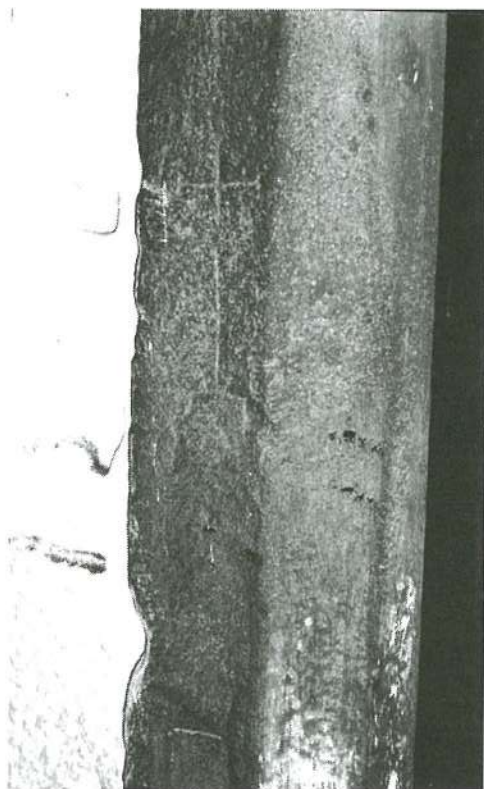
Depois de analisados os dados recolhidos no conjunto das 43 povoações estudadas verificamos que as cruzes,



*Vila Viçosa —
Castelo.
Cruzes em cunhais
de habitação.*

acompanhadas ou não da gravação de uma data, se apresentam, geralmente, nas ombreiras direitas ou esquerdas das portas, existindo ainda casos em que estas foram gravadas nas ombreiras das janelas, nas soleiras, ou nos lintéis das portas, ou ainda nos muros e paredes de fortificações e igrejas. Encontramos também casos em que a gravação de cruzes ocorre nos cunhais de uma casa, como em Évora na Rua dos Mercadores ou de uma igreja, caso de Marvão na Igreja de St^a Maria. A gravação de cruzes verifica-se não só em habitações, mas

também em moinhos, casos de Castelo de Vide e Alpalhão, fontes públicas, casos de Castelo de Vide e Vila Viçosa e ainda em templos como em Vila Viçosa, Estremoz, Monforte, Marvão, Trujillo, Alcântara, Zamora e Barcelona ou em fortificações como no Redondo, Monsaraz, Vila Viçosa, Alandroal, Celorico da Beira e Almeida. Noutros casos foram gravadas cruzes em rochas ou monumentos megalíticos. No que diz respeito a este género de marcações, as cruzes, verificamos ainda que, apenas em duas localidades, Estremoz e Belmonte, podemos identificar a prática da marcação de cruzes invertidas.



Braga — Rua Frei Caetano Brandão, n^o 134. Cruz de base quadrangular gravada em ombreira de porta.

2 - AS MARCAS NA MEZUZAH

O texto do Shemá Israel, constitui a oração fundamental do povo judaico e é assim denominada por, as primeiras palavras desta oração serem Shemá Israel, que significa *Escuta Israel*. O Shemá Israel é uma verdadeira afirmação do culto monoteísta, que manda recordá-lo a cada momento da vida e procura evitar o seu esquecimento por diversas formas e também pela obrigação do crente o escrever nas ombreiras das portas da sua casa. Este é um texto veterotestamentário que pode ser encontrado no Livro de Deuterónimo capítulo 6, versículos 4 a 9, ou nas releituras de Dt 11,13-21 e ainda em Ex 13,9.16:

“Escuta Israel, O Senhor e só ele é o nosso Deus. Ama o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças. Que os mandamentos que hoje te dou estejam sempre na tua memória. Ensina-os continuamente aos teus filhos e repete-os,

tanto ao deitar como ao levantar, quer estejas em casa, quer vás de viagem. Deves trazê-los no teu braço como um distintivo, na tua testa como emblema.

Escreve-os nas ombreiras das tuas portas e em todos os teus portões". Dt 6,4-9³.

A obrigação de marcar na mezuzah, palavra hebraica para ombreira de porta,



*Celorico da Beira
— Rua do
Castelo. As
ombreiras da
porta apresentam
várias gravações.
É possível
identificar datas*

a adesão ao culto monoteísta judaico, pode explicar a identificação de concavidades de cerca de 10 cm de altura e cerca de 2 cm de largura e outros tantos de profundidade, nas ombreiras de algumas portas.

As marcas na mezuzah identificam-se, geralmente, na jamba direita a cerca de 2/3 de altura a partir da soleira da porta. Conhecemos apenas dois casos, um em Monsaraz e outro em Évora, em que a marca na mezuzah se encontra na jamba esquerda ou na pedra de soleira de uma porta, apresentando o silhar granítico em que estas foram abertas, sinais de reutilização.

Estas concavidades destinam-se a guardar um estojo que continha no seu interior um pequeno pergaminho em que escreviam as palavras de Dt 6-4-9; 11, 13-21. Um notável exemplo de estojo contendo o respectivo rolo do Shemá, encontra-se na Biblioteca Pública de Évora⁴. O estojo consiste num fragmento de cana que foi devidamente preparado para guardar no seu interior um pequeno manuscrito em que se pode ler, em escrita quadrada hebraica, a oração do Shemá com os versículos de Dt 6,4-9;11,13-21.

Demos já informação sobre marcas na mezuzah identificadas em edifícios de Castelo de Vide, Évora, Monsaraz, Albuquerque, (Cáceres) e Trujillo bem como, sobre alguns casos em que nos parece existirem marcas na mezuzah posteriormente cristianizadas, casos de Nisa, Albuquerque e Valência de Alcântara⁵.

O desenvolvimento do nosso trabalho permitiu agora identificar em Castelo de Vide outra marca na mezuzah aberta no portal granítico localizado,

actualmente, no interior de uma habitação da Rua da Judiaria, dois outros casos na Rua das Aldas, no Porto, bem como outros dois casos no interior da Judiaria de Évora. Em Évora, num dos novos casos identificados, a marca na mezuzah localiza-se, como é comum, ainda que parcialmente cheia por argamassa, na jamba direita da porta numa casa na Rua da Moeda. Noutro dos casos identificados em Évora, a marca na mezuzah encontra-se na face externa da pedra de soleira numa casa situada na Travessa do Barão, arruamento onde se localizaram duas das sinagogas medievais desta cidade.

3 - OS RASGOS LONGITUDINAIS

Este género de marcas é constituído por traços verticais que podem atingir uma profundidade de 0,5 cm e um comprimento que pode oscilar entre os 10 cm e os 50 cm. Apresentam-se isoladamente, um único rasgo, ou num conjunto de vários rasgos, e tanto podemos identificá-los nas ombreiras direitas como nas ombreiras esquerdas das portas. Quando identificamos este género de marcas, isoladamente ou em pequenos conjuntos, a situação mais frequente é que estes se registem em ambas as ombreiras.

Tendo iniciado a nossa investigação em Castelo de Vide, verificámos que um grande número de casas do bairro judaico, ainda que não exclusivamente, apresenta gravações longitudinais que alguns explicam como resultando da necessidade dos sapateiros afiarem as suas sovelas. Suspeitámos que não fosse esta a explicação única e os dados até agora recolhidos mostram que, na maior parte dos casos, dificilmente se poderá com-



*Encinasola. Cruz
gravada na
ombreira da janela
da casa nº 3 na
Calle Cinaga.*

preender o fenómeno como resultando exclusivamente do desempenho duma actividade artesanal.

Pensamos que o fenómeno dos rasgos longitudinais pode ser explicado de várias formas, ainda que julgemos dever ser, predominantemente, entendido como

um ritual de carácter mágico/religioso. Entre as várias explicações plausíveis a que nos parece mais aceitável é que estes rasgos longitudinais possam continuar, ainda que de forma diferente, a tradição hebraica/judaica de marcar nas ombreiras das portas a adesão a um culto.

Os rasgos longitudinais encontram-se geralmente em habitações, igrejas, conventos, caso do antigo convento de St^a Catarina em Estremoz, ou edifícios ligados à Igreja, caso do antigo Paço Arquiepiscopal de Évora.

No caso das habitações é em Castelo de Vide que o fenómeno é mais expressivo pelo grande número de casas que apresentam gravações longitudinais nas ombreiras das portas. No caso das igrejas ou conventos os casos mais notáveis, pela quantidade e aparente escolha intencional do local de gravação, são Zamora, Barcelona, Encinasola.

4 - AS EPÍGRAFES DE REFERÊNCIA RELIGIOSA

Este último grupo de marcas diz respeito à gravação de abreviaturas ou frases de referência religiosa. Este género de marcas identificam-se nas jambas das portas, caso de Elvas e Castelo Rodrigo, nos lintéis das janelas, como em Borba, ou nos lintéis das portas, caso de Trujillo em que a inscrição hebraica de SI 118,20 permite localizar com grande probabilidade a sinagoga medieval.

Para além destas epígrafes temos também casos em que se identifica a inscrição de uma data em relação com uma ou várias cruzes nas jambas, lintéis das portas, ou na fachada de um edifício. São estes os casos do Sabugal, Vila Viçosa, Guarda, Celorico da Beira e Estremoz. As datas inscritas distribuem-se pelo século XVI, caso de Celorico da Beira; séc. XVII, caso da Guarda e Celorico da Beira; e séc. XVIII caso de Sabugal, Vila Viçosa e Estremoz.

II-DISTRIBUIÇÃO DAS MARCAS POR GÉNEROS ARQUITECTÓNICOS

As diferentes marcas de simbologia religiosa que têm sido objecto do nosso estudo podem ocorrer em quatro grupos arquitectónicos diferentes:

A- Arquitectura civil de utilização privada ou pública (ex.: habitações, fontes, moinhos)

B- Arquitectura religiosa (ex.: igrejas, conventos, sinagogas)

C- Arquitectura militar (ex.: portas ou panos de muralha)

D- Outros (ex.: Rocha dos Namorados — Reguengos de Monsaraz, Pedra das Gamelas — Arraiolos.

A - ARQUITECTURA CIVIL

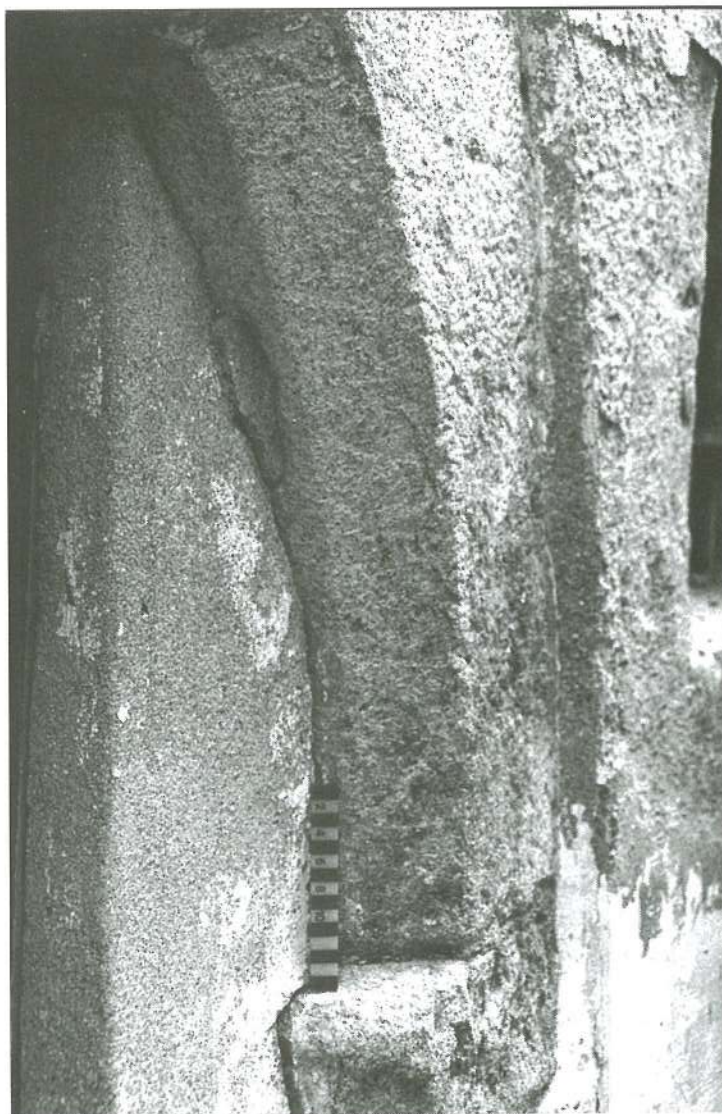
Temos verificado que a cristianização de imóveis de arquitectura civil, ocorre com frequência, em habitações localizadas no contexto das judiarias ou em zonas de provável presença judaica medieval. Este fenómeno é notável e verifica-se nas judiarias de Trancoso, Guarda, Covilhã, Medelim, Castelo de Vide, Santarém, Évora, Valência de Alcântara (Cáceres) e ainda noutras localidades onde há notícia da presença de judeus ainda que, actualmente, seja difícil precisar a localização da judiaria. Encontram-se neste último caso Estremoz, Castelo Rodrigo, Elvas, Marvão, Olivença (Badajoz), Alcântara (Cáceres), Nisa e Belmonte.

No caso da cristianização de fontes públicas temos o caso da Fonte da Vila em Castelo de Vide, localizada num dos extremos do bairro judaico e que durante

o século XV funcionou como local de abastecimento de água para a judiaria da vila. Se aqui nos parece aceitável a necessidade de cristianização de um espaço conotado com a presença ou uma utilização judaica o mesmo não nos parece no que diz respeito às várias cruzes

gravadas nas bases das colunas da Fonte da Praça Martim Afonso de Sousa em Vila Viçosa.

Se em alguns casos a marcação de uma ou várias cruzes parece compreensível pela necessidade de cristianizar um antigo espaço judaico, noutros, a



*Évora. Marca na
mezuzah numa casa
da Rua dos
Mercadores.*

informação disponível não nos permite relacionar de imediato o fenómeno com uma zona de antiga ocupação judaica. Encontram-se nesta situação Trujillo, Alpalhão, Vila Viçosa, Beja, Braga, Guimarães, Viseu, Miranda do Douro, Celorico da Beira, Idanha-a-Velha, Borba, Moura, Sabugal, Évora (em Évora encontramos cruces dentro e fora da judiaria). Nestes casos podemos colocar a hipótese de que a marcação da cruz possa ter cristianizado uma habitação judaica mas, também que a cruz, como símbolo fundamentalmente cristão possa identificar a casa de um cristão-velho, ou ainda que estejamos perante a casa de um cristão-novo que, desta forma, movido pelo medo ou pela fé, manifestou a sua adesão ao novo culto. A existência de cruces marcadas nas ombreiras das portas, apesar de frequente nos antigos bairros judaicos, não exclui a possibilidade destas identificarem casas de cristãos.

Para além dos casos em que existiu uma judiaria definida ou que se sabe da presença de uma comuna judaica ainda que, sendo a judiaria de difícil localização, pode ainda acontecer não possuímos qualquer informação escrita sobre a presença judaica antiga num determinado espaço em que as características dos testemunhos materiais existentes, dela nos fazem suspeitar. Refira-se o caso de Encinasola (Huelva) em que não temos até agora, notícia da existência de uma judiaria ou de presença judaica, mas onde os testemunhos materiais e toponímicos apontam para a existência de pelo menos uma rua em que os judeus habitassem, tendo aí, provavelmente, construído a sua sinagoga. Na Calle Cinaga, protegida por várias camadas de cal, podemos observar uma cruz gravada na ombreira esquerda

da janela do imóvel identificado com o nº3. A estrutura arquitectónica do edifício e respectivas dimensões, a magnificência das cantarias das janelas e portas e as pequenas janelas de um provável piso superior a juntar ao elucidativo topónimo de Calle Cinaga parecem não deixar margem para dúvidas.

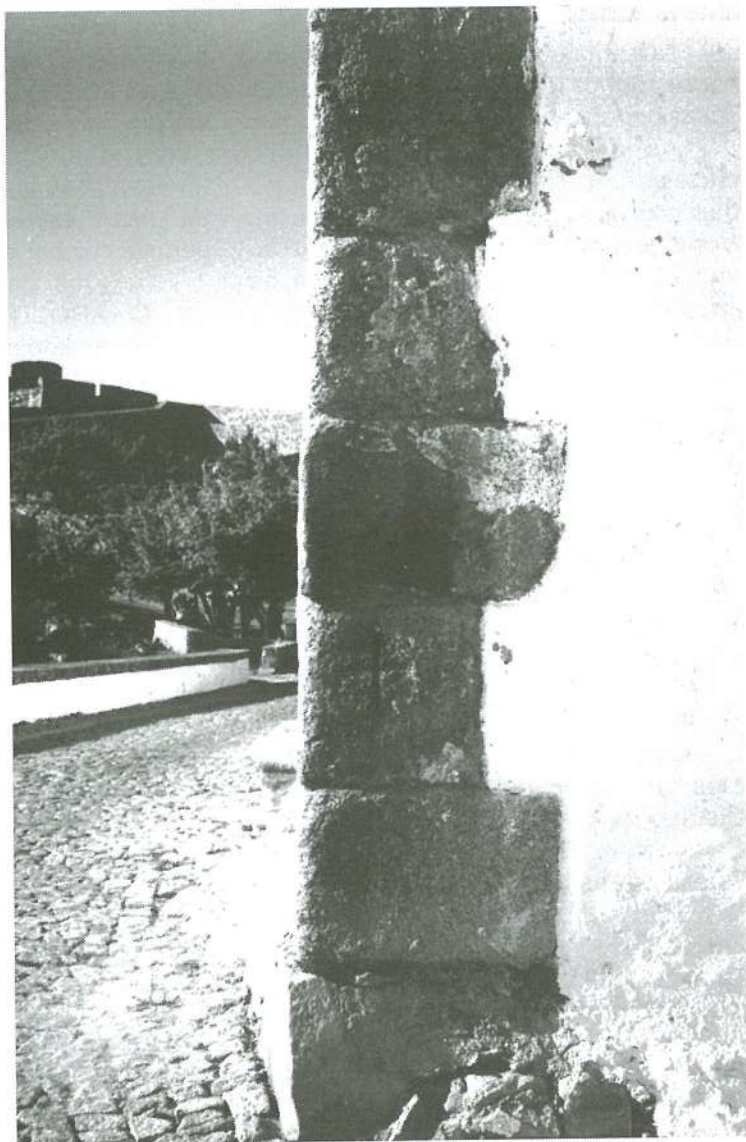
Apesar da marcação de cruces em imóveis de arquitectura civil de uso particular ou público só poder ser compreendida depois de devidamente contextualizada pelo cruzamento de informação diversa, esta parece reflectir a herança do ritual religioso de origem hebraica que encontra a sua justificação no texto veterotestamentário de Dt 6,4-9; 11,13-21.

As marcas na mezuzah, simples ou objecto de provável cristianização como em Albuquerque, Nisa e Valência de Alcântara, parecem não ser exclusivas da arquitectura religiosa. Actualmente, em Castelo de Vide, para além do provável edifício da Sinagoga Medieval, apresentam a marca na mezuzah dois edifícios na Rua da Judiaria, um na Ruína da Judiaria e outro na Rua da Fonte. Em Évora, para além do edifício da Sinagoga Medieval e o do antigo Convento de S. Paulo, próximo da antiga Porta Nova dos Judeus, duas casas no interior da judiaria apresentam a marca na mezuzah. Em Trujillo, a marca na mezuzah que identificámos regista-se no bairro judaico, mas noutro edifício que não aquele em que pensamos ter funcionado a Sinagoga Medieval.

No que diz respeito às marcas na mezuzah identificadas em Albuquerque, Porto e Estremoz, não possuímos elementos que nos permitam afirmar com rigor se o edifício em causa foi Sinagoga ou simples casa de habitação.

Assim, no que diz respeito à distribuição destas marcas por géneros arquitectónicos podemos afirmar que a marca na mezuzah pode ocorrer em imóveis de arquitectura religiosa, mas também ocorre no âmbito da arquitectura civil.

No grupo da arquitectura civil regista-se ainda um outro tipo de marcas que denominamos gravações longitudinais. Estas identificam-se em Castelo de Vide, Estremoz, Évora, Monsaraz, Marvão, Moura, Vila Viçosa, Trujillo, Alpalhão,



*Marvão — Igreja de
Stª Maria. Cruz
gravada no cunhal do
edifício.*

Castelo Branco, Covilhã, Freixo de Espada-à-Cinta, Montemor-o-Novo, Nisa e Albuquerque. Neste grupo arquitectónico encontramos ainda epígrafes de referência religiosa, como em Castelo Rodrigo, Elvas e Borba.

B - ARQUITECTURA RELIGIOSA

No âmbito da arquitectura religiosa consideramos igrejas, conventos e outras casas pertencentes à Igreja, e sinagogas.

As igrejas apresentam sobretudo cruces e gravações longitudinais. No caso das cruces podemos encontrá-las em Monforte, na Igreja da Ordem; em Marvão na Igreja de St^a Maria; em Vila Viçosa, na Igreja de N^a Sr^a da Conceição; em Zamora, em várias igrejas do centro histórico como S. Miguel, St^o André ou S. Cipriano ou ainda em Alcântara (Cáceres), na Igreja matriz da povoação. A Igreja de St^a Maria de Estremoz apresenta um conjunto notável de cruces gravadas no alçado lateral sul e frontal. Para além das cruces são também identificáveis gravações de nomes próprios, ideogramas e datas.

Estaremos perante um caso de manifestações de religiosidade popular?

Numerosas são também as igrejas, conventos ou casas pertencentes à Igreja que apresentam gravações longitudinais. É este o caso do edifício do actual Museu Distrital de Évora, do Convento de St^a Catarina em Estremoz, da Igreja de St^a Teresa de Jesus em Zafra, das Igrejas de San Cipriano, St^a Lucía e San Andrés em Zamora, da Igreja matriz de Alcântara, da Igreja de Encinasola, da capela lateral exterior da Igreja de St^a Maria do Castelo em Olivença, da Igreja da Misericórdia em Freixo de Espada-à-Cinta e ainda da Igreja Catedral da Santa Cruz e da actual Casa

de la Caritat, antigo convento, em Barcelona,.

No que diz respeito às Sinagogas medievais sobre as quais possuímos mais certezas sobre a sua localização, casos de Évora e Castelo de Vide, podemos identificar a marca na mezuzah em portas destes imóveis. No caso de Estremoz, a marca na mezuzah identificada no edifício nº 4 da Rua Nova não nos permite só por si identificar aqui a antiga sinagoga, ainda que o facto da porta em cantaria apresentar várias cruces gravadas, a que se junta o expressivo nome da rua, nos permita colocar essa hipótese.

C - ARQUITECTURA MILITAR

No âmbito da arquitectura militar, as marcas que identificamos são quase exclusivamente as cruces. Cruces simples ou de bases e braços decorados é possível encontrá-las, sobretudo, gravadas nas ombreiras das portas das fortificações, ainda que existam casos, como o de Celorico da Beira, em que a gravação de cruces ocorreu em vários silhares e em vários troços do pano de muralha.

Até ao momento pudemos identificar cruces gravadas na ombreira da Porta de Estremoz e da Porta da Traição do castelo de Vila Viçosa, na ombreira da porta do castelejo de Monsaraz, na ombreira da Porta de St^o António no castelo do Redondo, numa das portas da fortificação de Almeida e também numa das portas do castelo do Alandroal.

Nestes casos, a marcação de cruces parece ter o objectivo de afirmar a adesão ao cristianismo procurando-se ao mesmo tempo, através da utilização de um símbolo a que é reconhecida essa

capacidade, granjear para as pessoas e para o espaço a protecção divina.

Em 1734, Bernardo Pereira, médico do partido da Villa do Sardoal, descrevia da seguinte forma as qualidades mágicas da utilização do símbolo da cruz:

“Da Santa Crux como Arvore da vida do genero humano, morto pelo pecado, tremem os Demonios, pois nella forão vencidos, e defpojados do feu poder, e principado, por cujo refeito he foberano antidoto, de que devemos uzar em todas as noffas acçoens como final de Catholicos para afuggentar o Demonio e ocorrer a feus affaltos, contra os quais tem notabiliffima virtude e para todos os achaques; pois Deos N. S. que não encolhe a mão para os beneficios, lha comunicou de forte, que muitas vezes fervio de remedio nas affliçoens dos feus inimigos, que forão, e fãõ ainda hoje os perseguidores da Ley Evangelica: muitos casos podera referir, porem baftarã contar algum, que comprove o que dizemos:

Conta Nicephoro, se vira ifto em hua pefte que houve na Perfia, e na Turquia em tempo do Emperador Mauricio; pois aquela ceiffara logo com o final da Crux, que os Turcos acerrimos inimigos fizerão na tefte por confelho de hum Christão, que parece nefta realidade se cumprio, o que Deos N.S. revelou ao Profeta Ezechiel, quando lhe diffe o castigo, que queria mandar pellos pecados de Jerufalem, mandou marcar com o final da Crux no roftro (que iffo quer dizer *Thau* na opinião dos interpretes) para que foffe final de vida; que tão antigo como ifto hê, fer a Crux antidoto dos males, hieroglifico da eferança, annuncio da faude, e certeza da vida”⁶.

A marcação de cruces em casas, fontes, igrejas, moinhos, conventos, fortificações, ou monólitos de características e dimensões especiais, deve entender-se como afirmação da adesão a um culto, de cristianização de um espaço, mas também como prática mágico/religiosa para obtenção da protecção divina.

5 - OUTROS

Consideramos neste grupo os casos que temos dificuldade em integrar em qualquer um dos anteriores. Trata-se de rochas, algumas de grandes dimensões, como a Rocha dos Namorados em Reguengos de Monsaraz, a Pedra das Gamelas e a Pedra de Talisca em Arraiolos, ou a pedra próximo da Ermida de N^a Sr^a da Redonda em Alpalhão⁷.

A Pedra dos Namorados, à saída de S. Pedro do Corval, apresenta várias cruces gravadas, algumas de grandes dimensões, de bases simples ou triangulares. Ainda hoje, permanece entre a população da região a memória do papel deste monólito na prática de ritos mágico/religiosos relacionados com o casamento. Neste caso as cruces podem ter servido para cristianizar um monólito que era objecto de um culto popular pagão.

Em 1921, em obra publicada em Madrid, Vergílio Correia dava notícia da existência da “Peña de las Gamelas” e da “Peña de Talisca” em Arraiolos⁸. Em qualquer um destes penedos o autor identificou, desenhou e fotografou várias gravações cruciformes dispostas verticalmente e sem regularidade ainda que, segundo o autor, no maior grupo de cruces estas pareçam rodear uma figura mais

elaborada. Informa também Vergílio Correia que, misturados com as gravações cruciformes, se identificam pequenos buracos ou covinhas semelhantes aos que se verificam em antas. Ainda que o autor defenda que a Pedra das Gamelas e a Pedra da Talisca são monumentos de arte pré-histórica, não deixa de chamar a atenção para a possibilidade das gravações cruciformes datarem de época posterior, terem por objectivo a cristianização do espaço e serem fenómeno comum nas jambas das portas de casas como as que identificou no Minho: "En los sillares de las iglesias románicas, en monumentos religiosos cristianos de várias especies e hasta en las jambas de las puertas de las casas arruinadas en Miño, he encontrado grabados: cruces simples y cruces con una base cuadrangular, circular o tripartita. De aquí podría inferirse que los grabados cruciformes que revisten las peñas de Sant'Ana y muchos otros de Portugal y España tendrían por objecto cristianizar las piedras a las cuales daban culto los paganos. En apoyo de esta opinion copiaría el conocido pasaje de las *Constituições episcopaes de Braga* en el cual se prohibe la ida de las procesiones a determinadas peñas consideradas sacrosantas por el pueblo de los campos"⁹. Segundo a lenda recolhida por Vergílio Correia teria sido um pastor que, em tempos remotos, gravara as cruces. Aos Domingos vinha de longe para assistir à missa na Igreja de Sant'Ana e enquanto isso, deixava o gado próximo daquelas pedras. Quando regressava entretinha-se a gravar as cruces nas pedras.

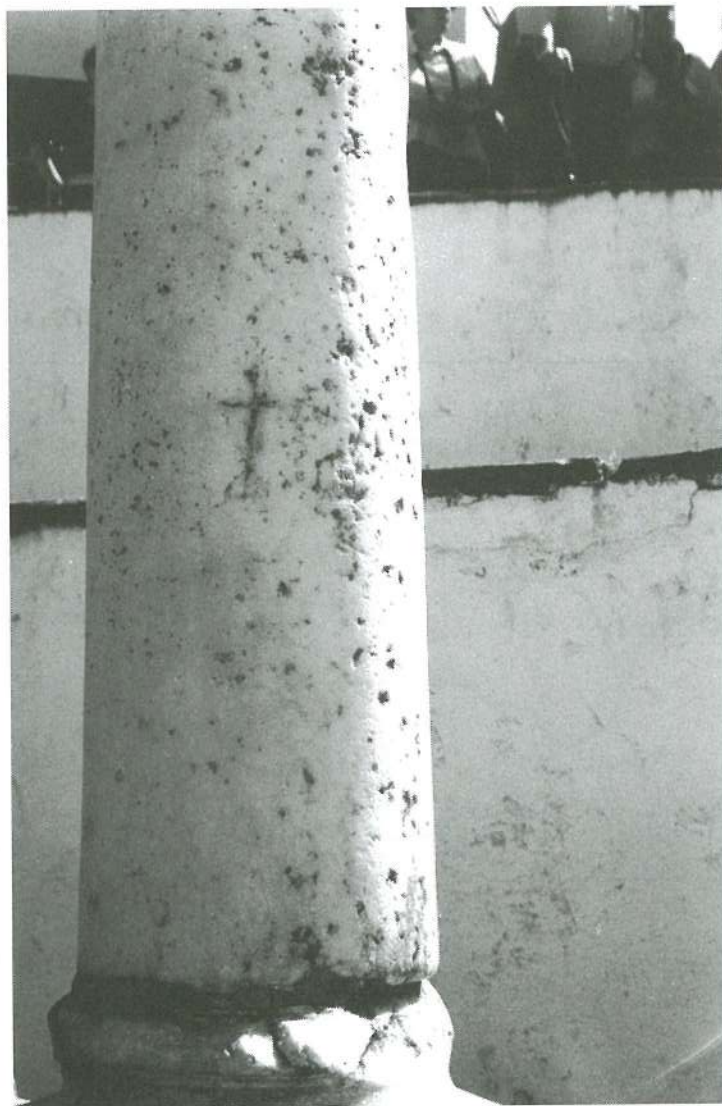
A pedra com cruces próxima da Ermida de N^a Sr^a da Redonda em

Alpalhão também se relaciona com uma lenda. Neste caso também terá sido um pastor que encontrou próximo da pedra uma imagem da Virgem tendo resolvido guardá-la na sua sacola e levá-la para casa. Ao mostrá-la à mulher esta terá comentado que a imagem tinha uma cara muito redonda. No dia seguinte, quando o pastor procurou a imagem verificou que esta desaparecera. Durante a noite, a imagem da Virgem voltara de novo para próximo da pedra. Manifestava desta forma a sua vontade de aí ficar pelo que, no local, se construiu a Ermida da Sr^a da Redonda. Provavelmente, pela relação desta pedra com a imagem da Virgem, na lenda, se pode compreender a cristianização do monólito.

A informação recolhida no Santuário Mariano conta uma história um pouco diferente referindo o aparecimento milagroso da Santa no sítio da Capela mor da ermida. A Senhora terá aparecido em sonhos a um homem da Amieira informando-o que encontraria uma sua imagem no termo de Alpalhão, junto da Ribeira de Sor. No local indicado no sonho, encontrou o homem a venerável imagem razão pela qual, se construiu a Capela e todos os anos os moradores da Amieira aí se deslocam em grande devoção a venerar a Senhora¹⁰. Apesar da diferença das versões é interessante verificar que a primeira, recolhida entre actuais moradores da vila, relaciona a rocha com o aparecimento milagroso de uma imagem da Senhora.

CONCLUSÃO

Por ora as conclusões que nos são permitidas são parcelares considerando a



Castelo de Vide — Fonte da Vila. Várias colunas da fonte, bem como a pedra de granito de suporte da taça, apresentam cruzes gravadas.



Locais onde foram identificadas marcas de simbologia religiosa judaica e cristã

possibilidade do alargamento futuro da área geográfica em estudo. Contudo, podemos dizer que as marcas de simbologia religiosa são um fenómeno que ultrapassa a fronteira de Portugal e se estende ao território de Espanha onde

identificamos os quatro tipos de marcas que vimos a estudar.

Diremos também que as marcas mais frequentes são as cruzes, em espaço rural ou em espaço urbano, no âmbito da arquitectura civil, militar, religiosa ou

outros. Nalguns casos como os de Valência de Alcântara, Trancoso, Guarda, Covilhã, Medelim, Évora e Santarém a coincidência da distribuição urbana das cruzes com os antigos bairros judaicos é notável.

As gravações longitudinais também ultrapassam fronteiras, mas são sobretudo um fenómeno urbano identificável em imóveis de arquitectura civil e religiosa. No caso de Castelo de Vide estas apresentam uma distribuição urbana concentrada no antigo bairro judaico mas, em muitas povoações, especialmente em Espanha, são as ombreiras de portas de igrejas ou conventos que as ostentam.

As marcas na mezuzah, as epígrafes de referência religiosa e a gravação de datas em relação ou não com cruzes, são as marcas menos frequentes. As marcas na mezuzah estão maioritariamente relacionadas com antigos espaços de

ocupação judaica, quer sejam casas, quer sejam sinagogas.

No que diz respeito às epígrafes estas remetem-nos para o mundo da religiosidade judaica, caso de Trujillo, ou para o mundo da religiosidade cristã e católica, caso de Castelo Rodrigo com a gravação do anagrama AM na ombreira de uma porta na Rua da Sinagoga.

É pouco frequente encontrarmos a marcação de datas em relação com as cruzes e é impossível saber se umas são contemporâneas das outras, mas os poucos casos identificados permitem-nos distribuir as cruzes em relação com datas, por um período que vai do século XVI até pelo menos ao século XVIII.

À excepção das cruzes todas as marcas estudadas são um fenómeno preferencialmente urbano e que se encontra em imóveis cujas características arquitectónicas os distribuem por um período cronológico que se estende do século XV ao século XIX.

Notas

¹ BALESTEROS, Carmen, "Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã em Ombreiras de Porta e Janela (elementos para uma tipologia)" in AAVV, *Actas do 1º Colóquio Internacional - O Património Judaico Português*, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, 1996 (no prelo)

² Agradecemos ao nosso amigo Eng. João Carlos Caninas as valiosas informações que teve a amabilidade de nos prestar sobre Medelim, Idanha-a-Velha e Barcelona

³ Bíblia Sagrada - A Boa Nova, Difusora Bíblica, 1993

⁴ B.P.E. cód. CXXIV D. Este códice é 2-48 objecto do nosso estudo no nº 2 da nova série da Revista de Cultura da C.M.E. A Cidade de Évora

⁵ BALESTEROS, Carmen, "Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã em

Ombreiras de Porta e Janela (elementos para uma tipologia)", ob. cit.

⁶ PEREIRA, Bernardo, *Anacephaleosis Medico-Theologica, Magica, Juridica, Moral e Politica*, Officina de Francisco de Oliveyra Impreffor da Univerfidade, Coimbra, Anno de MDCCXXXIV

⁷ Agradecemos a informação ao nosso amigo Dr. Caldeira Martins

⁸ CORREIA, Vergilio, *El Neolitico de Pavia (Alentejo-Portugal)*, Museo Nacional de Ciencias Naturales, 1921

⁹ IDEM, pp. 106-107.

¹⁰ SANTA MARIA, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano e Hiftoria das Images Milagrofes de Nossa Senhora*, Officina de Antonio Pedrozo Galram, Lisboa, Anno de 1711

O CASTELO DE RÓDÃO E A CAPELA DA SENHORA DO CASTELO (VILA VELHA DE RÓDÃO)

João Carlos Caninas, Francisco Henriques e Jorge Gouveia*



INTRODUÇÃO

Em 1990 a Associação de Estudos do Alto Tejo/Núcleo Regional de Investigação Arqueológica elaborou, a pedido do então Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, Inspector Baptista Martins, uma proposta de classificação do castelo de Ródão e da capela da Senhora do Castelo (HENRIQUES & CANINAS, S/D).

Esse trabalho, subscrito pela Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, conduziu à classificação daquele conjunto como imóvel de interesse público, através do Decreto nº45/93 de 30 de Novembro. O presente texto baseia-se em grande parte na proposta então elaborada.

1. TERRITÓRIO, TRADIÇÃO E HISTÓRIA LOCAL

O castelo de Ródão e a capela da Senhora do Castelo situam-se em duas plataformas rochosas encavalitadas numa crista quartzítica, regionalmente designada serra do Perdigão ou serra das Talhadas, e localizam-se no concelho de Vila Velha de Ródão (Fig. 1). Estas duas plataformas, com altitudes da ordem dos 300m, ocupam o topo do morro norte do mais notável estrangulamento do rio Tejo em território português que são as Portas de Ródão¹.

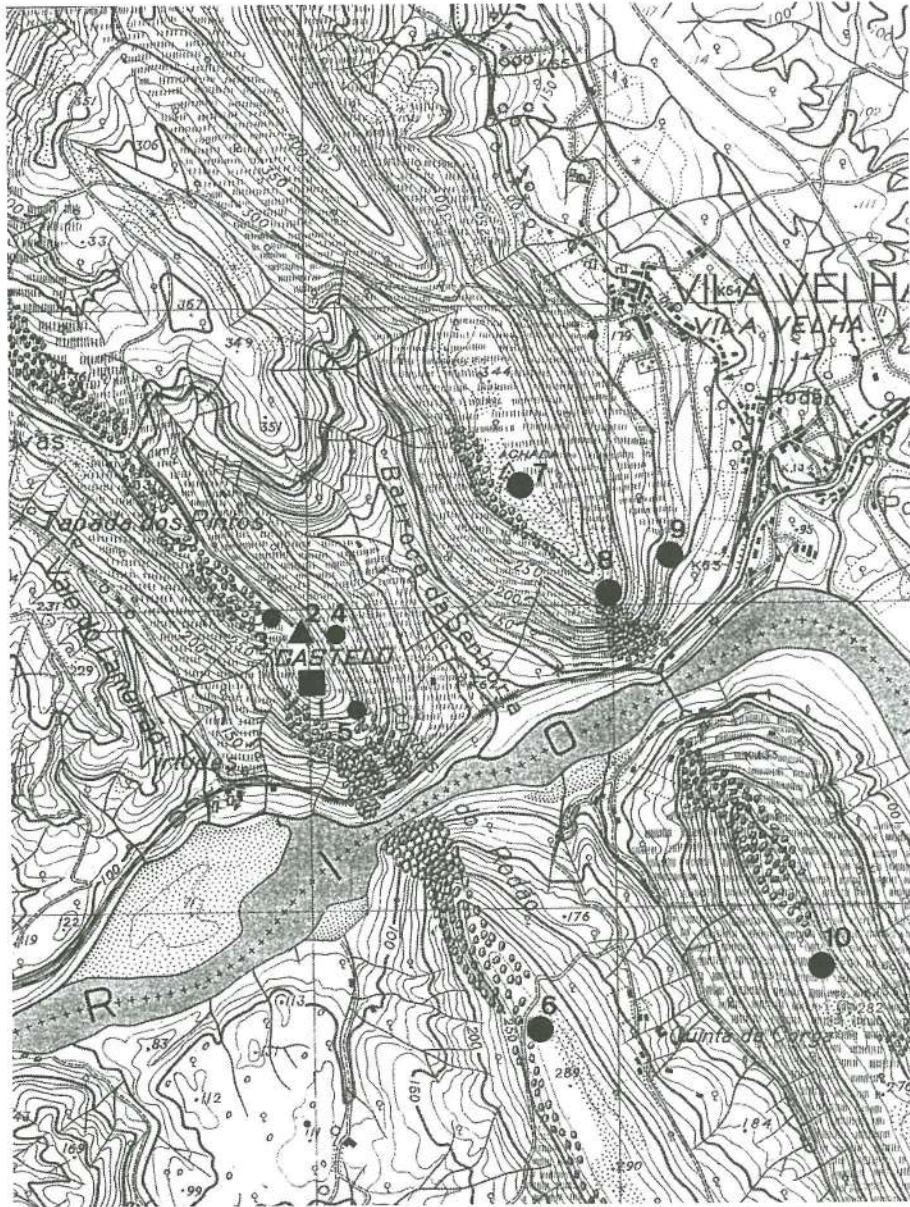
Os dois edifícios, apesar das diferenças funcionais, constituem um conjunto patrimonial de muito interesse, pela proximidade física, dado que estão distanciados entre si cerca de 150m (Fig. 2), e pela tradição, que associa a santa da devoção local ao castelo.

Em linguagem simples, diríamos que as Portas de Ródão foram geradas pelo processo de instalação do rio Tejo num corte produzido pela falha do Ponsul na crista quartzítica. A montante e a jusante desta garganta e ao longo da citada falha existem bacias tectónicas que, no contacto com o Tejo, porporcionam margens baixas e um acesso mais fácil ao rio².

Um exemplo, moderno, desse acesso fácil ao rio, foi a existência de um porto fluvial na margem direita do Tejo, junto a Vila Velha de Ródão, no local denominado Porto do Tejo³, ou ainda a arte da pesca, extinta em Vila Velha mas activa nas aldeias do Duque e do Arneiro, situadas na margem esquerda do Tejo a jusante das Portas (concelho de Nisa).

Além disso, esta área funcionou desde longa data como ponto de encontro de diversas rotas e vias de comunicação. As rotas da transumância, entre a Estrela e o Alentejo, passariam por aqui. Em tempos modernos, diversas invasões militares, dirigidas a Lisboa, vieram pela entrada natural da Beira Baixa e tentaram contornar as montanhas situadas na parte ocidental desta província, passando o Tejo em Ródão. A partir do século XIX esta rota foi reforçada com a construção de uma ponte e o desenvolvimento de uma rodovia (a estrada nacional 18).

Entre Lisboa e Ródão, o rio Tejo funcionou como via de transporte e comunicação, alargada a várias cidades de Espanha na época Filipina. Também a partir do século XIX esta via foi substituída por uma outra, paralela, a linha de caminhos-de-ferro da Beira Baixa, que inflecte para norte, afastando-se do Tejo, precisamente em Ródão.



1. Localização, em extracto da Carta Militar de Portugal, na escala 1/25 000, Serviços Cartográficos do Exército, 1946, de: castelo de Ródão (1), capela da Senhora do Castelo (2), troços de muralha situados na área do castelo (3, 4 e 5), outras estruturas militares, pós-medievais, sobranceiras ao Tejo (6-Portas de Ródão Sul, 7-Torre Velha, 8-Batarias, 9-Achada e 10-Serra do Paul).

A zona das Portas de Ródão, onde se situam os dois imóveis em apreço, constitui pois uma zona singular, diríamos mesmo estratégica, como o demonstram diversas estruturas, umas destinadas a facilitar a passagem outras a impedi-la.

As Portas de Ródão ocupam também um espaço importante no imaginário local. Apoiada em vários acidentes naturais ou antrópicos⁴, a tradição oral regista diversas lendas⁵. A mais notável é a lenda do rei Vamba ou Maldição de Ródão (SOROMENHO 1965, HENRIQUES 1974b).

A lenda fala do amor adúltero de uma rainha cristã (uma vez identificada como mulher do rei Vamba, outras como princesa Urraca), que vivia no Castelo de Ródão, com um rei mouro residente do outro lado do rio, nos Castelinhos da Senhora da Graça, a norte de Nisa, sítio onde existe um povoado proto-histórico(?). Diz a lenda que se namoravam sentados em cadeiras de pedra situadas num e noutro lado das Portas, enquanto o rei cristão andava na caça ou na guerra. Diz-se ainda que o rei mouro decidiu raptar a rainha cristã. Com esse fim escavou um túnel, com início no Buraco da Faíopa (mina antiga situada na encosta ocidental da serra de São Miguel), para passar por baixo do rio. Mas falhou o propósito e o túnel (que não existe) terminou a grande altitude, no morro sul das Portas de Ródão, onde existe uma cavidade a que chamam Buraca da Moura.

O rei mouro acabou por fugir com a amante que atravessou o rio sobre uma teia de linho. Segundo a lenda, o rei Vamba conseguiu raptar a mulher. Esta foi julgada em tribunal familiar que a condenou à morte por despenhamento presa a uma mó⁶. Na queda a rainha

lançou a seguinte maldição sobre Ródão: *“nesta terra não haverá cavalos de regalo, nem padres se ordenarão e putas não faltarão”*. Por onde a rainha passou, arrastada pela mó, jamais nasceu mato.

O castelo tal como hoje se apresenta é o produto de sucessivas reconstruções, a última das quais terá ocorrido no início do século XIX, por ordem do Marquês de Alorna. É possível conjecturar a sua existência até pelo menos ao século XII, integrada na Açafa, um território doado por D. Sancho I à Ordem do Templo, em 1199⁷, embora se admita uma fundação anterior ainda em época medieval⁸.

A avaliar pelas suas características e localização teria funcionado como atalaia ou torre de vigia, em articulação com uma fortaleza principal (NUNES 1982). Uma torre de vigia, mais complexa do que as comuns, possuindo, inclusivamente, uma linha de muralhas a rodeá-la por completo e oferecendo condições de alojamento para uma pequena guarnição.

À época da doação os Almóadas recuperaram os territórios situados a sul do Tejo, antes perdidos a favor dos portugueses. Depois da ofensiva do califa almóada al-Mansur, em 1190-91, a fronteira manteve-se no rio Tejo durante quase um século. Importava por isso manter esta fronteira vigiada contra as incursões provenientes do sul.

A partir dos tempos modernos o Castelo viria a ser utilizado, em particular nos séculos XVIII e XIX, como base de artilharia, tendo em vista impedir a passagem do Tejo, de norte para sul e, conseqüentemente, a entrada no Alentejo, de acordo com uma rota de invasão através da Beira Baixa. Foi o que sucedeu durante a Guerra dos Sete Anos e na 1ª Invasão Francesa.

Durante a Guerra dos Sete Anos, nos meados do Séc. XVIII, o Castelo de Ródão foi palco de movimentos militares onde estiveram em oposição tropas luso-britânicas e hispano-francesas. O controlo da passagem do Tejo, que estava integrada na estrada Castelo Branco-Nisa, veio a ser efectuado através da instalação de peças de artilharia nos altos da serra da Vila (sítio denominado Batarias, no morro sobranceiro à actual ponte sobre o Tejo, v. Fig. 1).

Ao mesmo tempo a defesa do Castelo e dos cimos de Vila Velha (serra da Vila) ficou a cargo de 500 homens do Regimento de Aveiras, comandados pelo Tenente-Coronel Silva. Diz-nos Luz

SORIANO que, “*mais abaixo para o poente, e detrás da montanha, que tira o seu nome, de Vila Velha, está um outeiro, em cuja sumidade se acha edificado o castelo de Vila Velha: é este um mau recinto de muralha de espessura desigual a menos de três pés. O acesso para este castelo é difícil e não pode, sem grandes dificuldades, colocar-se artilharia nas alturas vizinhas para o bater.*”

A tática do comando aliado consistiu em induzir o inimigo a tentar a invasão na direcção de Abrantes, através do território situado entre o Tejo e o Zêzere, praticando uma das diversas passagens naturais que o sistema montanhoso oferecia; no Perdigão, no Ocreza, em Alvito, ou mais a norte. Esta era uma rota que iria produzir



2. Panorâmica do castelo e da capela vistos de norte a partir da barroca da Senhora do Castelo.

profundo desgaste e a desistência nas tropas inimigas.

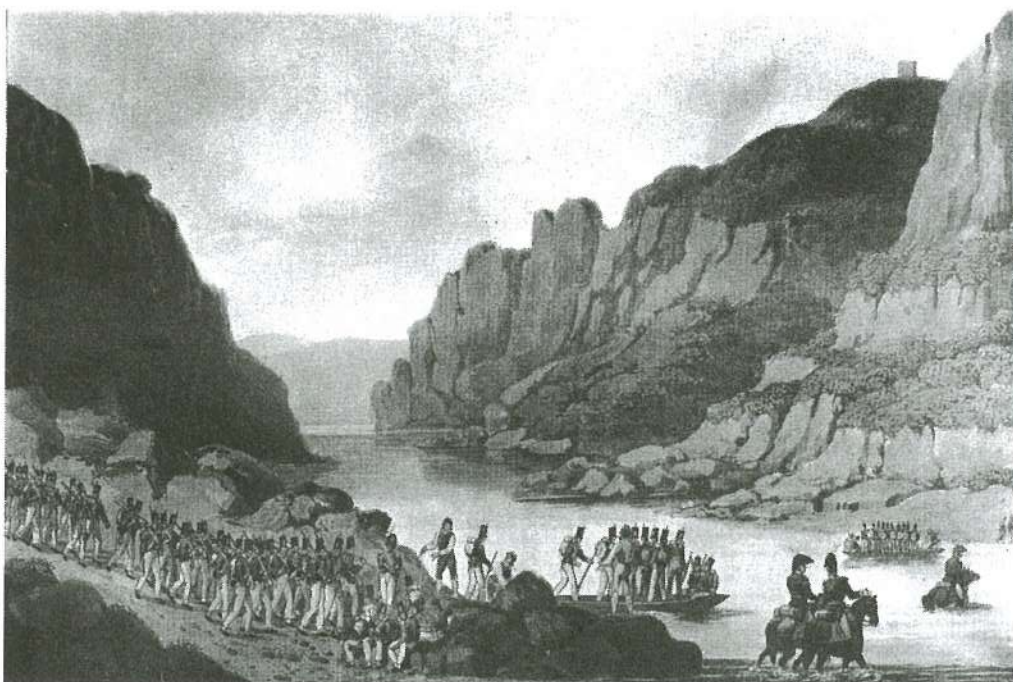
Após a conquista das posições no castelo de Vila Velha, mas na impossibilidade de atravessar o Tejo, as tropas inimigas passaram a cadeia montanhosa em Porto Cabrão, hoje Foz do Coabão, ou seja na passagem do rio Ocesa. Internaram-se neste território mas, mais tarde, retrocederam até Castelo Branco, abandonando a estratégia de invasão pela Beira Baixa.

Com este exemplo se vê a grande importância, para a defesa nacional, de que se revestia, então, o controlo da passagem do Tejo na zona de Ródão e o papel complementar desempenhado pelo castelo, como base de artilharia.

Este local viria a assumir renovada importância no âmbito da estratégia de defesa nacional, com a reconstrução do castelo alguns anos antes da 1ª Invasão Francesa (SANTOS 1977).

Datam do início do século XIX algumas gravuras (HORMIGO 1983), executadas por artistas estrangeiros integrados em missões militares, onde se podem observar representações do castelo de Ródão. O tema central dessas gravuras é a passagem do Tejo, por contingentes militares, tendo por pano de fundo as Portas de Ródão.

Em 1808, Georges Landeman, oficial inglês, desenhou uma panorâmica das Portas de Ródão e da passagem do Tejo por meio de ponte volante. No canto su-



3. Gravura mostrando o exército britânico a atravessar o Tejo (1808-09), com uma panorâmica das Portas de Ródão e do castelo (reproduzido de HORMIGO 1983).

perior direito divisa-se uma torre quadrangular, cercada por muralha(?), pelo lado sul, à qual o acesso se faz por uma via que sobe em zigue-zague a encosta da serra, a partir da Barroca da Senhora, e refere que "do cimo do rochedo a norte, a montanha conti-nua a subir até atingir uma

altura que excede os mil pés, e no cume erguem-se as ruínas de um velho castelo."

William Bradford (Fig. 3) acompanhou as tropas inglesas em Portugal, na qualidade de capelão de brigada. Como artista, registou também um cenário da passagem, frente às Portas de Ródão, ao



4. Vista da fachada sul do castelo onde se observa a porta (em cima), o buraco aberto na parede da torre e o estado de degradação dos cunhais, especialmente o que está virado a sudoeste.

qual emprestou um considerável realismo. Como elemento indelével na paisagem, surge, no canto superior direito da gravura, a torre do castelo de Ródão. Refere que, "uma torre e algumas ruínas de muralhas, sobre uma eminência que domina a margem direita da ribeira [o rio Tejo], são os únicos vestígios que deram antigamente alguma importância à aldeia de Vila Velha."

Deve-se ao Major Thomas Saint Clair (1811) uma outra panorâmica da travessia do Tejo em Vila Velha pelas tropas aliadas, tendo como fundo, extremamente fantasiada, uma vez mais uma vista das Portas de Ródão e respectivo maciço rochoso. A torre do castelo surge algo informe, confundindo-se com os rochedos e o arvoredo, mas apresentando, a negro, na fachada virada a sul, o sombreado correspondente à porta.

Terminada esta abordagem geral do sítio vamos passar à descrição dos dois imóveis que constituem o essencial deste texto.

2. O CASTELO DE RÓDÃO

Este imóvel militar é designado localmente por Castelo de Ródão, Castelo de Vila Ruivas, Castelo do Rei Vamba ou, simplesmente, Castelo das Portas. Apesar da designação adoptada, localmente, deverá antes ser considerado tipologicamente uma torre de vigia (NUNES, 1982). É basicamente constituído por uma torre e uma muralha fechada e não integra nenhuma povoação. Seguidamente iremos descrever cada um destes elementos.

A torre é um paralelepípedo rectângulo com cerca de 7,35m de dimensão horizontal nos lados norte e sul e 10,85m nos lados este e oeste (Fig. 4). Possui cerca de 15m de altura e não apresenta área coberta. A torre é constituída por um piso térreo, hoje parcialmente entulhado por materiais provenientes do seu topo e do exterior. No interior, apresenta um friso, definido pelo adelgaçamento da parte superior da parede da torre, que suportaria um soalho em madeira.

Na parte superior da torre, e em cada uma das quatro faces, há aberturas para o exterior. As aberturas voltadas a este, norte e oeste são semelhantes entre si. São seteiras de recorte rectangular que estreitam progressivamente do interior para o exterior. Passam quase despercebidas a quem as observa de fora.

A abertura da fachada sul do monumento, ao nível do andar superior, corresponde possivelmente à porta. É um espaço definido por grandes blocos paralelepipedicos de granito. A entrada é de recorte rectangular no exterior e tecto abaulado no interior. Podem ainda

observar-se os gonzos abertos no granito de ambos os lados da entrada e assentos laterais.

Exteriormente a porta é encimada por um lintel de recorte sub-rectangular, com aletas laterais, sobre as quais assenta a restante estrutura do arco de que fazem parte. As aletas estão demarcadas por um sulco bem vincado. É necessário observar com atenção para concluir tratar-se de uma só peça. Um bloco de configuração quase triangular preenche o espaço existente entre o bloco anterior e o fecho do arco.

No bloco sub-rectangular referido foram lavradas, de forma discreta, cinco linhas horizontais, paralelas⁹. Apenas a primeira linha atinge o fim da lápide; as outras são interrompidas para dar lugar a um círculo, dentro do qual foi insculpida a cruz da Ordem do Templo (Fig. 5). O círculo inscreve-se em dois traços paralelos e verticais que o ligam ao rebordo inferior do lintel.

O arco é constituído por cinco aduelas, de granito, e pela peça anteriormente descrita, que integra as duas falsas aduelas ou aletas. A aduela do lado nascente possui uma marca de canteiro em forma de "s" horizontal.

O acesso ao piso térreo, actualmente, é praticado através de um buraco disforme com cerca de 2,80m de altura e 1,80m de largura. Foi aberto para facilitar o acesso ao interior da torre, possivelmente após o seu abandono. As paredes da metade inferior da torre apresentam um reboco parcialmente conservado, que nos leva a admitir ter este espaço servido como armazém ou até como cisterna. As paredes da torre têm uma espessura aproximada de 2,45m, no piso térreo. No andar superior essa espessura é inferior.

Observa-se no exterior, principalmente no piso superior, integrar em o aparelho da torre fiadas paralelas de blocos quartzíticos. Como material ligante foi utilizada uma argamassa de cor clara, rica em elementos anti-plásticos, oriundos certamente do rio devido aos muitos fragmentos de conchas que apresenta.

Os cunhais da torre, de alhetas alternadas, são constituídas por blocos graníticos paralelepípedicos (juntoiras). O cunhal sudoeste já não apresenta juntoiras. Do cunhal sudeste desapareceu o terço inferior. Dos cunhais noroeste e nordeste desapareceram, de cada um deles, cerca de quatro juntoiras. Informaram-nos, há muitos anos, que os blocos

em falta foram retirados para serem instalados nas bocas dos fornos em aldeias vizinhas; o granito é indicado para esta função, não existe na região e já se encontra devidamente talhado.

A torre está descentrada no espaço intramuros. A muralha aproxima-se da torre no lado norte (5,70m), afasta-se consideravelmente no lado sul (41m), dista 6,55m no lado oriental e 11m no lado ocidental. Do lado ocidental, entre a torre e a muralha, observa-se grande acumulação de pequenos blocos quartzíticos que devem ter pertencido a construções (alojamentos?). Há alguns anos, foram abertos dois buracos em frente da face sul da torre. A parte central



5. Aspecto da porta do castelo sendo visível a cruz da Ordem do Templo no respectivo lintel.

do recinto é ocupada por afloramento quartzítico.

A muralha foi implantada no primeiro pico situado a norte das Portas de Ródão. Parece ser constituída por dois panos de muralha justapostos e apresenta-se muito derruída em alguns troços. A espessura do pano exterior ronda 1,85m e o pano interior tem 0,90m. Ambos os panos de muralha foram construídos com blocos de quartzito ligados por uma argamassa com as características já indicadas.

Junto da estrada que conduz à capela e ao castelo é visível uma espessa muralha com alguns metros de extensão (HENRIQUES & CANINAS, 1986). A sua disposição, transversal em relação à

cumeada, era de molde a fechar o acesso mais fácil ao castelo. Na encosta leste, subjacente ao castelo, e junto do morro norte das Portas de Ródão existem estruturas semelhantes (Fig. 1).

Na tradição local conta-se que o granito utilizado na construção do castelo veio do sítio do Castelejo de Gardete, onde existe um imponente afloramento granítico, único no concelho de Vila Velha de Ródão.

3. A CAPELA DA SENHORA DO CASTELO

A capela da Senhora do Castelo é um pequeno monumento situado cerca de



6. Vista da capela a partir do castelo.

160m a noroeste do castelo (Fig. 6). Assenta numa plataforma de altitude inferior à do castelo. Está bem enquadrada na paisagem, sobressaindo a cor branca das suas paredes.

Inicialmente teria planta rectangular, uma vez que as duas sacristias hoje existentes lhe foram adossadas posteriormente, ficando com planta em T.

O templo tem quatro janelas. Cada sacristia possui uma janela, envidraçadas há poucos anos. As duas restantes foram abertas na fachada do templo, de ambos os lados da porta principal. Estas últimas têm a forma de seteira alargada e estão protegidas com grades de ferro.

A capela tem quatro portas para o exterior, construídas em madeira e de aparência resistente. Cada sacristia tem uma porta, estando viradas respectivamente para norte e poente. As outras duas dão acesso à nave da capela e estão viradas para sul e poente.

A fachada do templo, que está virada a poente (Fig. 7), possui três aberturas para o exterior, como se afirmou; uma porta e duas pequenas janelas (0,58m x 0,24m) de contorno rectangular, ladeadas em todo o perímetro exterior por uma barra em alto relevo e encimadas por um friso decorativo simples. Têm secção bitroncopiramidal.



7. Fachada da capela da Senhora do Castelo.

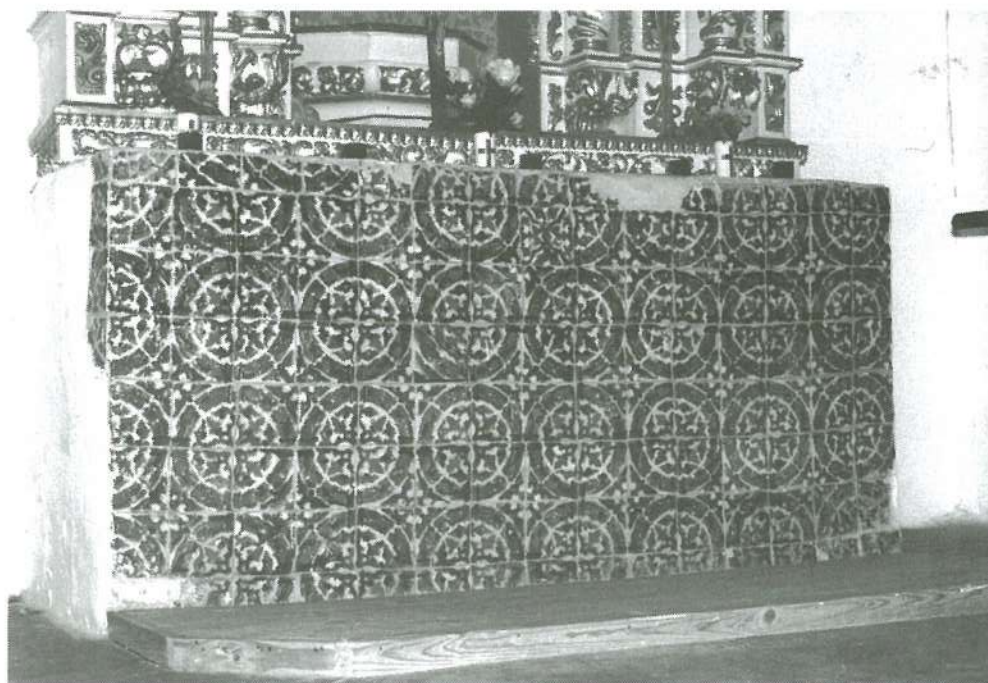
A porta principal está envolvida por uma barra em alto relevo, semelhante à da janela, e é rematada por um arco de volta redonda. O arranque do arco faz-se sobre duas impostas em tijoleira. Sobre a porta observa-se um nicho vazio. Entre este e o topo da porta está esculpada, em alto relevo, uma pequena vieira.

Um poial simples e rústico acompanha, exteriormente, as paredes sul e poente.

A sacristia do lado norte possui planta rectangular (4,90m x 3,00m). Tem duas aberturas ao exterior; uma porta virada a norte e uma janela a nascente. Uma terceira porta dá acesso directo ao altar-mór. O telhado, de uma água, tem

estrutura de madeira. Este compartimento contém um tanque, de betão, com uma pequena abertura fechada com tampa de ferro. Parece de construção recente. Deve ter servido para providenciar as carências de água neste lugar. Três bilhas de barro e um pequeno móvel em madeira muito degradado completam o recheio deste espaço.

A sacristia do lado sul (Fig. 8) é igualmente de planta rectangular (4,87m x 2,93m). Possui duas aberturas ao exterior, já mencionadas, e uma porta de ligação ao altar-mor. O espólio, observado em 1990, reduzia-se a um confessionário simples, uma escada de madeira e uma angarela também de madeira.



8. Frontal de azulejos com motivos mudéjares.

O corpo principal do templo é composto pela nave (8,98m x 5,00m) e pelo altar-mor (3,90m x 5,15m). A separá-los existe um arco de volta redonda. A nave possui quatro aberturas ao exterior já referidas: duas pequenas janelas, em forma de seteira, uma porta virada a poente, a principal, e uma outra porta virada a sul. O chão é revestido a cimento e o tecto, de três planos em forma de maceira, é forrado a madeira.

Do lado direito de cada uma das portas existe uma pia de água benta. São diferentes entre si. A pia fixada junto da porta principal, em granito de grão grosso, é pequena, singela, semi-esférica e de

planta sub-circular. A outra pia, fixada junto da entrada sul, em granito de grão médio, tinha formato tronco-cónico, planta circular e era nervada no seu exterior. Assentava sobre uma base cilíndrica rebocada e caiada a branco. Esta pia foi roubada em Junho de 1994.

O altar-mor é um espaço de planta rectangular (3,90m x 5,11m), com duas portas que dão acesso às respectivas sacristias laterais e um grande arco de 0,53 m de espessura que a separa da nave. O tecto, de três planos, está revestido a madeira pintada de cor azul-acinzentada. O soalho é de dois níveis e está forrado a cimento.



9. Aspecto do altar-mor da capela antes do roubo das colunas salomónicas e da talha dourada.

A importância deste templete advém, principalmente, do seu espólio: um altar hodierno, em madeira, sem valor artístico; um silhar de azulejos com motivos mudéjares; uma imagem da Virgem com o Menino, em pedra, e um pequeno altar em talha barroca (Fig. 9).

O frontal de azulejos cobre o altar-mor primitivo (Fig. 10). É uma peça que remonta ao século XVII (HENRIQUES, 1974a). Da superfície lateral norte (0,85m x 1,00m) são unicamente visíveis três azulejos e metade doutro numa única fila vertical. Os restantes sete azulejos e meio estão cobertos com cal. Na superfície restante não há vestígios de azulejos; ou não os há ou estão cobertos com uma espessa camada de argamassa. A superfície frontal (2,00m x 1,00m) está completamente coberta de azulejos. Na superfície virada a sul (0,85m x 1,00m) faltam vários azulejos. Nos últimos anos tem aumentado o número de azulejos roubados.

Os azulejos têm forma quadrangular com 0,13m de lado e cerca de 0,01m de espessura. Os motivos são mudéjares e quando agrupados quatro a quatro formam um círculo espesso que circunscreve um motivo rosáceo. As cores predominantes são o azul, o verde e o castanho claro, aplicadas sobre esmalte branco.

A parte superior do altar é em talha. *“É uma muito regular obra do final do século XVII dentro do estilo da talha barroca a que o especialista Robert Smith chamou estilo nacional. Apesar das pequenas proporções, é sublime o ritmo que as quatro colunas salomónicas, decoradas com folhagens eucarísticas, conchas e cachos de uva, dentro de um naturalismo decorativo ainda pouco*

vincado imprimem ao todo retabular, rematado por duas espécies de arquivoltas” (HENRIQUES, 1974a).

Em 1986 as quatro colunas salomónicas foram roubadas. Em Junho de 1994 foi roubado todo o altar de talha. Por razões de segurança e de culto, a imagem de Nossa Senhora do Castelo encontra-se em Vila Ruivas há mais de uma década. A imagem voltava à capela nas ocasiões festivas, ou quando o culto o exigia, em particular na romaria de 15 de Agosto. A capela não voltou a ser usada para actos religiosos desde o roubo do altar de talha.

A imagem da Senhora do Castelo é uma pequena Virgem com o Menino em pedra calcária (Fig. 11). Mede 0,78m de altura. É uma escultura provavelmente do século XVII. Nesta imagem destacamos o tratamento cuidado das mãos e das faces.

A Virgem tem a cabeça parcialmente coberta com uma túnica rosa que lhe recobre a quase totalidade do corpo. Os cabelos são castanhos, escorridos e ligeiramente puxados para a parte posterior da cabeça. As orelhas são enormes, quase desproporcionadas. Ambos os lóbulos estão furados. O nariz está equilibrado em relação ao rosto. É ligeiramente afilado e está desviado para a direita. A boca é pequena, com lábios suaves e bem talhados. Os olhos são exoftálmicos e o olhar estrábico vertical. O rosto prima essencialmente pelo equilíbrio dos seus elementos e pela perfeição do traço. A cabeça está virada para a esquerda.

No tórax não há vestígios de mamas. Observam-se traços no calcário que teriam a função de delimitar vestes ou cores mas que não foram respeitados pelo pintor. Sob o decote do vestido em forma de V

aparece uma camisa clara que atinge o arranque do pescoço.

O braço direito está flectido em ângulo de 90 graus, ao nível da articulação do cotovelo. Os dedos polegar e indicador da mão direita seguram o pé esquerdo do Menino, que está ao colo. Um grosso manto azul cobre o braço direito. No antebraço temos a manga muito larga do vestido cor-de-rosa. A camisa, já referida, termina na articulação do punho. O dorso da mão é papudo e os dedos são longos.

O Menino assenta sobre o braço esquerdo. O manto azul não cobre este braço. A manga do vestido rosa chega a meio do antebraço e o seu perímetro é ainda superior ao do braço direito. A camisa branca também termina ao nível do punho. Os dedos são igualmente

longos e a mão parece masculina. Sobre os dedos, ligeiramente abertos, assentam as nádegas do Menino.

Ao nível da cintura, existe um cinto talhado no calcário e daí para baixo o vestido rosa apresenta pregas.

A perna direita está ligeiramente flectida ao nível do joelho. O manto azul cobre totalmente a zona do baixo ventre e pernas, fazendo refegos em diversos pontos. O vestido rosa volta a aparecer ao fundo do manto azul. A ponta do sapato direito, de forma arredondada, aparece ao fundo do vestido. Não há vestígios da perna e pé esquerdos.

Todo o flanco direito do Menino está em contacto com a santa. O Menino é uma figura rechonchuda, de cabelo castanho ondulado, nariz arrebitado, boca pequena



10. Aspecto da parede sul da capela e sacristia.

e olhos exoftálmicos. A mão e o antebraço direito repousam sobre o ombro esquerdo da Virgem. A mão esquerda segura uma bola azul, junto ao tórax da Senhora. O pé esquerdo do Menino é seguro pela mão da Santa. A perna direita está flectida ao nível do joelho. O Menino veste uma túnica, azul-esverdeada, presa sobre o ombro direito, que lhe cobre a quase totalidade da região posterior, o abdómen e parte das coxas.

Na parte traseira da imagem existe um roço, com 0,45m de altura, 0,11m de largura e 0,095m de profundidade, que se inicia na base e atinge o nível do tórax. Esta cavidade, desbastada de forma muito grosseira, foi realizada posteriormente à feitura da imagem, com o objectivo de a tornar mais leve.

A imagem tem a pintura muito degradada. Além das cores da última pintura, já referidas ao longo do texto, aparecem outras sob a camada superficial.

4. PROPOSTAS DE ESTUDO E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

Da plataforma do Castelo de Ródão avista-se uma magnífica paisagem na qual é possível observar traços de uma longa ocupação humana, desde o Paleolítico até aos tempos modernos. A Associação de Estudos do Alto Tejo começou a editar uma série de roteiros intitulados "*Itinerários por Terras da Açafa*", o primeiro dos quais é dedicado a este sítio (CANINAS, HENRIQUES & GOUVEIA 1995).

Mas na área das Portas de Ródão também ocorrem endemismos botânicos e avifauna rara ou em riscos de extinção¹⁰ de enorme importância, elementos que lhe conferem o estatuto de biótopo com inte-

resse para a conservação da natureza (Programa comunitário CORINE Biótopos). A Associação de Estudos do Alto Tejo tem vindo a promover estudos naqueles domínios (COSTA 1989, 1992, ALVES 1995), principalmente com o apoio do Instituto da Juventude (delegação de Castelo Branco) e do Instituto Nacional do Ambiente/Instituto de Promoção Ambiental.

Nas Portas de Ródão e área envolvente foram observadas, em 1989-90 (COSTA 1992), 108 espécies de aves e documentada a nidificação de Bufo-real (*Bubo bubo*) e de Cegonha-preta (*Ciconia nigra*), bem como a presença frequente de Águia-cobreira (*Circaetus gallicus*), de Abutre do Egipto (*Neophron percnopterus*) e de Milhafre-preto (*Milvus migrans*)¹¹.

Em 1996, segundo informação do ornitólogo Helder Costa, nidificaram na área sete casais de grifo (*Gyps fulvus*) e foi documentada a presença de um casal de Águia de Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), o que reforça a importância ornitológica desta área.

A Associação de Estudos do Alto Tejo formulou, em diversos momentos, propostas de intervenção na área das Portas de Ródão. Fê-lo no texto da proposta de classificação do castelo e da capela e, mais recentemente, junto da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão tendo em vista a aplicação do Programa Leader.

Enumera-se seguidamente, e de forma sintética, uma boa parte dessas medidas.

No castelo propõe-se: a realização de estudos da ocupação humana (intervenção arqueológica); a recuperação e valorização da torre (reconstrução dos cunhais, fecho do buraco térreo,



11. Imagem da Senhora do Castelo com o Menino, fotografada em Vila Ruivas.

regularização e consolidação do topo, montagem de um piso ao nível da porta e outro no topo, montagem de um acesso à torre, instalação de um sistema de observação de uso múltiplo — paisagem, avifauna e vigilância contra incêndios —, instalação de um painel explicativo sobre a avifauna observável); a recuperação da muralha (consolidação da muralha, montagem de um acesso ao interior); a montagem de um passadiço envolvendo a muralha para circulação de visitantes; instalação no extremo sul do passadiço de um painel explicativo sobre a paisagem.

Na *capela* propõe-se: a realização de estudos da ocupação humana (intervenção arqueológica junto ao edifício); a recuperação da capela (reforço do telhado, recuperação e reforço das paredes, recuperação do antigo lageado, montagem de portas e janelas resistentes, instalação de mobiliário adequado, montagem de um altar-mor, recuperação do silhar de azulejos); a reabertura do templo ao culto e à festa.

Na *área envolvente do castelo e da capela* propõe-se: a realização de estudos da ocupação humana (intervenção arqueológica); a construção de um pequeno parque automóvel na área situada a norte da capela; o bloqueio da entrada de automóveis na rampa de acesso ao castelo; a instalação de uma pequena área de uso múltiplo (apoio às festas, actividades de animação e lazer, com esplanada na primavera-verão); instalação de uma unidade tipo quiosque para comércio e/ou posto de informação e vigilância; instalação de um painel explicativo sobre a capela e o castelo no terreiro anexo à capela.

Na *área das Portas e vales envolventes (de Vila Ruivas e da Senhora do*

Castelo) propõe-se: a continuação de estudos de caracterização ambiental (flora e fauna) e rastreio periódico de espécies ameaçadas e endémicas; o fomento de práticas agrícolas tradicionais de acordo com o estatuto de protecção consignado no Plano Director Municipal; o apoio à reflorestação com espécies autóctones com fins de conservação e de produção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os valores patrimoniais presentes na área das Portas de Ródão são, como se viu, de enorme importância e diversidade, tanto no plano cultural como no natural (físico e biológico). As intervenções que venham a ser empreendidas nesta área não deverão ignorar a profunda inter-relação existente entre estas duas realidades.

É indispensável tirar partido de alguns instrumentos financeiros disponíveis por forma a evitar uma maior degradação dos dois imóveis classificados, em particular o castelo, na perspectiva última da sua valorização.

É do maior interesse a realização de estudos arqueológicos e arquitectónicos no castelo por forma a conhecermos a génese daquela estrutura, as diferentes fases da sua utilização e o seu enquadramento regional.

O sítio das Portas de Ródão proporciona uma magnífica paisagem sendo um local muito visitado. O potencial de animação cultural/educação ambiental, e de turismo e lazer, que este espaço comporta deverá ser devidamente valorizado, integrando obrigatoriamente os patrimónios natural e construído ali presentes.

Notas

- ¹ Na província de Cáceres, cerca de 20 quilómetros a sul de Plasencia e junto da confluência do rio Tietar no Tejo, existe uma garganta quartzítica idêntica às Portas de Ródão com uma ocupação humana similar (um castelo e um santuário). Esta área está integrada no Parque Natural de Monfrague (v. ROSA 1995).
- ² A margem direita do rio Tejo no sítio da Revessa poderá ter funcionado como bebedouro natural para grandes mamíferos, em períodos mais secos, sendo sugestiva a localização próxima, também junto ao rio, do acampamento neanderthalense da Foz do Enxarrique (v. RAPOSO 1987).
- ³ A toponímia local, para além de Porto do Tejo, regista outros locais sugestivos como seja a Alfândega (v. HENRIQUES 1978).
- ⁴ É o caso das Portas, de um penhasco a que chamam Cadeira da Rainha, de uma cavidade natural a que chamam Buraca da Moura, da mina da Faiópa, do castelo e da capela.
- ⁵ É o caso das lendas dos Gigantes de Ródão, do Refúgio de Herodes, de Nossa Senhora do Castelo, do Juízo de Deus e da Maldição de Ródão (v. SOROMENHO 1965).
- ⁶ O despenhamento está também presente nas festividades de Monsanto da Beira. Sacrifícios com despenhamento estão presentes em cultos mediterrânicos como é o caso dos Prantos de Adónis (v. ESPÍRITO SANTO 1993).
- ⁷ Este território correspondia sensivelmente aos actuais concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa, além de outras áreas situadas em ambas as margens do Tejo internacional (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Cedillo e Herrera de Alcantara).
- ⁸ Poderá ter existido na área um povoado proto-histórico. PROENÇA JÚNIOR (1910) refere a existência de um "castro luso-romano" por cima das Portas de Ródão. A toponímia local regista o sítio do Castelo Velho num pico de crista localizado cerca de 380m a noroeste do castelo. Visitámos o local mas ainda não encontramos, à superfície, artefactos que confirmem aquela hipótese.
- ⁹ A torre do castelo de Idanha-a-Velha apresenta sobre a janela do primeiro andar um bloco de configuração rectangular com cinco linhas insculpidas, semelhante ao do castelo de Ródão.
- ¹⁰ Em 1992 a Associação fez diligências junto do Ministério da Defesa tendo em vista impedir, ou condicionar, a realização de exercícios militares com escalada, nas Portas de Ródão, pelo menos durante o período de nidificação da avifauna mais sensível (AEAT, 1992).
- ¹¹ Com base nesses estudos a Associação pretende promover a classificação das Portas de Ródão e das Portas do Almourão como monumento natural e defende uma melhor articulação desta área com o Parque Natural da Serra de São Mamede e com a futura área protegida do Tejo internacional.

* Membros da ASSOCIAÇÃO de ESTUDOS do ALTO TEJO, Vila Velha de Ródão.

Referências Bibliográficas

- AEAT, 1992, *Exercícios Militares nas Portas de Ródão*, Alto Tejo, 12-13, Vila Velha de Ródão, p. 1-2.
- ALORNA, Marquês de, Plano e Disposição para a Defesa da Fronteira entre o Tejo e o Douro desde Vila Velha ao Escalhão (1801).
- ALVES, Rui, 1995, Estudo Fito-ecológico da Área das Portas de Ródão, relatório inédito.
- CANINAS, João Carlos, HENRIQUES, Francisco e GOUVEIA, Jorge, 1995, Património Construído na Área das Portas de Ródão-Itinerários por Terras da Açafa, Associação de Estudos do Alto Tejo, folheto.
- COSTA, Helder, 1989, Primeiros dados sobre a situação do Grifo (*G. fulvus*) e do Abutre-do-Egipto (*N. percnopterus*) na região de Ródão (Alto Tejo Português), 1º Encontro Ornitológico do Paúl de Tornada, Caldas da Rainha, p.51-56.
- COSTA, Helder, 1992, Notas sobre a Observação de Aves nas Portas de Ródão e Zona Envolvente (Março de 1989 a Maio de 1990), *Preservação*, 13, p. 11-26, Associação de Estudos do Alto Tejo, Vila Velha de Ródão.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés, 1993, *Origens do Cristianismo Português*, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 225 p.
- *Gazeta do Interior*, 1995, nº316, 19 de Janeiro, Castelo Branco.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 36, pp 27-33.
- HENRIQUES, Francisco J. R., 1973, Mito e Realidade no Passado de Vila Velha de Ródão, *Época Juvenil*, 4 de Abril, Lisboa
- HENRIQUES, Francisco, 1974a, Património Artístico Ignorado-Notável Frontal de Altar do Século XVII em Vila Velha de Ródão, Beira Baixa, 30 de Abril, Castelo Branco.
- HENRIQUES, Francisco J. R., 1974b, Património Artístico Ignorado-Lendas, Portas de Ródão, 25 de Setembro, Vila Velha de Ródão.
- HENRIQUES, Francisco J. R., 1978, Património Artístico Ignorado-Porto do Tejo, *Preservação*, 2, Castelo Branco, p.2-3.
- HENRIQUES, Francisco J. R. e CANINAS, J. C. Pires, 1980, Contribuição para a Carta Arqueológica dos Concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa, *Preservação*,3 (1980), Vila Velha de Ródão, 67 p.
- HENRIQUES, Francisco J. R. e CANINAS, J. C. Pires, 1986, Nova Contribuição para a Carta Arqueológica dos Concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa, *Preservação*,7(1984), Vila Velha de Ródão, 74 p.
- HENRIQUES, Francisco e CANINAS, João Carlos, s/d, Proposta de Classificação do Castelo de Ródão e Capela da Senhora do Castelo, Núcleo Regional de Investigação Arqueológica, Vila Velha de Ródão, 39 p.
- HORMIGO, José Joaquim M., 1983, A Beira Baixa vista por Artistas Estrangeiros (sécs. XVIII-XIX), Museu Francisco Tavares de Proença Júnior, Castelo Branco, 59 p.
- NUNES, António Lopes Pires, 1982, Torres de Vigia da Beira Baixa, Livro do 1º Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses (Vila Viçosa), Lisboa, 164 p.
- PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares de, 1910, *Archeologia do districto de Castello Branco — 1ª Contribuição para o seu Estudo*, Leiria, 25 p.
- RAPOSO, Luis, 1987, A Ocupação Humana Paleolítica do Vale do Tejo em Território Português, *Arqueologia no Vale do Tejo*, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, p. 10-16.
- REIS, Alfredo, 1965, Porque não Restauramos o Castelo do Rei Wamba, Beira Baixa, 1 de Dezembro, Castelo Branco.

- RIBEIRO, Orlando et all, 1965, Notícia Explicativa à Carta Geológica de Portugal (esc. 1: 25 000)-28B (Nisa), Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 29 p.
- ROSA, Gonçalo, 1995, Rumores no Bosque Mediterrânico, Forum Ambiente, nº11, Lisboa, p. 34-40.
- SALVADO, Maria Adelaide Neto e SALVADO, Pedro Miguel, 1995, Rei Wamba-Espaço e Memória, Coimbra.
- SANTOS, Valdez, 1977, A Ocupação Francesa de Junot segundo documentos existentes no Arquivo Histórico e Militar, Boletim do Arquivo Histórico Militar, vol. 36, Lisboa, pp 85-462.
- SORIANO, Luz, História do Reinado de D. José I.
- SOROMENHO, Paulo Caratão, 1965, Lendário Rodanense, Revista de Portugal, série A, vol. XXX, pp 430-447.

ELITES POLÍTICAS LOCAIS FACE AO “28 DE MAIO”.

O CASO DE PORTALEGRE.

Manuel Baiôa



Segundo A. Ventura

Henrique José Caldeira Queirós. Senador eleito pelo Distrito de Portalegre, em 1925.

A historiografia portuguesa tem considerado o golpe militar de 28 de Maio de 1926 como um movimento que aglutinou diversas elites políticas divergentes. Estas elites tinham apenas um objectivo comum — derrubar do poder o partido democrático¹. De facto, republicanos conservadores, liberais, monárquicos, fascistas e até sectores da esquerda republicana apoiaram o golpe militar². Este *grupo* heterogéneo tinha uma unidade muito ténue, que desapareceu quando atingiu o poder. As elites políticas apoiantes do 28 de Maio pertenciam a *famílias* políticas muito divergentes quanto ao modelo político a implementar. Após o 28 de Maio, os diferentes grupos que apoiaram o golpe lutaram pela liderança do processo político³.

Este enquadramento está relativamente bem estudado a nível central, e central, aqui, significa Lisboa. No entanto, a nível local praticamente nada se sabe. Como foi acolhido o 28 de Maio? Quais

as forças políticas que o apoiaram? Quem subiu ao poder após o golpe? Estas são algumas questões que procuramos responder com este trabalho.

CONFRONTO POLÍTICO EM PORTALEGRE NO FINAL DA I REPÚBLICA

Os grandes problemas políticos da I República persistiam ainda em 1925 e alguns deles tendiam para um agravamento:

- A permanência constante do P.R.P. no governo, tinha levado a um desgaste político das figuras emblemáticas do partido. As constantes acusações de corrupção e a não resolução dos problemas sociais levaram a um ataque cada vez mais cerrado da oposição. Em simultâneo, constantes dissidências fragilizavam o maior partido da República⁴.

- Para os sectores mais conservadores a *República* tinha cedido em demasia às reivindicações operárias, e por isso sentiam-se traídos pelo partido democrático. O operariado, pelo contrário, julgava que os avanços em termos sociais tinham sido diminutos⁵.

- Lentamente tanto à direita do P.R.P. como à esquerda deste, um vasto grupo heterogéneo uniu-se num objectivo comum — o derrube do partido democrático do poder.

Em Portalegre detectamos alguns sinais que vão ao encontro deste enquadramento geral. O partido democrático no final da República viu a sua liderança histórica no concelho e no distrito ser ameaçada por coligações políticas que o queriam afastar do poder.

Nas eleições legislativas de 1925 os monárquicos conseguem eleger dois senadores no distrito de Portalegre, João de Azevedo Coutinho⁶ (3885 votos) e Álvaro César de Mendonça⁷ (3289 votos), enquanto os democráticos apenas conseguem eleger o independente republicano, Henrique José Caldeira Queirós⁸ (3502 votos). O prestigiado democrático Jorge Velês Carçoço⁹ ficou à beira da eleição (3228 votos¹⁰). Os outros candidatos obtiveram resultados pouco significativos¹¹.

Na eleição para a Câmara de Deputados no círculo de Portalegre Severino de Santana Marques¹² da União dos Interesses Económicos foi o mais votado (1957 votos). Este candidato concorreu na mesma lista (considerada por eles conservadora), com o candidato monárquico Mário Augusto Miranda Monteiro¹³ (1892 votos) que por dois votos não foi eleito. Os candidatos democráticos João José da C. Camoêsas¹⁴ e o candidato Baltazar d'Almeida Teixeira¹⁵ obtiveram 1894 votos, sendo os dois eleitos. Os outros candidatos obtêm resultados muito distantes destas duas listas: António Correia, republicano independente e regionalista (892 votos); Bartolomeu Denis Soares, nacionalista (493 votos); Justiniano Augusto Esteves, radical (118 votos); António Casimiro da Costa, republicano independente, (35 votos).

Como podemos verificar, os monárquicos e a aliança destes com a União dos Interesses Económicos (na eleição para a Câmara dos deputados) são os grandes rivais dos democráticos no distrito de Portalegre¹⁶ e no círculo de Portalegre¹⁷.

Os democráticos têm plena consciência desta realidade. Mesmo antes das eleições, no seu órgão, *A Plebe*¹⁸, referem que em "Portalegre há duas listas em luta. Duas listas apenas: a do P.R.P e a monárquica. Porque as outras ou são monárquicos disfarçados ou são de partidos que não teem força apreciável no círculo"¹⁹

O principal visado pelas críticas de *A Plebe* era neste período o director do jornal *O Distrito de Portalegre* Severino de Santana Marques, que pelo seu passado monárquico era tido como um elemento de pouca isenção política²⁰. A União dos Interesses Económicos era considerada uma "organização política disfarçada"²¹. Já que segundo *A Plebe*, ao verificar que podia perder as eleições para o P.R.P, o "órgão monárquico (...) [*O Distrito de Portalegre*] sem o menor Rebuço sem o mais leve vislumbre de vergonha, sem respeito algum pelas afirmações anteriormente feitas, recomendaram com o maior descaramento a votação em chapa nos candidatos monárquicos e da união dos interesses".²²

Santana Marques por seu lado, critica duramente os democráticos por tudo aquilo que fizeram no poder²³ e os nacionalistas, "seus vigários".²⁴ Defende o voto em "candidato cuja a vida seja modelo de honestidade, de desinteresse, de elevação moral". Perante o momento tão grave na vida nacional "o critério político" teria "de ser subjugado pela necessidade urgente da salvação comum". Santana Marques está a tentar explicar que a diferença entre um candidato monárquico e um candidato republicano está apenas na "competência, insenção (e) aprume moral"²⁵. Os bons candidatos "são os representantes das

forças conservadoras e económicas, quer sejam de tendência monárquicas quer republicanas"²⁶. Por esse motivo integrou-se enquanto candidato do U.I.C. numa lista com um elemento monárquico nas eleições legislativas de 1925.

Nas eleições administrativas para a Câmara Municipal de Portalegre que decorreram no dia 22 de Novembro de 1925 concorreram duas listas. A lista denominada "Da Cidade" era formada por conservadores de tendência republicana e monárquica, sendo apoiada pel' *O Distrito de Portalegre*. A lista de "conjunção republicana" era liderada por elementos do Partido Republicano Português com a inclusão de republicanos independentes, tendo o apoio d' *A Plebe*.



Segundo A. Ventura

Hildeberto António Botelho de Medeiros. Tenente e membro da 1ª Comissão Executiva, após o "28 de Maio"

A lista conservadora era liderada pelo Dr. José Augusto de Sequeira antigo Senador. Integrava também esta lista o futuro dirigente concelhio da União Nacional, João do Monte Empina²⁷.

A lista de conjugação republicana era liderada pelo Presidente da Concelhia do P.R.P, João de Brito. Nesta lista participa também o professor do Liceu Nacional de Portalegre, António Raul Galiano Tavares que posteriormente será presidente da distrital de Portalegre na União Nacional²⁸.

A lista conservadora foi derrotada por um resultado expressivo²⁹. Foram eleitos todos os cidadãos da lista de conjugação republicana (15 elementos), já que obtiveram a maioria. A lista conservadora obteve a minoria, e elegeu os cinco cidadãos mais votados para o Senado Municipal. No dia 2 de Janeiro de 1926 na 1ª reunião do Senado Municipal após as eleições, os elementos da conjugação republicana conseguiram eleger facilmente a Comissão Executiva da Câmara Municipal formada totalmente pelos seus membros e presidida por Adelino do Carmo Brito³⁰.

Como podemos verificar, formaram-se grupos políticos com alguma heterogeneidade tendo por objectivo retirar a hegemonia do Partido Democrático em Portalegre. Nas eleições legislativas conseguiram parcialmente o seu objectivo, com o auxílio dos lavradores dos meios rurais³¹. Nas eleições administrativas, a lista liderada pelos democráticos conseguiu vencer claramente numa região mais urbana, e por isso, mais adversa aos sectores conservadores.

O aparecimento destas coligações "contra" o P.R.P., parecem ter sido

bastante generalizadas durante a "Nova República Velha"³². As poucas investigações que têm sido realizadas apontam neste sentido³³.

A frequente formação destes grupos antipartido democrático criou uma tradição sem dúvida fundamental no aparecimento e consolidação do "Movimento do 28 de Maio" a nível nacional e local.

O "28 DE MAIO" EM PORTALEGRE

As primeiras notícias divulgadas na imprensa local sobre o movimento do "28 de Maio" surgiram no dia 30 de Maio de 1926, embora as primeiras notícias tenham chegado a Portalegre ainda no dia 28 de Maio. A *Plebe* referiu que "os regimentos foram postos de prevenção, a guarda republicana também e o Senhor Governador Civil foi para o seu Gabinete"³⁴, à espera de notícias mais esclarecedoras.

No dia 29 de Maio o posto de T.S.F instalado no regimento da infantaria 22, forneceu algumas informações sobre a situação no resto do País. Nesse dia chegaram a Portalegre diversos oficiais da G.N.R de várias localidades do Distrito³⁵.

Durante o dia 29 de Maio apesar das notícias pouco tranquilizadoras que tinham sido recebidas, o governador civil, Dr. Celestino Soares ainda presidiu à sessão solene da Festa Nacional de Educação Física no Liceu. Durante esse dia os oficiais da guarnição de Portalegre trocaram impressões sobre a atitude a tomar face ao movimento. Às sete horas e meia da manhã do dia 30 de Maio o senhor tenente Jonet dirigiu-se ao "Gabinete do Sr. Governador Civil e comunicou-lhe em nome do Sr. Comandante militar, Coronel Fisher, que

a guarnição aderira ao movimento militar³⁶. Entretanto, o governador civil preparava-se para fazer a entrega do distrito a algum oficial quando chegou um "telegrama do Comandante Cabeçadas comunicando o triunfo do movimento e mandando que o Distrito fosse entregue ao Secretário Geral"³⁷. O Dr. Celestino Soares assim procedeu. Não houve portanto, qualquer incidente na transição do *poder* em Portalegre.

A IMPRENSA LOCAL FACE AO "28 DE MAIO"

A imprensa contrária aos democráticos mostrou-se bastante satisfeita face ao golpe militar. *O Distrito de Portalegre* refere: "quanto a nós tudo isto é o resultado da triste administração dos governos. Bastantes vezes temos dito neste jornal que isto assim não é possível manter-se. E as provas vão aparecendo"³⁸. Segundo a *Rabeca* "após a eclosão do recente movimento revolucionário, todos os portugueses, embora na expectativa do que irá suceder, devem confiar, pelo menos em principio, na depuradora obra nacional a que se propõem os dois chefes do movimento militar que são, positivamente, dois homens de honra e de honestidade indiscutível. Entravar a realização das suas medidas, deturpar as suas intenções que animam aqueles bravos militares bem como o competentíssimo Ministério que acába de constituir-se, será não querer que o Paiz enverede pelo caminho do bem e do progresso; mais ainda: — será um crime de lesa — Pátria"³⁹.

O órgão dos democráticos foi o que inicialmente menos informação forneceu aos leitores sobre o movimento. Referiu que "se começou a dizer na cidade que alguma coisa de anormal se passava lá fora"⁴⁰. Informou ainda, que a cidade se encontrou patrulhada durante a madrugada do dia 29 de Maio⁴¹. Curiosamente esse número da *Plebe* continha um artigo de João Camoêdas transcrito do *Rebate* intitulado "A ditadura e os ditadores"⁴², no qual este deputado defende que os ditadores da República são as minorias parlamentares, e são



Segundo A. Ventura

Damião Martins do Rio. Presidente da 1ª
Comissão Executiva da Câmara Municipal de
Portalegre, após o "28 de Maio"

estas que exercem a *Ditadura* no Parlamento, já que impedem a maioria de votar as leis⁴³. Na semana seguinte o mesmo João Camoêças apela à unidade e à resistência do P.R.P e afirma que este golpe é mais um entre muitos que o P.R.P já sofreu. Contudo, o partido iria sobreviver⁴⁴.

O Distrito de Portalegre nas semanas seguintes ao movimento militar afirma que "Portugal seguiu as pisadas da Itália e da Espanha.

Nestes dois países irmãos a ordem, a disciplina e a economia pública não são hoje palavras vans.

A par do equilíbrio financeiro registam-se obras de fomento interno e uma invejável preponderância externa, fazendo delas grandes potências mundiais⁴⁵. Afirma ainda, que o movimento ao ser nacionalista obterá melhores resultados com instituições monárquicas⁴⁶. Defende a dissolução do Parlamento⁴⁷ bem como o decreto da *Ditadura* que deu personalidade jurídica à Igreja⁴⁸.

Como podemos verificar, *O Distrito de Portalegre* que é o órgão da elite conservadora, tanto monárquica como republicana, apoiou claramente o movimento militar nos primeiros dias. A *Rabeca*, jornal republicano mas contrário aos democráticos apoiou também o golpe. A *Plebe* pelo contrário, está totalmente contra o movimento militar que depôs o seu partido do poder.

A NOVA ELITE POLÍTICA

As elites políticas afastadas da governação durante a República pela "*Ditadura Democrática*", sentiram que o

movimento de "28 de Maio" lhes abriu novas perspectivas de acesso a poder.

O Distrito de Portalegre defende que os órgãos administrativos devem ser ocupados por "elementos das forças económicas, do comércio, da indústria e da agricultura.

Ficava certo e estava de harmonia com o espírito e programa revolucionário.

Não convidou o governo a U.I.E. a dar-lhe um ministro?

Porque se não seguirá quanto às corporações o mesmo critério?

Se assim não for, em que forças, além das militares, se apoiou o movimento?"⁴⁹

Como iremos verificar, este apelo da elite ligada aos interesses económicos não vai ser levada em linha de conta.

O novo governador civil do distrito de Portalegre foi encontrado através da votação entre a oficialidade da guarnição militar de Portalegre. Os três militares mais votados, Dr. José de Andrade Sequeira médico da Armada, Srs. Coronel Pinto Rodrigues e o Coronel Lacer Machado não aceitaram o cargo. No dia 22 de Junho de 1926 foi votado o Tenente Coronel Gaudêncio Trindade, 2º Comandante de Artilharia de Montanha. Este oficial aceitou o cargo, embora contrariado⁵⁰. Tomou posse no dia 2 de Julho de 1926 numa cerimónia em que participaram todos os oficiais de Portalegre, no entanto nenhum político militante esteve presente⁵¹.

No *Distrito de Portalegre*, defende-se a nomeação do novo governador civil. Contudo, numa coluna mais abaixo, é questionada a opção de escolher só militares para os órgãos administrativos. *O Distrito de Portalegre*, não compreendia

"muito bem a razão porque inserindo no programa revolucionário a interferência das corporações económicas nos corpos administrativos"⁵² se esqueceram de os fazer representar.

"Seria lógico e talvez profícuo?

Porque ninguém como elas estudam e conhecem os assuntos de fomento, únicos a atentar na actualidade"⁵³.

A *Plebe* fez "votos para que á frente do Distrito de Portalegre o Sr. Tenente

Coronel Galdêncio Trindade prestigie e dignifique a República, correspondendo assim á confiança que no seu caracter e espírito militar os republicanos depositam"⁵⁴.

O novo governador civil nomeou novas comissões administrativas para as Câmaras Municipais, na sequência do decreto nº 11875 de 13 de Julho de 1926 que dissolveu todos os corpos administrativos.



*Severino de
Sant'Ana Marques.
Deputado em 1925
pela U.I. E. pelo
círculo de Portalegre
e Director de 'O
Distrito de Portagre'*

Para a junta geral do distrito de Portalegre foram designados cinco oficiais, o Tenente Coronel Patrício Rodrigues, os Capitães Almeida Tavares e João Dias e os Tenentes Jorge Jonet e Fernando Garção. Para a comissão executiva da câmara municipal de Portalegre foram designados seis oficiais, os capitães Sousa e Oliveira, Manuel Fidalgo, Manuel Marques e os tenentes Miranda Relvas, Botelho de Medeiros⁵⁵ e João Macedo⁵⁶. Para presidir esta comissão foi convidado o Dr. Damião do Rio⁵⁷. Para as Juntas de Freguesia foram designados "cidadãos que compunham as que funcionaram nas Ditaduras Pimenta de Castro e Sidónio Pais"⁵⁸.

O *Distrito de Portalegre* protesta novamente pelo facto de não terem sido nomeados para os corpos administrativos elementos das forças económicas⁵⁹. No entanto, afirma que as pessoas designadas são "pessoas competentes"⁶⁰.

A *Plebe* afirmou que o governador civil convidou a antiga comissão executiva para continuar a governar. Contudo, o Ministro do Interior não concordou com esta opção. Colocou-se ainda a hipótese de nomear a comissão executiva "desde que não o fossem dois dos seus membros — José António Costa e João de Brito, filiados no P.R.P e que eram os únicos vereadores da Câmara que tinham filiação partidária"⁶¹. Contudo, os restantes elementos da comissão executiva não aceitaram esta hipótese.

O vereador da comissão executiva deposta, Galiano Tavares, escreveu uma carta ao redactor d'*A Plebe* para esclarecer a situação anteriormente descrita. Galiano Tavares afirma que o governador civil, "não obstante desejar reiterar a sua confiança á dita Comissão

Executiva o não poderia fazer por a isso se opôr uma determinação alheia á sua vontade"⁶². Em relação à segunda hipótese afirma que "foi desde logo arredada porque interpretando o sentir dos demais vogais e Presidente eu informei desde logo que a Comissão Executiva se não manteria desde que não ficasse como fora eleita"⁶³.

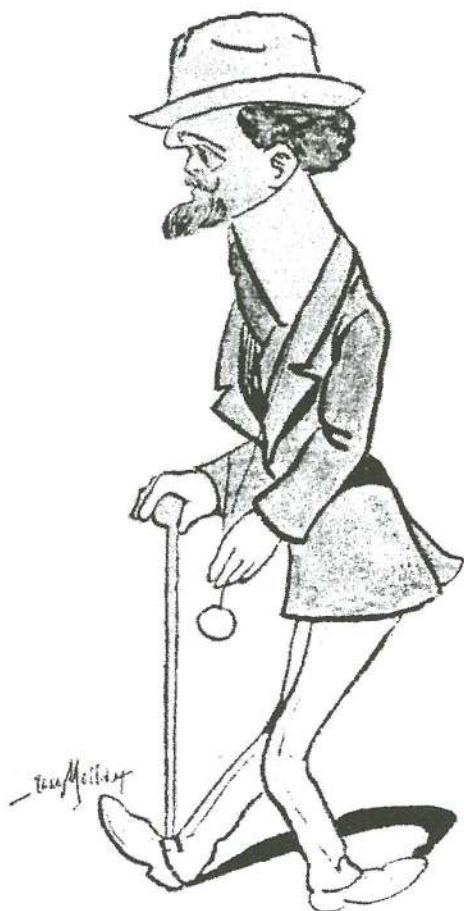
"Na primeira sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Portalegre o Sr. Tenente Miranda Relvas, um dos seus membros propoz (...) um voto de louvor à Comissão Executiva



Segundo A. Ventura

João José da Conceição Camoesas,
Deputado pelo P. R. P. em 1925, pelo círculo
de Portalegre

dissolvida, proposta que fez nos mais elogiosos termos para aquela"⁶⁴. Esta proposta foi aprovada por unanimidade. A



Segundo A. Ventura

Baltazar de Almeida Teixeira. Director da Plebe e Deputado pelo P. R. P. em 1925, pelo círculo de Portalegre

Plebe criticou duramente o facto deste militar aceitar um cargo dentro da nova comissão administrativa, simultaneamente elogiar a acção da antiga comissão executiva bem como aceitar a deposição desta comissão⁶⁵. "A não ser que quem propoz ou quem aprovou se queira pôr, por uma questão de aspirações e interesses pessoais, na cómoda situação de estar bem simultaneamente com Deus e com o Diabo, hão de concordar os membros da Comissão Administrativa que a partir da sua primeira sessão, o primeiro dia do exercício do mandato, a sua situação moral e política, a dentro de tais funções, começou a ser um tanto dúbia e muito milindrosa."⁶⁶

O Tenente Joaquim Relvas responde a estas acusações em carta publicada n' *A Plebe* informando que propôs um voto de louvor à comissão executiva dissolvida, por esta estar a realizar "melhoramentos de vulto"; por ser "amigo pessoal de alguns membros da Comissão"; por "demonstrar publicamente (...) que não entrava para a Comissão Administrativa do Município em tom de guerra"; e por ser "corrêto e bem educado"⁶⁷. No entanto, estava "perfeita e absolutamente integrado no movimento militar do 28 de Maio, com quanto a política administrativa resultante desse movimento não satisfaça ainda bem, sob o ponto de vista nacional, as suas aspirações de portugueses"⁶⁸.

CONCLUSÃO

Como podemos verificar a formação de grupos antipartido democrático durante a I República criou condições para uma consolidação do "28 de Maio" em Portalegre.

A elite política democrática foi afastada do poder e em seu lugar ficou uma elite conservadora maioritariamente militar, embora afastada dos partidos políticos conservadores locais.

Não foram chamados para o poder elementos dos interesses económicos, como solicitava *O Distrito de Portalegre*, porque possivelmente, a maioria destes tinham ligações aos ideais monárquicos, o que os afastava do "28 de Maio".

A preponderância da elite militar é justificada pela nomeação do governador civil — Tenente Coronel Gaudêncio Trindade, que deve ter nomeado homens da sua confiança pessoal. Esta preponderância militar é curiosamente uma novidade nos estudos realizados sobre a nova elite política local após o "28 de Maio".

Na maior parte dos casos conhecidos houve uma recondução da mesma elite política local que estava no poder, quando esta era conservadora⁶⁹, ou então, nomeou-se a oposição conservadora quando os democráticos, ou outras forças de esquerda ocupavam a comissão executiva⁷⁰.

Notas

- ¹ Cf., Fernando Rosas, "Apenas o início da longa Marcha", *Público*, 28 de Maio de 1996, p.19.
- ² António Costa Pinto, "Ditadura Militar", in AA.VV., *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. I, s.l., Pub. Alfa, 1985, pp. 191-192.
- ³ Cf., Fernando, «2. O Estado Novo», in AA.VV., *Sociedade e Cultura Portuguesas - 2*, Maria José Ferro (Coord.), Lisboa, Universidade Aberta, 1990, p. 301; Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 151-164; António Costa Pinto, "O comboio misterioso de Salazar", *Expresso - Revista*, 1 de Junho de 1996, pp. 104-107.
- ⁴ Cf., Maria Cândida Proença, *Eleições Municipais em Sintra, 1910-1926*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1987, p. 54.
- ⁵ *Ibidem*.
- ⁶ Antigo oficial da armada, *Distrito de Portalegre*, 18 de Outubro de 1925, p. 1.
- ⁷ Oficial da cavalaria, ministro da guerra com Sidónio Pais, *Distrito de Portalegre*, 18 de Outubro de 1925, p. 1.
- ⁸ Prestigiado político do Alto Alentejo. Veja-se biografia, António Ventura, *Publicações periódicas de Portalegre (1836-1974)*, Câmara Municipal de Portalegre, Portalegre, 1991, p.70.
- ⁹ Governador da Guiné (1924-26) e um dos políticos naturais de Portalegre mais importantes, Veja-se biografia, António Ventura, *ob. cit.*, p. 45.
- ¹⁰ *A Plebe*, 22 de Novembro de 1925, p.2.
- ¹¹ Nomeadamente, os candidatos José Nunes Tierno da Silva (1129 votos); José Velês Caroço, Nacionalista (723 votos); Manuel Geraldo Cassala, Radical (167 votos); Virgílio Lusitano, Radical (118 votos).
- ¹² Exercia medicina em Portalegre sendo um dos elementos conservadores mais influente na região. Foi Deputado do Partido Progressista no final da Monarquia e Deputado Monárquico em 1921. Em 1925 torna-se Deputado pelo U.I.E. É ainda Director do *Distrito de Portalegre* e fundador do Sindicato Agrícola de Portalegre. Veja-se biografia, António Ventura, *ob. cit.*, pp. 79-80
- ¹³ Lavrador e antigo parlamentar, *O Distrito de Portalegre*, 19 de Outubro de 1925, p. 1
- ¹⁴ Importante elemento do P.R.P.. Foi Deputado em várias legislaturas e Ministro da Instrução em 1923 e em 1925. Era natural de Elvas. Veja-se biografia, António Ventura, *ob. cit.*, p. 90.
- ¹⁵ Director de *A Plebe* (1914-1916, 1924-1932), Veja-se biografia, António Ventura, *ob. cit.*, p. 71.
- ¹⁶ Eleição para a Câmara dos Senadores.
- ¹⁷ Eleição para a Câmara dos Deputados.
- ¹⁸ Jornal semanal, órgão da Federação Municipal do Partido Republicano Português no círculo de Portalegre. Dirigido pelo Dr. Baltazar Teixeira, eleito deputado em 1925 pelo círculo de Portalegre.
- ¹⁹ "A Urna pelo P.R.P.", *A Plebe*, 25 de Outubro de 1925, p.1.
- ²⁰ "A Máscara que caiu", *A Plebe*, 1 de Novembro de 1925, p. 2.
- ²¹ *Ibidem*.
- ²² *Ibidem*.
- ²³ Santana Marques revela um espírito conservador e tradicionalista nos seus textos. Para o Director de *O Distrito de Portalegre*, a vida no campo tinha sido completamente alterada e os culpados eram os democráticos e os "13 anos de estúrdia" republicana. "Onde param aqueles dias felizes do nosso camponês, escanhado de cara, limpo de fato; sereno de consciencia; atencioso de maneiras, pisando a mesma estrada dos seus maiores levando-o invariavelmente ao templo, rodeado da familia ?
Como era encanto ve-los no regresso ao lares, retemperados de vigor espiritual,

para o recomeço da sua tarefa honesta e productiva.

Que é feito daquelas romarias cheias de grandeza poetica, em que os novos honestamente se divertiam contemplados pelo olhar radioso dos velhos saudosos do entusiasmo daquelas idades ?

Que caminho levou aquele trajar guerrido, de fresco sabor regional, tão admirado pelos estranhos e tão querido da nossa velha gente ?

Já nos não entendemos nem conhecemos!

Reina a desconfiança nos negocios, a confusão nos contratos, a bastardia nos usos.

O espartilho, o salto de cunha, a falta das mangas, o excesso da cutis á vela, reinando nas cidades e já com largos tentaculos nas aldeias, são bem um produto desta nossa gerencia publica." Severino de Santana Marques, "Eleições", *O Distrito de Portalegre*, 28 de setembro de 1925, p.1

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Severino de Santana Marques "Em plena efervescência eleitoral" *O Distrito de Portalegre*, 18 de Outubro de 1925, p. 1.

²⁷ António Ventura, *ob. cit.*, p. 72.

²⁸ *Idem*, p. 131.

²⁹ Os candidatos da lista conservadora obtiveram votações que oscilaram entre os 390 votos e os 478 votos. Os candidatos da lista de conjunção republicana obtiveram votações que oscilaram entre os 788 votos e os 897 votos. "A média de diferença de votação é" de "429.5 votos por candidatos à Câmara Municipal" ("Assembleia de apuramento", *A Plebe*, 6 de Dezembro de 1925, p. 2).

³⁰ "Câmara Municipal", *A Plebe*, 3 de Janeiro de 1926, p.2.

³¹ Segundo a opinião do órgão democrático, *A Plebe*, 15 de Novembro de 1925, p.1.

³² Em Castelo de Vide surgia sempre, segundo o órgão democrático *A Plebe*, nas eleições administrativas "o célebre bloco antidemocrático", combinação de monárquicos e de republicanos contra o P.R.P. Nas eleições de 1925 conseguiram novamente obter a vitória nas eleições administrativas. *A Plebe*, 6 de Dezembro de 1925, p.1.

³³ Veja-se, João B. Serra, "Os poderes locais: administração e política no 1º quartel do séc. XX" in César Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do poder local*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, pp. 264-280.

³⁴ *A Plebe*, 6 de Junho de 1926, p. 2.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ "Pronunciamento militar", *O Distrito de Portalegre*, 30 de Maio de 1926, p.1.

³⁹ "Os últimos acontecimentos", *A Rabeca*, 6 de Junho de 1926, p. 2.

⁴⁰ "A Postos", *A Plebe*, 30 de Maio de 1926, p.1.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² João Camoêsas, "A ditadura e os ditadores", *A Plebe*, 30 de Maio de 1926, pp. 1-2.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ João Camoêsas, "Firmes", *A Plebe*, 6 de Junho de 1926, p. 1.

⁴⁵ Severino Santana Marques, "O último movimento revolucionário", *O Distrito de Portalegre*, 6 de Junho de 1926, p.1.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ Severino Santana Marques, "Câmara dos Deputados", *O Distrito de Portalegre*, 13 de Junho de 1926, p. 1.

⁴⁸ Severino Santana Marques, "O Novo Governo", *O Distrito de Portalegre*, 13 de Junho de 1926, p.1.

⁴⁹ "Corpos administrativos", *O Distrito de Portalegre*, 18 de Junho de 1926, p.1.

⁵⁰ "A escolha da nova auctoridade do Distrito", *O Distrito de Portalegre*, 27 de Junho de 1926, p.1.

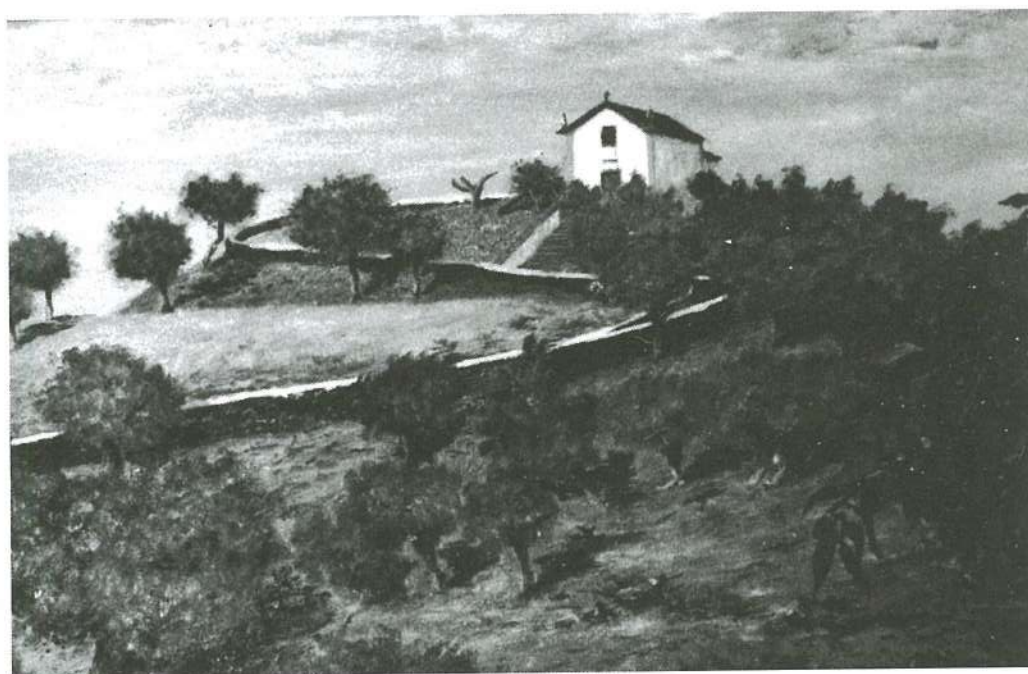
- ⁵¹ "Governador Civil", *O Distrito de Portalegre*, 4 de Julho de 1926, p. 1.
- ⁵² "Administradores do Concelho e Câmaras", *O Distrito de Portalegre*, 4 de Julho de 1926, p. 1.
- ⁵³ *Ibidem*.
- ⁵⁴ "Governador Civil", *A Plebe*, 4 de Julho de 1926, p. 2.
- ⁵⁵ Participou na tentativa revolucionária de 18 de Abril de 1925. Fundou mais tarde o semanário apoiante da Ditadura Militar, *A Região*, de que é o primeiro Director, Veja-se biografia, António Ventura, ob., cit., p. 121.
- ⁵⁶ "Comissões Administrativas", *A Rabeca*, 1 de Agosto de 1926, p. 1
- ⁵⁷ Professor e intelectual de formação católica. Veio para Portalegre em Janeiro de 1926, para tomar posse como professor do Liceu de Portalegre. Veja-se a biografia, António Ventura, ob. cit., p. 119.
- ⁵⁸ "Autoridades e Comissões administrativas", *A Plebe*, 1 de Agosto de 1926, p. 2.
- ⁵⁹ "Forças Económicas", *O Distrito de Portalegre*, 25 de Julho de 1926, p. 2
- ⁶⁰ "Comissão Administrativa de Portalegre", *Distrito de Portalegre*, 4 de Agosto de 1926, p. 1.
- ⁶¹ "Câmara Municipal", *A Plebe*, 25 de Julho de 1926, p. 2.
- ⁶² Galiano Tavares, "Uma carta", *A Plebe*, 8 de Agosto de 1926, p. 1.
- ⁶³ *Ibidem*.
- ⁶⁴ "O espírito que fez eclodir", *A Plebe*, 15 de Agosto de 1926, p. 2.
- ⁶⁵ *Ibidem*.
- ⁶⁶ *Ibidem*.
- ⁶⁷ Joaquim Relvas, "Resposta a um curioso", *A Plebe*, 22 de Agosto de 1926, p. 2.
- ⁶⁸ *Ibidem*.
- ⁶⁹ Em Serpa num primeiro momento, o governador civil de Beja não estava disposto a nomear a mesma comissão administrativa nacionalista que tinha sido

deposta. Embora depois tenha aceite nomeá-la, certamente devido às muitas pressões que sofreu, (*Democracia do Sul*, 14 de Agosto de 1926, p. 4; *Idem*, 15 de Agosto de 1926, p. 4; *Idem*, 17 de Agosto de 1926, p. 4). Nas Caldas da Rainha a Comissão executiva era constituída por independentes e por um nacionalista. Esta comissão foi reconduzida com a inclusão de mais um elemento nacionalista, cf., João B. Serra, "Caldas da Rainha, 1887-1927", in *Terras de Água: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal, 1993, pp. 441-442. Em Torres Novas alguns elementos da antiga vereação, de maioria católica e nacionalista permaneceram na nova comissão, pese embora "o administrador do concelho tenha referido que escolheu nomes tanto quanto possível fora dos partidos", Mário Lopes dos Santos, Torres Novas na Primeira República, Serviços Culturais da Câmara de Torres Novas, 1992, p. 317. Na realidade praticamente todos os elementos tinham tido participação política activa. Convém ainda salientar que um elemento democrático participa na nova comissão executiva (*Ibidem*). Em Évora foi nomeada uma nova elite conservadora, no entanto distante da elite conservadora que detinha o poder no período republicano. Cf., Manuel Baião, *Elites políticas locais na transição da I República para a Ditadura Militar (1925-1926)*. O caso de Évora, Trab. pol., F.C.S.H./U.N.L., 1996.

- ⁷⁰ Loures enquadra-se neste quadro teórico. A comissão executiva era democrática antes do "28 de Maio", e passa para as mãos da oposição nacionalista, João Bernardino Gomes Resa, "Loures e a República Democrática 1910-1926", in *Loures. Tradição e Mudança*, Vol. II, Câmara Municipal de Loures, Loures, 1986, pp. 56-57.

UM PASSEIO À SENHORA DA GRAÇA (NISA)

José Dinis Murta



Trecho do Quadro a óleo do Cabecinho de Nossa Senhora da Graça, de António Maria Charrinho (Nisense, autodidacta, pintor, músico,... 1995).

Um passeio à Senhora da Graça é uma leitura despretençiosa do passado e do presente; é um "passeio" pelo nosso património, pela nossa cultura; é um esboço de um roteiro de potencialidades para o futuro¹.

Aqui fica com agrado!

INTRODUÇÃO

As “caiaças”¹ estão feitas, mas o “corre-corre” continua. Os fornos estão a arder². No ar paira o cheiro a bolos fintos e a queijadas. Alinhados no tabuleiro, os “lagartos” e as “freiras” espreitam, com os seus olhos de feijão frade³, as brincadeiras da “cachopada”⁴, e aguardam que o forno aqueça para que, na sua vez, aí sejam “metidos”. As tigeladas ficaram boas, não ganharam “pé”⁵.

O vinho da melhor talha está guardado. Os borregos e os cabritos aguardam o Sábado, são a matéria-prima do ensopado.

São os preparativos!

Segunda-feira trancam-se as portas e “vai-se” à “Senhora da Graça”.

*“Segunda-feira de Páscoa
É dia de romaria.*

*Ou a pé ou a cavalo,
Ninguém falta nesse dia”.⁶*

*“Nossa Senhora da Graça,
lá A vamos adorar.*

*Vem gente de muito longe,
à sua ermida rezar.*

*Até gente de Lisboa
cá A vem visitar”.⁷*

Anualmente, na Segunda-feira de Páscoa, feriado municipal em Nisa, o sítio da Senhora da Graça enche-se do colorido e do bulício dos residentes na Vila, nas demais povoações do concelho e também daqueles que, embora residindo longe, não querem faltar ao cumprimento da tradição, ao encontro com os familiares e amigos, à volta da improvisada mesa campestre,⁸ e aos festejos religiosos —

missa, sermão e procissão — em honra da Padroeira, Amiga, Advogada, Medianeira, Mãe, Madrinha e até Comadre — Nossa Senhora da Graça.

Ana da Graça, Manuel da Graça, João da Graça, Maria da Graça, Júlia da Graça, José da Graça, ...Graça. Graça é nome muito frequente em Nisa. Não há estudos no sentido de saber a maior ou menor frequência de baptismos com *Graça* ao longo dos tempos, ou de saber qual o sexo, as classes, os grupos sociais ou profissionais que mais o empregam ou, ainda, a sua associação a determinados acontecimentos ou crises marcantes, quer locais, quer nacionais, na vida das sociedades... mas é sabido que *Graça* se deve à padroeira de Nisa — Nossa Senhora da Graça — que é santa orago da freguesia mais antiga desta vila e de outras do concelho — Alpalhão, Arez e Montalvão.

Mandam os costumes que, em bom rigor, no acto do baptismo, se deverá colocar, sobre a cabeça do futuro neófito, a coroa da imagem da Santa, da madrinha celestial.

Não há referências às origens desta festividade, desta romaria, porém, apesar de já ter revestido outras características,⁹ não é inédita, nem única, quer a nível do concelho,¹⁰ do distrito ou do país.

Os niseses vão frequentemente à Senhora da Graça.

Segunda-feira de Pascoela, ainda que em escala muito menor, o facto repete-se mas, desta vez, para festejar Nossa Senhora dos Prazeres.

Há notícia de ter havido outras romarias no local, mas caíram em desuso e as ermidas de outros Santos de devoção encontram-se em ruínas — S. Lourenço e Santiago.

No passado “Na 4ª e 5ª feira de Páscoa, também havia romaria na Senhora da Graça, e, principalmente na 4ª feira, havia sempre grandes desordens em que alguns ficavam com a cabeça partida. À tarde regressavam todos para Nisa, e então, jogavam na rua, à pela”.¹¹

Santo Isidro, patrono dos lavradores, que se alberga na ermida da Nossa Senhora dos Prazeres, também já teve a sua festa, porém, muito recentemente, passou ao esquecimento¹². Era promovida pelos que da terra tiram o seu sustento.

*“A ceifar ganhei a vida,
A lavar me vi crescer,
Enamorei-me da terra
E nela me vi morrer.”*¹³

Quase diariamente (de manhã e à tarde), ao longo do ano, pequenos grupos, principalmente de mulheres, desfiando as contas do “terço” e rezando em coro, deslocam-se a pé à Senhora da Graça (o regresso, por vezes, já é em viatura, pois um familiar ou pessoa amiga de alguém do grupo a isso se disponibiliza). Vão orar, solicitar benesses, agradecer “ajudas prestadas em alturas de aflição” ou cumprir as promessas feitas, das quais a “novena” é vulgar¹⁴.

*“Nossa Senhora da Graça,
Lá na sua capelinha,
Mesmo que faça mau tempo,
Nunca se encontra sozinha”.*¹⁵

Por vezes, é a “Santa” que, em procissão, desce à Vila para atender a um pedido colectivo¹⁶. O último aconteceu no mês de Abril de 1992. Uma prolongada estiagem levou que, um pouco por todo o

país, os crentes elevassem, em prece, as vozes para o céu, solicitando a Deus e aos santos aquilo que a Natureza lhes negava. Em Nisa, na Igreja Matriz¹⁷, esteve, durante alguns dias, a imagem de Nossa Senhora da Graça para ouvir e atender ao pedido dos que por lá passavam.

*“Nossa Senhora da Graça
Vós sois a consolação
Do pobre, roto, descalço,
Sem um abrigo e sem pão”.*¹⁸

SENHORA DA GRAÇA/NISA-A-VELHA

Nem só a religiosidade estreita os laços dos nisorros com o sítio da Senhora da Graça.

Segundo a tradição, foi aqui que se localizou a primitiva Vila - Nisa-a-Velha — que terá sido saqueada, queimada e arrasada pelo Infante D. Afonso Sanches (filho bastardo de D. Afonso III) aquando das lutas fratricidas que travou com D. Dinis, e que já trazia em Castelo de Vide, Portalegre e Marvão. O Rei Lavrador pagaria, posteriormente, a lealdade demonstrada mandando edificar e cercar de muralhas 4 Km para sudoeste, no Vale do Azambujal, uma *nova vila* segundo o modelo que em outras povoações já havia utilizado e em vigor na Europa da época — a “*bastide*” (fortaleza) — um projecto geometrizado, feito a régua e esquadro, perfeitamente identificável e que corresponde à zona intra-muros da actual Vila de Nisa, ao “*Centro Histórico*”.¹⁹

João Dinis, Maria Dinis, José Dinis, Ana Dinis, ...Dinis ...ou Dionísio (versão erudita) é frequente em Nisa.

Diz a voz do povo que a frequência de *Dinis* se deve ao facto de D. Dinis, o rei Lavrador, ter edificado Nisa, a Nisa actual, já que outra existiu no “sítio” denominado por Senhora da Graça.

Mas também Baco, deus romano, era Dionísio, consagrado à *aurora* e ao *vinho*, e, para alguns, foi ele que fundou a primeira povoação, ou pelo menos, para outros, era venerado na sedutora colina, que por esse motivo se chamou Nisa e, por vizinhança, toda a povoação que ela *dominava*.

E o que dirá a voz de estudos cientificamente elaborados?

O traçado da *Nova* deve-se a D. Dinis — não restam dúvidas, ainda que edificada num local, ou próximo dele, habitado na altura, ou em épocas anteriores, conforme a toponímia e os achados arqueológicos têm demonstrado²⁰. Diz-se que foi à sombra do castelo de Terron e da Torre do João Vaqueiro mas estes estão envoltos nos nevoeiros da lenda.

Os documentos escritos conhecidos são já do tempo de Afonso IV e referem-se à edificação das muralhas — 1343²¹.

A história aponta para a veracidade de factos narrados acerca da *Velha*, os dados arqueológicos não os desmentem e indiciam, também, uma permanência humana, no local muito mais recuada no tempo.

O cume da colina, “cabecinho”, onde se ergue a Ermida da Nossa Senhora da Graça, permite-nos desfrutar uma paisagem com aspectos multifacetados e com vastos horizontes, que culminam na Serra da Estrela e na vizinha Espanha. Distingue-se dos circundantes pela sua configuração, beleza e difícil acesso, como convém para quem, em tempos recuados,

em guerra permanente vivia mas sem esquecer a água que aos *pés* corre, a *Ribeira* que de *Nisa* colheu nome, apesar de nascente ter para as bandas de Portalegre, em S. Mamede, serra.

À vista desarmada detectam-se vestígios de ruínas de estruturas de características defensivas, que denunciam ter existido ali um castro e, daí, o vulgo o ter apelidado e conhecer por “castelinho”. Em visão estereoscópica (visão a três dimensões obtida a partir de fotografias aéreas para o efeito tiradas — tipo *View-Master*) três cinturas circundam o cabeço.

Por lá passaram os romanos que influências culturais exerceram e vestígios materiais deixaram (têm sido encontrados tijolos — lateres —, fustes de colunas e aras com inscrições votivas). Foram estes vestígios que alimentaram a fantasia a atribuir-lhe a fundação (ano 1317, antes de Cristo) e o nome a Dionísio Baco, o mesmo Baco que deu nome a Ribeiro em Portalegre e, pela mesma altura, a filha Amaia de um seu capitão, a um município pr’ás bandas de Marvão - Ammaia. Há quem veja também a permanência de gregos através do vocábulo *Nisa*, nome de grega, bela como convém.

Sofreu as invasões dos bárbaros e, para alguns autores, *aparece* Nisa, chefe mouro, a dar-lhe o seu nome e a ser autor do repovoamento da localidade, e, ainda, da reedificação da antiga fortaleza romana²².

Sofreu as vicissitudes da dominação muçulmana e da Reconquista. Com a Reconquista abraçou definitivamente o cristianismo.

Recebeu foral que, embora desaparecido, pode ser comprovado através da referência que lhe é feita por D. Sancho II ao conceder idêntido

documento à Vila do Crato em 1232: “*Damus vobis populatoribus tam presentibus quam futuris foros et costumes de Nisa*”.

Vivia em paz quando Afonso, mau grado, a quis sua e, assim, nos finais do século XIII, após queimada, foi abandonada.

O abandono não foi total (ontem e hoje, há sempre aqueles que, apesar das péssimas condições, se sentem presos aos lugares onde nasceram e onde têm os seus haveres, ainda que parcos) e as duas povoações terão coexistido durante algum tempo²³, provavelmente até ao século XVII/XVIII, ainda que a primitiva estivesse escassamente povoada.

Os edifícios religiosos atestam marcas de restauro e melhoramentos ao longo dos tempos, prova inequívoca da presença e/ou da ligação ao *sítio*: em 1638 foi erguido um Cruzeiro à entrada da povoação, no adro da Igreja de Santiago, que já está em ruína no século XIX.

Duas povoações terão coexistido — uma *Nova* e outra *Velha* — e uma delas, a *Nova*, suplantou a outra que acabaria por se extinguir.

Duas igrejas, na mesma freguesia, a Nossa Senhora da Graça; uma urbana, a Matriz, e outra rural, na velha Nisa.

Duas igrejas coexistem e, para os nisorros, nenhuma suplanta a outra!²⁴

Nossa Senhora da Graça, *bendita sois vós entre as mulheres*, e, entre os nisenos, poetas e músicos te cantam e nos encantam.

“*Nossa Senhora da Graça
Tuas mãos são luminosas
És perdão por quem Ti passa
A mais bela das formosas*”.²⁵



Excerto de trecho musical. Letra e música de Rodrigues Correia, elemento da Companhia de TEATRO DESMONTÁVEL e estanciou em Nisa nos anos 50

O PASSEIO

Nossa Senhora da Graça é sinónimo de *aurora*. *Aurora* é o significado de *Nisa*, vocábulo, cuja origem etimológica se encontra em nome de divindade egípcia, há quem o afirme.

Romaria em época de Ressureição, na Primavera, no desabrochar da vida, na aurora, reúne anualmente os nisenos, a par do cumprimento diário de promessas à Senhora. É o regresso às origens, a força da tradição, da religião, da padroeira, da madrinha, da comadre.

Não é Segunda-feira de Páscoa, nem de Pascoela, nem temos promessa a cumprir, mas fazemos-lhe um convite: venha daí, venha connosco à Senhora da Graça²⁶.

Façamos o percurso a pé²⁷.

Deixemos Nisa, num destes dias luminosos de Sol, manhã cedo, quando ainda paira no ar o cheiro da maresia estival.

Deixemos Nisa por uma das Portas do burgo dionisino, pelas Portas de Montalvão²⁸ (Monumento Nacional), assim chamadas porque eram a saída que se ligava ao antigo caminho que seguia para Montalvão (antiga vila actualmente integrada no município nicense) e com passagem por Nisa-a-Velha/Nossa Senhora da Graça e Pé-da-Serra.

A antiga e denominada Azinhaga da Fonte do Frade, beneficiou de algum progresso, passou a rua e recebeu o nome de Sacadura Cabral - foi alargada e hoje já é asfaltada²⁹. No início, em descida, a ladeá-la, algumas casas de construção recente roubaram espaço ao olival. Oliveiras velhíssimas de troncos carcomidos justificam o nome antigo — Vale do Azambujal³⁰.

Continuamos a descer e imediatamente à esquerda, numa curva, fica-nos o Lavadouro Municipal e o local onde se ergueu a Fonte do Frade³¹, que, neste século (meados), a edilidade decidiu transferir para a Praça do Município, considerando que a sua traça arquitectónica era mais digna de embelezar aquele espaço público e onde poderia ser mais

facilmente contemplada do que nos campos agricultados onde nascera, com aquela forma, havia mais de dois séculos³².

Vontades de outros tempos! Hoje novamente se contesta a sua implantação na Praça do Município. E vai para onde? Património sofre com os caprichos dos homens!

A Fonte saíu e também uma pequena ponte. O traçado da via alterou-se. Instalou-se o lavadouro e, ao lado, em pequena, moderna e incaracterística fonte, correm águas da nascente que alimentava a centenária Fonte do Frade e o antigo Ribeiro da Romã.

Também nestes terrenos, Alto de Santa Luzia, onde *dinheiros* de romanos se encontraram, existiu, a vulgarmente



Quadro a óleo do Cabecinho de Nossa Senhora da Graça, de António Maria Charrinho (Nisense, autodidacta, pintor, músico,... 1995).

conhecida por capela de Santa Luzia³³, mas *ermida era do Espírito Santo dos Frades*.

Espírito Santo.

Em cada canto, seu Espírito Santo! Espírito Santo é a outra freguesia de Nisa, tem Igreja de seu nome noutra espaço. Espírito Santo teve irmandade — *“...a irmandade dos moços do Espírito Santo, que começou logo nos princípios da villa, e consiste na reunião de alguns jovens lavradores com o fim de invocarem aquelle Divino Creador, e Vivificador em nome da classe, a que pertencem, nas suas plantações, e sementeiras...”*³⁴ A irmandade ergueu uma capela (a actual Igreja do Espírito Santo) e tinha estandarte no alto do qual colocavam um molho de espigas e um bolo (emblema da agricultura). Nos dias de festa tinham um imperador (vestes à moda do romano, coroa, diadema) com guarda pretoriana armada com espadas. Três vezes no ano — Corpo de Deus, S. João e no dia do patrono, geralmente no mês de Setembro — é a festividade do *corde dos galos*. Na vila pediam-se as primícias das criações das aves domésticas que, em ritual cruel e sangrento, viriam a ser imoladas, sacrificadas com uma espada, pelo repouso das famílias e prosperidade dos rebanhos. *“...separados e escolhidos os melhores gallos, são atados successivamente um a um na corda fatal, e sacrificados com uma espada por aquelles, que os ajustam e compram á divindade, que se festeja”*.³⁵ Reminiscências de cultos pagãos³⁶.

Santíssima Trindade! Divino Espírito Santo! Nossa Senhora da Graça!

Campos cultivados e de grandes oliveiras; viçosas e frondosas, umas; com aspecto de decrépitas, outras; mas todas,

ou quase todas, de troncos grossos, retorcidos e carcomidos, atestam a sua longevidade várias vezes centenária — é o Azambujal.

Mais alguns passos e estamos no sítio do “Encontro” — o local onde tradicionalmente se encontra a procissão que vem da Senhora da Graça, quando a “Santa” desce à Vila, com aquela que, saída de Nisa, a vai esperar³⁷.

*“Ermidinha alta, acolá, distante,
Alumia o monte com o seu sorrir,
Faz-me lembrar um anjo, que vagueia,
errante,
Branco, muito branco, que não quis
partir!”*³⁸

Ao longe, sobressaindo da linha do horizonte, alveja no cume do verde escuro de uma elevação, em contraste com o límpido céu azul, a capela de Nossa Senhora da Graça. Esta imagem desaparecer-nos-á tão repentinamente como surgira, pois continuamos a descida para um pequeno vale mais à frente, onde corre o Ribeiro de Santo André, Santo que, próximo da foz do seu ribeiro, para as bandas do leste, tem uma capela, uma capela em ruínas, uma capela que foi gótica, rezam as memórias.

O ar é pestilento; por ali, a céu aberto, correm esgotos da Vila.

Subimos; a zona do olival vai terminando — à esquerda, as oliveiras são substituídas por sobreiros e à direita, terminadas que são as oliveiras, há, em descida, um caminho de terra batida.

Façamos aqui uma “escapadela” ao percurso que estamos a seguir (é ir e voltar). Sigamos por este caminho de terra batida para ir admirar uma pequena ponte medieval — a Ponte do Vale da Boga³⁹. O

nome sugere que por aqui houve águas com bogas, porém, hoje, as suas aduelas graníticas são lavadas por negros e pestilentos esgotos, esgotos da Vila⁴⁰.

Regressados ao alcatrão, temos nova descida. Já não existe, no vale, o verde fresco das frutíferas, que estavam bem compartimentadas pelos muros da Horta do Retiro, mas o branco das paredes e o vermelho dos telhados das construções⁴¹, associados ao pequeno espelho de água de uma lagoa artificial, à direita, ajudar-nos-ão a amenizar, a vencer, a subida que se encontra à nossa frente.

Seguir-se-á estrada plana.

A Este, na secura, pastos amarelados cobrem as pequenas elevações de cumes arredondados sem arvoredo. São campos que produziram cereais.

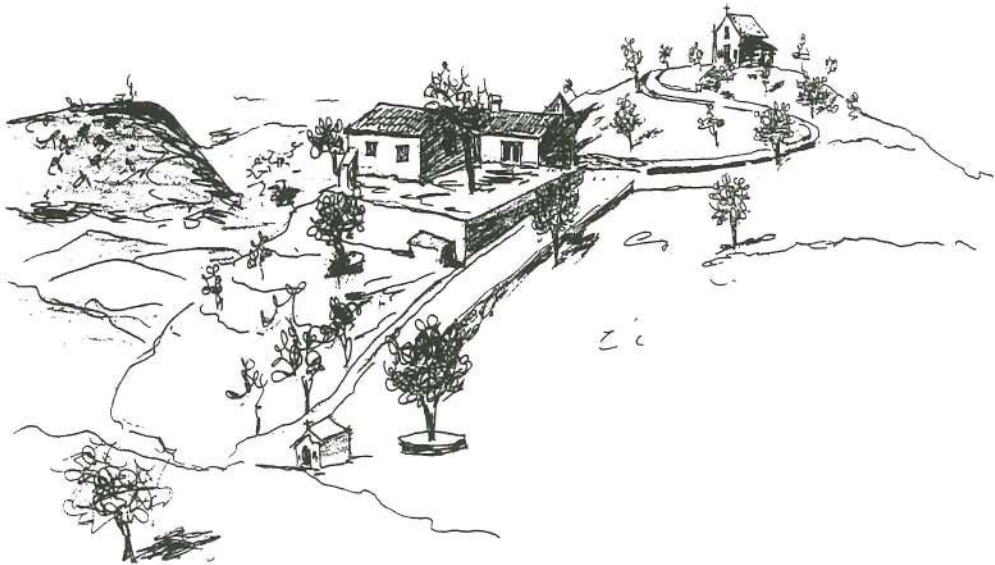
Para Oeste, para lá da parede do antigo caminho, agora revestido de mato, sobreiros sucedem-se aos “bacelos” de olivais e de vinhas⁴².

À nossa frente, imediatamente aos caminhos à esquerda (este entroncar-se-á, no Alto do Barracão/Horta do Padrecá com a estrada que de Nisa segue para Vila Velha de Ródão) e à direita, o eucaliptal é rei, é a marca dos tempos actuais. A celulose venceu a cultura cerealífera⁴³.

Eucaliptos ladeiam-nos no percurso em subida que ora iniciamos, cortam-nos a visão, mas exalam odores agradáveis.

Sobre nós, o sol escaldante do estio, faz-nos já gotejar as “fontes”, porém, chegados ao *cimo*, tudo se modifica.

As elevações, a Nordeste, e o som estridente das cigarras despertam-nos a atenção. Em último plano, uma colina —



Cabecinho de Nossa Senhora da Graça. desenho de António Maria Charrinho. (Nisense, autodidacta, pintor, músico... 1997).

no cume, a ermida da Nossa Senhora da Graça, e, a meia-encosta, a da Nossa Senhora dos Prazeres, distinguem-se, na sua alvura, do verde do olival. A médio plano, à direita do alcatrão, o Cruzeiro e uns palheiros de xisto, confundir-se-iam com o chão, se não fosse o seu recorte no azul luminoso do céu.

Daí, até nós, pequenas elevações desnudadas, de encostas suaves. São campos de pastagem.

À esquerda da estrada, em 1º plano, as ruínas da ermida de S. Lourenço mal se distinguem no verde escuro das acácias que se desenvolvem no antigo caminho e perto do adro do templo. Espraçando os olhos para Noroeste, o seco dos restolhos que vão subindo a encosta termina no eucaliptal e nalgumas azinheiras dispersas.

O alcatrão e os diversos caminhos, alguns dos quais ladeados de paredes de xisto, são mais alguns elementos marcantes da presença humana.

Chegamos à Ermida de S. Lourenço, após pequena descida.

É a primeira ermida, a *sentinela* do espaço sacralizado onde vamos entrar. Se bem contar, cinco ermidas (ou ruínas destas), todas com a porta sensivelmente orientada no mesmo sentido, há de achar, mas por excelência a de Nossa Senhora da Graça, no cabecinho, vai encontrar e, diz-se, possivelmente, sobre templo pagão.

“Pelo São Lourenço vai à vinha e enche o lenço” ordena o ditado popular, querendo com isto informar que já há bastantes uvas maduras. O calendário em função da agricultura, e a religiosidade do homem, que depende da terra, associada à natureza, e que solicita aos santos os anos bons e lhes agradece com rezas,

procissões... levanta templos e reparte com os outros graças recebidas.

Hoje a Ermida está em ruínas. Destelhada. Esventrada⁴⁴.

Nos áureos tempos⁴⁵, quando o caminho lhe passava mesmo em frente da porta⁴⁶, *“...os cardadores mandavam ali celebrar uma missa em 11 de Agosto, dia em que, por não haver nesta vila profissão daquele mester, continuou a fazer-se a festa de iniciativa do clero”*⁴⁷. *Costumavam os viticultores oferecer nesse dia, como fogaças, as primícias das suas vinhas, que, no fim da missa, eram esgalhadas e repartidas pela assistência”*⁴⁸.

Roubaram-lhe a pia da água benta. Roubaram-lhe a cruz sobranceira à porta. Roubaram-lhe pedra lavrada à esquerda da porta fixada.

Esteve para conhecer melhores dias com muitas vontades concertadas para recuperação⁴⁹, mas as vontades também sofrem crises e restam-lhe agora, e apenas, as silvas a minarem-lhe as entranhas e como companhia as mimosas (que ironia!) a vestirem-se de amarelo no fim do Inverno, no “inverno da vida”.

Subamos até ao sítio do Cruzeiro, (Cruz Alta, segundo o vulgo).

Cruz é símbolo de religiosidade. Cruz dos Templários, Cruz de Cristo são símbolos das Ordens que por estes locais pelejaram, governaram... Cruz está inscrita, em relevo, em muitos marcos de pedra dos antigos territórios destas Ordens⁵⁰. Cruz existe nos cruzamentos de caminhos. Cruz à beira de caminho ou de poço recorda quem ali morreu⁵¹. Cruz se faz sobre o pão quando se está a “tender”. Cruz se faz sobre o alguidar do sangue, das morcelas ou dos chouriços, depois da *matança do porco*. *Pôr a Cruz no pão* era hábito do lavrador, colocar cruz

feita de giestas e flores campestres na seara de espigas ondulando ao vento. Cruz significa sacrifício, cada um transporta a sua cruz. Em Nisa, muitos, no baptismo, no acto da Cruz, recebem Cruz no nome, são *da Cruz* — João da Cruz, Maria da Cruz, José da Cruz, Ana da Cruz, António da Cruz... — Cruz... a força da religião.

Pelo sinal da Santa Cruz...

Muito próximo ficam as ruínas da Igreja de Santiago.

"Pelo Santiago vai à vinha e prova o bago⁵²" ordena o ditado popular, querendo com isto informar que as uvas estão a começar a amadurecer. O calendário em função da agricultura, e a religiosidade do homem, que depende da terra, associada à natureza, e que solicita aos santos os anos bons e lhes agradece com rezas, procissões ... levanta templos, mas que, por vezes, anos mais tarde, os deixa cair.

Hoje, da Ermida, apenas existem umas simples paredes abraçadas por silvas. E no que foi o antigo adro, a Cruz Alta, em granito, com a data inscrita de 1638.

Nos inícios do século XVIII, o Padre Carvalho da Costa refere a existência, sem comentários, da ermida de Santiago⁵³, porém, volvidos pouco mais de cem anos, Motta e Moura (meados do séc. XIX) dizem-nos que *"...era a segunda parochia da antiga villa: está hoje perfeitamente demolida acabando de o ser no anno de 1824 em que lhe tiraram o portado de cantaria, e derrubaram as paredes; e apenas no local, em que estivera se observam os alicerces e algumas pedras dispersas, que ninguém tem querido..."*

É a regra, se o património é fruído vai sendo conservado, se não é, vai ficando o *"que ninguém tem querido"*, vai

ruindo segundo o vaticínio *"...o seu dono ...teve de retirar-se agora da sua própria habitação e cedel-a impunemente ao tempo que lh'a não poupára, e destruíra"*.⁵⁴

Assim foi, é e será. Hoje, da Ermida, apenas existem umas simples paredes abraçadas por silvas. O tempo não a poupou.

Na protecção e conservação do património a incúria do homem anda de mãos dadas com o tempo. Ontem e hoje.

A ermida não faz falta, dirão! Busquemos no passado a lição!

Nova proposta, novo convite, gostaríamos de lhe formular — sair do asfalto e contornar toda a colina da Senhora da Graça, admirando-a das cristas das elevações circundantes, mas, como o percurso é longo, demorado e cansativo, fiquemo-nos, por ora, no primeiro ponto de observação, à direita da Cruz e dos palheiros⁵⁵, à sombra de uma azinheira que aqui se encontra isolada.

Respira-se paz e tranquilidade!

Em 1º plano, na encosta para o vale, para o ribeiro de Santiago, que começa junto à ermida do mesmo nome e que circunda a Sul e Este a colina de Nossa Senhora e desagua na Ribeira de Nisa, em 1º plano, dizíamos, um rebanho de ovelhas "apascenta-se" e faz ouvir alguns balidos na quietude destes espaços.

Conforme vamos levantando os olhos destes terrenos de pastagens com algumas giestas e rosmaninho perfumando os ares, deparamos com uma pequena lagoa artificial (charca) no vale. A antiga vila reverteu terra cultivada. Sucodem-se, à esquerda, alguns vestígios de troncos carbonizados de oliveiras seculares, que foram devoradas pelas chamas de um incêndio ocorrido em Setembro de 1991⁵⁶, e que se contorciam

por entre amontoados dispersos de pedras xistentas, vestígios da antiga povoação.

Rede de arame de malha larga compartimenta terrenos onde a parede nunca existiu, caíu ou é pouco alta. São as novas técnicas de vedação — são práticas, de fácil erecção, susceptíveis de movimentação e de construção de espaços maiores ou menores, conforme as necessidades.

Para a esquerda, para lá da estrada de onde agora nos chega o coro das rezas de um pequeno grupo de mulheres, a encosta de um morro salpicado, aqui e acolá, de azinheiras, oliveiras e de eucaliptos, completam este cenário onde linhas de alta tensão também quiseram estar presentes.

Mas a chamar-nos com mais força e sedução, temos, mais uma vez, a colina de Nossa Senhora, onde, se divisa, no sopé, a Ermida dos Fiéis de Deus. Em último plano, é a serra de S. Miguel que nos prende e fascina com a sua altitude (a mais alta do Concelho) e com a graciosidade do boleado do seu cume para onde, pelas encostas, o eucalipto trepa. O brilho do casario branco da aldeia do Pé-da-Serra, na falda Este da montanha, completam e embelezam o quadro onde, de quando em vez, algumas aves cruzam o espaço. Na linha do horizonte, para Nordeste, o branco do casario de Montalvão e terras de Espanha.

E tudo isto se modifica na Primavera. Ao colorido e aos odores das flores silvestres — o amarelo das giestas, o roxo do rosmaninho e o branco das estevas, entre outros — associa-se, nos dias de festa, a multiplicidade de cores e tons do vestuário, o vai-vém, o movimento e o alarido dos romeiros.

Romaria em época de Ressurreição, na Primavera, no desabrochar da vida, na aurora, na luz da vida, reúne anualmente os nisenses, a par do cumprimento diário de promessas à Senhora. É o regresso às origens, é a força da tradição e da religião, é o querer bem à Padroeira, Amiga, Advogada, Medianeira, Mãe, Madrinha e Comadre.

É a força da Ressurreição, da Primavera, da Aurora.

*“E os moços a correrem ao festim do monte,
Anciãos caminham, trôpegos,
cansados...
Todos vão beber na piedosa fonte,
Alguns vão lembrar os dias já
passados”⁵⁷*

O cabecinho é coberto de gente.

A vila despoeira-se. A pé, de automóvel, de autocarro... todos, ou quase todos, vão à Senhora da Graça.

Automóveis pequenos e grandes, de cores sóbrias ou vivas, formam bichas intermináveis e ocupam todos os espaços acessíveis e disponíveis.

Missa campal, pois o templo é demasiadamente pequeno, sermão e procissão, constam do programa religioso. Os agradecimentos em Pai-Nossos, Avé-Marias... pelos favores recebidos não são confessos, mas o manto da Senhora cobre-se de notas.

*“Já lá vem a procissão
Da Nossa Senhora da Graça.
Toda a gente se ajoelha
Por onde a Senhora passa.
Traz manto cheio de notas:
Todos querem dar dinheiro.
São escudos, francos e marcos
E mais notas do estrangeiro”⁵⁸*



*Porta da
Ermida dos
Fiéis de
Deus.
Trabalho em
ferro de
Manuel
Malpique
Rufino,
Nisense,
serralheiro...*

No ar pairam os odores campestres, os odores dos banquetes, o convívio, a alegria, a harmonia, a paz e, lá mais para o fim da tarde, alguns acordes musicais — banda musical, rancho folclórico... diversão...

Regressemos ao nosso posto de observação, à sombra da azinheira, de onde, afinal, nem havíamos saído. Se contornarmos toda a colina da Senhora da Graça temos como dominância o olival plantado em socalcos no declivoso dorso.

O asfalto que lhe passa no sopé, a Sudoeste, contorna-a, sempre em descida, até Noroeste, e segue para o Pé-da-Serra sobre moderna ponte de betão.

Vista de Este, é muito íngreme, e tem, a meia-encosta, rodeado pelo arvoredado, um palheiro com caminho de acesso.

Do Norte apenas divisamos a ermida cimeira (havia oliveiras que arderam em 1991), mas temos em 1.º plano a Ribeira de Nisa de margens que foram verdejantes⁵⁹, e de água borbulhante. Para a antiga ponte desce o antigo caminho em calçada que ziguezagueia no vale a Oeste. E, quase no sopé, num plano inferior à estrada actual, uma conduta em cimento leva água da Barragem do Poio (lá longe, para Este, não visível) para a central hidroeléctrica da Velada (para as bandas do Oeste).

Observada da colina a Noroeste, para a qual temos acesso em vereda que se inicia à esquerda da entrada da ponte de cimento, temos uma invulgar panorâmica sobre as ermidas de Nossa Senhora da Graça, dos Prazeres, das duas pontes e da Ribeira. De Oeste e de Sudoeste são visíveis as ermidas.

Regressemos, mais uma vez, à sombra da azinheira, pois a observação estava a ser feita de memória.

Voltemos ao Cruzeiro e sigamos agora pelo caminho da esquerda (mais uma escapadela, é ir e voltar); muito haveria que comentar, mas façamos este percurso só para, quando chegarmos ao ponto mais alto, observarmos, daí, a paisagem — uma visão diferente das três ermidas e do cabecinho e a visualização distinta de patamares (agora que as oliveiras arderam) a circundá-lo.

Voltemos ao Cruzeiro e sigamos o alcatrão. À esquerda, a encosta íngreme que foi cortada, aquando da abertura da estrada, e da entranha da qual jorraram grãos de trigo queimado. À direita, o Vale de Santiago e amontoados de pedras, restos de antigas habitações e a detecção de indícios no terreno de um rectilíneo muro do qual, há anos, as máquinas desfizeram o pouco que restava.

Chegamos à Ermida dos Fiéis de Deus onde se bifurca o caminho — para a direita o asfalto e para a esquerda a antiga via, aqui em calçada⁶⁰; ambas em descida.

O largo sofreu amplos melhoramentos para permitir boa movimentação e estacionamento nos dias de romaria.

A Ermida dos Fiéis de Deus é pequena e tem sido recuperada. Segundo Motta e Moura, baseado em costume antigo, terá sido erigida sobre a sepultura de um condenado, que, por força do seu crime, não se permitia que fosse enterrado nos adros das igrejas, nem nos cemitérios públicos, mas apenas junto das estradas para que, aqueles que por ali passassem, deitassem uma pedra sobre a sepultura e orassem “*pelo fiel de Deus que ali jazia*”. Pedra a pedra se fazia um monte, que iria

possibilitar a erecção de uma capela.⁶¹ Ela aí está com porta de ferro, num belo e artístico trabalho artesanal de Manuel Malpique Rufino.⁶²

À esquerda um marco antigo a indicar 4 Km⁶³ e à direita um outro a atestar, por estas paragens, a presença da Ordem de Cristo/Tempários.⁶⁴

Até à Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres o percurso é poeirento, recto e penoso. Antigamente era diferente.

A camisa cola-se ao corpo e algum pó entranha-se nas narinas.

A ermida de Nossa Senhora dos Prazeres ou da Esperança,⁶⁵ classificada como "Imóvel de Interesse Público",⁶⁶ é um edifício do séc. XVI. O pórtico da galilé, renascentista,⁶⁷ deve ter sido acrescentado e adaptado a igreja do século XIV, pois o acesso à capela, a abóbada desta, o sistema e características construtivas subjacentes são medievais. O tecto pintado representa cenas do paraíso e tem ao centro, na pedra de fecho da abóbada, a cruz de Cristo.

Para o alpendre, lado esquerdo, abre a porta de uma dependência, onde, segundo se reza, viveu os seus últimos dias Adão Dinis (falecido em 1584) que tendo abraçado a vida do sacerdócio viria a cometer o incesto com uma prima. Arrependido do pecado, renuncia ao hábito e aos haveres, e troca-os por uma vida de penitência, de oração e de isolamento na serra de S. Miguel. Frei Amador Arrais, bispo de Portalegre, perdoou-lhe e comotou-lhe o voto no serviço da capela de Nossa Senhora da Graça. Acabaria por ganhar fama de Santo.⁶⁸

Adjacentes à ermida encontram-se a antiga Hospedaria e anexos, que tem

beneficiado de melhoramentos e que, a curto prazo, serão electrificados. A porta traseira deste conjunto, ao lado do forno, tem como padieira (lintel) uma ara romana. Poder-se-ia aqui iniciar um circumpasseio, caminhando sobre o que resta de uma das estruturas que *circundam* o "cabecinho". Experimente quando tiver possibilidades.

A partir desta capela, muros de xisto, caiados de branco no topo arredondado, marginalizam o caminho que, em rampa, (calçada de xisto até à escadaria), nos leva à Ermida principal.

Chegados aqui, ao *cabecinho*, com *muito calor*, merecíamos um descanso, mas *corre um ventinho*, que nos conforta; a sedução do sítio e o poder da paisagem são mais fortes do que a tentação do *assento*.

*"Nossa Senhora da Graça,
Que lá 'stá no cabecinho,
Por muito calor que faça
Sempre lá faz um ventinho".*⁶⁹

*"Nossa Senhora da Graça,
Que lá está num cabecinho!
Antes que não corra vento,
Sempre lá corre um ventinho".*⁷⁰

Estamos ao cimo da escadaria de acesso à ermida sob a qual existe um tesouro, assim se diz. Iniciemos aqui a nossa observação.

Para Sudoeste e Sul, de onde viemos, o asfalto marca a calma do relevo até Nisa, cujos campanários e altaneiras torres sobressaem do casario, quebrando majestosamente a linha rectilínea dos olivais do horizonte.

Foi, certamente, este oásis, ainda que diferente outrora, que levou o Rei Lavrador a mudar a residência dos seus fiéis súbditos.

A médio plano o leve ondular do relevo, campos de pastos e “bacelos” de olivais, são cortados, já mais perto, pela mancha do eucaliptal a que se seguem os campos desnudados.

Mais aquém, o Cruzeiro, os palheiros, as ovelhas, o vale de Santiago, as ruínas de Nisa-a-Velha e o morro salpicado de oliveiras e azinheiras.

A Este os olhos espraíam-se num mar de elevações de vegetação rasteira. Aqui e acolá pequenas manchas de arvoredos “pinceladas” de casas campestres evidenciam algumas pequenas propriedades.

Lá longe o arvoredado adensa-se. Tons violáceos, arroxeados, envoltos em névoa, sobressaem bruscamente — são as serras Castelo de Vide, Marvão e de S. Mamede. Com boa luminosidade distinguir-se-á a alvura da *Sintra do Alentejo* enovelada na encosta, à beira do castelo, e a dureza majestática da fortaleza de Marvão alcandorada nas penedias.

A Nordeste continua a calma do mar de elevações de vegetação rasteira e manchas de eucaliptais. O casario de Montalvão põe uma pequena nota dissonante, mas agradável, na separação entre o verde e o azul.

A Norte, a “monotonia” é quebrada, abruptamente, muito perto de nós, pela Serra de S. Miguel. Eucaliptos sobem abusivamente, mas vencedores, as suas encostas e marcam distintamente zonagens com a vegetação arbustiva indígena⁷¹.

No passado lá existiu uma capela a S. Miguel que, em 1852, já em ruínas, foi

substituída por um marco geodésico. Hoje temos novamente, lá no alto, a marca do homem: uma torre de vigia para detecção de incêndios e, edificada no corrente ano, uma *estação de telecomunicações* (alta torre e anexos)⁷² para serviço de empresa ligada à exploração da energia eléctrica (E.D.P. - Electricidade de Portugal, SA) e, cá em baixo, às *escuras*, a aldeia da *Vinagra*⁷³.

Pé-da-Serra, anichada à sombra do colosso, põe a sua pincelada de branco na aquarela de verde.

Depois é a continuação da beleza, é a sucessão, até perder de vista, de diferentes tonalidades de violeta, roxo e azul, é a multiplicidade dos cumes das cordilheiras — S. Miguel, Gardunha e Estrela — e o alvejar do casario de povoações da Beira

A nossos “pés”, lá em baixo, a Ribeira de Nisa serpenteia, contorce-se e agoniza na estiagem.

“*Ribeira de Nisa*” é uma aldeia/freguesia, conjunto de cinco aglomerados sítios nos contrafortes da Serra de S. Mamede, do concelho de Portalegre, cidade da qual dista, grossomodo, cerca de 6 quilómetros.

“*Ribeira de Nisa*”, aldeia, buscou o nome no curso de água do mesmo nome, Ribeira que, nascida ali perto, na Serra, lhe corre aos pés, lhe rega pomares e hortas, e demolha o castanho e o vime, matéria-prima de canastos e cestos, riqueza vendida em épocas passadas.

E “*Ribeira de Nisa*”, curso de água, buscou o nome em Nisa, povoação, vila/sede de concelho de dez freguesias, do distrito de Portalegre, cidade da qual dista 32 quilómetros.

Nisa deu nome a ribeira. Povoação importante, sem dúvida, para dar nome a

ribeira da qual dista 4 quilómetros, para a qual não tem *vistas* nem depende essencialmente; mais perto correm a Ribeira do Figueiró e o Ribeiro de Santo António e, apesar disso, não *apadrinhou* nenhum destes cursos de água.

Mas Nisa, a Nisa que deu nome à Ribeira não terá sido a actual, mas outra, aquela que, “nascida” aqui perto da Ribeira, dependia dela, para quem esta era alimento, geradora de alimento e de trabalho e, quiçá, defesa e deusa. Foi certamente esta Nisa que, no todo ou em parte, a transpôs com robusta ponte, a ponte que uns dizem “romana” e outros “dos mouros”. Foi certamente esta Nisa que nos primórdios do Séc. XIII, já suficientemente povoada, recebeu o seu primeiro foral, foral que viria em 1232 a servir de padrão ao do Crato⁷⁴.

Dois povoados. Ambos viveram da Ribeira, um (Nisa-a-Velha) lhe deu nome, outro (Ribeira de Nisa) nome recebeu, um conheceu a extinção e jaz nas cinzas do passado, outro, na actualidade, conhece o progresso, ou o retrocesso, do Alentejo.

A Noroeste, muito próximo, duas íngremes e elevadas colinas de olivais plantadas em socalcos barram-nos a visão (acrescida por alguns eucaliptos que já proliferam na mais próxima) para o longínquo.

E, ao centro do “Castelinho”, a Ermida de Nossa Senhora da Graça⁷⁵ que, segundo os registos documentais escritos, tem sido sujeita ao longo dos tempos de obras de beneficiação, de redução e de ampliação nas suas dimensões e forma. Os alicerces primeiros e o patrono primeiro não são conhecidos, mas aventa-se a hipótese de templo pagão; *Nisa* é dado como topónimo de monte de dedicação ao

deus romano Dionísio Baco⁷⁶ mas, antes dos romanos, que outros povos ali habitaram? Quais foram os homens que iniciaram a sacralização deste *cabecinho*, destes espaços? Quem foi o *inquilino* depois dos romanos? A igreja consagrada à Virgem em meados do Século XIII era sita no *cabecinho* e sobre templo *herdado*?⁷⁷

As respostas poderão ser dadas com o contributo da arqueologia?

O “*cabecinho*”, à direita da ermida, conheceu de 30 de Agosto a 8 de Setembro de 1995, um movimento desusado. Aqui decorreram escavações arqueológicas⁷⁸.

Foi um *procurar* das origens, da identidade cultural; foi o procurar conhecer o passado do homem, do homem que estanciou neste “território”, vulgarmente denominado *Nossa Senhora da Graça/Nisa-a-Velha*, porque “o conhecimento do passado humano” não se faz sem documentos e documentos não são só papéis escritos, mas tudo aquilo que nos possibilita o conhecimento do Homem no devir dos tempos. Sem documentos não há conhecimento do passado, mas, só por si, os documentos não “fazem” o passado. Os documentos carecem de interpretação e esta tem a ver, entre outros aspectos, com as questões que saibamos colocar. Há que colocar questões para obter respostas que por sua vez despoletarão outras questões.

Os documentos conhecidos não respondem a tudo.

Há documentos no *sítio de Nossa Senhora da Graça*. Há que investigar, interpretar, estudar, conhecer para dar a conhecer, divulgar. E... parte de uma estrutura de alvenaria de pedra irregular,

com a espessura de 3 metros em que o ligante utilizado foi terra, ficou a descoberto. Algumas respostas se obtiveram às questões colocadas, muitas continuam ainda sem resposta e outras se colocam agora. Novas intervenções se justificam. Conhecer as *origens*, a identidade cultural, conhecer o passado do homem, do homem que estanciou no “território” vulgarmente denominado *Nossa Senhora da Graça/Nisa-a-Velha* requer uma intervenção arqueológica de grande envergadura.

À esquerda da ermida poste de cimento erguido sustenta cabos para a electrificação destes espaços e destes monumentos. *A Electrificação do Santuário de Nossa Senhora da Graça* é a primeira fase de um projecto de beneficiação e melhoramentos a realizar no Santuário de Nossa Senhora da Graça que foi desencadeado pela Paróquia de Nossa Senhora da Graça e que tem tido grande receptividade⁷⁹.

O projecto contemplará, certamente, toda a envolvente da ermida, onde, no altar principal, se encontra a imagem de Nossa Senhora da Graça, obra da estatuária do séc. XV⁸⁰.

Para terminar façamos a descida para ir à velha ponte pelo antigo caminho apertado no vale, onde, na Fonte Coberta, nos poderemos densedentar. Do caminho antigo apenas resta uma vereda e, chegados ao alcatrão, no mesmo local onde a vala da EDP se cruza com este, perde-se no meio do balseado a antiga via e é melhor ir pela estrada até à nova ponte sobre a Ribeira de Nisa.

A velha ponte deixou de cumprir a sua missão, quando a jusante lhe plantaram uma irmã moderna de cimento, ferro, brita e areia. Os parapeitos foram

caindo e sobre os quebra-rios desenvolveram-se arbustos que entranhavam as suas raízes por entre as aduelas e, as largas fissuras abertas, faziam prever um fim triste. Lançados os alertas⁸¹, as obras de recuperação realizaram-se em 1993 ao abrigo de protocolo entre a Câmara Municipal de Nisa e a Direcção Regional de Monumentos do Sul⁸².

Aí está para memória e admiração a *ponte medieval*, dita *romana da Senhora da Graça*, ou *dos mouros*, (são bem visíveis nas pedras siglas que os canteiros medievais utilizavam). Atendendo à demonstrada presença romana na região é possível que tenha origem em fundações anteriores. Alguns dos materiais empregues são manifestamente reutilizações. No átrio do Hospital Velho em Nisa guarda-se um grande bloco paralelepípedo de granito que foi levado das margens da ponte.

O regresso fá-lo-emos de automóvel. Um amigo virá buscar-nos à ponte e poderemos ir ao Pé-da-Serra.

Na ponte, aguardemos pelo automóvel.

Nossa Senhora da Graça a força da religião. Nisa-a-Velha a força das origens.

Nossa Senhora da Graça/Nisa-a-Velha é um espaço a repensar, é um *sítio* onde se justifica uma intervenção arqueológica e patrimonial de grande envergadura — conhecer para dar a conhecer, divulgar e fruir.

Além dos aspectos de natureza religiosa, histórica, científica, patrimonial e paisagística outros se poderão associar. Espaço turisticamente a ser valorizado para valorizar o Concelho, espaço a integrar correctamente numa política global, não só no papel, mas também no terreno, em conjugação de ideias e

esforços — as Termas, S. Gens, o Tejo, o Sever,... o Centro Histórico, o Património, o Museu Regional do Bordado e do Barro, o Artesanato... Amieira, Montalvão, Vinagra... a Gastronomia... as Gentes... as pessoas

Nossa Senhora da Graça/Nisa-a-Velha

Está lançado, pela *Comunidade Cristã Nisense*, um projecto de beneficiação e melhoramento para o *Santuário de Nossa Senhora da Graça*

A 1ª fase do projecto — a “*electrificação do Santuário de Nossa Senhora da Graça*” — está em curso.

Existe uma Hospedaria e anexos que aguardam melhoramentos.

Encontros de natureza religiosa, cultural, campos de férias... são possíveis.

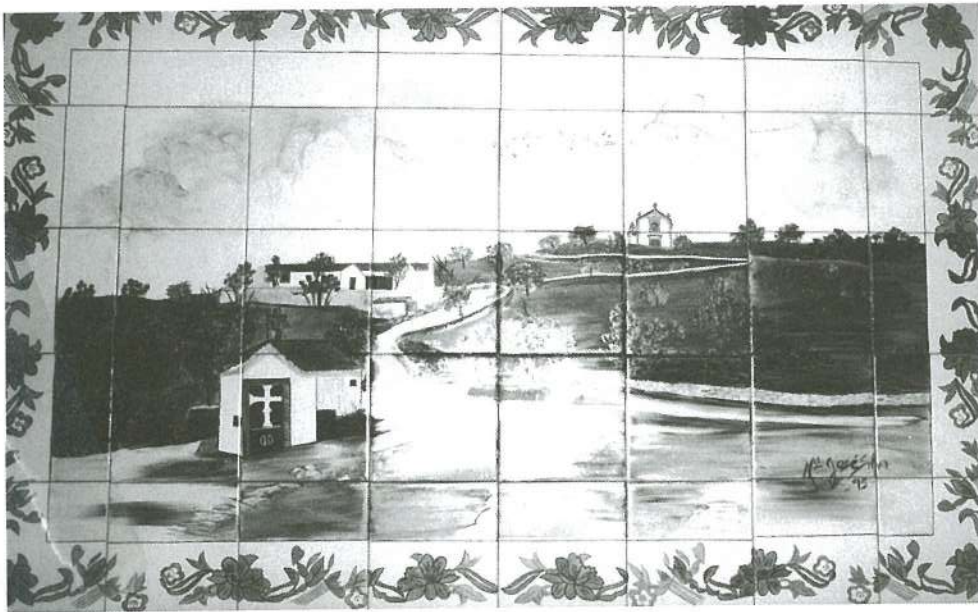
A 2ª campanha de escavações arqueológicas para 1996, que se prevê de grande envergadura, aguarda os apoios da Câmara Municipal de Nisa.

Aguardemos pelo automóvel.

Façamos mais uma ponte, uma ponte para o futuro!

Nossa Senhora da Graça/Nisa-a-Velha é Ressurreição, Primavera, Aurora...

1996



*Cabecinho de Nossa Senhora da Graça. Painel de azulejo de Maria José Silva.
(Pintora nisense, autodidacta 1995.)*

Notas

¹ No fim do chuvoso, frio e triste Inverno, de lumes diários, que deixa algumas marcas de bolor, humidades e de fumo nas brancas paredes; com o alvorecer da luminosa, quente e alegre Primavera e da festividade pascal faziam-se as “limpezas” da casa. Tudo se limpava. As paredes interiores sujeitavam-se a mais umas pinceladas de cal branca e os rodapés de “oca” (ocre) amarelo forte. A cal e o ocre estendiam-se frequentemente às madeiras - portas e escadas. Em habitações mais antigas é possível contar múltiplas películas de cal, correspondendo às sucessivas caiações, que acabavam por se ir escamando. Para limpeza, retiravam-se os “amarelos” (conjunto de caldeiras, braseiras, tachos, almofarizes, castiçais, candeeiros... de latão — liga de cobre e zinco) do friso da chaminé e, para lavagem, os pratos da cantareira (estante por cima do *poial* dos cântaros e dos potes da água, onde se colocavam os pratos mais finos e não usados diariamente). Lavavam-se as tripeças (assento feito de cortiça) e as cadeiras de palhinha. A porta da rua, que não era pintada, retirava-se e, deitada em plena rua, era lavada com carqueja ou escova de piassaba e sabão. É curioso analisar, devido ao desgaste das sucessivas lavagens, na madeira da porta os anéis de crescimento da árvore, muitas vezes o castanheiro, donde se fizeram as tábuas - os sulcos correspondendo ao crescimento da Primavera e Verão, e as nervuras ao Outono e Inverno.

² Em tempos, ainda não muito recuados, quando em quase todas as casas se cozia pão para a semana, nos fornos de lenha da povoação, mediante pagamento de “poia”, um dos combustíveis mais utilizados era a esteva que “deita muito calor” e aquecia bem o forno.

Hoje, nem se gastam as estevas, nem os campos são agricultados. É o que se vê - mato por todo o lado e grandes incêndios no Verão.

³ Os lagartos e as freiras são bolos feitos da massa finta e, como o nome indica, representam, grossomodo, o “lagarto” e a “freira”. Eram as ofertas que os padrinhos davam pela Páscoa aos afilhados ainda “pequenos” — os lagartos para os meninos e as freiras para as meninas. Os lagartos têm um ovo cozido com casca na boca.

⁴ Garotada.

⁵ As tigeladas são mais características das povoações a norte do concelho, talvez influência da Beira. A tigelada é fabrico de montesinhas (dos montes — Monte Claro, Cacheiro, Pardo, Duque, Arneiro, Chão da Velha, Falagueira, Montes Matos, Albarrol, Pé-da-Serra, Velada, Vinagra e Salavessa) e, na Vila de Nisa, entrou pelas mãos destas. As tigeladas são feitas em vasilhas de barro e cozidas em forno de lenha; da receita constam ovos, farinha, canela, soro de leite gordo e raspa de limão.

⁶ PARALTA, M. de Lourdes Seabra de Mascarenhas, *Memorial em verso da notável Vila de Nisa, sua história, gentes, usos e costumes*, edição da autora, 1982, p. 170.

⁷ PINTO, Maria, “Lira Popular”, in *Correio de Nisa*, 13 de Abril de 1968, p. 4.

⁸ Apesar das mesas e assentos serem feitos de vulgares pedras soltas, muitos mantêm-se de uns anos para os outros. Frequentemente deparamos com pedras

sobrepostas no meio do terreno e, muitas vezes, formando círculo.

⁹ FIGUEIREDO, José F., *Monografia da Notável Vila de Nisa*, Sintra, 1956, p. 312/315.

¹⁰ Em Alpalhão é a Senhora da Redonda, em Arez é o Santo António, em Tolosa o Santo Amaro. Em Albarrol também se festejou o Santo António.

¹¹ GOULÃO, António, "Descrição de Nisa" in *Correio de Nisa*, 10 de Maio de 1969. A descrição do jogo da pela encontra-se nas p. 311 e 312 da *Monografia da Notável Vila de Nisa* da autoria do professor José Francisco Figueiredo.

¹² No *Correio de Nisa*, 28 de Maio de 1966, pág. 4, escreve-se que se realizou no dia 22 de Maio a tradicional festa em honra de Santo Isidro. Refere que "É de lamentar que tal festa venha decaindo a passos largos de ano para ano ..." e aponta os desenganos sofridos na agricultura (maus anos agrícolas — más condições climáticas e falta de braços) como a possível causa da decadência. Para 1967 são indicados como festeiros: Joaquim Maria Semedo Granchinho, Norberto Joaquim Morais Carita Polido e José Maria Serralha Temudo. Em 1969 a festa já é da iniciativa do Grémio da Lavoura, cf., *Correio de Nisa*, 24 de Maio de 1969, p. 3.

¹³ Quadra de Idílio Nogueira Leitão ("Poeta Neptuno"), 1º prémio (grupo A), do concurso de Quadras Populares (*O Povo também é Poeta*) realizado em Nisa, em 1959, aquando da Festa de Santo Isidro.

¹⁴ Os pedidos e o posterior agradecimento ou cumprimento das promessas estão associados a "crises" da vida das populações. Durante o período da "Guerra do Ultramar", que antecedeu o 25 de Abril muitas mães se voltaram para Nª Srª da Graça para que lá longe *olhasse* pelos filhos da sua terra.

A novena são *nove dias* à Srª da Graça.

¹⁵ PARALTA, ob. cit., p. 30.

¹⁶ Verifique em FIGUEIREDO, Ob. cit., pp. 317 e 318, que frequentemente a "santa" descia à Vila por motivos de estiagem. Uma vez que há dados cronológicos é possível conhecer maus anos agrícolas na região e compará-los com outros dados — medidas tomadas pela Câmara para solucionar problemas inerentes à seca, preços dos cereais, número de óbitos, número de expostos ... — para analisar e estudar comportamentos.

¹⁷ A Matriz também é de invocação a Nª Srª da Graça.

¹⁸ Excerto de poema de Jerónimo Rolo, citado em COSTA, Alexandre Carvalho, *Nisa. Suas freguesias rurais*, edição da Câmara Municipal de Nisa, Portalegre, 1986, p. 16.

¹⁹ É atribuído o ano de 1281 para a fundação da vila nova de Nisa por D. Dinis. Partindo desta data comemoraram-se em 1981 os 700 anos da fundação de Nisa. As festividades iniciaram-se em Abril, na Segunda-feira de Páscoa, na Senhora da Graça e prolongaram-se até Outubro e contaram com a presença de Sua Exª o Senhor Presidente da República — General Ramalho Eanes (dia 9 de Abril). Das festividades fez eco a comunicação social, regional e nacional.

²⁰ Independentemente dos vestígios romanos (Cevadeira/Convento) há, muito perto da actual Nisa, sepulturas escavadas na rocha (Fonte Seca, Santo António, Porto da Arez). Estas são genericamente dos tempos da Reconquista (séc. VIII-XII) e sem guerras posteriores não se justifica ter havido um vazio de pessoas após este período, pelo que pensamos que deveria ser habitada e com boas relações com Nisa/Senhora da Graça. Em ambos os locais está documentada a

presença dos romanos. Fernando Portugal opina que a Matriz tem materiais de outra igreja dos séculos XII ou XIII, anterior assim à fundação da vila nova.

²¹ Cf. GONÇALVES, João Gouveia Tello, "Construção das muralhas de Castelo Branco e Nisa", separata de *Estudos de Castelo Branco*, 1965.

²² Cf. ALMEIDA, João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1948, Volume X, pág. 162.

²³ Cf. NISORRO, Zé, "Nisa-a-Velha, História-tradição-Lenda", in *O Distrito de Portalegre*, 21 de Agosto de 1981. Zé Nisorro foi pseudónimo utilizado pelo Dr. José Augusto Fraústo Basso (22 Agosto 1901 — 7 Setembro 1987), ilustre nicense que, além do exercício da actividade de advogado, notário, Presidente da Câmara Municipal, Presidente do Grémio da Lavoura, Provedor da Santa Casa da Misericórdia e agricultor em Nisa, dedicou algum do seu tempo à história e ao património concelhios, estudando, escrevendo e recolhendo alguns materiais e espólio, que, se não fosse a sua acção, hoje estaria perdido.

O Dr. José Basso foi, também, Procurador à Câmara Corporativa, Presidente da União Geral das Misericórdias Portuguesas, Vice-Secretário da Confederação Internacional das Santas Casas da Misericórdia (Portugal e Brasil) e Comendador da Ordem de Benemerência.

²⁴ A matriz foi sujeita a alterações profundas após o terramoto de 1755. A anterior, gótica, tinha a porta voltada para o poente. Fernando Portugal refere que a sua origem deve ser anterior à fundação da Vila por D. Dinis. (Cf., PORTUGAL, Fernando, "A Igreja Matriz da Vila de Nisa — Subsídio para a sua História", separata do *Correio de Nisa*, 1966). A Ermida de Nossa Senhora da Graça independentemente das suas possíveis raízes pré-cristãs,

provavelmente já lhe era consagrada em 1267, pois Laranjo Coelho diz que "em 15 de Maio de 1267 havia em Nisa uma comenda da Ordem ligada a uma igreja consagrada à Virgem" (Cf., INFANTE, Cónego António Franco, *Culto Marial na Diocese de Portalegre-Castelo Branco*, Editorial SPES, Portalegre, 1985, págs. 238).

²⁵ Excerto de um poema escrito e musicado por João da Graça Silva.

²⁶ Nisa-a-Velha/Nossa Senhora da Graça foi objecto de uma proposta de classificação que elaborámos e endereçámos em Novembro de 1991 ao então Instituto Português do Património Cultural (actual Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico). Em reunião da Câmara Municipal de Nisa ocorrida em 17 de Dezembro do mesmo ano viria a ser aprovada a citada proposta (deliberação 743/91).

No ano anterior, 1990, o Dr. Jorge de Oliveira apresentou uma proposta de classificação para a Ponte e, por despacho de 11 de Janeiro de 1991 do Presidente do IPPC, foi aberto o processo de classificação, pelo que este imóvel se encontra em *Vias de Classificação* — Proc^o 84/1 (95)

Este sítio está contemplado, em oito postais, numa edição de 22, sobre os "Imóveis Classificados do Concelho de Nisa" que propusemos, em devido tempo, à edilidade nicense. Para o efeito fizemos o levantamento fotográfico e o projecto gráfico. O trabalho tipográfico foi da *Ingrapol, Indústria Gráfica de Portalegre, S.A.* A edição foi divulgada durante a realização da Feira de Gastronomia e Actividades Económicas do Concelho de Nisa, ocorrida de 5 a 9 de Agosto de 1992.

²⁷ Para visitar as ermidas é necessário levar as chaves. Estas devem ser pedidas à Senhora Curada que vive na casa dos herdeiros do falecido Dr. José Augusto Fraústo Basso. Se, entretanto, alguém com automóvel as for pedir

será informado de que já foram levadas. Ao passar pelos que vão a pé recebê-las--á para, no regresso, as devolver, se, entretanto, não se tiverem encontrado nas ermidas, ou não tiverem já sido cedidas a outros. É assim, e funciona!

²⁸ Surge, por vezes, confusão entre Portas de Montalvão (em Nisa) e Montalvão (povoação do Concelho de Nisa). Cf. *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada*, Livraria Sucesso, Porto, Volume VII, s/d. Na pág. 459 uma imagem das Portas de Montalvão é legendada como sendo o Castelo de Montalvão em ruínas.

²⁹ “*Verdade nua e crua*” é o título, em grandes letras, da única fotografia e da 1ª página, do *Correio de Nisa* de 23 de Dezembro de 1967. A fotografia mostra um pormenor de um irregular pavimento empedrado e tem como legenda: “*Eis uma das mais vergonhosas mazelas do Concelho: o caminho de Nossa Senhora da Graça e do Pé da Serra, tarefa de grande urgência que muito preocupa o sr. Presidente da Câmara e a cuja solução vai dedicar o melhor do seu esforço.*”

³⁰ Azambujal ou zambujal é mata de zambujos. Azambujo, zambujo ou zambujeiro é a espécie indígena de oliveira, é muito mais resistente do que as introduzidas, mas de fruto muito pequeno. O zambujo, por ser muito mais resistente, serve de cavalo para a enxertia das outras espécies. Nisa é rica em azeite.

³¹ A data da construção da Fonte e a origem do nome está envolvida em polémica. A origem do nome não tem a ver com o frade do Crato que em 1725 veio na situação de vedor pesquisar água. A actual fonte é do séc. XVIII, mas anterior a esta existiu outra, ou outras. O determinativo *Frade*, advém certamente de ali ter existido uma ermida *do Espírito Santo do Frade*. Foi esta ou o seu frade capelão que, por vizinhança ou associação, deu o nome à

Fonte. Ali existiu uma fonte manuelina e para o atestar temos a lápide de granito com esfera armilar, que dali foi levada e que alguém nos anos oitenta sem se interrogar a mandou introduzir ao fundo da escadaria, lado esquerdo, do Hospital Velho. Cf. FIGUEIREDO, Ob. cit. pp. 231 e 232 e PORTUGAL, Fernando, “A Fonte do Frade; as festas do Santo Espírito”, in *Correio de Nisa*, de 15/4/1967 a 16/3/1968.

Antes da instalação da rede pública de água (1932) a Fonte do Frade era muito procurada e era a nascente mais abundante.

³² Esta posição era defendida pelo Prof. José Francisco Figueiredo e de facto veio a acontecer mas já depois da sua morte. Cf. FIGUEIREDO, Ob. cit., pp. 231 e 232.

³³ Santa Luzia é invocada nas doenças dos olhos. É festejada a 13 de Dezembro.

³⁴ MOURA, ob. cit., p. 58.

³⁵ MOURA, ob. cit., p. 59.

³⁶ Nos dias da festividade, é de crer que a ementa, em muitas casas, fosse à base da carne dos sacrificados galos.

³⁷ Cf. FIGUEIREDO, Ob. cit. p. 318 e 319.

³⁸ Excerto de poema de José Gomes Correia, citado em COSTA, Alexandre Carvalho, *Nisa. Suas freguesias rurais*, edição da Câmara Municipal de Nisa, Portalegre, 1986, p. 17

³⁹ A ponte carece de reparação. Falta, num dos arcos, uma aduela, que poderá, se não colocada, fazer ruir a ponte. Há notícia escrita da ponte ter sido reparada na segunda metade do século passado.

⁴⁰ Perspectiva-se a muito curto prazo a construção da ETAR (Estação de tratamento de águas residuais).

⁴¹ Cf. FIGUEIREDO, Ob. cit., p. 207.

— O *Retiro* sofreu grandes obras de beneficiação nos anos cinquenta. O pomar que ali existia foi arrancado há pouco tempo.

⁴² Os “bacelos” são pequenas propriedades rústicas que foram aforadas ou arrendadas. Anualmente o foreiro pagava o *foro*, uma determinada quantia geralmente em géneros, e destes os cereais, como forma de não haver desvalorização da prestação. A propriedade e os compromissos passavam de pais para filhos. O foreiro poderia adquirir a *propriedade* desde que pagasse adiantado um determinado número de *foros*. O *25 de Abril* acabou definitivamente com o que ainda restava deste sistema.

⁴³ Nos anos oitenta o concelho de Nisa foi festado de eucaliptos. A comunicação social escrita, quer regional, quer nacional, referiram-no largamente.

⁴⁴ Cf. “Pedras que Falam. A Ermida de S. Lourenço”, in *O Pregão*, 15 de Junho de 1994, pág. 5.

⁴⁵ Cf., PORTUGAL, Fernando, *Índice toponímico do Concelho de Nisa*, Separata da *Revista de Portugal — Série A — Língua Portuguesa* - Vol. XXIX, Lisboa, 1964, p. 513, em nota de rodapé: “Do santo da sua invocação falam os documentos do século XVI como sendo o da tradicional devoção dos nisorros”

⁴⁶ Cf. FIGUEIREDO, Ob. cit., p. 315 (fotografia)

⁴⁷ Motta e Moura fala da missa mandada dizer pelos cardadores, mas cem anos depois já não há “*nesta vila profissão daquele mester*”. O facto da missa ser da iniciativa dos cardadores mostra a importância que estes tinham na vila e, porventura, o seu elevado número. A decadência da ermida está

associada à decadência dos cardadores e estes à industrialização.

⁴⁸ Cf. FIGUEIREDO, Ob. cit. p. 49.

⁴⁹ Cf. MURTA, José Dinis, “O Propósito de Pedras que Falam. A Ermida de S. Lourenço (!?)”, in *O Pregão*, 30 de Julho de 1994.

⁵⁰ O *levantamento/localização* destes marcos, associados a outros documentos, permitir-nos-ia, provavelmente, determinar os limites de territórios, entre os quais os da tão discutida *doação da Açafa*.

⁵¹ Hoje, se este hábito se mantivesse, teríamos as nossas estradas ladeadas de incontáveis cruces.

⁵² Santiago têm o seu dia a 25 de Julho

⁵³ COSTA, António Carvalho, *Corographia Portuguesa e Descripção Topographica do Reino de Portugal*, Lisboa, 1706-1712.

⁵⁴ MOURA, José Dinis da Graça Motta e, *Memória da Notável Vila de Niza*, Parte primeira, Lisboa, 1877 p. 102 e 103.

⁵⁵ Do primeiro dos palheiros foi retirada da parede, onde se encontrava como material reutilizado, uma ara romana, que se conserva no átrio de entrada do Hospital Velho.

⁵⁶ MURTA, José Dinis, “Se Nossa Senhora da Graça não nos acode já nem a associação Humanitária dos Bombeiros voluntários de Nisa escapa”, in *O Distrito de Portalegre*, 14 de Junho de 1996, p. 6.

⁵⁷ Excerto de poema de José Gomes Correia, citado em COSTA, Alexandre Carvalho, *Nisa. Suas freguesias rurais*, edição da Câmara Municipal de Nisa, Portalegre, 1986, p. 17.

⁵⁸ PARALTA, ob. cit., p. 170.

— As “*notas do estrangeiro*” são fruto da forte emigração dos niseses nos anos sessenta e setenta, principalmente para a França e na região do Loire. A forte presença de niseses em Azay-le-Rideau e Saché levou à assinatura de um protocolo de geminação entre o município de Nisa e a primeira daquelas localidades (29 de Abril de 1990). Existem fortes relações de amizade entre franceses e portugueses, há intercâmbios diversos. Num ano famílias além-Pirinéus são acolhidas em casas portuguesas. No ano seguinte o facto repete-se, mas os visitados são os franceses. Encontros desportivos fazem parte dos intercâmbios. Com o apoio da Câmara, o ano passado o *Nisa e Benfica* disputou jogos em território francês e este ano um grupo de cicloturistas de Nisa fez, pedalando, um passeio até Azay-le-Rideau.

Não há estudos acerca da emigração — quantitativos, influências económicas, sociológicas, linguísticas... , mas o reflexo no poder de compra e na arquitectura é por demais conhecido.

⁵⁹ As margens da Ribeira foram vítimas de um verdadeiro atentado, quando, há escassos anos, foram cortadas, nesta zona, as árvores que as bordejavam.

⁶⁰ A via tem certamente antecedentes romanos. Cf. SAA, Mário, *As grandes Vias da Lusitânia*, Lisboa, 6 vols., 1956/67.

⁶¹ MOURA, ob. cit., p. 102.

⁶² Manuel Malpique Rufino, natural de Nisa, é serralheiro civil e funcionário da Câmara Municipal de Nisa.

⁶³ Das Portas de Montalvão até à Ermida dos Fiéis de Deus são 3,7 km e até à Ermida de Nossa da Graça são 4 Km. As divergências que existem nas diferentes medidas que são

referidas em bibliografia resultam sempre dos pontos de partida e chegada exactamente considerados.

⁶⁴ Este marco estava na soleira da porta e foi detectado aquando da recuperação da ermida (Cf. FIGUEIREDO, Ob. cit., pág. 48). No concelho de Nisa há bastantes marcos com o símbolo da Ordem de Cristo. Fazer o seu levantamento e localização contribuiria, certamente, para definir, com outros documentos, o território que pertenceu à Ordem.

⁶⁵ MOURA, ob. cit., págs. 101 e 102.

— KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal, I / Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1943, p. 107.

— FIGUEIREDO, Ob. cit., págs 45/48.

⁶⁶ Decreto nº 45 327, de 25 de Outubro de 1963.

⁶⁷ Em 1969 a galilé encontrava-se “... em deplorável estado de conservação ... cf. : Outra Ermida: a da Senhora dos Prazeres”, in *Correio de Nisa*, 1 de Fevereiro de 1969, 1ª página.

⁶⁸ Cf., MOURA, ob. cit., Parte Segunda, pp. 158/163.

— Cf. FIGUEIREDO, Ob. cit., pp. 407/410.

⁶⁹ *Ibidem*, pp. 316, nota de rodapé.

⁷⁰ Cf. VASCONCELLOS, J. Leite de, “Antiguidades Alentejanas”, in *O Archeologo Português*, XXIX, 1930/31, p. 180.

⁷¹ Nos anos oitenta o concelho de Nisa foi infestado de eucaliptos. A comunicação social escrita, quer regional, quer nacional, referiram-no largamente. A propósito da plantação de eucaliptos na Serra de S. Miguel consulte-se o *Diário do Alentejo*, 30 de Dezembro de 1988, p. 5.

⁷² O licenciamento (não pacífico) da construção da *estação* foi deliberado em reunião da Câmara Municipal de Nisa ocorrida em 24 de Outubro de 1995 (deliberação nº 1028/95).

⁷³ A aldeia não está electrificada e disso se queixam os seus moradores.

⁷⁴ É frequente em estudos e divulgações pouco cuidados, aparecer, por falta de trabalho de campo, certamente, a Ribeira de Nisa como fazendo parte do concelho de Nisa. Concretamente: *À Descoberta de Portugal*, edição de Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1982 e *Guia de Portugal — Expresso — 4 Alentejo*, sem data expressa, mas publicado e divulgado em 1995.

⁷⁵ MOURA, ob. cit., pp. 93 e 94.
— Cf. FIGUEIREDO, Ob. cit. pp 41/45
— Cf. KEIL, ob. cit., p. 107.

⁷⁶ *Nisa* é, além de tudo o que já se escreveu, um “*mitónimo feminino; ama de Baco*”

⁷⁷ Veja-se o que foi dito na nota 25.

⁷⁸ Esta foi a concretização de uma acção do Plano de Actividades do Município de Nisa que em devido tempo foi aprovada em reunião do executivo camarário.

Colaboraram/apoiaram, além da Câmara Municipal de Nisa, o Centro de Juventude de Portalegre, a Universidade de Évora e a Escola Secundária Mouzinho da Silveira de Portalegre. Os proprietários dos terrenos onde se desenvolveu a escavação permitiram-na de bom grado — a Fábrica da Igreja Paroquial da

Freguesia de N.ª Sr.ª da Graça, através dos Senhores Párocos de Nisa, e o Senhor Francisco Louro, da Velada.

Foi uma intervenção devidamente autorizada pelo IPPAR que contou com a direcção do Professor Doutor Jorge de Oliveira, arqueólogo da Universidade de Évora, e do signatário. Colaboraram a Dr.ª. Carmen Balesteros, a jovem Catarina Travelho, o Engenheiro João Caninas e os jovens estudantes nisenses Carlos Miranda, Isabel Ramos, Sérgio Paixão, Sónia Ribeirinho e Tiago Botas.

— Cf. *Notícias de Nisa*, de 25 de Agosto de 1995, pág. 9 e de 15 de Setembro de 1995, 1.ª página; *O Distrito de Portalegre*, 8 de Setembro de 1995, p. 6; *Fonte Nova*, 14 de Setembro de 1995, p. 13; *O Pregão*, 15 de Setembro de 1995, p. 12.

⁷⁹ Cf. Circular da *Paróquia de Nossa Senhora da Graça*, datada de 6 de Fevereiro de 1996, dirigida aos *Caros Paroquianos e Amigos de Nossa Senhora da Graça* pela Equipa Sacerdotal (Padres Manuel Horácio, Armando Lopes e Manuel Mário). A obra de electrificação está orçada em 2 825 813\$00.

⁸⁰ Cf. KEIL, ob. cit., p. 107.

⁸¹ MENDES, Mário, “Antes que seja tarde... Ponte Romana da S.ª da Graça Quem lhe acode?”, in *Fonte Nova*, 19 de Julho de 1990 e in *Diário do Alentejo*, 13 de Julho de 1990.

⁸² Cf. Deliberação nº 77/92 (Reunião da Câmara Municipal de Nisa em 21 de Fevereiro de 1992), e notícias em *O Pregão*, 1 de Março de 1993, p. 7 e em *Fonte Nova*, 4 de Março de 1993, p. 5

Bibliografia/Fontes Complementares

- AZEVEDO, Pedro A. de, "Extractos Archeológicos das "Memórias Parochiaes de 1758", in *O Archeologo Português*, V, 1900, pág. 349/352
- BASSO, José Fraústo, "Nisa-a-Velha - Tradição - Lenda", in *O Distrito de Portalegre*, nº 5 744, 21 Agosto 1981
- CARDOSO, p^{te} Luís, *Dicionário Geográfico ou Notícias de Todas as Cidades, Vilas, Lugares e Aldeias de Portugal e Algarve*, Lisboa, 1747/1751
- COELHO, P. M. Laranjo, "As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo", in *O Archeólogo Português*, XXVI, 1923/24, pág. 185/248
- COSTA, Alexandre Carvalho, "Toponímia Portuguesa - Nisa", in *O Distrito de Portalegre*, nº 5 519, 18 de Fev. 1977
- COSTA, Alexandre Carvalho, *Nisa. Vila concelhia do Distrito de Portalegre*, edição da Câmara Municipal de Nisa, Portalegre, 1982
- COSTA, Alexandre Carvalho, *Nisa. Suas freguesias rurais*, edição da Câmara Municipal de Nisa, Portalegre, 1986
- COSTA, António Carvalho, *Corographia Portuguesa e Descripção Topographica do Reino de Portugal*, Lisboa, 1706-1712
- INFANTE, Cónego António Franco, *Culto Marial na Diocese de Portalegre-Castelo Branco*, Editorial SPES, Portalegre, 1985, págs. 233/251
- LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1873-1890 (Voz: Nisa)
- MOURA, José Dinis da Graça Mota e, *Memória da Notável Vila de Niza*, Lisboa, 1877
- MURTA, José Dinis, *A Porta da Vila - Nisa, Separata de Ibn Maruán*, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 5, Dezembro de 1995
- OLIVEIRA, Jorge de, MURTA, José Dinis, *Povoado de Nossa Senhora da Graça de Nisa. Relatório de Escavação*, 1995 (Biblioteca Municipal de Nisa)
- OLIVEIRA, Jorge de, MURTA, José Dinis, "Povoado de Nossa Senhora da Graça. Relatório de Escavação, 1995", in *O Município, Boletim Oficial da Câmara Municipal de Nisa*, nº 106, 14 de Abril de 1996, págs. 6 e 7
- BARRETO, Themudo, "Nisa. Raízes dos nisenos", in *Reconquista*, 17 de Março de 1995, pág. 20
- VASCONCELLOS, J. Leite de, "Coisas Velhas - 79. Senhora da Graça de Nisa." in *O Archeologo Português*, XXII, 1917, pág. 167
- VASCONCELLOS, J. Leite de, "Antiguidades Alentejanas", *"O Archeologo Português"*, XXIX, 1930/31 págs. 173/185
- VASCONCELLOS, J. Leite de, "Matéria Filológica - 2. Etimologia de Nisa", *Revista Lusitana*, nº 35, 1937 págs. 311/313

OUTRAS FONTES

- Arquivo Histórico de Nisa
- Carta Corográfica - escala 1.100 000 - folha 28 - Ano de 1960
- Carta da Propriedade Rústica - Escala 1/5 000 - (Freguesia de N^a Senhora da Graça, secção D e Freguesia de S. Simão, secção E) - Campanha de 1959
- Carta Militar de Portugal - escala 1/25 000 - folha 324 - Ano de 1946
- Fotografias Aéreas - 16 Maio 1989 - (Visão estereoscópica)
- Fotografias Antigas e Recentes
- Núcleo de Museologia da Fundação Lopes Tavares - Nisa

INTERVENCIONES EN LOS DÓLMENES DE VALENCIA DE ALCÁNTARA

Maria Jesús Carrasco Martins/Juan Xavier Enriquez Navascués

RESUMO

Apresenta-se relatório dos trabalhos de consolidação e reintegração de elementos nas duas antas do concelho de Valência de Alcântara: El Palancar e Zafra II. Estas sepulturas megalíticas ficaram praticamente destruídas, a primeira por pilhagem até às suas pedras e a segunda por barrenos. As intervenções desenvolvidas procuraram a recuperação de uma imagem evidentemente arqueológica, mas ao mesmo tempo impedir a perda da sua memória e história acontecida no próprio terreno.

Dentro de los programas de Cooperación Transfronteriza Interreg, la Dirección General de Patrimonio Cultural de la Consejería de Cultura y Patrimonio de la Junta de Extremadura viene desarrollando un proyecto de consolidación y acondicionamiento de los dólmenes de Valencia de Alcántara, con el fin de evitar la degradación progresiva de los mismos y acondicionar algunos de ellos para la visita. El proyecto tiene así unos objetivos muy claros, encaminados en primer lugar a posibilitar la conservación del Patrimonio arqueológico megalítico de la zona y también, como proyección social del mismo, a preparar una parte de esos sepulcros dolménicos para que puedan ser visitados y comprendidos. Esta intervención contempla por lo tanto el tratamiento de las patologías que indican en el deterioro de los dólmenes, la consolidación de estructuras dañadas y la restitución de elementos originales que se encuentran rotos, caídos o deteriorados por acciones humanas y ambientales, pero también un intento de explicación de estos singulares elementos culturales del pasado, sobre los que se ha dejado sentir con fuerza el paso del tiempo, y a los cuales sólo podemos acercarnos con unas limitadas herramientas de trabajo.

Para el desarrollo de las actuaciones concretas del proyecto, una primera fase consistió en elegir primero dónde actuar y cómo, teniendo presente que se trataba de analizar el estado de conservación por una parte y las posibilidades de recuperación por otra. Para ello se contaba de entrada con la valoración científica que de este conjunto dolménico realizó P. Bueno en una importante monografía sobre el tema (Bueno 1988), que se completó con la visita e inspección directa de los dólmenes y el análisis exhaustivo de los mismos, tanto desde el punto de vista arqueológico como arquitectónico, por parte de un equipo compuesto por arqueólogos, arquitectos, geólogo e ingeniero técnico agrícola. El resultado fueron cinco volúmenes que contienen el análisis multidisciplinar donde se contempla la situación geográfica, datos administrativos, vías de acceso, intervenciones precedentes, actualización de las descripciones pormenorizadas piedra a piedra, planimetrías, fotografías, patologías detectadas, clasificación arquitectónica, estado de conservación y propuesta de intervenciones en cada uno de los dólmenes, siempre con vistas a su conservación y rehabilitación. De estos cinco volúmenes de documentación surgieron otros cinco desarrollando los proyectos de intervención en los dolmenes elegidos para actuar. En ellos se evitó en todo momento la tentación de transgredir la frontera entre la restitución/rehabilitación de lo existente y la pura reconstrucción arquitectónica, para la cual la documentación no permite siempre contar con apoyos científico-documentales firmemente contrastados.

Al final fueron seleccionados un total de 28 dólmenes con distintos grados de tratamiento y en diferentes estados de conservación, todos ellos de granito, entre los cuales se incluyó un nuevo ejemplar inédito: el Salón de los Canchales, no inventariado en los trabajos de Diéguez (1976) y Bueno (1988) ni en la guía de Bejarano (1993).

El proyecto definitivo de intervenciones, actualmente en ejecución, contempla tres niveles distintos de actuación. En un primer nivel se incluyen dólmenes en distintos estados de conservación que sólo han sido objeto de limpieza interior y exterior de estructuras y elementos, sellado de fisuras, eliminación de humedades y manchas, relleno de cámara, corredor cuando lo hay y restos de túmulo con tierra compactada de la zona (sabio) sobre capa geotextil protectora. Con estos tratamientos individualizados para cada caso se perseguía, además de limpiar las estructuras y su entorno y evitar el deterioro de las mismas, poder mostrar el estado en que han llegado hasta nosotros estos dólmenes. Actuaciones de esta naturaleza se han llevado a cabo por ejemplo en S. Antón, Valbón 2, Zafra I, Changarrilla, La Morera, Salón de los Canchales etc.

En un segundo nivel las actuaciones se han centrado así mismo en la limpieza interior y exterior de las estructuras y elementos de los mismas, sellado de fisuras, capa de protección con el relleno con "sabio" de cámara, corredor y restos de túmulo etc. pero también en la reubicación en sus fosas de cimentación de ortostatos movidos de su posición original con amenazas en su estabilidad, la

consiguiente recolocación de las piedras de entibación, así como el cosido de fragmentos rotos y la restitución de fragmentos partidos y caídos o desplazados en las inmediaciones, una vez comprobado mediante plantilla el encaje de los fragmentos. Ha sido el caso por ejemplo de las actuaciones realizadas, con distintas variantes según el estado de cada monumento, en La Barca, Lanchas I, Zafra III, Zafra IV o Valbón 1.

El tercer nivel de intervención ha contemplado además de las operaciones de los dos niveles anteriores, la limpieza, consolidación y documentación de elementos estructurales no constatados hasta ahora con claridad, salidos a la luz bien porque se presuponía su existencia por los claros indicios que sobre el terreno

había, y corrían peligro de desaparecer, o bien porque aparecieron en la limpieza de los sepulcros enmascarados entre la maleza, las piedras sueltas caídas, los fragmentos amontonados, las huellas de los expolios etc. Estos dólmenes han exigido así operaciones de limpieza y consolidación más complejas, con recolocación en su caja de cimentación y recalzo a veces de varios ortostatos, en ocasiones arrancados completamente, limpieza de cámaras arruinadas por desplomes y expolios, con su consiguiente relleno, limpieza también de corredores hasta ahora no visibles (aunque en todos los casos se encontraban ya removidos y expoliados), sellado de fisuras, cosido de roturas, reintegración de fragmentos rotos y caídos, encontrados a veces bastante

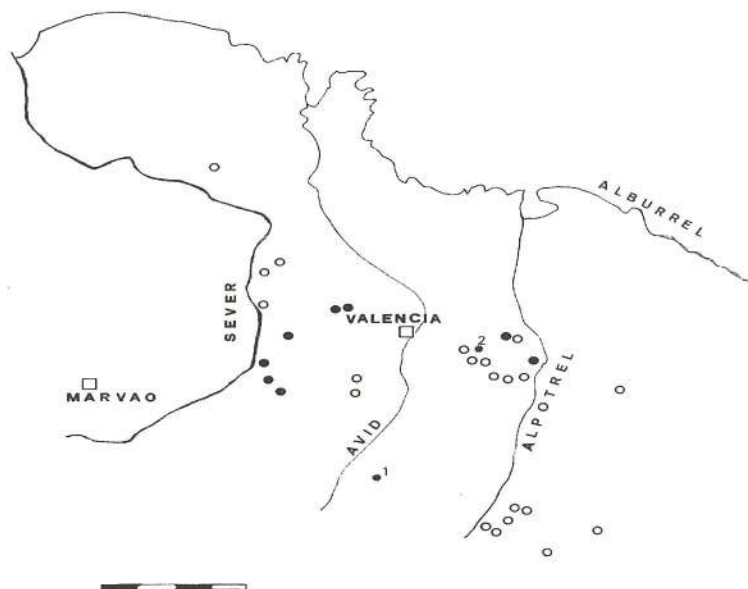


Fig. 1. Dólmenes de granito de Valencia de Alcántara

1 —El Palancar, 2 —Zafra II

● —Formas indeterminadas y cámara con corredor corto

○ —Cámaras con corredor largo

desplazados de su lugar original etc. Constituyen por lo tanto un grupo en el que los trabajos de consolidación y documentación consiguiente han proporcionado nuevos datos sobre la arquitectura y estructura del conjunto dolménico de Valencia de Alcántara, con la obtención de planimetrías más precisas en monumentos poco conocidos y aparentemente arruinados, pero que han ofrecido elementos recuperables que permiten ajustar mejor su tipología, como los ejemplares de el Fragoso, Huerta Nueva, Datas 1, la Miera o Lanchas 2, y también la recuperación de otros prácticamente perdidos como Zafra 2 y El Palancar, de los que vamos a tratar aquí.

Por que, aunque como ya se ha dicho, las intervenciones aún continúan y por lo tanto el desarrollo del proyecto no

está concluido, sí que un buen número de dólmenes ya han sido consolidados y revalorizados, lo que permite ir adelantando algunos resultados concretos en ellos. Como ejemplos hemos elegido precisamente estos dos casos citados, el Palancar y Zafra 2, porque en ambos la ruina fue provocada de manera intencionada por el hombre, con métodos distintos, pero sin que obtuviera de ello beneficio de clase alguna. El Palancar, además de expoliado fue volado con barrenos con el único fin aparente de sacar sus "tesoros"; mientras en Zafra 2, que había sido excavado en los años 60, lo que se hizo fue robar las piedras del dolmen para construir un pequeño puente deján-dole verdaderamente desmantelado. A pesar de estas acciones destructoras que provocaron la ruina de estos dos



El Palancar antes de la intervención

dólmenes, buena parte de la estructura de ambos ha podido ser reintegrada y consolidada, aunque conservan evidentemente las huellas de lo que con ellos hizo la mano del hombre moderno a cambio de prácticamente nada.

1. EL PALANCAR

Dolmen situado sobre una pequeña elevación no muy destacada de la media ladera del Alto del Palancar, entre afloramientos graníticos con escasos suelos cubiertos de vegetación característica de monte bajo. Altitud: 590 m Presenta un campo visual sólo abierto a poniente, sobre el valle del río Avid, y cerrado por tanto al N., E. y S. por afloramientos rocosos y crestas muy cercanas (fig. 1).

Su existencia era conocida desde hace muchos años (Diéguez 1976,36) y había sido objeto de múltiples saqueos e incluso, como se ha dicho, de voladuras.

Cuando Bueno lo visitó "de la cámara quedaban en pie dos ortostatos, pues el total del monumento está destrozado al haber sido barrenado" (Bueno, 1988,92). La estructura se encontraba así totalmente desfigurada y en ruina, con la parte N. y E. convertidas en un gran pedregal. Pero además de los dos ortostatos en pie a los que aludió Bueno eran reconocibles también sobre el terreno otros tres, partidos, que apenas asomaban del pedregal.

La intervención se inició con el desescombro y limpieza de piedras sueltas y maleza, tratando de identificar elementos que, rotos o no, pudieran haber formado parte de la estructura dolménica. Al final pudo reconocerse la planta de la cámara y casi completa la del corredor y también

restituir algunos elementos originales en la consolidación.

1.1. TRABAJOS DE CONSOLIDACIÓN Y RESTITUCIÓN.

Tras la limpieza y desescombro pudo reconocerse con nitidez la planta de la cámara, completamente arrasada y con un nivel de base formado por el propio terreno irregular de granito, delimitada por siete ortostatos grandes, inclinados hacia el interior, que estaban firmemente encajados en la roca en una profundidad que iba de 0,80 a 1 m Por el interior estaban los ortostatos calzados por piedras medianas y pequeñas, mientras por el exterior apoyaban en el túmulo aunque se ha documentado la existencia de algunos bloques grandes de refuerzo, bien visible en el caso del situado entre los ortostatos 4 y 5. Mide la cámara 4,70 m de diámetro en el eje E.-O. y 4,30 m en el N.-S, con una abertura en el acceso a la misma de 1,47 m La altura es aproximadamente de 2,90 m que es la que corresponde a los dos ortostatos completos que conservaba el monumento.

Se trata así de una cámara de grandes dimensiones, en relación sobre todo con las medidas que ofrecen la mayoría de los dólmenes de Valencia de Alcántara, con ortostatos también grandes, de ahí que las fosas de cimentación penetren hasta 1 m en la roca del terreno y haya resultado por ello muy difícil la destrucción total de las piedras del dolmen, a pesar de las voladuras.

Las operaciones que se efectuaron en los elementos de la cámara fueron las siguientes:

El ortostato nº 1, según se entra en la cámara a la izquierda, apenas era reconocible inicialmente, pero después del

desescombro apareció el fragmento basal con una altura de 1,03 m ligeramente desplazado pero con sus calzos "in situ". Fue corregido el desplazamiento y limpiadas las superficies.

El ortostato nº 2 se encontró roto y vencido al interior, correspondía a un gran fragmento basal que pudo ser recolocado en su zanja de cimentación y recalzado por el interior.

El ortostato nº 3 conservaba el fragmento que se enterró en la caja de cimentación y a éste se le pudo coser otro fragmento que se halló fuera de la cámara y que coincidía en su línea de fractura.

El ortostato nº 4, el de cabecera, estaba también fracturado a ras de suelo pero con el fragmento basal vencido al interior y su parte trasera desencajada de la fosa de cimentación. Se repuso este

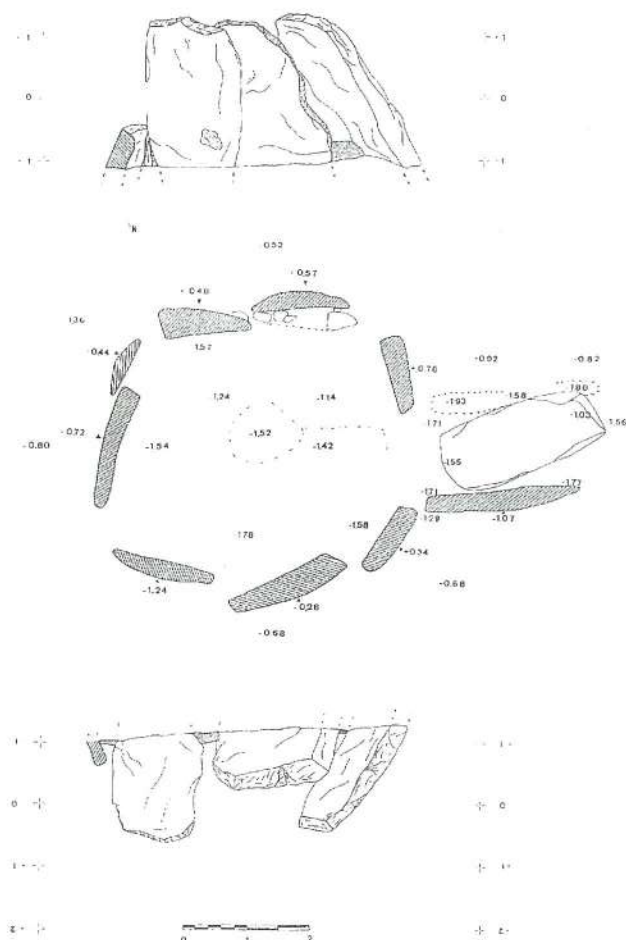


Fig. Planta y alzados de El Palancar

fragmento en su cimentación y se le pudo coser otro, también roto, que se encontraba partido junto al anterior dentro de la cámara. Es el ortostato de mayor anchura, que supera levemente los 2 m.

Los ortostatos nº 5 y 6 eran los que se mantenían en pie, completos, con sus calzados interiores originales. Sólo fueron objeto de limpieza. Miden 2,90 m de altura desde el suelo de la cámara, por 1,60 m de ancho y 0,22 m de grosor el nº 5 y 2,90 m de altura, por 1,59 m de ancho y 0,54 m de grosor el nº 6. Su altura nos aproxima a la original de la cámara, que debió rondar así esos 2,90 m.

El ortostato nº 7 se encontró fracturado y fuera de su sitio, pero la zanja de cimentación pudo ser detectada y limpiada por lo que el fragmento inferior o basal fue recolocado dentro de ella y recalzado tanto por el interior como por el exterior. Luego se cosió otro gran fragmento que encajaba en la línea de fractura, encontrado fuera del dolmen, en un amontonamiento de piedras, con el que pudo restituirse en una altura de 2,10 m.

El corredor ofreció un desarrollo de 2,60 m y conservaba una gran losa colocada de forma horizontal en el lado S., con una medida de 2,52 m de longitud por 0,72 m de alto y 0,20 m de grosor. Se encontraba algo vencida hacia el interior. En el lado N. sólo se localizaron restos de una, o tal vez dos, cajas de cimentación con los límites exteriores bastante erosionados (fig. 2). Ningún resto ni huella pudo apreciarse de la intersección entre corredor y túmulo ni de la entrada exterior al primero. No obstante, en el interior del corredor apareció un gran ortostato caído de 2,80x1,20x0,60 m, es decir de medidas similares a los de la cámara y algo mayor que la losa S. del corredor. Aunque en

principio podría suponerse que se trata de la losa N. del corredor a pesar de contar con una mayor longitud que la del lado S., recordemos que no se encontró de manera clara una fosa de cimentación que correspondiese a un bloque como éste (fig. 2), aunque tampoco puede descartarse que formase parte de ese muro N, de ahí que este bloque se haya dejado en el mismo sitio en el que se encontró. Si hay que descartar en cambio su consideración como ortostato de cierre de la cámara (el octavo ortostato) por sus dimensiones, que no cuadran bien con los del vano de entrada a la misma.

En cuanto al túmulo, resulta muy difícil hacer precisiones y así sólo eran apreciables con claridad restos tras los ortostatos 5 y 6, a base de piedras medianas y pequeñas colocadas de forma horizontal y trabadas con tierra fina, cuyos bloques mayores estaban aparentemente alineados formando un segmento de círculo.

Como tratamiento final, tanto en la cámara, como en el corredor y parte del entorno se rellenó el suelo con "sabio" compactado del terreno, a manera de capa de protección, en este caso sin malla geotextil. No obstante, se optó por no eliminar completamente los pedregales existentes junto a la estructura arquitectónica, fundamentalmente en la zona S., para que queden como testigos que son de la voladura y violación del sepulcro.

1.2 VALORACIÓN.

Tras esta intervención en el dolmen del Palancar se confirma como éste reúne las características arquitectónicas que señaló P. Bueno en su definición tipológica

de los dólmenes con cámara y corredor corto de la zona (Bueno 1988,161). Pero dentro de este grupo, el Palancar destaca como el de mayor tamaño hasta ahora constatado en la zona no sólo de Valencia de Alcántara, sino también en la de Marvao y Castelo de Vide, donde esta variedad dolménica tiene una importante implantación. Ofrece así una longitud constatada de E.-O. de 7,60 m, de los que 4,70 corresponden al diámetro mayor de la cámara (diámetro que no se aleja de los 4,50 m que supuso Bueno para la misma (Bueno 1988,163)), con corredor estructuralmente sencillo pero que supera

con claridad los 2,5 m de recorrido y una altura notable de los ortostatos de la cámara, cercana a los 3 m (fig. 2).

Su ubicación, no muy destacada del entorno, en la media ladera oeste de una cresta secundaria, con un campo visual limitado al valle del Avid, reproduce un patrón que se constata también en otros dólmenes con corredor corto de la zona. Sin embargo, no se tiene noticia ni se conoce ningún otro dolmen cercano a este del Palancar, aunque su orientación a poniente conduce en dirección a los situados en las inmediaciones del río Sever, como Huerta de las Monjas, El



El Palancar tras la intervención. Vista de la cámara y entrada desde el N.

Corchero o Tapada del Anta, ocupando una zona o territorio de transición entre éstos y los del grupo de La Aceña (Datas, Cajirones, La Marquesa etc.), que limitan ya con la vertiente de aguas hacia la cuenca del Guadiana (fig. 1).

Procedente del Palancar, Bueno estudió una serie de materiales arqueológicos descontextualizados (Bueno 1988,93-94), a los cuales pueden añadirse los encontrados en la reciente lim-pieza y consolidación, que resultan bastante poco significativos. En total fueron 7 fragmentos de cerámica a torno, 15 fragmentos de cerámica a mano, de los cuales solo es reconocible la forma en dos correspondientes a cuencos pequeños de paredes entrantes, y una punta de flecha de sílex de base cóncava (fig. 5).

Por último, hay que decir que pese a la limpieza, restitución de elementos y consolidaciones efectuadas, el dolmen sigue presentando un aspecto en el que queda bien patente como fue arruinado y violado intencionadamente, por lo que pese a las operaciones encaminadas a su conservación no se han querido eliminar del todo las huellas dejadas por el hombre moderno, que allí fue en busca de "Tesoros" o simplemente a satisfacer su soberbia (lám. I).

2. ZAFRA 2

El dolmen denominado por P. Bueno Zafra 2 y por E. Diéguez Zafra IV se sitúa en la coronación del Alto de la Zafra, a 512 m de altitud y unos 2 kms al E. de Valencia de Alcántara. Es un terreno de afloramientos y pequeñas cresterias graníticas, de escasos suelos cubiertos de encinas y vegetación de monte bajo, entre los ríos Avid y Alpotrel, donde existen

otros tres dólmenes a los que Bejarano (1993,77-79) añadió un quinto que no hemos podido reconocer como tal.

Este ejemplar de Zafra 2 es el único de los cuatro constatados que se sitúa en un punto dominante del terreno, con un amplio campo visual en todas direcciones, aunque detrás la cámara, al O., unos cercanos afloramientos graníticos impiden cualquier visibilidad en esa dirección. Fue excavado por Rosario Lucas en los años 60, pero nunca llegaron a publicarse los resultados. También inéditos son los trabajos de M. Berges quien levantó nuevas planimetrías, más tarde E. Diéguez publicó datos, plano y fotografía de este sepulcro (Diéguez 1976) y por fin Bueno recogió las planimetrías

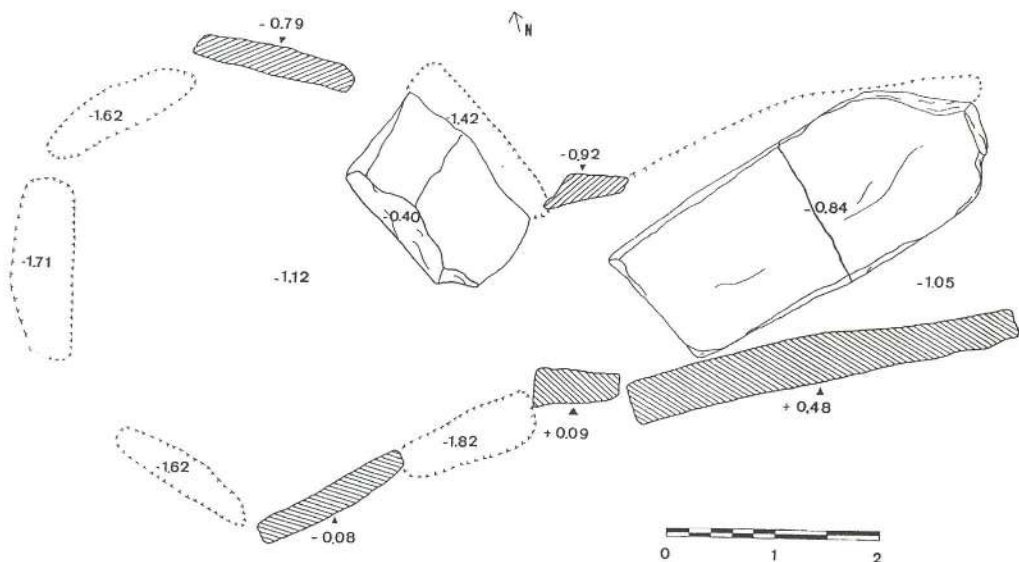


Zafra II antes de la intervención.

de Berges y Diéguez, describió el sepulcro, lo valoró tipológica y cronológicamente y publicó una nueva fotografía (Bueno 1988, 97). Esta investigadora habló de él como una gran cámara de tendencia circular con corredor largo en granito, que conservaba cinco ortostatos de 2,52 m de altura máxima y un sexto caído en el interior. El corredor constaba de un pequeño ortostato vertical a manera de jamba y una gran losa colocada horizontalmente en ambos lados, de la que se conservaba en pie una de 3,80 m de longitud, mientras la otra estaba caída. Para la cámara dió unos diámetros de 3,65x3 m y por las dimensiones del corredor y el tamaño de sus losas lo clasificó como de corredor largo (Bueno 1988, 163). Estudió también los materiales arqueológicos de la excavación de R. Lucas depositados en el Museo de

Cáceres, entre los que destacaban las puntas de flecha y cuencos, en menor medida trapecios, fragmentos de cuchillos, cuentas, colgantes, ídolos-placa y una piedra de afilar.

Con posterioridad a los trabajos de Bueno, el dolmen fue prácticamente arruinado por el dueño del terreno para aprovechar sus losas en un puente cercano, de tal manera que la casi totalidad de las piedras fueron removidas, varias arrancadas y la estructura desmantelada. Ello puede apreciarse muy bien en la documentación fotográfica publicada por los autores arriba citados, que datan tanto de los años 70, como 80 e inicios de los 90. Así las publicadas por Diéguez (1976) y Bueno (1988, 79) no se corresponden en absoluto con la que ofrece ya Bejarano (1993, 66), cuando el dolmen estaba prácticamente arruinado ni



Planta de Zafra II tras la limpieza del terreno.

con las obtenidas por nosotros cuando se reconocieron los dólmenes para analizar su estado de conservación (lam. II a).

2.1. TRABAJOS DE CONSOLIDACIÓN Y RESTITUCIÓN.

Ya en noviembre de 1993 sólo quedaban sobre el terreno seis grandes piedras, de las cuales solamente tres estaban en su emplazamiento original: la losa Sur del corredor, que ofrecía una ligera inclinación al interior, la jamba Sur, también vencida, y el fragmento basal del ortostato 2, apenas visible a ras de suelo. Las otras tres piedras estaban caídas y rotas, pero al menos dos junto a sus fosas de cimentación: un fragmento del ortostato 7 y la losa N. del corredor, tendida sobre el mismo y con una gran rotura, y la tercera era un fragmento desplazado perteneciente al ortostato 2, que al final pudo unirse al fragmento basal in situ.

Una vez recuperadas las losas del puente y trasladadas a las inmediaciones del dolmen, se comprobó su buen estado y se analizó la posible ubicación de cada una en función de su morfología, dimensiones y documentación gráfica anterior al desmantelamiento. A la vez se procedió a limpiar el terreno para comprobar si se habían conservado las fosas de cimentación, algunos refuerzos y calzos o cualquier otro sistema o elemento que se pudiera haber usado originalmente para fijar y mantener los ortostatos en pie.

Como consecuencia de estos trabajos se encontraron y pudieron delimitarse con nitidez las fosas de cimentación (fig 3), así como apreciar los sistemas de amarre de las piedras. También apareció el fragmento basal del ortostato 6, incrustado en su

fosa, que enterrado como estaba no había sido recogido en las planimetrías publicadas por los citados autores. Con los resultados obtenidos se pasó a estudiar la ubicación original de losas, orientación, virajes etc. y ver si encajaban los fragmentos rotos y dispersos, una vez levantada una nueva planta con la delimitación de la estructura y sus cotas (fig. 3).

Las operaciones llevadas a cabo para la restitución de elementos fueron las siguientes:

La fosa del ortostato nº 1, según se entra en la cámara a la izquierda, estaba excavada en la roca con una profundidad de 50 cm. desde el suelo granítico del terreno y conservaba en la parte trasera el arranque del túmulo junto a ella, con cuatro hiladas de piedras de tamaño mediano colocadas horizontalmente y trabadas con tierra. Del ortostato que a esta fosa correspondía se recuperó un gran fragmento de más de 1,5 m de longitud, que se recolocó y se entibó por el interior de tal forma que quedó restituido con una medidas de 1,20 m de altura desde la roca, 1,20 m de anchura máxima y 0,25 m de grosor.

Del ortostato 2 se conservaba la parte basal, rota a la altura de la roca del terreno. A este fragmento se le pudo coser la parte que faltaba, pero además hubo que sellar fisuras en el tercio inferior. Este ortostato, una vez cosido y nuevamente recalzado por el interior y exterior con piedras pequeñas y medianas, sobresalió del terreno con una altura de 2,76 m, una anchura de 1,60 m y 0,30 m de grosor.

La fosa del ortostato 3, bien delimitada como el resto de ellas, tenía 30 cms. de profundidad. Conservaba 4 hiladas del túmulo en la parte posterior,

de iguales características que en la fosa nº 1. El ortostato fue recolocado y recalzado.

La fosa del ortostato 4 apareció con una profundidad de 40 cm y conservaba también detrás cuatro hiladas del arranque del túmulo, que en esta parte de la cabecera estaba formada por piedras de mayor tamaño. El ortostato pudo ser recolocado y recalzado, siendo el de mayor tamaño, con 2,78 m de alto por 1,90 de anchura máxima y 0,40 m de grosor.

La del ortostato 5 tenía otros 40 cms. de profundidad y en ella pudo reponerse el ortostato, que se encontró

incompleto pero con los tercios inferior y medio en buen estado. Por la parte de atrás apenas se conservaban ya dos hiladas del túmulo, que empezaba a estar desfigurado y a perderse por este punto.

La parte inferior del ortostato 6 había aparecido en los trabajos de limpieza, incrustado en su cimentación pero sobresaliendo del terreno rocoso unos 35 cms. La parte trasera no conservaba piedras in situ del túmulo y ningún fragmento encontrado se correspondía con sus líneas de fractura.

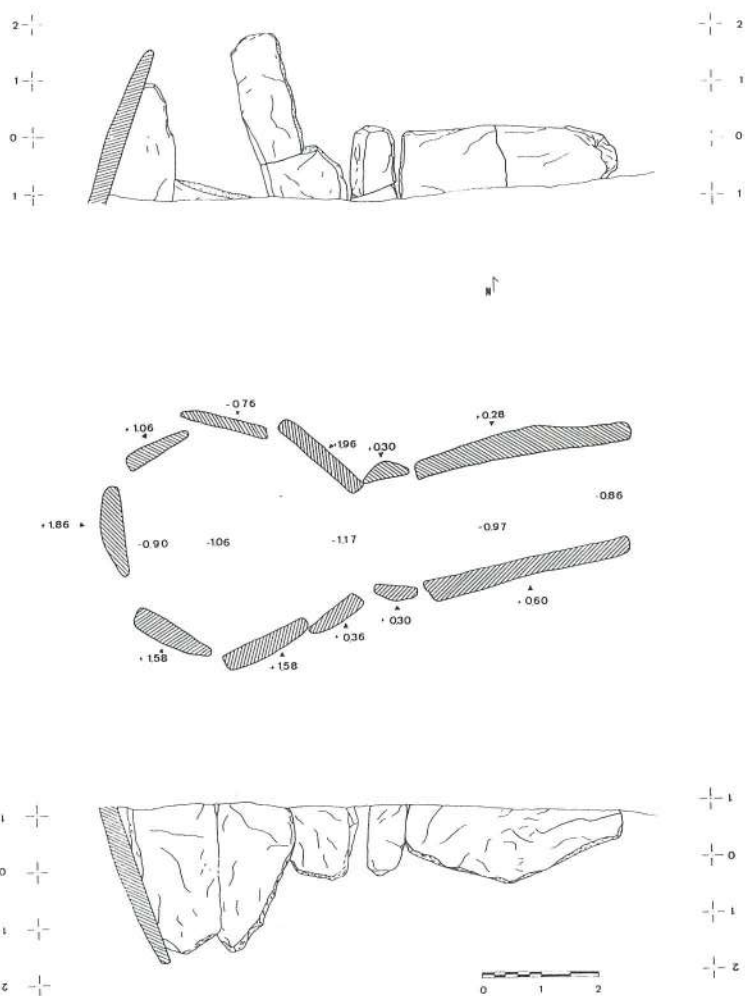
Del ortostato 7 se encontraba el tercio inferior basculado hacia el interior



Zafra II durante la limpieza del terreno

desde su caja de cimentación. Una vez recolocado y recalzado se pudo coser otro fragmento grande, caído pero incompleto en su parte media y distal en el lateral

izquierdo (fig.). La losa presenta huellas de cuñas para el robo de la pieza, lo que ayudó a la formación de fracturas y afectó a su contorno. En la parte de atrás



Planta y alzados finales de Zafra II.1

tampoco había ya restos del túmulo.

En cuanto a las dos jambas, a la del lado S., que estaba completa pero vencida al interior, se le corrigió el desplome y se recalzó. La del lado N. estaba partida y caída, por lo que la parte inferior fue recolocada en su fosa y recalzada, para después coserle dos fragmentos más, uno de ellos encontrado junto a la entrada del corredor. Miden 1,35 por 0,70 por 0,35 m la del lado S. y 1,30 por 0,73 por 0,20 m la del lado N..

La losa S. del corredor estaba prácticamente en su sitio y bien sujeta con pequeñas piedras, por lo que sólo fue objeto de limpieza. Mide 3,80x1,52 x0,40 m La del N. estaba fuera de su sitio, tendida sobre el corredor y rota. Apenas si quedaban en el suelo huellas del lugar en el que se colocó, por lo que debió contar con una zanja o fosa de cimentación pero de poca profundidad. Esta losa, tras el cosido de las roturas transversales, fue recolocada y entibada para fijarla mejor al terreno. Mide 3,85x1,20x0,50 m.

Una vez concluidos los trabajos de restituir y asegurar las piedras, los ortostatos de la cámara fueron entrelazados en sus bases por un cordón metálico para asegurar su estabilidad, Más tarde se rellenó la cámara y el corredor, tanto por el interior como al exterior, con una capa de "sabio" del terreno compactado, así como el area inmediata de protección. En el sector Sur se dejó fuera del dolmen pero bien a la vista un gran bloque sobre el suelo, que tal vez correponda a parte de la cubierta, sin que se haya podido precisar más sobre ella.

2.2. VALORACIÓN.

El resultado final (fig. 4, lám. II c y d) permite apreciar una cámara poligonal de siete ortostatos inclinados hacia el interior, algunos de ellos incompletos, con un diámetro máximo E.-O. de 3,98 m y en el eje N.-S. de 3,80 m, mientras la altura no llega a los 2,80 m Junto a la cámara, el corredor, con una jamba a cada lado de buen tamaño y una gran losa también a cada lado colocadas horizontalmente, que configura un espacio trapezoidal que se estrecha desde la entrada exterior hacia la cámara, con un desarrollo total de 4,54 m, una anchura de 1,63 m en el exterior, que se reduce a 0,85 en la mitad del mismo y que llega a 0,75 m en el acceso a la cámara. El túmulo se encuentra arrasado, excepto algunas hiladas bajas en el sector S.O., donde se vio como servían de apoyo a los ortostatos a la manera de un murete de piedras trabado. En el exterior del sepulcro no se encontró nada que permita conocer si hubo atrio ni tampoco como era la intersección de la entrada con el túmulo.

La recuperación de Zafra 2 ha sido posible primero gracias a la no destrucción total de las piedras del dolmen y después a la existencia todavía en el terreno de huellas enterradas del mismo. También, evidentemente, a la existencia de una documentación gráfica anterior a la destrucción de la estructura así como al hecho de que se intentaran robar las piedras enteras y no troceadas o partidas.

Como consecuencia de los trabajos de recuperación, ha podido documentarse como este dolmen ofrece un tamaño ciertamente grande, con una longitud interior total ligeramente superior

a 8,50 m, de los que 3,98 m corresponden a la cámara y 4,54 al corredor. Resulta así algo mayor de lo que supuso Bueno, pero tipológicamente puede seguir clasificándose como dolmen de corredor largo, no sólo por la longitud misma del corredor, sino también por su modulación respecto

a la cámara (mayor longitud del corredor que diámetro de la cámara), a pesar de que estructuralmente es sencillo.

Hay que hacer notar sin embargo que, pese a su monumentalidad, la cámara de Zafra II es menor que la del anteriormente comentado dolmen de El



Zafra II después de la restitución y consolidación (Ilc ylld).

Palancar (4,70x4,30) y más baja también, siendo El Palancar estructuralmente un dolmen con corredor corto. El cercano dolmen de Zafra 4 también es cuento menos más alto, a juzgar por las dimensiones de las piedras conservadas que en algún caso superan los 3 m desde el suelo (Bueno 1988,113).

La ubicación y las dimensiones de Zafra 2 pudiera sugerir una cierta jerarquización de los cuatro dólmenes del Alto de la Zafra, en función de que éste llamado Zafra 2 es el único situado en un alto dominante, mientras los otros o bien son de tamaño pequeño (Zafra 3) o bien se encuentran en las laderas, muy encajonados entre las crestas de granito como ocultos o camuflados sin campo visual ninguno (Zafra 1 y 4). Recordemos sin embargo como las piedras de Zafra 4 corresponden a un dolmen monumental con más de 3 m de alto y las doslosas que quedan de Zafra 1 también son de una dimensiones considerables.

Pero de la ubicación de Zafra 2 hay que destacar también que, a pesar de estar en alto, su visualidad está cerrada al O., donde se sitúan los dolmenes más en contacto con el río Sever, mientras que está más abierta a la zona del sustrato geológico de pizarras. Sobre todo hacia el E. y S.E. por donde discurre el arroyo Alpotrel y se sitúan otros dólmenes como los Tapias, Valbones o Huerta Nueva (fig. 1). En estas labores desarrolladas no se han encontrado restos de ajuar que añadir a los estudiados por Bueno, salvo un cuenco de paredes entrantes incompleto (fig. 5).

3. CONSIDERACIONES FINALES

El Palancar y Zafra 2 constituyen dos ensayos de recuperación, mediante procesos reversibles, de dólmenes que estaban destruidos. Es decir la rehabilitación y consolidación de las estructuras recuperables mediante los elementos existentes sobre el terreno, de tal forma que las operaciones de reintegración no impidan que dichos dólmenes puedan ser objeto de futuras técnicas de consolidación. De ahí que no hablemos de restauración, sino de reintegración, ni tampoco de reconstrucción, sino de rehabilitación. Pero al margen de intentar devolver a estos sepulcros una fisonomía evidentemente "arqueológica" y por lo tanto limitada a la documentación que ha sido posible conseguir, hay que valorar también en sí misma esa misma documentación porque ella enriquece nuestro conocimiento sobre este singular tipo de arquitectura, su función, simbolismo y los procesos culturales que en ella confluyen.

Por consiguiente, estas dos intervenciones relatadas hay que integrarlas dentro del proyecto general antes resumido, del cual se han podido extraer otra serie de datos importantes sobre los dólmenes de la zona. Así por ejemplo la presencia de molinos de mano partidos en la parte trasera de algunos dólmenes, bien como elemento de entibación de la piedra de cabecera o en el propio túmulo, como por ejemplo en Lanchas1, Datas 2, Huerta Nueva (Huerta Látigo en terminología de Bueno) o La Miera. También en otros casos ha podido documentarse la presencia de un verdadero atrio de entrada -elemento que ya supuso Bueno que debía existir- por ejemplo en Lanchas 2 y en

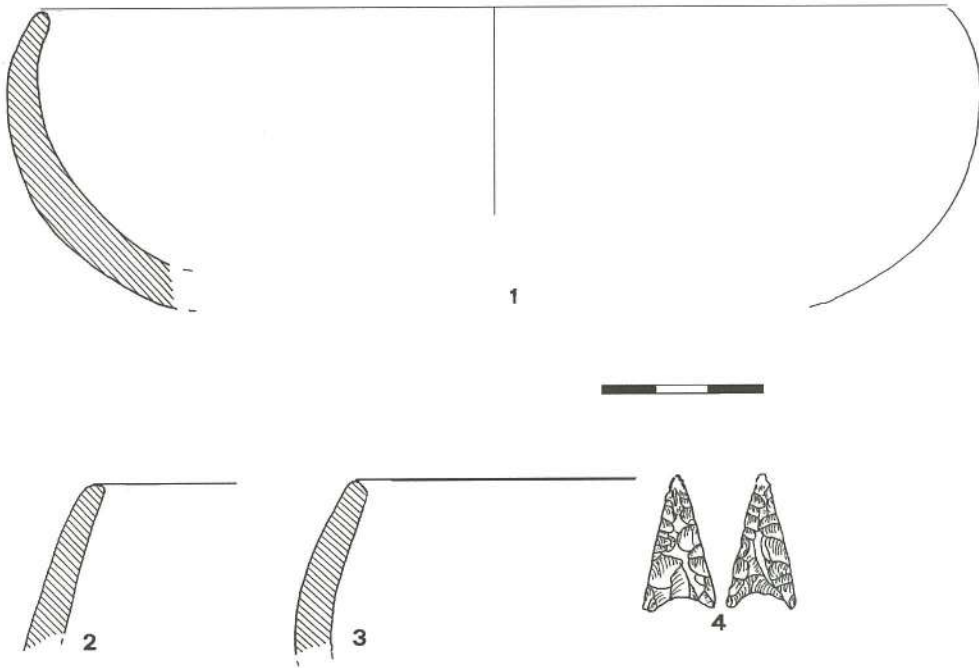


Fig. 5 Materiales. 1-Zafra II; 2,3 y 4-El Palancar.

Cajirón 2. De igual modo la presencia de corredores largos no reconocidos hasta ahora, como es el caso del citado monumento de Huerta Nueva o del de la La Miera y Tapada del Anta; la presencia masiva en todos los sepulcros de piedras de cuarzo medianas y pequeñas y en muchos de pequeñas piedrecitas de cuarcita en el suelo de las cámaras, completamente ajenas como material al terreno etc. Todos estos pequeñas novedades, junto a las nuevas planimetrías que las limpiezas permiten

elaborar, los detalles constructivos que ha sido posible observar etc. contribuyen a una mayor riqueza de datos y con ellos a ilustrar mejor la complejidad de los ritos y creencias asociadas a los dolmenes. Unos datos que de manera casi milagrosa el hombre no había destruido aún como hizo con las corazas de piedra de estos sepulcros, quizá solo porque no le ayudaban a encontrar esas respuestas y explicaciones para los dólmenes que nosotros -a pesar de los pesares- todavía tampoco hemos podido hallar.

Bibliográfica

- Bejarano, F.: Guia del Conjunto megalítico de Valencia de Alcántara. Cáceres, 1993
- Bueno, P: Los dólmenes de Valencia de Alcántara.. "Excavaciones Arqueológicas en España" 155. Madrid, 1988
- Diéguez, E. : "Los Dólmenes de Valencia de Alcántara". V Congreso de Estudios Extremeños. Badajoz, 1976, 23-41

A LAPA DOS GAVIÕES — ARRONCHES

Ana Peixoto



Fig. 23 - Pormenor do painel frontal interior

INTRODUÇÃO

Optei por não estruturar este trabalho de uma maneira convencional, com capítulos e sub-capítulos devido à natureza do referente tratado. Mas para melhor nos localizarmos, coloquei lateralmente indicações gerais sobre alguns dos temas tratados ao longo do texto.

Este trabalho é (antes de tudo) uma interpretação pessoal, feita com base na observação (*in loco*) e (claro!) na escassa bibliografia existente sobre o tema e seus afins, pretendendo ao mesmo tempo alertar para a falta de interesse e estudo generalizado que na nossa área se tem vindo a verificar e assim contribuir para a valorização de um campo artístico relativamente desprezado. É certo que numerosos arqueólogos têm feito estudos sobre esta época particular da “História”, no entanto, estes estudos insidem basicamente sobre questões arqueológicas e possuem uma linguagem e organização próprias dessa área (sem querer com isto desvalorizar de maneira alguma a Arqueologia).

Cronologicamente, e como o próprio nome indica, situa-se numa época anterior à História, sem documentos escritos e tem como objectos de estudos os vestígios arqueológicos. Ora, é praticamente impossível determinar a cultura, as pretensões, os “porquês” do homem primitivo, tendo só algumas “habitações”, armas, utensílios, espaços funerários e “manifestações artísticas”. Desta maneira, as especulações surgem, são muitas e variadas e as certezas poucas ou nenhuma. Contudo (acredito), que uma pequena “obra de arte” vale mais do que

uma colecção inteira de comentários e memórias, feitos pelos artistas mais conscientes e mais hábeis a conjugar as palavras, pois têm sempre por trás o seu ponto de vista, a isticidade.

O estudo da Arte Pré-Histórica, tem tanto de fascinante com de “frustante”, pois as certezas a seu respeito são escassas.

Esta “arte” permite-nos reflexões, considerações e convicções de âmbito pessoal, já para não enunciar as implicações que decorrem por se estudar um tempo anterior à História.

Será natural que se encontrem novas ideias que poderão (na minha opinião) ser enriquecedoras e proveitosas para quem destes assuntos se interesse, e assim, por comparação com outros estudos feitos permite tecer as conclusões de cada um.

Estas “manifestações artísticas”, podem-nos dar uma visão da evolução, dos modos de transmitir, registar e relacionar com o “mundo” que a espécie humana tem vindo a intemporalizar através das suas percepções, experiências e acções individuais e colectivas.

As minhas pretensões neste domínio e neste trabalho passam pela realização de um trabalho sucinto, “não massudo” e “sem palha”, onde o texto explicita claramente as minhas ideias através de uma linguagem simples e acessível, pois ambiciono posteriormente a sua divulgação e se isto se realizasse, gostaria que fosse lido pelos mais eruditos, assim como pelos mais leigos; pois só todos juntos poderão no futuro contribuir para o conhecimento, interesse, estudo e valorização desta parte do nosso património artístico.

Talvez seja uma utopia (talvez seja como o Ícaro e as minhas asas derretam) mas sem “sonhar”, a humanidade estagnava e eu recuso-me a estagnar!

Afinal, há um século atrás quem imaginava ser possível ir à Lua? Não foi o sonho e a ambição do nosso século tornado realidade?

O abrigo Lapa dos Gaviões (fig.1) é um de entre os quatro vestígios encontrados na zona de Arronches. Os achados apresentam pinturas esquemáticas chegando mesmo à abstracção, embora os motivos sejam distintos, de dimensões reduzidas e as formas sejam repetidas e “convencionais”. Este abrigo é o que reúne o maior número

de pinturas e que está (presentemente) mais acessível.

Situando-se num tempo posterior ao Paleolítico, representa já um estágio mais avançado da cultura humana, visto que com a chamada Revolução Neolítica, passou-se do estágio da recollecção para o da produção, perdendo a caça a sua máxima importância. Deste modo, dá-se uma progressiva sedentarização das comunidades, cuja principal actividade passa a ser o cultivo das terras. Por altura da Glaciação de Wurm (a última), o homem sentiu uma enorme necessidade de procurar abrigos para se proteger. Assim, surge o interesse pelas grutas e abrigos sob rocha. A maioria destes



Fig. 1 - Vista lateral do abrigo

abrigos situava-se perto de pontos de passagem de animais, fontes de matéria-prima e cursos de água, não constituindo este abrigo excepção.

A descoberta do fogo nesta altura, permitiu um grande desenvolvimento no seio destas comunidades caçadoras. Estas, manifestam já perante a morte um sentimento religioso, realizando rituais e sepultando os mortos juntamente com as oferendas. A cerâmica também é característica desta altura (em que o abstracionismo e o geometrismo dominam a decoração), assim como a metalurgia e são estabelecidos os princípios básicos da arquitectura, através de túmulos e templos ao gosto megalítico.

Em Portugal, os objectos encontrados pertencentes a este período, são votivos (associados a necrópoles), objectos de cerâmica, ídolos placa, ossadas, etc.

A "arte rupestre" é uma das intervenções artísticas mais interessantes a considerar na Arte Pré-Histórica, que surgindo no Paleolítico Superior, se prolongou pelas épocas posteriores. Em Portugal esta tem diversos tipos de manifestações. Podemos encontrar vestígios em grutas, abrigos sob rocha, rochedos ao ar livre e acompanhando o megalitismo.

As primeiras manifestações de interesse que se dão neste campo no nosso país, datam de 1867 quando Nery Delgado descobriu os primeiros vestígios do Paleolítico, na Gruta da Casa da Moura (em Cesareda). Em 1910, Joaquim Fontes, reporta alguns achados em Casal do Monte, pertencentes ao mesmo período. Henri Breuil, em 1917, apresenta um trabalho acerca da "Rocha Pintada de Vale de Junco". A partir dessa altura, e até

aos anos 30, os achados não revelam especial interesse. Em 1937, Manuel Heleno explora um grupo de jazidas em Rio Maior, levando a concluir que o Paleolítico Superior em Portugal sofreu numerosas influências europeias.

Nos últimos anos, esta tendência parece estar a inverter-se, como é testemunho a enorme controvérsia feita à volta de Foz Côa.

A descoberta do abrigo não se conseguiu apurar ao certo. As primeiras notícias neste campo remetem-nos para o madrileno Eduardo Hernandez Pacheco, que em 1914 teve conhecimento da existência das pinturas.

O nome Lapa dos Gaviões, deve-se à identificação de Albuquerque e Veiga Ferreira com representações "que fazem lembrar aves em pleno voo".

Em Maio e Junho de 1916 e após algumas tripécias para chegar ao local, o abade pré-historiador francês Henri Breuil fez uma "expedição" onde estudou e desenhou os vestígios encontrados, contribuindo desta maneira para um maior conhecimento.

A partir daí, o abrigo foi diversas vezes objecto de estudo até 1960, estando presentemente a desenvolverem-se esforços para recuperação da degradação em que estava envolvido.

"A Arte é quase tão antiga como o homem". É neste contexto, que as primeiras manifestações artísticas surgem. É uma forma de intercâmbio entre o homem e a natureza. Este aproxima-se dela e transforma-a. Os seus "fazedores" não se limitaram a copiar os elementos a si apresentados (o que realmente viam), representavam-nos, tornavam a apresentá-los, interpretavam e até de certa

maneira conceptualizavam o que para si tinha importância, o que conheciam.

Estamos, deste modo, perante um processo humano livre e inteligente, uma actividade criadora sensível, contrastando com os comportamentos instintivos e de sobrevivência. O que é primitivo não implica que seja inferior. Esta ideia deriva, em grande parte, da crença Darwiniana da evolução das espécies e da sua divulgação por vezes exagerada, como se vê nalguns filmes que dão a entender que o homem se assemelha mais ao macaco à medida que recuamos no tempo. Os homens primitivos eram e são, ainda às vezes considerados uma espécie de macacos ou gorilas com habilidades, sem uma “verdadeira” inteligência, daí a associação de que é inferior. Mas não se deve catalogar em inferior ou superior, mas sim em diferente e reflectir sobre o domínio, a imaginação, o verdadeiro conhecimento e visualização que permitiu criar novas formas e transfigurar espaços naturais existentes.

A arte Pré-Histórica exprime atitudes emocionais e sistemas formais. O homem coisificou, deu forma de coisa, personificou formações intelectuais, a arte desempenhou uma espécie de escape ao caos, “é a indeterminação de matéria em busca do ritmo de vida”¹.

Ao elaborarem processos de significação, dão sentido a tudo o que sentem necessidade, o “artista” ultrapassa o défice de significado sintetizando e simbolizando.

O ser humano distinguiu-se por tentar dar sentido áquilo que o rodeava, o que não implicava ser seu conhecedor, aproximava-se mais de uma atitude de reconhecimento. De reconhecimento,

porque não ambicionavam captar “fotograficamente” os referentes (ao “estilo” de Altamira), mas bastava-lhes simplesmente olhar para a pintura e ver, associar, enfim, reconhecê-la e verificar as suas principais características no mundo. Neste jogo dialéctico, a nossa espécie avança da natureza para a cultura, assim há símbolos que perderam a significação, na medida em que se avançou no conhecimento científico, pois passava a haver uma menor necessidade de recorrer ao simbolismo. O sistema simbólico (aqui ilustrado) dá significado na ausência de um “verdadeiro conhecimento”, dá uma leitura da organização do mundo; daqui derivando uma tríade de palavras-chave: mito, metáfora, significantes.

É certo que o “artista” não faz nada isolado, nem inocentemente. O próprio processo “de fazer” acrescenta algo ao sujeito e o referente condiciona o sujeito tal como o sujeito condiciona o referente.

Esta é sem dúvida, uma batalha e uma convicção contemporânea, mas que deveria ser inteiramente subscrita pela sociedade que usufruiu do abrigo Lapa dos Gaviões. A nenhum outro “género de arte” este pensamento contemporâneo se ajusta tão bem. É que o acto de pintar estava normalmente associado ao acto mágico, ao acto de exercer uma determinada força sobre o objecto pintado, ou a uma determinada relação propiciatória entre o que é pintado, o referente e o que pinta. Deste modo ambos se condicionam mutuamente, se influenciam e de certa maneira, se interligam, se inter-relacionam.

Até hoje, as interpretações que o homem fez das coisas variaram, mas a sensibilidade como característica humana manteve-se.

No que consta à problemática datação do local, esta também possui uma natureza complexa.

Primeiramente, a objectividade utilizada pelo método do Carbono 14 está posta em causa, não se revelando mais fiável. Como é sabido, este método derivou das pesquisas feitas na 2ª Guerra Mundial para a bomba atómica, e consistia em medir o número de Carbono 14 existente nos vestígios (como sugeria Willard Frank Libby). Este elemento (C14) está sempre presente na atmosfera e “desintegra-se” progressivamente, mas quando um organismo pára de crescer a assimilação de C14 também cessa. A datação era definida por comparação com a quantidade de C14 existente hoje na atmosfera.

Mas, investigações feitas com “dendrocronologia” e a sua aplicação em árvores com milhares de anos revelam que

a percentagem de radiocarbono anterior ao primeiro milénio a.C. era superior ao do presente. Tendo como conclusão o resultado errónio visto anteriormente, tem-se vindo a comprovar que os objectos estudados eram mais antigos do que inicialmente se concluiu.

Deste modo, e não se tendo ainda feito qualquer investigação com técnicas científicas fiáveis ou não, não devemos apontar (às cegas) uma qualquer datação mais específica que a Pós-Glaciática.

Segundo, nos primeiros levantamentos feitos no local, os arqueólogos (como o abade Henri Breuil) encontraram pinturas que tinham tonalidades que variavam desde o alaranjado até ao preto, passando pelo vermelho. Hoje em dia ainda se encontram pinturas feitas nestes tons, mas ainda não se estudaram nem se compararam os pigmentos, o que mais uma vez dificulta a datação do local. Nem

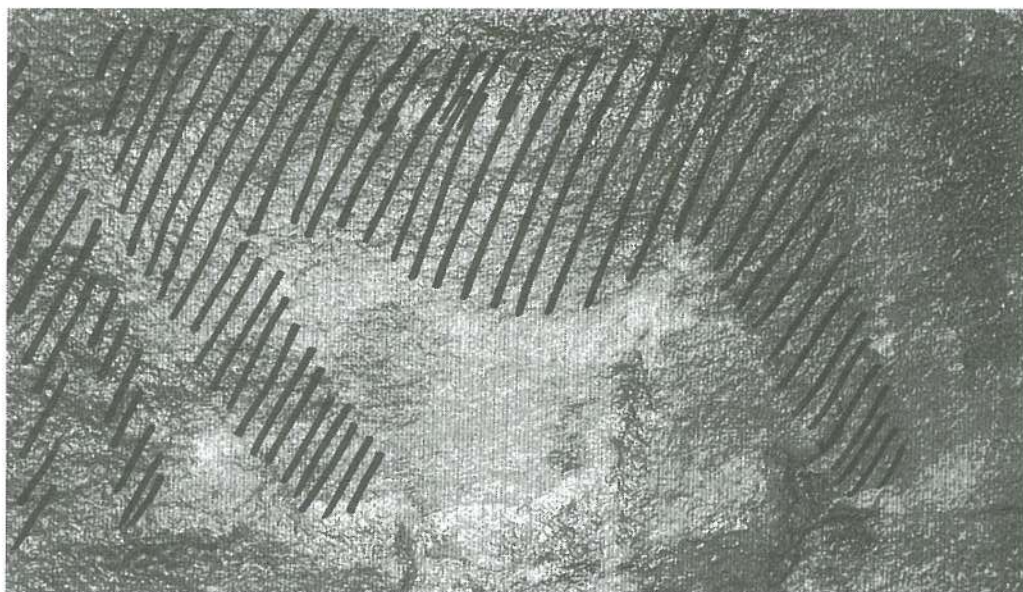


Fig.2 - Figura zoomórfica

sequer se tem a certeza da natureza dos pigmentos, se são de origem mineral ou orgânica. Também seria interessante estudar, em comparação com os pigmentos, a fauna existente nessa data.

Terceiro, é possível e provável que a utilização do abrigo se tenha feito em momentos diferentes. Se compararmos a figura zoomórfica (fig.2) identificada como um javali (situada na parede do fundo) e outra figura zoomórfica pectiforme (fig.3) situada na parede esquerda exterior, vemos que, as diferenças entre as duas figuras são variadas; a primeira figura está mais sumida que a segunda, o que teoricamente e se as figuras fossem da mesma altura temporal, deveria ser ao contrário. As pinturas de fundo estão mais protegidas, não lhes batendo tanta chuva

nem sol, o que teoricamente lhes causa menos danos, mas isto não é determinante, pois apesar da primeira estar mais "recolhida" das intempéries, poderá ter sido objecto de uma menor conservação e maior vandalismo, a tinta poderia ser menos espessa e rica ou a natureza dos pigmentos poderia ser diferente.

Na fig. 2 o animal é representado pela mancha, isto é, é definido através da mancha e esta possui uma espécie de degradação de tom; à medida que se afasta da periferia da mancha, aclara. A fig. 3 é-nos dada pelo traço, pela linha nuns tons de vermelho mais carregado e escuro.

O motivo zoomórfico pectiforme da fig.3 não se identifica tanto com a realidade como a fig.2, este motivo apresenta seis

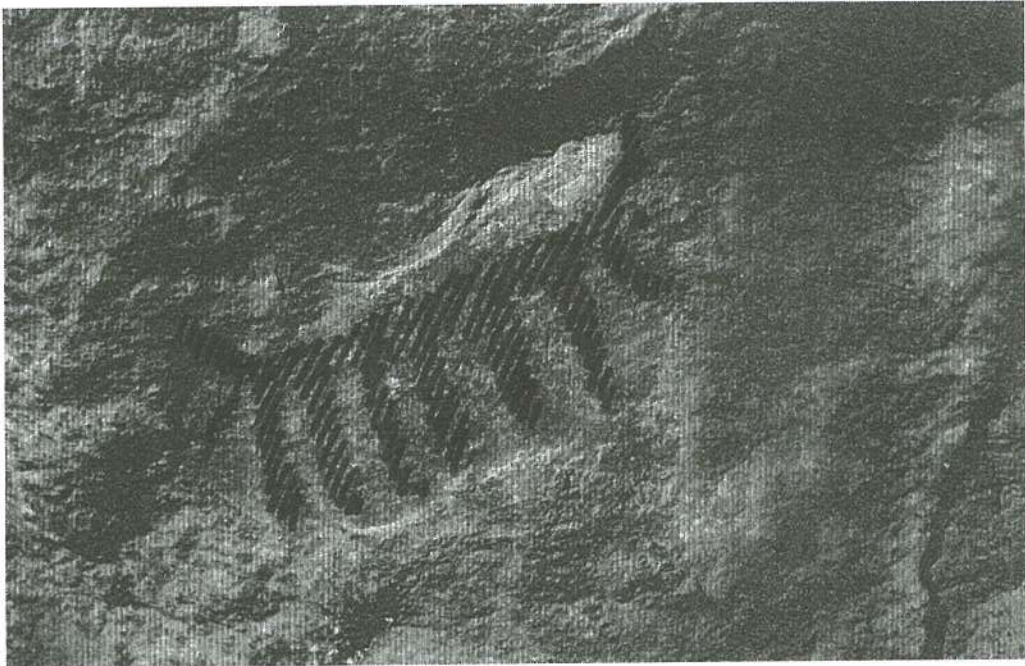


Fig. 3 - Figura zoomórfica pectiforme

pernas pelo que seria irreal, mas o que pensamos ser aqui importante é uma nova mentalidade que lhe deveria ser inerente, pensamos que não lhes deveria interessar fixar alguns pormenores realisticamente (como se vê na curva do ventre da fig.2), mas sim fixar um animal que apresentava várias pernas, não ligando ao seu número, não especificando as suas características (anteriores ou posteriores), geometrizando até a estrutura, enfim, é o paradigma mais do que se sabe do que o que se vê.

Existe a possibilidade de a utilização de "seis pernas" para definir o animal, ser uma incipiente abordagem ao movimento, ou seja, uma tentativa de representar o animal em movimento, à semelhança do que hoje se utiliza nalgumas bandas desenhadas quando se pretende dar essa sensação. Esta possibilidade ganha mais sentido quando uma das extremidades do corpo, que me parece ser a posterior, é desenhada com dois traços, o que mais uma vez me leva à ideia de movimento.

E se neste jogo mental, associarmos a tudo isto um estudo feito que dizia ter sido o cão o primeiro animal a ser domesticado e que das pinturas rupestres mais significativas do mundo os animais pintados só representam 0,01% dos animais que compõem a sua alimentação.

Eu, quase que me atrevo a afirmar, que estamos na presença de um antecessor do Giacomo Balla e do seu



Fig 4 Giacomo Balla: "Dinamismo de um cão na coleira".

nossa atenção exclusivamente nesta figuração e atendermos também ao seu espaço físico envolvente, deparamo-nos com uma descoberta, que eu considero admirável, que é a figura animal estar sobreposta a outra figura (que me parece humanóide) num tom alaranjado mais claro. Este é mais uma vez, um indicador de espacialidade no plano. A perda de definição visual com o aumento de distância é outra situação que testemunhamos quotidianamente no mundo tridimensional.

Deste modo, a hipótese que comumente definia, sugeria ou caracterizava estas pinturas como figuras sobre fundo, deixa muito a desejar. As pinturas vão para além disso, são mais complexas, mesmo quando não se verifica a interposição das figuras (de onde se poderá salientar uma diferenciação de planos, o maior afastamento de um, em relação a outro que o encobre parcialmente e que por isso é considerado mais próximo), estas ocupam sempre um posicionamento estratégico.

Um dos artifícios para provocar ou simular a tridimensionalidade numa superfície bidimensional é a interposição, a que esta pintura não foge (fig.3). Isto verifica-se quando um determinado objecto por estar entre o observador e o que lhe é posterior, o oculta parcial ou totalmente. O observador (para dar sentido ao seu campo visual) usa sempre o pressuposto mental no qual as formas ocultadas, estão completas e que são compostas por mais partes que não vemos. Na verdade, a obra está cheia de "cortes" nas formas, as quais nos levam a concluir mentalmente, que uma forma antecede outra e assim sucessivamente, implicando isto, a definição do espaço tridimensional que não existe verdadeiramente.

O espaço (tal como o tempo) é um dos principais elementos a ter em atenção, a considerar e a interrogarmo-nos quando se nos depara um grupo como este. O espaço e o tempo estão na génese do relacionamento da espécie humana com a natureza e o sobrenatural e com a tentativa humana de explicar e de se interligar com a natureza e de a tentar dominar.

Ao imaginar, ao criar um "mundo", o homem inventa um universo à sua medida, em que convergem determinadas necessidades e em que propagam outras.

As pinturas ao serem reflexo deste universo definem (então) uma determinada acção, um acontecimento que estruturam e definem um tempo e um espaço próprio. Para tal, também devemos referir a definição de sucessão e consciência dessa sucessão no que respeita à definição das próprias formas pintadas (como já vimos, provavelmente

pertencerem a tempos diferentes), como também no que respeita aos ciclos da natureza e dos quais a comunidade dependia inevitavelmente; deveriam, deste modo, considerar o tempo circular, cíclico. Isto é particularmente elucidativo se (como já vimos) nesta altura a agricultura e a pastorícia estavam num processo de desenvolvimento e toda a fauna e flora obedeciam a ciclos de crescimento.

Mas, o grande esforço que prova a tentativa do homem para dominar o tempo foi corporizado e eternizado na arte. Ao conceptualizarem o fim da vida humana, a morte, os nossos antepassados criam os túmulos megalíticos (característicos desta época), do mesmo modo que ao pintarem as rochas e rochedos tentam dominar, ou pelo menos exercer a sua influência no meio em seu proveito, ou seja, tentam apropriar-se de uma realidade exterior em que participam, seja ela fictícia ou não. Daqui deriva a associação (comummente feita) com a magia, como garante do seu sucesso. Pelo processo mágico, o homem dominava a natureza, e adquiria poder sobre os objectos, na medida em que, pela apropriação que se estabelece, os objectos da natureza colocam-se ao serviço do homem. Tratava-se do poder da imagem sobre o real! É aqui que reside a magia destas manifestações artísticas.

Sendo o homem um pequeno ser lutando contra a natureza hostil, a sensação de triunfo oferecida pela arte, permitia-lhe dominar e sobreviver.

A arte com todos os rituais, danças e cerimónias mágicas, engrandecia o homem; colocava-o acima de todos os constituintes da natureza. Estabelecia-se

deste modo uma unidade perfeita entre todos os elementos da natureza e o homem, que constituíam a premissa das cerimónias mágicas. Nestas cerimónias o espaço desempenhava um papel importante.

A superfície, é assumida como bidimensional, mas “parece querer” prolongar o espaço onde ia ser inserida ou ser a própria obra prolongada pelo espaço e acções envolventes. As figuras têm uma maior densidade que o fundo, mais “espaçoso” e amplo e de certa maneira informe. A área que designamos por figura destaca-se, ou melhor, avança em relação ao fundo. O predomínio do formato convexo da periferia das figuras acentua o já referido “avanço”.

O espaço escolhido para cada uma das pinturas não dá mostras de ter sido pintado num local ao acaso. Em certos locais evidencia-se o “aproveitamento” da forma da rocha para a composição pictórica. Isto evidencia já uma preocupação espacial, na medida em que, as formas e a rocha onde foram feitas estão em unísono, isto é, estão conjugadas harmonicamente tendo em atenção as características da própria rocha, tom, incidência da luz, formas e proporção, assim como as características das pinturas “expostas”. Para melhor ilustrar esta ideia, debruçemo-nos sobre dois exemplos. O primeiro, situado

na parte lateral esquerda interior do abrigo (Fig.5), representa uma figura antropomórfica em vermelho alaranjado. A nível espacial, é impossível ficar indiferente à “escolha” do local de representação. A figura foi pintada numa zona quartzítica branca que é imediatamente ladeada por rocha negra. Isto dá-lhe um enorme

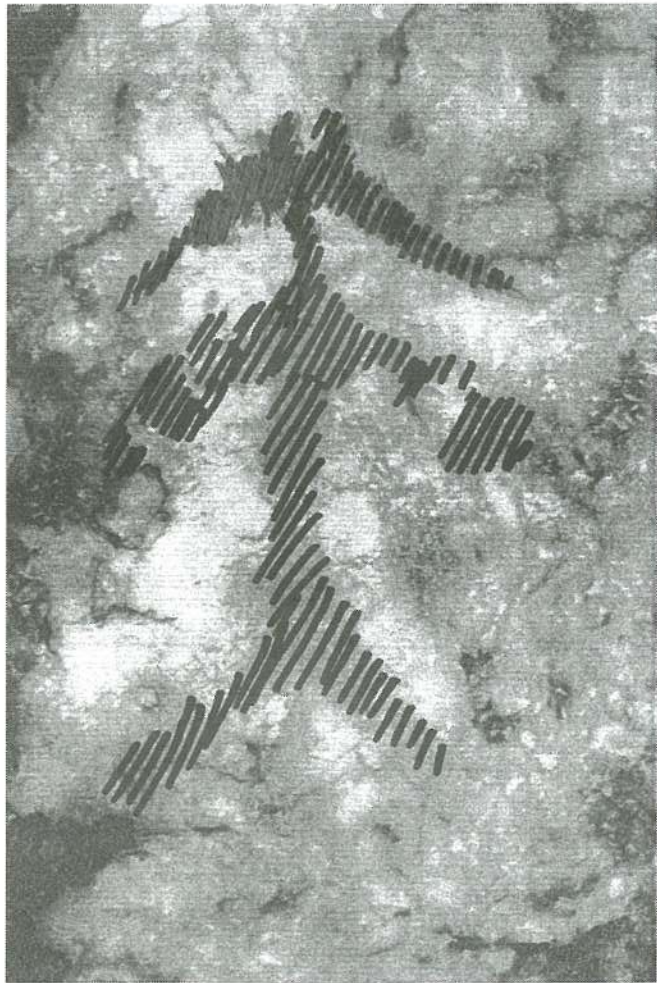


Fig. 5 - Pintura antropomórfica

destaque, primeiro o desenho vermelho alaranjado sobre fundo branco, sendo depois "agravado" pelo emolduramento a negro.

A nível formal, a figura é (praticamente) simétrica, tem eixo vertical e três diagonais de cada lado, estando a lateral superior direita coincidente com uma linha a negro da superfície rochosa.

Eu vejo esta figura como humanóide, visto identificar as suas características principais (começando por baixo): membros inferiores, tronco, membros superiores e... cabeça. Esta é a parte que tem levantado mais dúvidas nas interpretações, é que neste caso (como noutros)

a (dita) cabeça está representada da mesma forma que os membros, ou seja, com duas linhas diagonais laterais e não por uma mancha mais ou menos circular ou elíptica como é na "realidade"; mas é preciso não esquecer que a cabeça tem uma "moldura", os cabelos, que sendo compridos e soltos modificam a forma craniana e acompanham o movimento dos membros, da mesma maneira que é testemunhado nesta figuração. Neste sentido, poderemos estar perante a representação de um ser humano com cabelos compridos.

O segundo exemplo, é uma cena (composta por mais que um elemento, que



Fig. 6 - Cena da "pastorícia"

jogam entre si) situada no tecto do abrigo (Fig.6). Preocupemo-nos primeiro em identificar genericamente os elementos pintados; temos animais, que podem ser cervídeos, bovídeos ou ovídeos e figuras antropomórficas, sendo uma delas (central à cena) assexuada e acrescida de uma elipse, colocada por cima de um animal.

Este modo de compôr (quatro animais à frente, homem com “laço”, mais um animal atrás e depois mais dois ou três homens) só pode ser intencional. A cena está encadeada, conta uma história onde está implícito o tempo, o tempo que os homens e os animais demoram a percorrer um espaço. Tudo isto é intensificado e também determinado pela linha rochosa branca que acompanha e dá continuidade à cena. Esta linha e a linha implícita que está contida no conjunto das figuras cruzam-se num extremo da cena para o qual todos os elementos se parecem encaminhar. Também é preciso ter em consideração que esta linha (da rocha), por cima das figuras, concede-lhes o dito “tempo” cénico da mesma maneira que o tempo é “identificado” na realidade, pelo céu, pelo sol e pela passagem do dia e da noite. Verifiquei também (como se desenvolverá a diante) que essa linha “atmosférica” rochosa está orientada para nascente.

Esta cena tem sido interpretada como uma caçada, mas eu permito-me discordar. Numa caçada e quando os caçadores se aproximam dos animais e eles dispersam-se, fogem em múltiplas direcções. Esta cena não é isso que transmite. Os animais estão todos orientados na mesma direcção e no mesmo sentido, e a personagem central parece dominá-los, pois a elipse que lhe

está associada, o seu “laço” elevado sobre um dos animais transmite-nos uma espécie de poder e domínio sobre o acontecimento. Se fosse uma caçada, os animais não caminhavam no mesmo sentido nem rodeavam o homem; assemelham-se mais a um rebanho.

Por outro lado, identifico o uso de uma elipse como elemento fechado que é, como uma forma de alegoria a um circuito dominado onde a saída e o espaço “livre” não têm lugar e que é comandado pelo homem (pois está a ele associado).

Se assim suposer-mos, este homem com “laço” será uma espécie de pastor, será uma figura destacada na sua comunidade. Este não deveria ser (à semelhança com o “feiticeiro”) um trabalho da responsabilidade de qualquer pessoa.

No que respeita às outras representações humanóides que estão no lado superior direito da cena, não os considero como parte integrante da cena, como se nela participassem. Apenas exercem uma acção ou influência indirecta, não os vejo como actores, mas sim como “espectadores”. Este grupo de personagens pintados paralelamente isolam-se, até porque estão localizadas no sentido contrário para o qual os outros elementos se parecem encaminhar, deslocar.

Esta cena, faz o contraponto entre distintos grupos sociais e testemunha, uma vez mais, a existência de classes sociais organizadas e uma forma incipiente de especialização e realização social, reconhecida pelos outros membros da sociedade; pois deveriam existir indivíduos responsáveis por determinadas tarefas consideradas de maior importância, como deveria ser a pastorícia ou o domínio e “poder da imagem”.

Mas não era só a forma e a característica da própria pedra que eram pensadas, que eram tidas em conta para determinada forma, também a própria “distribuição geográfica” no abrigo se revela determinante. Já com uma noção de cima/baixo, vertical/horizontal, superior/inferior, esta sociedade reflecte estas noções, estas orientações na composição do abrigo. Todas as figuras estão orientadas segundo a lei da gravidade, da realidade, isto quando a superfície em que estão pintadas é vertical, não se verificando um multidireccionismo. No que respeita às pinturas do tecto, também elas estão orientadas de forma não aleatória. As figuras humanas (para exemplificar melhor) estão pintadas com a cabeça para nascente e os pés para poente, ou seja, poderemos considerar nascente como o “cimo” e poente como o “baixo”, o que tem a sua lógica, uma vez que, nascente

representa o céu, é onde o sol nasce, sendo o sol o “iluminador” do mundo; por outro lado, o poente, onde o sol se “esconde na terra”, onde o sol desaparece na terra, representando deste modo o solo.

Através deste modo de compôr, desta consciência espacial, podemos ir ainda mais longe e acrescentar às categorias dicotómicas (cimo/baixo, vertical/horizontal, superior/inferior) outras como matéria/imaterial, mundano/espiritual ou sagrado. A consciência da existência de um céu e sua “representação”, ou melhor, não é exactamente a sua representação é a presença da sua não matéria, apenas indicam a sua “geografia”, seu lugar, no ordenamento do mundo, é algo que não abarcam totalmente, “abstracto”, mas que podem localizar e que serve também para se localizarem. Ligado ao “baixo”, temos as coisas mundanas, a matéria, a terra à qual o homem volta



Fig. 7 - Vista frontal do abrigo.

quando morre. Nesta época disso são testemunho as antas, nas quais alguns privilegiados eram enterrados (voltando à matéria), estando este culto associado ao ventre materno, pois as antas eram cobertas pelas mamoas; as antas eram uma espécie de alegoria do ventre materno.

À morte está associado a horizontalidade, enquanto a vertical é a linha da vida, da energia por excelência. Esta e

do exterior, como as outras. Além disso (hoje em dia) quase que se confundem com manchas do mesmo tom (alaranjado) da rocha.

Todas estas preocupações levantam-me uma questão, haverá já, num certo sentido, uma procura, indício de beleza? Isto porque, o sentido de proporção, de equilíbrio entre formas, de equilíbrio entre as formas e o seu suporte, de escala e de harmonia existe.

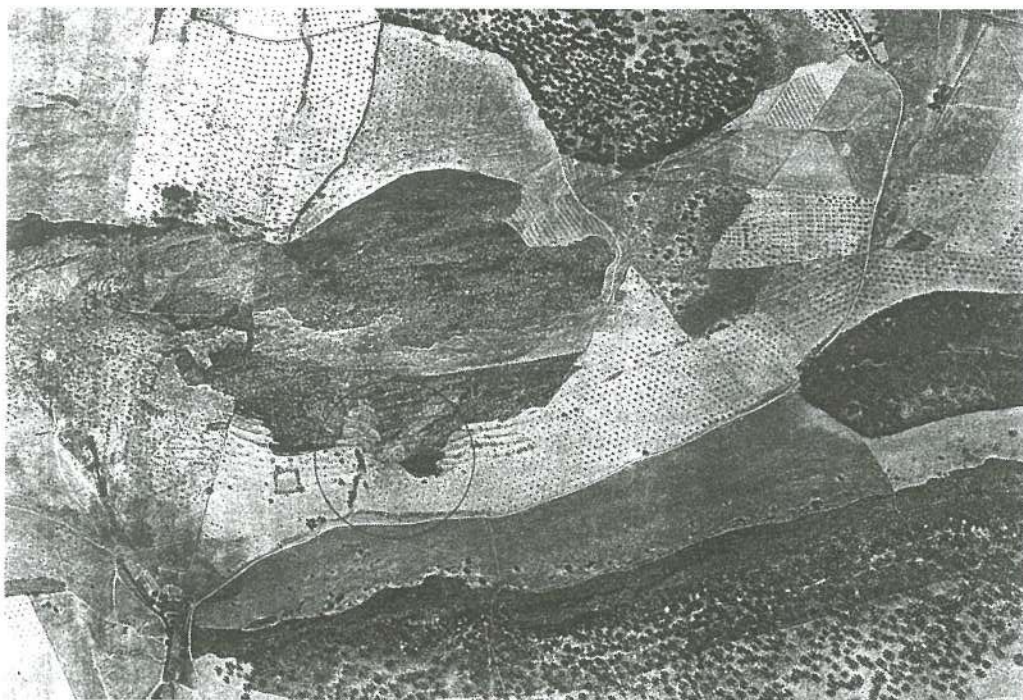


Fig. 8 - Fotografia aérea

outras cenas que se apresentam no tecto levantam-nos outra questão: eram para serem vistas da mesma maneira que as outras pinturas do abrigo? A mim parece-me que não. Para as vermos temos de “penetrar” no abrigo, pois não são visíveis

Visualmente, o abrigo assemelha-se a um rasgo na superfície rochosa (Fig.7), formando um declive de pequena profundidade e altura variável até cerca de dois metros, e pertence à zona quartzí-

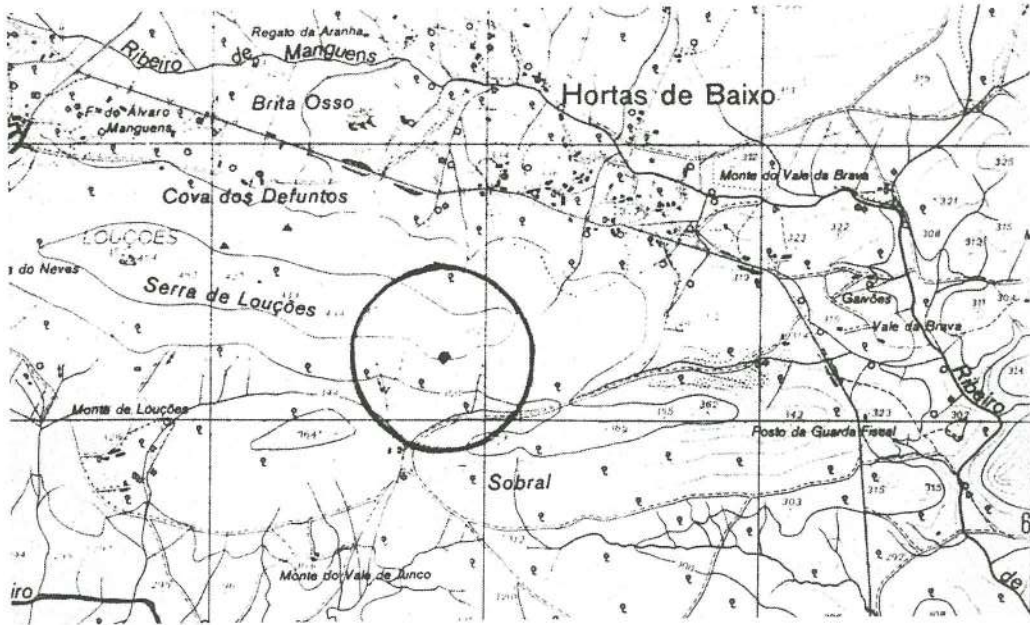


Fig. 9 - Planificação do terreno



Fig. 10 - Vista frontal a partir do abrigo

tica integrada na Serra das Louções, sendo um dos pontos mais altos. (Fig. 8 e 9)

Sem fugir à regra que caracteriza o seu tempo e sociedade, o local eleito encontra-se perto de uma linha de água e num local estratégico, elevado, o que permitia o controlo e avistamento de toda a superfície em redor; poderia servir para defesa e/ou “vigia” (Fig.10).

é ocultado pela vegetação envolvente (como ainda hoje se reflecte), de modo que quem lá está vê mas não é visto.

O que pode ser mais um indício ou alusão entre o sagrado e o profano, entre o omnipresente que tudo controla e vê, e, o “ignorante” limitado.

Nem todos os membros da comunidade deveriam penetrar no abrigo



Fig. 11 - Vista da periferia frontal

Estão, assim, já reunidos dois elementos decisivos para a continuação da espécie, a água e o local reservado e estratégico. Desta forma, entendo (dada a sua localização geográfica e até mesmo o local atribuído a cada tema pictórico no abrigo) que a sua fruição era limitada. Como espaço sagrado este impõem-se sobre o meio circulante (Fig.11), pois está mais elevado, mas simultaneamente

e ter acesso às cenas que não são visíveis do exterior, a descodificação plena das pinturas não era (possivelmente) acessível a todos, daí o seu encobrimento e visionamento deliberadamente dificultados (como já vimos nalguns exemplos); à semelhança do que se passa nas antas (embora estas tenham uma função fúnebre), o espaço era interdito a alguns membros da comunidade, além de,

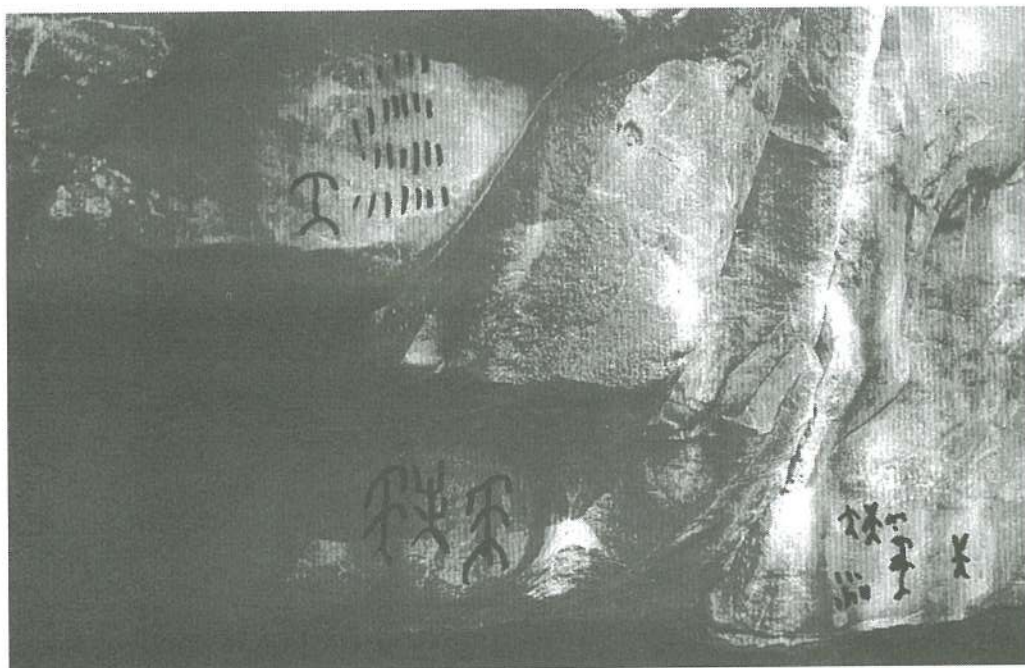


Fig. 12 - Parede frontal exterior

nalguns casos possuir um acesso (um corredor) onde só com algum esforço e habilidade física se conseguia ultrapassar.

Outra constatação, que se pode associar a esta suposição, é a localização exclusiva das representações de figuras humanas com características especiais, que eu denomino por “feiticeiros” (há falta de um conceito mais abrangente) na parede frontal exterior (Fig.12).

Como em qualquer espaço sagrado, a parte frontal exterior dá, anuncia e faz a passagem do mundo profano para o sagrado, à semelhança de um portal românico. Os “feiticeiros” como representantes, como intermediários entre estes “dois mundos” poderiam reservar o acesso ao espaço sagrado, e, ser esta a razão da sua disposição e distribuição espacial. Outra característica, não menos

importante, é a sua disposição em relação ao sol, à luz. O abrigo recebe, praticamente, sempre luz solar, está numa posição em que é privilegiada a luz solar e em que ela joga com as pinturas, consoante a hora do dia ou mesmo as épocas do ano; pois as pinturas são mais ou menos visíveis consoante a “hora solar”, assim como o “grau de humidade” da rocha (que em certa medida, também depende do sol e das condições atmosféricas).

Lapa dos Gaivões “abraça” o sol, rende-se à sua intensidade do meio-dia, é o sol (a luz) que permite a vivência e o reconhecimento das pinturas, é o sol (a luz) que permite a perpetuação das imagens, é o sol (a luz) que permite a continuação dos cosmos.

Outros elementos decisivos e determinantes são a fauna e a flora. A região era rica e diversificada tanto na fauna como na flora o que pode ser reflexo da possível sedentarização da comunidade numa zona próxima, da tentativa de domesticação de animais e da agricultura. Contudo, neste campo ainda não foram feitos quaisquer estudos sobre esta época na região, sem os quais é impossível acrescentar mais ideias.

As formas devem ser reflexo de um sistema simbólico próprio, que definia uma ordenação do mundo e que revelam uma fixação de consenso, pois essa ordem simbólica dada ao mundo era partilhada pelo grupo; senão a homogeneidade formal e temática não se verificava como se

verifica. Isto implica uma espécie de soberania por parte de quem pintava, que não era contestado pelos outros.

Aliada à temática e à forma que define o "tema", ou pela qual se infere o "tema", está a cor. A cor, predominantemente vermelha, embora com variados tons ou com cores que derivam do vermelho (como o alaranjado), também deverá obedecer a um determinado simbolismo e ter emanente um sistema visual próprio. Muitas vezes, a coloração envolvente, onde as pessoas se movimentam e o tipo de ações a que assistem e desenvolvem influenciam de modo surpreendente o seu domínio expressivo.



Fig. 13 - Comparação da dimensão de uma figura com a mão

Na minha opinião, o vermelho fazia parte das suas vidas, deveriam conviver bastante com esta cor, até porque já deveriam conhecer o fogo (que era um elemento bastante importante nas suas actividades e alimentação), para além da caça e da carne que era um dos constituintes da sua dieta alimentar.

O vermelho é (normalmente) associado a uma atitude energética, é a cor da vida, do sangue que corre nas veias, é uma cor quente.

Embora não se saiba se essa cor se deve a condicionantes materiais (o que até deve ser provável), também se deve referir que em tempos posteriores o vermelho esteve destinado unicamente a certas características, era uma cor regulamentada onde a sua utilização desempenhava uma espécie de código ao qual os pintores tinham de obedecer e que também ajudava os fruidores a descodificarem as pinturas e as mensagens por detrás das imagens; sendo o pigmento vermelho (neste tempo) difícil de obter. Mas no Pós-Paleolítico, e na zona da Serra das Louções nenhum estudo foi (neste campo) ainda realizado, nem sequer (como já referi) se sabe a origem dos pigmentos.

Contudo, o problema técnico das tintas pode ser remetido para segundo plano, revelando-se a sua preocupação principal o desejo de formar, de dar forma, aceitando as condições materiais (pictóricas) do seu tempo. Daí a predominância do vermelho e de outras cores

suas derivadas. Assim, aproveitou o que lhe “estava à mão”, sem que isso fosse prejudicial para a sua criação; não deixando de produzir por não conseguir obter azul, por exemplo.

Ainda no domínio formal devemos analisar a escala e a “metodologia” pela qual as figuras foram construídas, definidas e criadas. A escala e a metodologia devem estar intrinsecamente ligadas, na medida em que, penso terem sido realizadas com os dedos sem que para tal tenham sido necessárias deslocações motoras (para realizarem uma figura) ou grandes gestos; a envolvimento corporal necessária (se assim se pode dizer) era mínima, reduzindo-se basicamente à mão que executa as figuras (fig.13). Relativamente à altura (métrica) das figuras no abrigo aponto para a “escala humana”. As figuras localizam-se na sua totalidade a uma altura perfeitamente acessível ao homem, que na sua maioria as deveria ter realizado na posição vertical e nas outras restantes flectido.



Fig. 14 - Exemplo de figuras definidas pelo traço

As formas são-nos dadas pelo traço, isto é, à excepção da fig.2, todas as outras são basicamente desenhos (no sentido mais clássico do termo), é através da linha que a forma é definida, simplificada, acentuada e por vezes até caricaturada. A linha, é ao mesmo tempo contorno e "corpo", sintetiza através do traço todo um complexo referente (fig.14).

A "pessoa que fazia as pinturas", da qual o feiticeiro é a hipótese mais provável, detinha o poder de instauração de sentido entre os factos e a representação desses mesmos factos. Esta hipótese ganha mais corpo se pensarmos que o feiticeiro é que fazia a ligação entre a realidade factual e as explicações (o entendimento desses

factos), se quisermos entre o mundo e o sagrado. O sagrado no sentido que o homem tem consciência que o conhecimento da realidade o ultrapassa e têm de resolver esse problema para se situarem e se integrarem no que os rodeia. Essa explicação é deste modo "superior ao homem", pertence a outro domínio.

O feiticeiro resolve pelos outros os problemas inerentes ao seu tempo e espaço, à organização formal feita pelo feiticeiro corresponde um determinado sentido espiritual, as formas estão mais próximas da função transfiguradora das capacidades mentais do que da função designadora. Desta forma, a arte desempenha também o papel de



Fig. 15 - Painel frontal que inclui dois feiticeiros

aglutinadora da sociedade, tornando-se numa actividade social, contribuindo para a divisão de classes, uma dos “homens comuns”, outra do ou dos pastores e outra do feiticeiro, o “artista por excelência”.

Neste sentido a arte é a “medida directa da visão do homem”² no sentido mais convencional. O feiticeiro não é um ser isolado, ele depende da comunidade, é a ela que vai buscar os seus modos de actuação. A função da arte seria a de transmitir compreensão do mundo e “expressar” sentimentos muitas vezes ligados a preocupações de nível sobrevivencial. O seu carácter simbólico e religioso permitia à comunidade um contacto mais directo e um domínio mais forte sobre os elementos da realidade, tornava o invisível, o inexplicado visível, “dava a ver”(fig.15).

A importância desta personagem (da qual existem três exemplos) é intemporalizada nas pinturas e tem um particular destaque. Estas figuras (presentemente) possuem uma coloração mais intensa que as restantes que lhes estão associadas. Estas formas são sem dúvida constituídas por duas partes distintas, corpo humano e cabeça de animal, possivelmente um bovídeo, ou melhor, uma “máscara” de um bovídeo. Assim, detinham um poder (de certo modo) transfigurador, na medida em que, não eram representados como “comuns indivíduos”, mas sim caracterizados com atributos que os distinguem dos restantes. A figura identificada com o feiticeiro, sobressai e é dominante na composição. A forma e a disposição dos seus traços fazem, mais uma vez, uma analogia entre

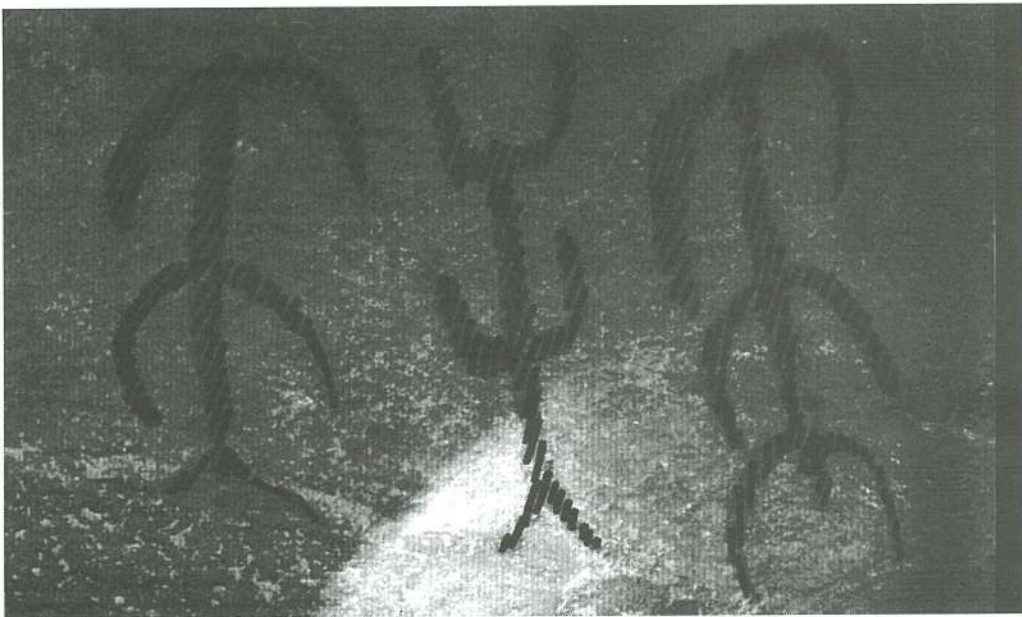


Fig. 16 - Feiticeiro ladeado por dois humanóides sendo um deles sexuado

as forças dominadas e dominadoras (fig.16). Ainda hoje na nossa sociedade, os orantes adoptam uma posição algo semelhante, levantando os braços para o céu e transmitindo ou impondo os seus ideais, como se possuíssem ou recebessem a protecção divina, ou a uma forma de superioridade sobre os outros. Também os vitoriosos e virtuosos se distinguem dos seus opostos pela atitude que tomam. Isto é facilmente identificado em atitudes presentes e características que se podem relacionar para melhor ilustrar esta ideia, como por exemplo, a diferença formal e visual entre a felicidade e a tristeza (no primeiro caso as extremidades são elevadas em oposição ao segundo caso). Esta característica aproxima-nos do mais valorizado e do mais realizado, em termos pessoais e sociais, em relação antagónica com os outros com que é conjugado.

Se, como suponho, a autoria destas pinturas fosse dos "feiticeiros", estamos na presença dos primeiros auto-retratos realizados em pintura e através dela intemporalizados. Tal como na criação do universo simbólico, também ao nível representacional os "feiticeiros" não se apresentam isolados, muito pelo contrário. O seu painel contém motivos variados (como figuras antropomórficas e signos lineares) e alguns já parcialmente perdidos.

Outro grupo de pinturas de diferentes características formais domina alguns pontos do abrigo. Estas pinturas, compostas por elementos (hoje) abstractos, apresentam-se quase unânimemente associadas, associadas entre si (com outros motivos abstractos, fig17) ou associadas a outras figurações (fig.18).



Fig. 17 - Motivos abstractos associados



Fig. 18 - Motivos abstractos associados a representações humanas

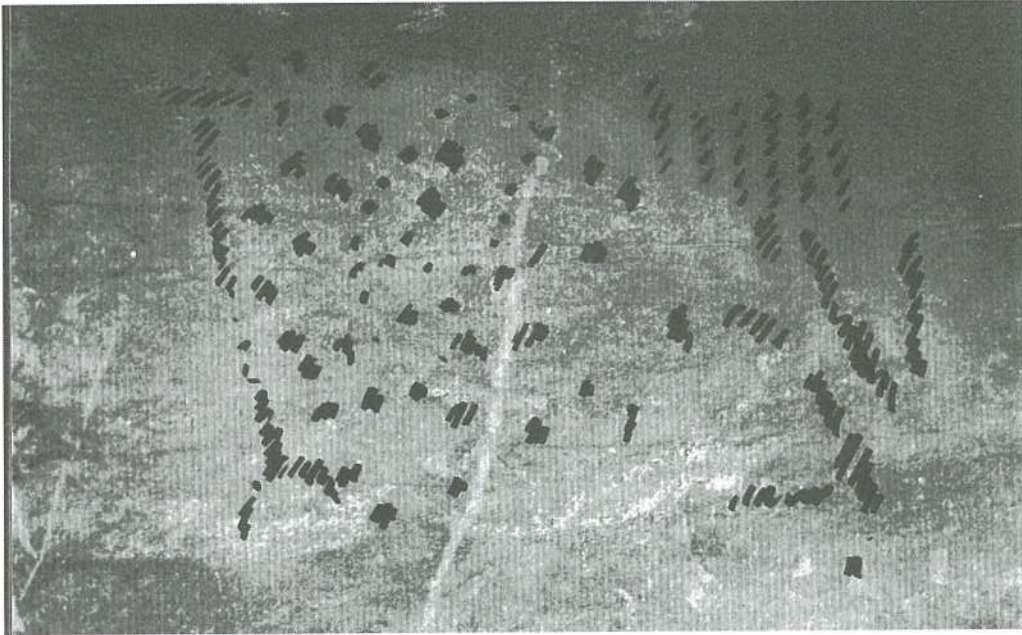


Fig. 19 - Pannel frontal interior



Fig. 20 - Motivos abstractos asociados a figura antropomórfica

Quatro grandes grupos de características abstractas podemos indicar no abrigo: um de pontiísmos, outro de tracejados, outro de linhas onduladas e outro de formas variadas.

Os pontos são característicos do interior do abrigo. Os tracejados subdividem-se nos tracejados paralelos simples e nos tracejados também paralelos, mas mais complexos, com mais do que um nível rítmico. A localização e agrupamento das pinturas entre si e no abrigo, revela-se (como não podia deixar de ser) influente. Os tracejados paralelos simples, associam-se ou estão pró-

ximos de outras pinturas (abstractas ou não) e estão sempre mais elevados do que as restantes (fig. 19).

Localizam-se no interior, no exterior lateral e frontal do abrigo. Os tracejados complexos só se localizam na parede frontal exterior. O mais complexo repete sete traços em quatro níveis (fig. 20), é central ao abrigo e está ladeado por uma figura antropomórfica.

O outro exemplo (fig. 15) apresenta só dois níveis de seis e cinco traços e está também ladeado por um humanóide.

Assim, os tracejados simples encimam as figuras e não possuem um espaço característico, ao contrário dos mais complexos que só estão presentes no exterior, encontrando-se ao mesmo nível de outras figurações e mais baixos que as restantes constituintes do painel.

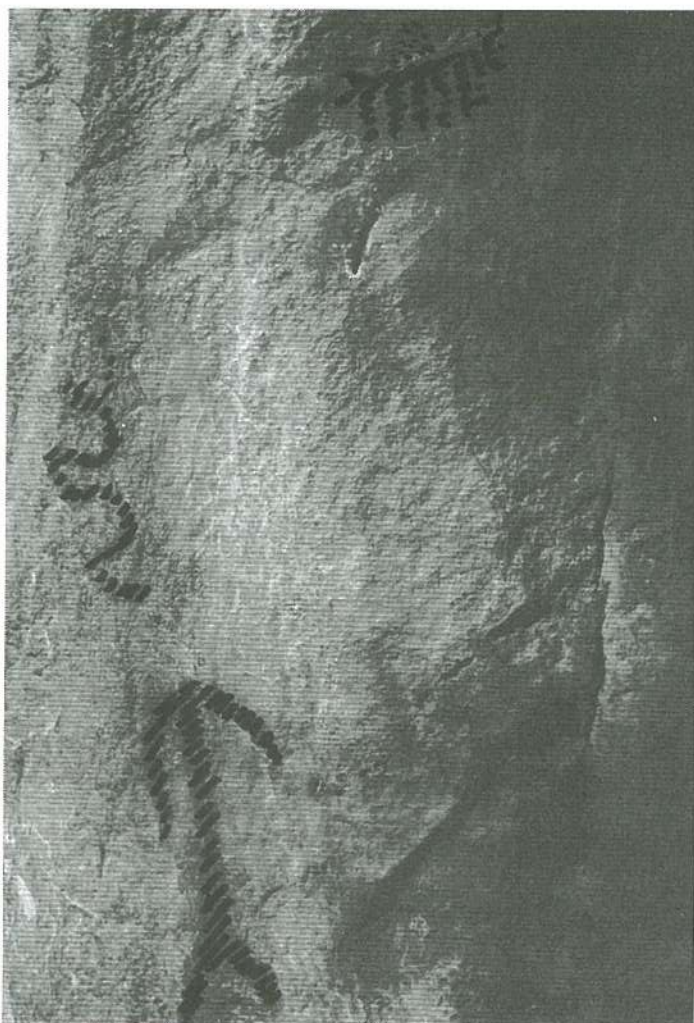


Fig. 21 - Painel lateral esquerdo exterior



Fig. 22 - Pintura abstracta

As linhas onduladas possuem duas orientações distintas, ou são verticais ou são horizontais e parecem ser exclusivas do painel lateral esquerdo exterior. Na fig. 21, a orientação vertical da linha ondulada acentua,

ainda mais, o alongamento vertical do humanóide masculino (porque está assexuado) ou vice-versa. Ambas as estilizações apontam e condicionam-se mutuamente no sentido vertical, levado quase ao limite.

Neste grupo, temos ainda o que eu designo de formas variadas, por eu não vislumbrar um conceito mais “palpável” e definidor para as pinturas com uma silhueta deste género (fig. 22). Também estas figuras (duas), estão presentes na parede lateral esquerda exterior e parecem-me existir outras no painel frontal interior, mas devido à dificuldade de leitura do mesmo não irão ser objecto de reflexão pela minha parte.

Todas estas atribuições, revelam uma distinção sígnica significativa, uma vez que, os motivos abstractos contribuem também para a distinção, caracterização e “valorização” do conjunto pictórico onde se inserem; dando inclusivé origem a um “sistema organizativo”.

Embora as figuras supostamente façam parte de um mesmo painel, é curioso salientar que estas não obedecem a um único tom ou cor, complementando e influenciando a composição no conjunto.

No geral, estes motivos abstractos devem ser próximos de pontos de referência. Como pontos de referência, pretendo dizer um modo de registar, anotar e transmitir coordenadas, sejam elas astrais ou geográficas.

Estas abstracções, são muitas vezes, consideradas menos espectaculares que os motivos mais figurativos, justamente pela nossa incapacidade de reconhecimento. Mas se o seu significado fosse tangível talvez fosse mais significativo para a compreensão desta comunidade que o outro grupo de pinturas.

Numa época em que, tanto os astros como o solo e os seus “ocupantes” constituíam parte das principais preocupações reinantes, seria portanto normal esboçá-las, testemunhando as suas reflexões. Com a representação e

planificação destes elementos componham uma espécie de “mapa” identificando o que lá buscavam, onde e quando ir procurar o que necessitavam.

Parte do painel frontal interior, está constituído por estes signos, que se sintetizam em dois grupos formais, os tracejados verticais e os ponteados. Quer nuns, quer noutros (mais uma vez) o ritmo e a proporção estão evidenciados. Neste painel é notório um “caminho” realizado através de pontos menores do que os que os envolvem (fig.23).

CONCLUSÃO

Os nossos antepassados interviram no “espaço tridimensional” da obra, do abrigo com vista à sua exploração pictórica (e tudo o que ela envolvia), sem no entanto terem consciência que iam atravessar tanto tempo, nem que iam ser profanados por uma sociedade que não possui o mesmo sentido do sagrado (sim, porque creio terem emanente um sentido religioso), numa sociedade em que nem sequer possui uma noção de sagrado, de universalidade nem de unicidade. Deste modo, a partir destes vestígios podemos tirar ilações que nos poderão ajudar a ultrapassar a sensação de crise e angústia da sociedade vigente, vendo que (muitas vezes) a mudança excessiva da nossa sociedade fica muito atrás de uma comunidade que não possuía conhecimentos científicos tão desenvolvidos, mas que tinham um fundamento último das coisas, o que lhes dava uma segurança e explicação intemporal. Quando este Homem, através da “prática artística”, se exprime, dá razão de ser aos fenómenos e “transmite compreensão”³ a sua liberdade intelectual, emotiva e a sua

dimensões consideráveis (não em escala ou tamanho real) a nível espiritual, quer sejam justificativas, propiciatórias ou mesmo comunicativas, aproxima-se e confunde-se muitas vezes com a religião (seja ela qual fôr).

Com a Arte Pré-Histórica Pós-Paleolítica, a humanidade teve, pela primeira vez, o poder de se representar, de olhar para si mesmo no exterior do seu corpo, de se tornar a apresentar noutra matéria e de se fixar num determinado tempo, espaço ou acção e posteriormente se reconhecer, historicizando o seu processo evolutivo, o seu percurso, enfim, dando continuidade e alimentando esta ânsia humana de balização, de interrogação, de questionamento, de abarcamento e de “domesticação” com os seus antecedentes, presentes e futuros. Eternizando-se através da contribuição adquirida, dos seus antecessores e dada aos seus descendentes. A partir deste período deixou de fixar a sua “atenção” na fauna (como no Paleolítico) sedendo lugar à sua própria espécie.

Ainda hoje, este interesse e procura revelam “o desejo ardente do Homem de comunicar e receber comunicações deve ter tido a mesma importância para o seu sucesso como espécie quanto a barbatana para os peixes ou as penas para as aves. Os seres humanos não se limitam a comunicar com aqueles que conhecem pessoalmente ou mesmo com a sua própria geração”⁴.

Finalmente, advertei mais uma vez que, não vejo nem gostaria que vissem este trabalho como um dado, fechado, mas sim aberto a mais reflexões ou teorias que espero vir a realizar e investigar posteriormente, ou, que sirva de “alavanca propulsora” para ser aprofundado ou estudado no âmbito de outras áreas, pois, só através de uma ampla troca de impressões se poderá aspirar e visionar uma ténue objectividade. Pois, a “objectividade é o lugar geométrico da subjectividade partilhada”.

NOTAS

1. Herbert Read, *O significado da Arte*, p. 28
2. Herbert Read, op. cit., p. 175.

3. Herbert Read, op. cit., p. 174.
4. David Attenborough, *A Vida na Terra*, p. 361.



MARTINS BARATA, PINTOR ALENTEJANO

Mário Elias



*Retrato de Martins Barata
pelo pintor Mário Elias*

Não cabe neste restrito espaço de que dispomos fazer uma análise em profundidade das altas potencialidades criadoras deste grande mestre alentejano da Pintura, que foi Jaime Martins Barata (1899-1970).

Pode considerar-se que este artista é com Dórdio Gomes, Manuel Ribeiro de Pavia e Manuel Lima uma das figuras mais representativas nos domínios das Artes Plásticas nascidos no Alentejo e no País.

Com efeito Martins Barata revela nos seus óleos e desenhos uma grandeza de valores pouco vulgares, deixando na sua Arte um cunho único, inconfundível, quer nos trabalhos de execução de murais pintados, quer nos painéis que legou. Foi Também um exímio ilustrador de reconstituições históricas de numerosos livros de sua autoria e de diversos autores. Foi também notável aquarelista e ilustrador.



Cabeça de Rapariga. desenho em sanguínea sobre tela. Col. Mamia Roque Gameiro



D. Amélia Senna Bello. Guache sobre papel. 1929. Colec. Madga S. Bello.



A Família do Anão da aldeia. Aquarela sobre papel 1923.

Deixou trabalhos de pintura mural nos Palácios de Justiça do Montijo, Olhão, Fronteira, Porto, Aveiro, Vila Franca de Xira, Castelo Branco, Seia, Vila Pouca de Aguiar e Gouveia. No Baptistério da Igreja de Póvoa e Meadas, em Castelo de Vide a cena do Baptismo de Cristo, também lhe pertence. Foi um profundo estudioso dos assuntos de arqueologia naval, deixando inéditos vários estudos sobre essa matéria.

Jaime Martins Barata nasceu na Herdade do Pereiro (Santo António das Areias, concelho de Marvão), a 7 de Março de 1899, mas pouco depois foi viver para Póvoa e Meadas, sendo aí baptizado, considerando sempre ser a sua terra natal.

Seu pai, José Pedro Barata, foi notado por Mousinho da Silveira nas suas passagens pelo Alto Alentejo em que frequentemente teve de fugir pela Herdade do Pereiro, da família Sequeira. Mousinho da Silveira intercedeu junto da rainha D. Maria II para que ao jovem fosse facultada a possibilidade de estudar no estrangeiro e José Pedro foi bolseiro para Grignon, donde voltou agrónomo e com uma larga cultura, muito moderna para a época. Modestamente, ficou como feitor da casa Sequeira, administrando a Herdade do Pereiro.

Seu irmão José Pedro entrou na carreira militar, cursou veterinária e



O Baile da Boda. Aguarela sobre papel. 1929. Museu Arte Contemporânea.

reformou-se, vindo viver para Póvoa e Meadas, onde se dedicou à Arqueologia, tendo produzido estudos e memórias apresentados à Sociedade dos Arquitectos Portugueses e a sociedades de história espanholas.

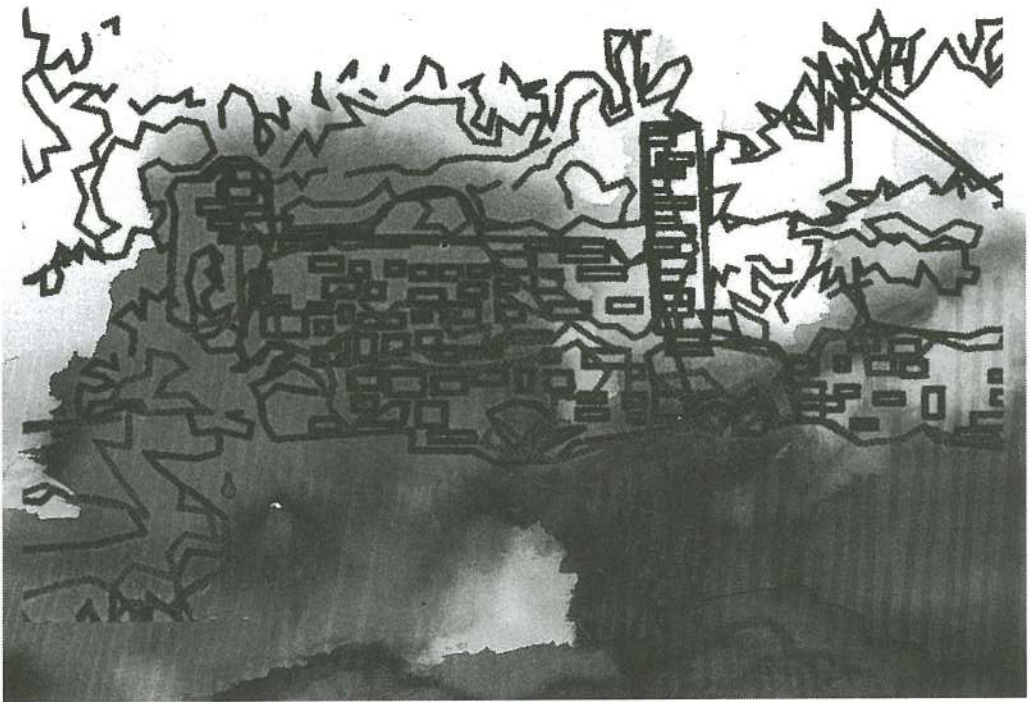
Martins Barata inicialmente formou-se em matemática pela Escola Normal Superior, concluiu o curso de Economia, no entanto ao frequentar as salas de desenho da Sociedade Nacional de Belas Artes, fez com que este se dedicasse numa carreira promissora de professor de desenho nos liceus. Nesta tertúlia e escola que foi a Sociedade de Belas Artes, foi companheiro de Tertúlio Marques, Cristino da Silva e

Continelli Telmo, Diogo Macedo, Jorge Barradas, Abel Manta, Francisco Franco, Eduardo Viana, Carlos Botelho, Alfredo Morais Stuart de Carvalhais e muitos outros.

A província onde nasceu é repassada em grande parte da sua obra pictórica, revelando nas suas telas, painéis, aguarelas, temas de expressiva pujança telúrica. Sobretudo o Alto Alentejo está grandemente representado em muitos dos seus quadros, onde as imagens da terra transtagana, como por exemplo os camponeses, paisagens bucólicas da região, são projectadas com sentida profundidade plástica, própria da sua prodigialidade criativa.



S. João Baptizando Cristo. Estudo da Pintura Mural. 1968. Baptistério de Póvoa e Meadas.



NOBRE E REAL VILA DE MARVÃO

Pela tua deslumbrante beleza
parece que uma “fada”
tocou aí com a sua
“varinha de condão”
e te transformou
na rara fortaleza
e Vila de Marvão!...

Ao vaguear pelas
tuas ruas branquinhas
deparei no Largo do Calvário
com a extraordinária
Capela do Calvário!...

E no Largo de Camões
admirei e bem uma porta antiga
e bem artística
e ao centro uma grande árvore,
que nos dias de calor
serve para nos sentarmos
à sua roda e refrescarmos!...

Na Praça do Pelourinho
lá está o pelourinho bem,
bem artístico de granito.
Tanto sangue, dores...
que aqui houve
em tempos d'outrora.

Nesses tempos afligia
e bem olhar p'ra lá,
pois aí era o local
de castigo dos criminosos.

O encanto sonhador
do Crepúsculo a bater
na fortaleza, Igrejas, Arcos...
de ti Nobre e Leal Vila de Marvão!...

Maria Olívia Diniz Sampaio
Maiο 1996

PAISAGEM ALENTEJANA

Ó PAISAGEM, paisagem ALENTEJANA,
não te iludas, não te iludas,...
Pois és, sem dúvida
a SOBERANA das PAISAGENS de PORTUGAL.

És tão atraente, cativante,
(com teus olivais, sobreirais,
tuas enigmáticas searas,
tuas artes em cortiça, madeira, barro,
cestarias, tapeçarias, bordados artísticos...,
e os desenhos tão pormenorizados em relevo,
que data já de longos séculos,
feito pelos pastores em chifres,
a branquidão das tuas casinhas caiadas,
as chaminés típicas,
os pastores com seus rebanhos,
tua gastronomia, teus folclores, danças e cantares...,
teus castelos, ruínas, antas,
tua beleza arquitectónica nos palacetes,
conventos, capelas, ermidas, igrejas medievais...,)
tal como a PRIMAVERA, o PÔR DO SOL, um JARDIM FLORIDO...

Ó Alentejo, Alentejo
tua paisagem é cintilante
tal como a PRIMAVERA.
É um sonho!...

Maria Olívia Diniz Sampaio
Março 1988

A MARVÃO

O Sever beija-te os pés,
No Paraíso - Portagem!
No Alentejo palmarés
Da fresca, verde folhagem!

As tuas encostas agrestes,
Pelos Invernos lavadas,
Exalam cheiros campestres,
Melhores que as pomadas.

Subir à tua dignidade,
Por entre castiçais,
Respirar tua virgindade,
Nas muralhas medievais.

'Inda no ventre contida,
Dominando horizontes,
Desse granito parida,
choram contigo as fontes.

Janeiro de águas mil
E a brancura de um nevão.
Brisa florida, em Abril,
Amenas noites de Verão.

Nuvens que em ti descansam,
No mês do Menino Jesus,
São capas de esperança,
São caminhos para a luz.

Primaveras, alegria.
Verões festivos do povo.
Sempre que aí passo um dia,
Fico cheio como um ovo...

Através de soutos, granitos,
De pinhais e giestas,
No Outono soam gritos
Dos teus matizes em festa.

Co'as fábricas de Areias,
Santa Maria Pedrosa,
Aramenha das terras cheias,
... Vais até à Fadagosa.

Miras Espanha de frente.
Rosto sereno, sem igual.
Transmites àquela gente
Os amores de Portugal.

Não sou poeta a valer.
A rima nasce confusa...
Só esta saudade-querer
Desperta, em mim, a musa.

Perdoa, Marvão querido,
Este poema, por tão pobre.
Crê que é bem mais sentido
Que todas dádivas de um nobre.

*Vendas Novas, Janeiro 74
Joaquim Casa Nova*



AMMAIA — UMA VERSÃO GRÁFICA

Um grupo de alunos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, foram convidados pelo senhor Presidente da Câmara, António Andrade, a visitar as ruínas da AMMAIA — Cidade Romana no concelho de Marvão e freguesia de S. Salvador da Aramenha —, num dia chuvoso e bastante escuro de Primavera. Após visita às ruínas da cidade romana, acompanhados pelos arqueólogos Joaquim Carvalho e Sofia Borges, que lhes explicitaram todo o trabalho realizado, situando-os no contexto da actividade desenvolvida. Assim produziram alguns trabalhos gráficos, partindo de imagens recolhidas e trabalhadas por estes, electronicamente.

Não é possível dar-vos a conhecer maior amplitude do trabalho realizado, pois

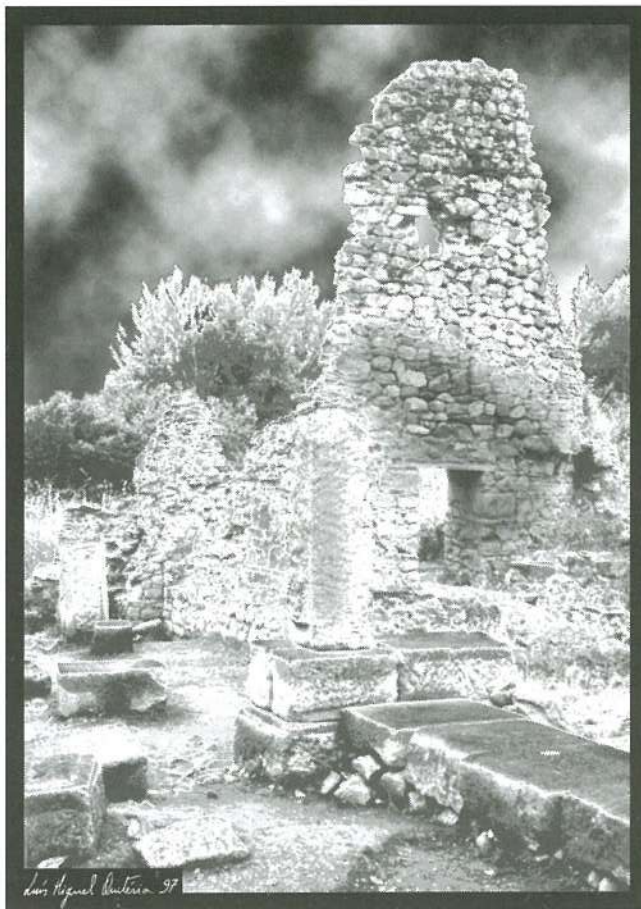
factores económicos óbvios, não permitiram reproduzir os mesmos em cor.

Esta singela amostra — num desafio lançado pelo Director da Revista , Jorge de Oliveira —, foi equacionada pelos alunos do curso de *comunicação e técnicas gráficas*, numa das vertentes da exploração e tratamento da imagem fotográfica, numa ambiência perspectivada de pura representação gráfica. Outras perspectivas e tratamentos seriam possíveis determinar para outros fins específicos. O grafismo em vista foi exclusivamente explorado da ambiência vivida e transmitida nesse dia chuvoso e negro...

C. A.



Trabalho de Victor Pereira



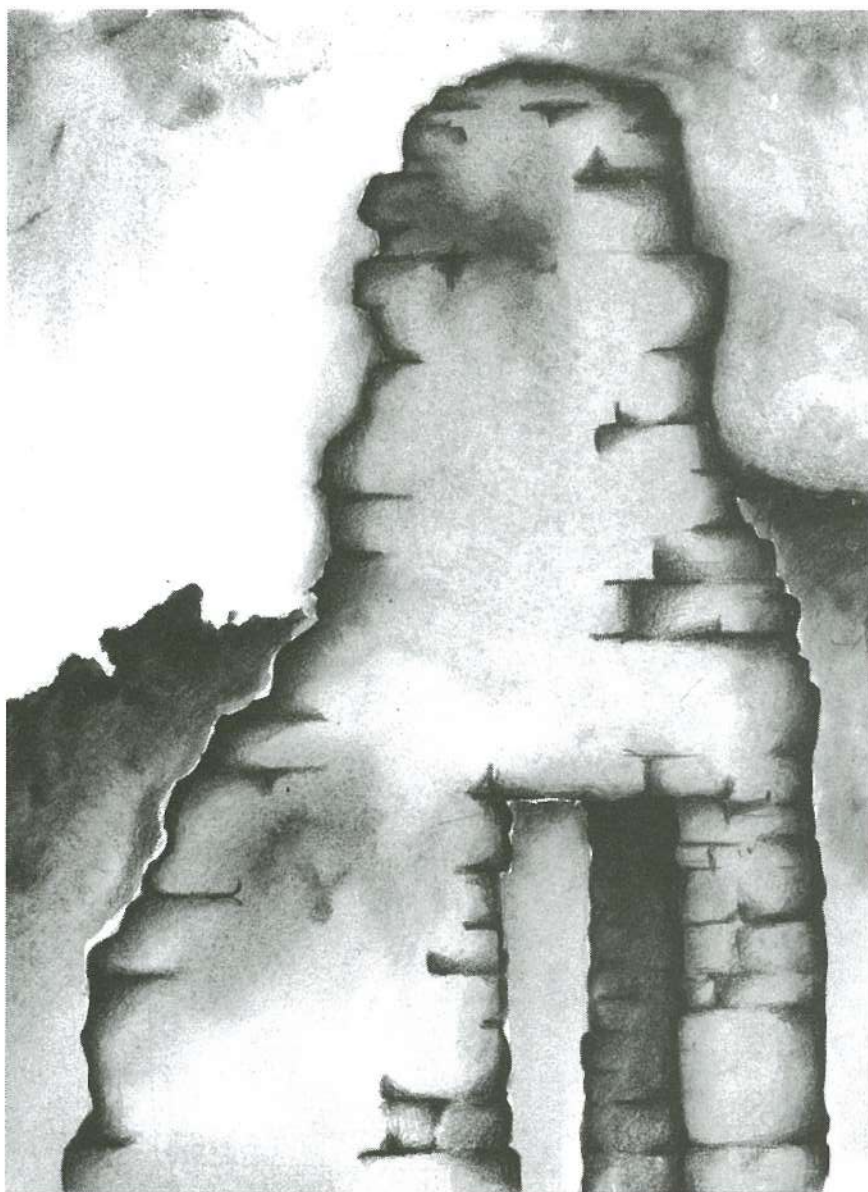
Trabalho de Luís Quitéria



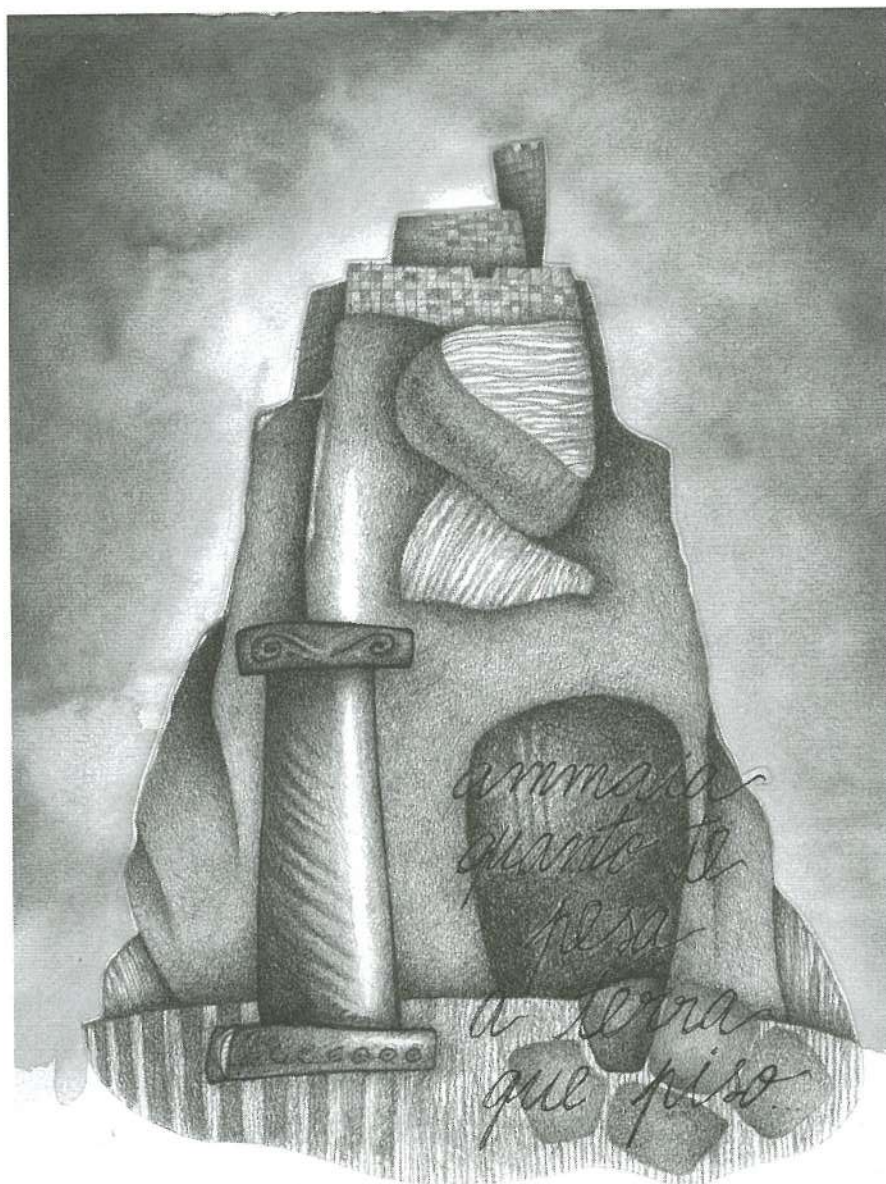
Trabalho de Egídio Jesus



Trabalho de Sónia Reis



Trabalho de Irina Calado



ammassa
quanto se
pesa
a terra
que piso

Nuno

Trabalho de Nuno Saraiva



Trabalho de Sónia Sofia

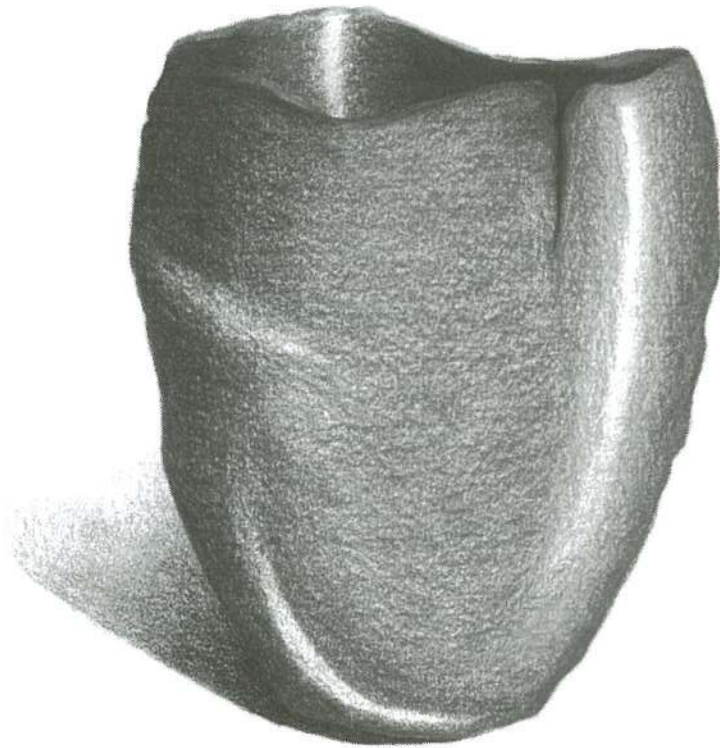


Fig. 1

Trabalho de Miguel Batista



S. MARCOS NA RELIGIOSIDADE DUM POVO

Carlos Abafa



Procissão de S. Marcos no fim das cerimónias religiosas.

Este ano, após longos anos de jejum festivo em que os anteriores vigários não autorizavam — ver *A Festa de S. Marcos e a religiosidade popular* de Rui Arimateia, publicado na revista nº 2 Ibn Maruán—, que a população levasse para as cerimónias religiosas desse dia um bezerro, que devia ser benzido dentro da igreja local. A última cerimónia foi em 1992 à porta do templo, onde o Padre Luis benzeu três bezerros... mas, foi em 1931 os últimos festejos de S. Marcos conforme a tradição que se perdia na memória do tempo. A partir desta data, apesar de se festejar o S. Marcos estes ficavam sempre à porta acompanhados dos cumpridores de promessas, quando havia. No entanto, a oferta destes para benefícios sociais ou de caridade deixou de ser motivo da festa, durante esta quarentena.

A igreja estava completamente cheia durante o santo ofício, cá fora algumas centenas de forasteiros esperavam o fim das cerimónias religiosas, em alegre cavaqueira, comentando as festividades de outrora e os velhos tempos de amigos e familiares que se juntam neste dia festivo. A actividade da feira à volta do santuário é fraca, pois existe alguma contenção enquanto as cerimónias não acabam.

Eis que o Padre Luis Marques Ribeiro, chega à porta da igreja e convida o bezerro a entrar no templo. Este "marcos", um pouco contrariado lá entra ajudado por um casal de jovens vestidos com trajes regionais e dirigem-se para o altar-mor, onde este é benzido, junto ao Santo Marcos, amansando os seus impetos animalescos, conforme diz a tradição.



...integração dos animais na procissão, mas parece que há quem não queira andar nessas andanças...

Este bezerro que irá ser leiloado terá cuidados especiais por parte do seu novo dono. Será o seu descendente primogénito que irá no próximo ano à benção, caso se respeite a tradição, ou se mantenham as promessas.

Após as cerimónias foram leiloados os "marcos" e mais dois bezerros um de porte médio e outro ainda muito novo. Estes tinham sido oferecidos por Manuel Jorge Alves (o de médio porte); pela D. Lucinda Barradas Cotão; e pela UJA — União da Juventude Arenense.

Deu-se início ao leilão animado por alguns gadeiros locais e outros vindos de concelhos limítrofes para disputarem o rei da festa — o *marcos* —, bezerro de médio porte ainda na desmama. O prior também animava a festa incentivando os interessados a ofere-



Após a Benção do "marcos" pelo Santo, este apresenta-se a leilão, entre os agricultores interessados.

cerem lances mais altos, pois que o resultado do mesmo era para obras na igreja local. Os lances apurados para os três bezerros foram de 100 contos, 17 contos e 40 contos para o Marcos.

Assim a festa continua com as promessas cumpridas e a satisfação da população e do pároco por mais esta generosa oferta do povo para as obras de reparação do templo do Senhor. A Festa teve início com a alvorada no dia 25 de Abril

com foguetes e morteiros. Mas a festa tinha mais aliciantes como quermesses, actividades desportivas, noite de fados, corrida de touros, danças do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Santo António das Areias e Fogo de artifício para encerrar.

As festas foram animadas pela Banda Filarmónica de Alegrete, nos momentos mais cerimoniais da mesma, a fim de lhe conferir mais dignidade e interesse.



ACABOU DE SE IMPRIMIR EM DEZEMBRO DE 1997

Colibri – Artes Gráficas
Faculdade de Letras
Alameda da Universidade
1699 Lisboa Codex
Telef. / Fax 796 40 38



Fresco da Igreja de St.ª Maria de Marvão — actual Museu Municipal — representando S. Bartolomeu ladeado por St.ª Madalena e por St.ª Margarida.



Câmara Municipal de Marvão



Edições *Colibri*